

Índice

Nota Prévia	3
Capítulo I Enquadramento Internacional	5
Capítulo II Evolução das Economias dos PALOP	15
Angola	17
Cabo Verde	41
Guiné-Bissau	65
Moçambique	89
São Tomé e Príncipe	113
Caixa: Timor-Leste	137
Capítulo III Relações Económicas e Financeiras entre Portugal e os PALOP	143
Relações comerciais e balança de pagamentos de Portugal com os PALOP	145
Investimento directo bilateral nos PALOP	155
Dívida oficial dos PALOP a Portugal	163

NOTA PRÉVIA

A "Evolução das Economias dos PALOP — 1999/2000" pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica actual dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, tanto no que diz respeito aos seus indicadores macroeconómicos fundamentais, como no que se refere às suas relações económicas e financeiras com Portugal. Apresentamos como novidade este ano, e com o mesmo propósito, uma breve nota sobre a economia de Timor-Leste.

O presente documento foi elaborado com base nos dados mais recentes a que se teve acesso, os quais correspondem, em alguns casos, a valores preliminares ou estimativas, pelo que poderão ser eventualmente sujeitos a posterior revisão.

Agradece-se ainda a amável colaboração das diversas entidades contactadas — e em particular os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, assim como a Agência Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau — que se revestiu da maior importância para a obtenção dos elementos necessários.

Departamento de Relações Internacionais
Área de Cooperação

Setembro de 2000

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

A economia mundial continuou a fortalecer-se no corrente ano, impulsionada pela rápida expansão nos EUA e pela aceleração cíclica na Europa e início de uma, ainda frágil, retoma no Japão. Nas economias emergentes asiáticas a retoma consolidou-se, enquanto na América Latina e no Médio Oriente e Europa se inverteu a situação de abrandamento de 1999. Esperam-se acelerações do crescimento, quer nos países em transição, quer em África.

Comparado com anteriores ciclos, o abrandamento global da actividade em 1998 foi menos acentuado e seguido de uma rápida recuperação, para o que terão contribuído os esforços conjugados e determinados de ajustamento pelas autoridades políticas, nas várias regiões. Verificou-se assim, de forma relativamente generalizada, uma melhoria dos fundamentos macroeconómicos nas economias emergentes. Persistem contudo vários elementos de risco na economia mundial: discrepâncias nos ritmos de crescimento das principais economias e desequilíbrios externos associados, aparente desalinhamento cambial entre as principais moedas, nomeadamente o euro face ao dólar, bem como as elevadas valorizações bolsistas nos EUA e noutros países (apesar de alguma queda nos últimos meses). Além disso, os preços do petróleo subiram acentuadamente, e acima do esperado, com reflexos na inflação observada, embora as taxas subjacentes permaneçam moderadas. Num contexto de redução da profundidade e liquidez dos mercados financeiros existe o perigo de uma acrescida volatilidade nos mercados mais desenvolvidos, com repercussões nas economias emergentes.

A política monetária nas principais economias avançadas tem sido de teor contraccionista. Desde meados de 1999, a subida acumulada de taxas de juro pelo Fed e BCE cifrou-se em 1.75 e 2.0 pontos percentuais, respectivamente.

Gráfico I

PIB Real

(taxa de variação anual em percentagem)

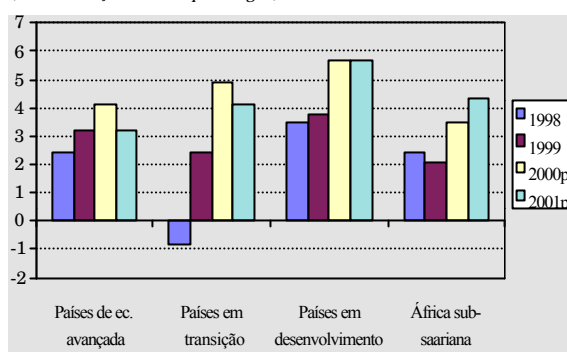


Gráfico II

Inflação

(taxa anual em percentagem)

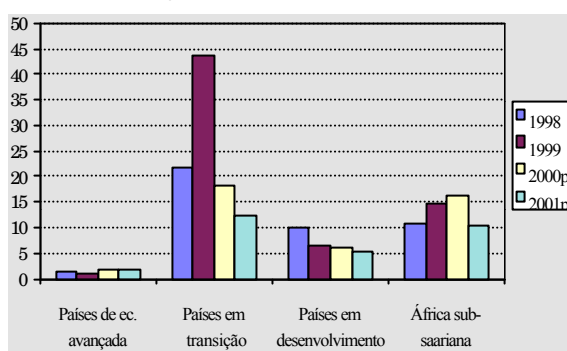
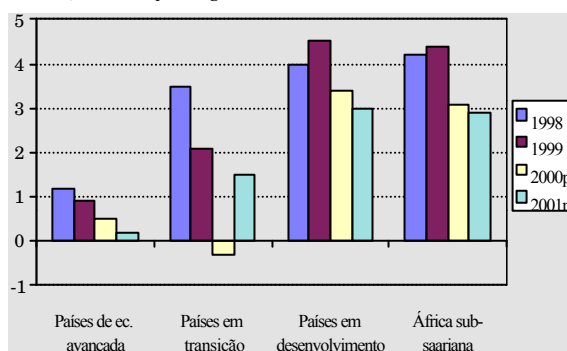


Gráfico III

Finanças Públicas

(défice orçamental em percentagem do PIB)



Nos **EUA** o PIB excederá já o potencial, pelo que é importante que as políticas monetária e orçamental mantenham o pendor contraccionista. Prevê-se no corrente ano uma aceleração do crescimento para um pouco acima dos 5% (4.2% em 1999) e posteriormente uma fase de abrandamento. O ritmo da procura tem nos últimos anos (desde 1998) superado largamente o crescimento do produto, com reflexo num crescente défice corrente, produto da situação deficitária do

sector privado, já que o sector público apresenta excedentes crescentes. Os dados mais recentes confirmam o forte dinamismo do investimento, mas parecem indiciar uma certo ajustamento na baixa dos níveis de confiança dos consumidores.

Na **área do euro**, a retoma consolidou-se, em resultado não só do aumento das exportações (dada a competitividade e forte procura externa) como também da procura interna, com uma crescente confiança dos consumidores e empresas. A subida da taxa de inflação (2.4% em Junho) ficou a dever-se em grande parte à subida dos preços do petróleo, a que se associam os efeitos da depreciação da taxa de câmbio. A taxa de desemprego continuou a reduzir-se (9.1% em Junho) e o emprego tem crescido fortemente. Também nas restantes economias da UE a expansão prossegue a bom ritmo.

O **Japão** registou crescimento no primeiro trimestre de 2000, após dois trimestres de declínios. O muito elevado ritmo de expansão no primeiro trimestre deverá ser visto com cautela, em virtude dos problemas estatísticos existentes. O FMI projecta um aumento do PIB de 1 ½% em 2000 e 1 ¾% em 2001 (0.25% em 1999). O Banco do Japão abandonou recentemente a política de taxa de juro nula. Os défice e dívida públicos atingem já níveis acentuados. No entanto, dado que persiste a fraqueza do consumo privado, o FMI apoia um orçamento que suporte o investimento público e considera que a política orçamental deverá ser flexível e adaptar-se às circunstâncias.

As **economias emergentes da Ásia** continuam com forte dinamismo. O FMI projecta um crescimento de 6.7% em 2000 nesta região, após 5.9% em 1999. Em virtude do rápido crescimento da produtividade e competitividade, a inflação tem-se mantido moderada. A forte subida das exportações reflectiu-se em excedentes correntes

Gráfico IV

Balança Corrente

(saldos, em mil milhões de USD)

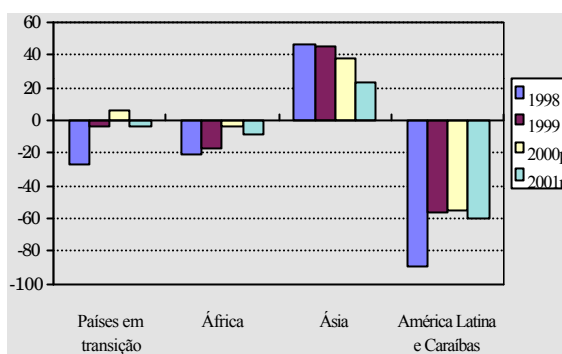
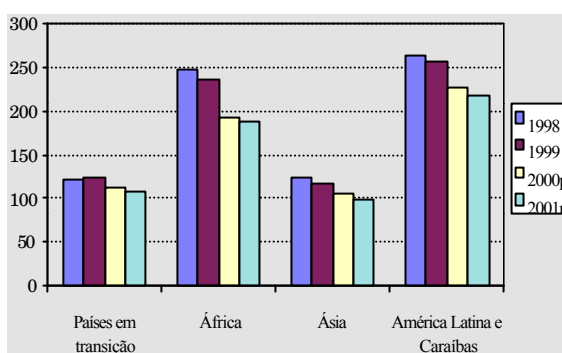


Gráfico V

Dívida Externa

(stocks, em % das exportações de bens e serviços)



crescentes, que começaram já a ajustar na descida, devido à retoma da procura interna e à subida dos preços do petróleo; nos países mais avançados na retoma espera-se que o investimento dê um importante contributo para o PIB em 2000. Observaram-se - particularmente na Coreia e Malásia - progressos significativos nas reformas estruturais, nomeadamente na reestruturação do sistema bancário e na solidez financeira das empresas, mas a continuação destes esforços é crucial para assegurar o continuado dinamismo destas economias e evitar pressões cambiais.

Na **América Latina**, a retoma está a ser impulsionada pelas fortes exportações (particularmente para os EUA) e pela recuperação da procura interna, mas com divergências acentuadas entre países. O Brasil, México e Chile, com políticas macroeconómicas sólidas e flexibilidade cambial, têm evoluído mais favoravelmente do que a Argentina, Venezuela e outros. As fortes

necessidades de fundos externos que caracterizam esta região tornam-na muito vulnerável às condições dos mercados financeiros. A recuperação nestes países continua a depender fortemente dos fluxos de capitais, de elevada volatilidade, e da procura externa. As condições monetárias nos EUA e noutras economias avançadas têm efeitos na região, através dos custos de financiamento (subida dos *spreads* em períodos de restituidade pelo Fed) e, no caso das economias com *pegs* ao dólar como a Argentina, também através do efeito nas taxas de juro internas.

Nos países da **Europa central e de leste** candidatos à UE, a retoma da actividade, após as crises dos últimos anos, foi impulsionada pelas exportações para a Europa ocidental. O comportamento melhor do que o esperado da economia russa contribuiu para elevar a confiança na região. De acordo com as projecções do FMI, o PIB nesta área deverá crescer 4.9% no corrente ano, abrandando para 4.1% em 2001 (2.4% em 1999). Muitos destes países têm no entanto registado défices correntes crescentes e eventualmente não sustentáveis. Estes défices reflectem os acentuados fluxos de capitais, que conduzem à apreciação real das moedas e dificultam a actuação das autoridades monetárias. Nalguns casos, associam-se também a políticas orçamentais pouco rigorosas.

O principal desafio destes países é a continuação das reformas estruturais e institucionais - desenvolvimento do sector financeiro, progresso nas privatizações e reestruturação empresarial, bem como ajustamentos no mercado de trabalho. Além disso, é fundamental prosseguir os esforços para assegurar uma combinação adequada de

políticas macroeconómicas, incluindo no domínio salarial.

Em **África**, os desenvolvimentos nos últimos anos foram largamente afectados por factores externos. Os países africanos são grandemente vulneráveis às flutuações dos preços dos bens primários, bem como ao crescimento dos mercados de exportação. Os países exportadores de petróleo, como a África do Sul e Nigéria beneficiaram de melhorias nos termos de trocas e do maior crescimento da produção petrolífera. Por outro lado, os países não produtores de petróleo, em muitos casos dependentes da exportação de um número limitado de produtos, enfrentam desde 1998 fortes perdas de termos de troca. Além disso, nalguns países a instabilidade política e conflitos armados prejudicaram a evolução económica. Parece importante viabilizar a longo prazo um modelo de crescimento que privilegie o alargamento da base de produção e a diversificação das exportações.

A ajuda internacional deverá contribuir para apoiar as reformas necessárias. Insere-se neste contexto a iniciativa “HIPC” do FMI-Banco Mundial para os países altamente endividados, que visa solucionar os problemas de níveis insustentáveis de dívida externa, em conjunto com a nova facilidade do FMI – PRGF - (que substitui a anterior ESAF) que enfatiza políticas orientadas para um crescimento sustentável integradas com uma estratégia de redução da pobreza. Esta abordagem – que fortalece a ligação entre alívio da dívida e combate à pobreza - traduz-se numa maior interacção e consistência entre os planos sociais e sectoriais e o quadro de políticas macroeconómicas

ANEXO ESTADÍSTICO

ECONOMIA MUNDIAL

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 1980 - 2000

	1982/91 (média)	1992/97 (média)	1997	1998	1999	2000 (proj.)	2001 (proj.)
PIB real			(t. v. anual)				
Países de economia avançada	3.1	2.8	3.3	2.4	3.2	4.1	3.2
<i>dos quais: Novos países industrializados da Ásia¹</i>	8.1	5.7	5.8	-2.3	7.8	7.7	6.1
Países em transição	1.4	-2.4	1.6	-0.8	2.4	4.9	4.1
<i>dos quais: Europa central e oriental²</i>	--	--	2.1	2.0	1.3	3.1	4.2
Países em desenvolvimento	4.3	5.5	5.7	3.5	3.8	5.7	5.7
África	2.3	2.8	2.8	3.1	2.2	3.5	4.4
<i>da qual: África sub-sahariana</i>	2.0	2.7	3.4	2.4	2.1	3.5	4.3
Ásia	6.9	7.4	6.4	4.2	5.9	6.7	6.6
<i>da qual: excluindo China e Índia</i>	5.0	4.4	3.7	-5.0	2.9	4.4	4.9
Médio oriente e Europa ³	3.2	3.4	5.1	3.1	0.7	4.7	4.1
América latina e Caraíbas	1.8	3.4	5.4	2.2	0.3	4.2	4.5
Inflação (IPC)			(t. v. anual)				
Países de economia avançada	4.9	2.3	1.7	1.4	1.0	1.6	1.8
<i>dos quais: Novos países industrializados¹</i>	4.2	3.8	2.9	3.1	-1.8	0.3	1.7
Países em transição	15.5	281.7	27.3	21.8	43.8	18.3	12.5
<i>dos quais: Europa central e oriental²</i>	--	74.8	38.4	18.7	20.6	18.7	11.4
Países em desenvolvimento	45.7	20.3	9.7	10.1	6.6	6.2	5.2
África	19.6	24.5	13.6	9.1	11.8	12.7	8.5
<i>da qual: África sub-sahariana</i>	22.7	29.4	16.6	10.7	14.8	16.1	10.5
Ásia	9.7	7.6	4.7	7.5	2.4	2.4	3.3
<i>da qual: excluindo China e Índia</i>	13.2	8.8	6.5	21.2	8.9	3.7	5.1
Médio oriente e Europa ³	21.2	24.7	25.4	25.3	20.4	17.4	9.5
América latina e Caraíbas	163.0	47.4	13.4	10.2	9.3	8.8	7.0
Finanças públicas (saldo orçamental⁴)			(em % do PIB)				
Países de economia avançada	--	--	-1.3	-1.2	-0.9	-0.5	-0.2
<i>dos quais: Novos países industrializados¹</i>	--	--	1.2	-1.1	-1.1	-0.8	--
Países em transição	--	--	-4.7	-3.5	-2.1	0.3	-1.5
Países em desenvolvimento	--	--	-2.6	-4.0	-4.5	-3.4	-3.0
África	--	--	-3.5	-4.1	-4.2	-2.6	-2.0
<i>da qual: África sub-sahariana</i>	--	--	-3.6	-4.2	-4.4	-3.1	-2.9
Ásia	--	--	-2.6	-3.8	-4.6	-4.4	-4.1
<i>da qual: excluindo China e Índia</i>	--	--	-1.8	-2.8	-3.6	-3.7	-2.7
Médio oriente e Europa ³	--	--	-3.8	-6.9	-5.3	-1.4	-1.0
América latina e Caraíbas	--	--	-1.8	-3.2	-4.0	-2.4	-1.8
Balança corrente			(USD 10 ⁹)				
Países de economia avançada	--	--	91.9	51.4	-134.0	-175.8	-175.1
<i>dos quais: Novos países industrializados¹</i>	--	--	9.7	68.1	62.5	49.9	46.5
Países em transição	--	--	-20.4	-26.4	-3.8	6.7	-3.6
<i>dos quais: Europa central e oriental²</i>	--	--	-19.3	-22.6	-22.7	0.2	-24.4
Países em desenvolvimento	--	--	-57.9	-93.9	-24.3	23.4	-24.3
África	--	--	-8.1	-20.5	-16.9	-3.3	-8.5
<i>da qual: África sub-sahariana</i>	--	--	-10.8	-18.7	-16.2	-8.9	-13.0
Ásia	--	--	9.1	46.2	44.8	38.4	22.8
<i>da qual: excluindo China e Índia</i>	--	--	-24.6	23.8	32.0	27.6	14.7
Médio oriente e Europa ³	--	--	6.2	-30.2	3.8	43.4	20.9
América latina e Caraíbas	--	--	-65.1	-89.5	-56.0	-55.1	-59.5
Dívida externa			(em % das exportações de bens e serviços)				
Países em transição	--	--	104.3	120.6	124.8	113.5	109.0
<i>dos quais: Europa central e oriental²</i>	--	--	91.2	94.6	98.0	94.2	89.4
Países em desenvolvimento	--	--	149.9	172.3	163.0	139.9	136.4
África	--	--	219.3	247.9	236.9	191.7	188.3
Ásia	--	--	114.7	123.4	116.5	104.9	99.4
Médio oriente e Europa ³	--	--	99.7	131.9	120.8	93.7	99.1
América latina e Caraíbas	--	--	229.4	263.3	257.3	226.2	217.1
Outros indicadores							
Termos de troca (bens e serviços; t. v. anual)							
Países de economia avançada	--	--	-0.5	1.3	-0.2	-1.4	0.6
Países em desenvolvimento	--	--	0.9	-4.4	2.5	4.2	-1.7
Países em transição	--	--	--	-3.1	1.4	7.0	-1.3
Volume de comércio mundial (bens e serviços; t. v. anual)							
Países de economia avançada	--	--	9.9	4.1	5.2	9.4	7.5
Preço do petróleo (t. v. anual com preços em USD)							
Países de economia avançada	--	--	-5.4	-32.1	38.7	45.5	-12.9
Preço de bens primários, excluindo petróleo (t. v. anual com preços em USD)							
Países de economia avançada	--	--	-3.3	-14.7	-7.1	6.5	3.4
Taxas de juro a 3 meses - área do euro (%)							
Países de economia avançada	--	--	4.3	3.9	3.0	--	--
Taxas de juro a 3 meses - USD (%)							
Países de economia avançada	--	--	5.8	5.6	5.3	--	--

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

¹ Coreia do Sul, Hong-Kong (China), Singapura e Taiwan; ² Excluindo Bielorrússia e Ucrânia; ³ Incluindo também Chipre, Egípto, Líbia, Malta e Turquia; ⁴ Administração pública total no caso dos países de economia avançada e dos países em transição, administração central no tocante aos países em desenvolvimento.

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP

ANGOLA

Área: 1 246 700 Km²
Capital: Luanda
População: 12 000 000 hab
Moeda: Kwanza



1. SÍNTESE

O contexto em que evoluiu a economia angolana ao longo de 1999 e dos primeiros meses de 2000 foi marcado por fenómenos que determinaram significativas diferenças, a vários níveis, face à conjuntura até então observada, com destaque, por um lado, para a quebra do crescimento real e a intensificação da cadência inflacionária, mas também, por outro lado, para a redução dos desequilíbrios orçamentais e o reforço das reservas cambiais (equivalentes a 3.9 semanas de importações no final de 1999, contra 1.4 semanas um ano antes).

O primeiro dos referidos fenómenos condicionantes foi o regresso à guerra civil, com as consequências destrutivas que tal situação imediatamente acarreta, quer no tocante às condições de vida das populações quer aos requisitos essenciais para o normal exercício da actividade económica (a começar pela liberdade de circulação). Ao funcionar também como um sorvedouro de recursos, a intensificação do conflito produz ainda, forçosamente, efeitos perniciosos a diversos níveis da conjuntura – patentes no aumento das despesas públicas (cuja parcela de Bens e Serviços representou quase 30% do PIB em 1999) e das importações (com um acréscimo de 57% face a 1998).

O outro grande factor determinante do desempenho económico de Angola neste período – e particularmente da respectiva capacidade para sustentar o acréscimo de gastos – foi a subida do preço internacional do petróleo (mais 45% face a 1998, em média, no caso do *crude* angolano). Tradicional sustentáculo das contas públicas e da balança de pagamentos, as exportações

Principais Indicadores Económicos			
	1998	1999	2000
	(est.)	(est.)	(pro)
PIB real (t.v. anual)	3.2	2.7	3.8
Inflação (t.v. média)	107.3	248.2	--
Massa monetária (t.v.a.)	126.0	564.8	131.1
Saldo da BTC (% PIB)	-31.4	-32.1	-11.3
Saldo orçamental (% PIB)	-13.5	-7.3	4.6
Dívida externa (% PIB)	167.4	171.1	124.4

de petróleo aumentariam, assim, 52% em 1999, ao mesmo tempo que progrediam também substancialmente os empréstimos com garantia de petróleo e o investimento estrangeiro dirigido ao sector (incluindo os chamados “bónus”, ou seja pagamentos de contrapartida pelo direito de exploração, que rondaram USD 900 milhões).

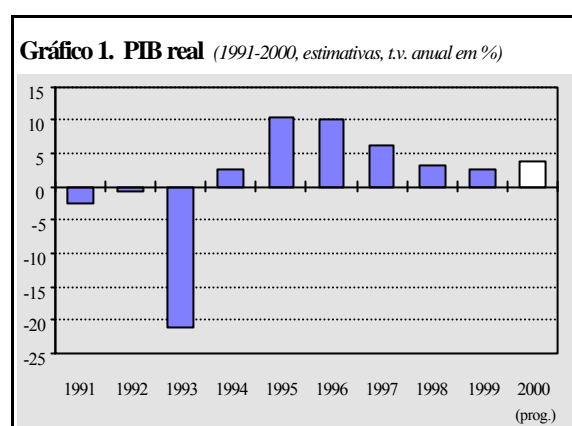
Os meses em causa corresponderam igualmente a um período no decurso do qual as autoridades angolanas introduziram diversas reformas estruturais relevantes – a começar pelo novo enquadramento monetário e cambial, relativamente liberalizado (o qual, apesar de representar um evidente progresso face à distorcida situação anterior, não foi todavia suficiente para evitar que a inflação se intensificasse). O avanço das reformas acabaria, enfim, por permitir que as autoridades chegassem a acordo com o FMI para um Programa Monitorado (ainda sem apoio financeiro) que vai vigorar até final de 2000, abrindo caminho, caso seja bem sucedido, a um futuro programa de maior fôlego e à eventual renegociação da dívida externa (mesmo com a melhoria da balança de pagamentos, a acumulação de atrasados ascendeu a USD 774 milhões em 1999).

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

O recomeço declarado da guerra civil, no final de 1998, representou não apenas um factor de imediato agravamento das condições de vida para as populações mais directamente atingidas (estima-se que cerca de ¼ dos angolanos se encontrem involuntariamente “deslocados” das suas regiões de origem), como também um dos principais elementos condicionantes da conjuntura macroeconómica ao longo do ano seguinte. O impacto provocado, a diversos níveis, pela situação de conflito – desde as limitações à circulação até ao impedimento de uma prática regular da agricultura nas vastas extensões minadas – terá sido, de facto, determinante para que a produção não-petrolífera registasse uma variação real estimada em apenas 1.8% (a menor dos últimos cinco anos, correspondentes ao período de relativa acalmia posterior à assinatura dos acordos de Lusaca).

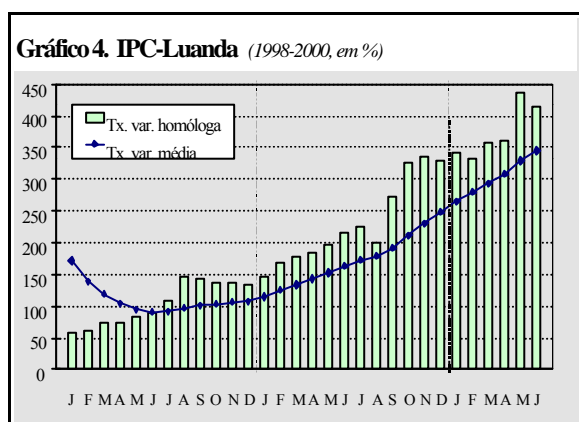
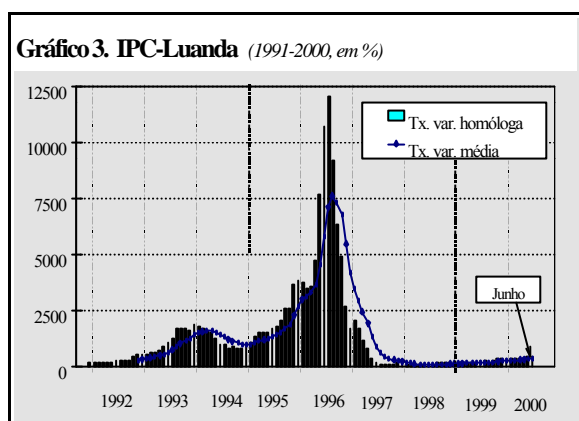
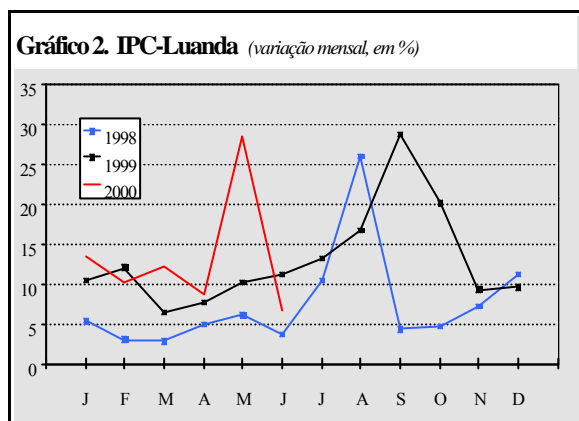
O acréscimo global do PIB que se estima ter ocorrido no ano de 1999 (2.7% em termos reais, ou seja também o mais modesto

Decomposição do PIBpm (em percentagem)			
	1997	1998	1999
	(est.)	(est.)	(est.)
Sector primário	61.3	56.2	77.0
Agric., silvic. e pescas	9.0	13.0	6.9
Petróleo e gás	48.0	37.7	61.4
Diamantes	4.3	5.4	8.7
Sector secundário	8.5	12.6	7.0
Indústria transform.	4.4	6.3	3.5
Energia eléctrica	0.1	0.1	0.0
Construção	4.0	6.2	3.4
Sector terciário	27.9	29.8	15.8
Serv. Mercantis	16.1	19.3	8.8
Serv. Não-mercantis	11.7	10.5	7.0



resultado desde 1994 – ano após o qual sobressaem as taxas de dois dígitos apuradas logo em 1995/96, sob o efeito do esforço de reconstrução) acabaria, assim, por ficar novamente a dever-se sobretudo ao comportamento dos sectores de enclave, com destaque para o petrolífero. Este último acusou, efectivamente, um aumento de produção cifrado em 4.1% face a 1998, na sequência do qual o volume de *crude* diariamente extraído passou a rondar 760 mil barris (um crescimento médio anual superior a 4% desde 1997), com a área de Cabinda ainda predominante (62% do total). Tal predomínio deverá, porém, esbater-se progressivamente, pois as descobertas feitas nos últimos três anos (que praticamente quadruplicaram as reservas identificadas) apontam para um ganho crescente de importância por parte dos blocos situados mais a sul, em águas ultra-profundas (graças aos quais se prevê que a produção possa atingir 1.5 milhões de barris/dia em 2005).

Ao nível do resto da economia, constata-se que terá havido alguma redução dos constrangimentos (que permanecem, contudo, excessivos), na sequência da ofensiva militar desencadeada pelas autoridades em Setembro último. Pode, pois, ser parcialmente atribuído a esse factor o aumento, em quase 50%, da extracção de diamantes oficialmente



contabilizada (sector este que conheceu, aliás, uma reorganização importante, com vista à normalização do seu enquadramento), assim como o facto de se verificar em algumas regiões do país um certo acréscimo de dinamismo, reflectido no aumento da produção de determinados sectores (peixe congelado ou cerveja, por exemplo). Tal dinamismo terá ficado ainda a dever-se ao impacto de fenómenos como o aumento de despesa induzido pela subida do preço internacional do

petróleo e, em geral, as diversas reformas de pendor liberalizante (desde a abertura cambial e financeira ao desagramento aduaneiro) que têm sido introduzidas pelas autoridades angolanas, no quadro da “estratégia global para a saída da crise” aprovada em princípios de 1999.

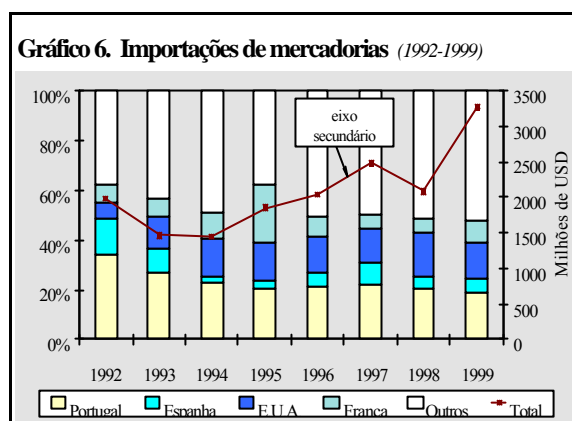
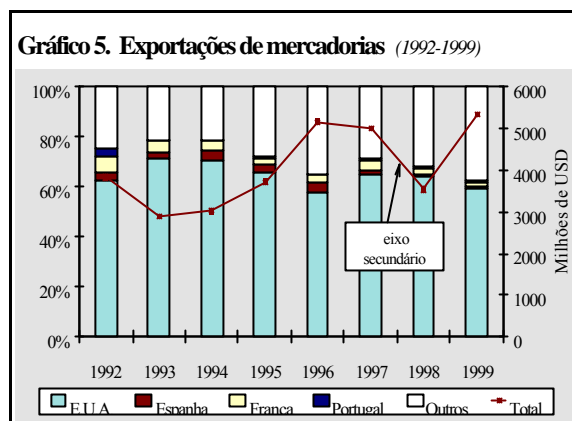
Ao condicionarem a oferta nos mercados de Luanda (região de apuramento do IPC), as consideráveis restrições impostas pelo conflito terão funcionado também como um dos factores que explicam a evolução registada no domínio dos preços em 1999 e no primeiro semestre de 2000 – evolução essa sinteticamente traduzida numa tendência genérica para a aceleração da cadência inflacionária (sobretudo a partir de meados de 1999, após o abandono da âncora cambial, ilustrando bem a necessidade de rigor orçamental e monetário que o novo contexto particularmente exige para a salvaguarda da estabilidade dos preços).

Tal tendência, que ficou expressa na subida da inflação homóloga para 329% em Dezembro último – e 415% em Junho seguinte, contra 135% no final de 1998 (quando a meta para 2000 está fixada em 120%) – foi igualmente impulsionada por factores como a revisão dos preços dos combustíveis e da electricidade nos primeiros meses de 2000 (com aumentos entre cerca de 800 e 1650%, para eliminar os subsídios), o aumento de salários concedido à função pública a pretexto de compensar o impacto desse agravamento (180%) e o cariz acomodaticio da política monetária (que não logrou esterilizar de forma suficiente um afluxo líquido de divisas correspondente a 679% do *stock* inicial da massa monetária).

3. CONTAS EXTERNAS

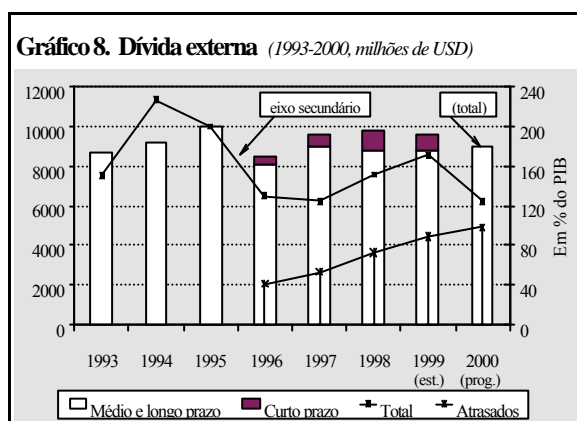
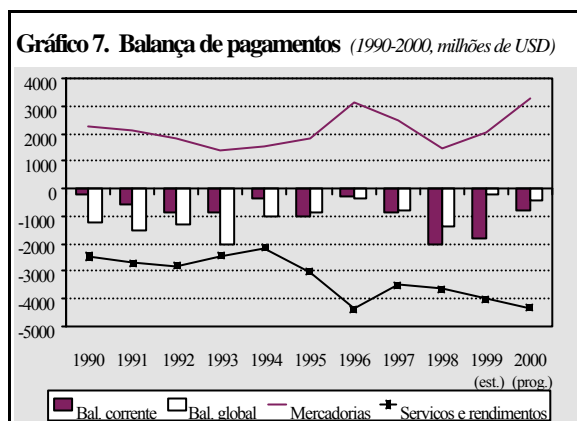
Além do impacto provocado pelo recomeço da guerra (patente nomeadamente no substancial aumento das importações de bens e serviços), a definição do perfil assumido pela balança de pagamentos angolana em 1999 ficou também a dever-se, como é habitual, à influência decisiva dos desenvolvimentos ocorridos no mercado petrolífero internacional. Encetada ainda em 1998, a propensão à alta evidenciada pelo preço do *crude* acabaria por se manter ao longo de todo o ano seguinte, daí tendo resultado, para o petróleo angolano, um ganho médio de aproximadamente 45% (prevendo-se ainda novo acréscimo em 2000 – que poderá ser superior a 20%, caso se prolonguem as condições actualmente prevalentes no mercado internacional).

O comportamento dos preços do petróleo seria, de facto, determinante para a melhoria da posição externa agora observada – que se reflecte em indicadores como o alargamento do superavit comercial ou a maior facilidade em aceder a financiamentos externos (apesar de obtidos em condições bastante onerosas) ou ainda o reforço das reservas cambiais, cifrado em USD 534 milhões depois de duas quebras anuais consecutivas (levando-as, no final de 1999, até um patamar equivalente a 3.9 semanas de importações, contra 1.7 semanas um ano antes). Tal melhoria verificou-se também ao nível da conta corrente, no seu conjunto, embora apenas em termos absolutos (uma redução de USD 227 milhões no respectivo défice), pois em termos relativos constata-se já uma ligeira deterioração: de um saldo negativo correspondente a 31.4% do PIB em 1998 para 32.1% no ano seguinte (em boa medida devido à evolução das taxas de câmbio



oficiais, antes sobrevalorizadas, que penalizaria o PIB expresso em USD).

Beneficiando da referida subida dos preços e do aumento no volume de petróleo extraído, apuram-se em 1999 exportações do sector petrolífero cifradas em USD 4.7 mil milhões – um dos valores nominais mais elevados de sempre e, em particular, 51.9% acima do verificado no ano anterior. O valor total das mercadorias exportadas qualifica-se mesmo, em termos nominais, como o mais dilatado de que há registo (USD 5.3 mil milhões), graças ao bom desempenho evidenciado também pela parcela não-petrolífera (uma variação de 43.8% face a 1998) – parcela esta quase integralmente correspondente ao sector dos diamantes (que asseguram, juntamente com o petróleo, 99.6% do total exportado).



O considerável acréscimo das exportações resulta, porém, algo diminuído em face do aumento que as importações de mercadorias conheceram também em 1999 (percentualmente maior ainda: 57.1%), fenómeno esse que foi acompanhado pela perda de quota de mercado dos fornecedores tradicionalmente mais destacados (Portugal e os EUA). Para o referido aumento terá contribuído sobremaneira, de forma directa ou indirecta, o esforço de guerra levado a cabo no decurso desse período – ao qual acresce, enquanto factor igualmente merecedor de destaque, o efeito induzido pela intensificação do investimento directo estrangeiro (com forte conteúdo importado).

Esta última categoria de capitais revelou-se, na verdade, crucial para reequilibrar uma balança global que se ressentiu ainda de novo agravamento do défice de serviços e

rendimentos (mais 10.5%). Ao atingir um patamar excepcional (cerca de USD 2.5 mil milhões, ou quase 45% do PIB), o IDE acabou por representar outra das vias pelas quais o sector petrolífero sustentou a economia angolana, pois não só para este sector se dirigiu, em larga maioria, o investimento propriamente dito, como foram também nessa rubrica contabilizados quase USD 900 milhões correspondentes aos “bónus do petróleo” (pagamentos de contrapartida pelos direitos de exploração).

A importância do sector em causa fica ainda evidente no facto de ter influenciado o acréscimo que registaram em 1999, depois de certa retracção no ano anterior, os desembolsos de empréstimos (concedidos habitualmente com garantia de petróleo) – fluxos esses que constituíram a última fonte de financiamento relevante para a sustentação do acréscimo de despesas. Refira-se, enfim, que mesmo com um tão substancial crescimento das receitas de vária ordem, acabou por se apurar em 1999 nova acumulação de atrasados da dívida externa (mais USD 774 milhões, elevando o respectivo total para USD 4.4 mil milhões, ou cerca de 46% do *stock* total estimado).

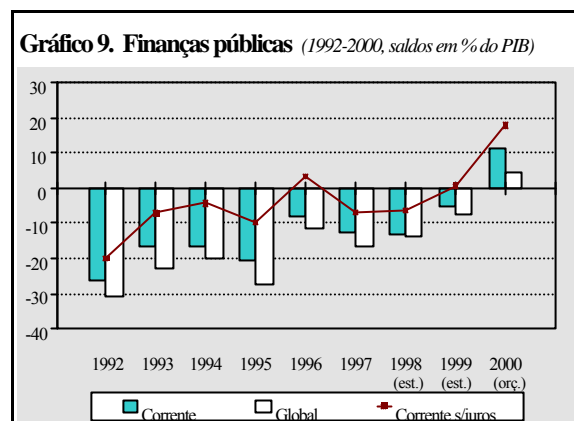
Ficou assim manifesto o peso da dívida, para cujo alívio se orientam as reformas em curso – caso tal não seja viável, voltará certamente a haver acumulação de atrasados em 2000, mesmo com o cenário favorável que se perspectiva, nomeadamente as exportações a aumentarem ainda 23.5%, o IDE próximo de USD 1.5 mil milhões e as importações em alta moderada (apesar da reforma aduaneira de finais de 1999, que se traduziu por uma redução geral das tarifas, com a máxima a cair de 110% para 35%).

4. FINANÇAS PÚBLICAS

Tal como em todos os restantes domínios significativos da conjuntura macroeconómica, também a este nível se fizeram notar os efeitos do recomeço da guerra civil e do aumento dos preços do petróleo. Tendo este último factor impulsionado, de forma muito substancial, a captação de receitas, enquanto o primeiro determinava uma considerável elevação das despesas (bem como alguma quebra, relativamente marginal, das receitas não-petrolíferas), o impacto conjugado de ambos acabaria, apesar de tudo, por redundar numa redução sensível dos desequilíbrios orçamentais – conforme patenteia o défice global apurado no ano em causa, que terá ascendido ao equivalente a 7.3% do PIB estimado, contra 13.5% em 1998 (e 16.4% no ano precedente).

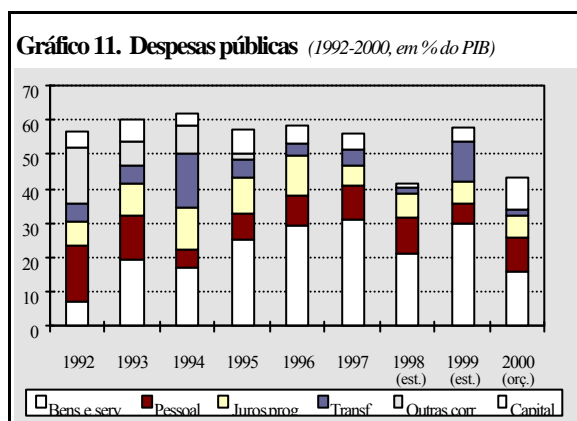
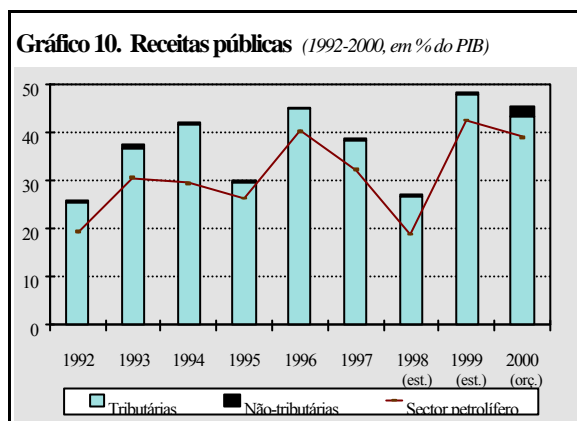
Não foi, todavia, ainda em 1999 que se

Operações financeiras do Estado			
(em % do PIB)			
	1998	1999	2000
	(est.)	(est.)	(orç.)
Receitas tributárias	26.6	47.9	43.1
Sector petrolífero	18.8	42.3	38.9
Receitas não-tributárias	0.4	0.3	2.0
Donativos	1.2	2.2	2.8
Despesas correntes	40.4	53.6	34.1
Bens e serviços	21.0	29.8	16.2
Pessoal	10.6	6.1	6.9
Juros programados	7.0	6.1	6.9
Transferências	1.8	11.5	1.6
Despesas de investimento	1.4	4.2	9.3
Saldo corrente	-13.4	-5.4	11.1
Saldo global (compromissos)	-13.5	-7.3	4.6
Financiamento interno	8.9	-15.2	2.7
Financiamento externo	-2.6	11.9	-10.4



avançou de forma suficientemente decidida no sentido da correcção estrutural dos enviesamentos identificáveis na esfera das finanças públicas – esforço este que se afigura essencial quer para libertar recursos em favor do sector privado (assumido, pelas autoridades angolanas, como motor do crescimento económico) quer para conferir solidez ao processo de estabilização financeira que se pretende encetar (com ganhos de bem-estar, imediatos e diferidos, para as populações, que têm sido fortemente afectadas pela erosão dos seus rendimentos reais resultante da aceleração na cadência inflacionária).

Essa correcção estrutural está, sim, programada para o ano em curso, assentando essencialmente, por enquanto, na contenção das despesas correntes – em especial no tocante a certas categorias de Bens e Serviços (associadas ao contexto militar do ano findo), assim como no que diz respeito às Transferências, onde se inserem quer os financiamentos disponibilizados a empresas públicas deficitárias quer os subsídios para a sustentação dos preços de diversos bens de consumo (neste caso, já em boa medida eliminados no decurso dos primeiros meses de 2000, com a actualização das tarifas dos combustíveis e da electricidade).



Este esforço de saneamento deverá idealmente permitir a redistribuição de despesas (favorecendo o investimento em infraestruturas e sectores sociais como a saúde ou a educação) e conjugar-se com a manutenção das receitas num patamar elevado – conforme tem sucedido ao longo do primeiro semestre, justificando até (juntamente com o aumento da inflação) a recente aprovação de um orçamento rectificativo. Assim se antecipa uma inversão drástica do papel tradicionalmente desempenhado, no plano macroeconómico, pelo sector público administrativo, pois este deverá passar a superavitário em 2000, com um saldo orçamental global programado para atingir o equivalente a 4,6% do PIB (considerando os donativos acima da linha).

A viabilização deste propósito exige, porém, que o comportamento das receitas permaneça fundamentalmente em linha com o

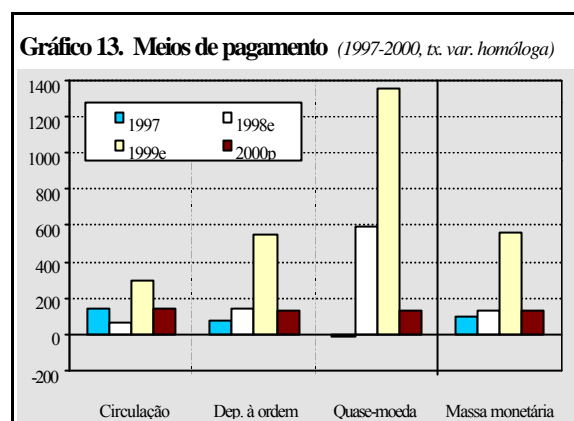
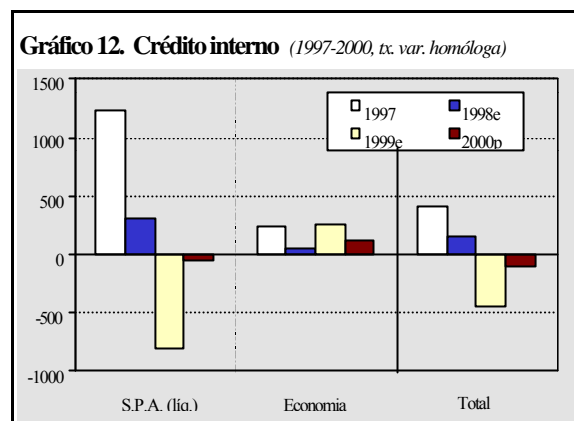
verificado em 1999, quando se estima que as mesmas terão atingido um nível correspondente a 47,9% do PIB (contra 26,2% no ano precedente). Como é natural em face do que atrás ficou dito, as receitas petrolíferas acentuaram mais ainda o predomínio que tradicionalmente exercem neste contexto – tendo sido responsáveis por 84% das receitas totais, contra uma média de 77% no triénio precedente – devido não só à sua dinâmica própria como também ao desempenho relativamente modesto das restantes categorias de receitas (embora com algumas excepções notáveis: os donativos e, sobretudo, as receitas diamantíferas, cujo contributo para o total quase decuplicou).

Em contrapartida, também do lado das despesas prevaleceu uma tendência para a alta, patente quer ao nível da parcela de investimento (cujo peso face ao total permanece diminuto, apesar de ter ascendido quase ao triplo do valor de 1998) quer na esfera das despesas correntes (destacando-se aqui os acréscimos das Transferências e dos Bens e Serviços, onde se enquadra o equipamento militar – em contraste com o decréscimo relativo da factura salarial), quer ainda no considerável valor negativo registado a título de Erros e Omissões (objectivamente equivalente a despesa). Apesar da melhoria que se verificou em diversos indicadores relevantes, a execução orçamental de 1999 terá, enfim, ficado marcada ainda pelo agravamento de um fenómeno – os atrasados, internos e externos – cuja persistência funciona como factor de perturbação para o bom funcionamento da economia, tendo sido agora devidamente colocados em lugar de destaque no contexto do Programa Monitorado com o FMI.

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

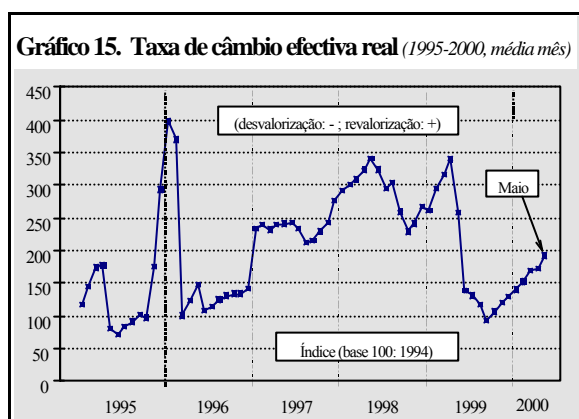
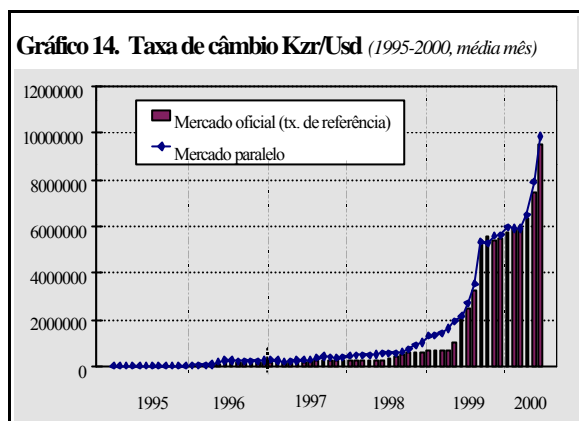
A tendência ascendente evidenciada pela inflação ao longo de 1999 e do primeiro semestre do ano em curso deve também ser interpretada como um indício de que a política monetária necessita de assumir um cariz mais restritivo do que vem sucedendo (conforme está, aliás, previsto pelas autoridades angolanas para 2000). Importa, a propósito, referir que o alcance da política monetária resulta potencialmente acrescido com a flexibilização do regime cambial efectuada em Maio de 1999 – embora dependa, para concretizar esse potencial, da existência de mecanismos operacionais adequados (a começar pelo aprofundamento dos mercados monetários, permitindo a secagem da liquidez excedentária no sistema e viabilizando assim a condução da política monetária por métodos indirectos – com as taxas de juro, ainda largamente negativas em termos reais, a desempenharem enfim o papel que lhes compete).

Ficou, de facto, patente que a expansão da liquidez assumiu em 1999 contornos excessivos, em estreita correlação com o crescendo das pressões inflacionistas, mesmo considerando as circunstâncias que condicionaram a evolução do panorama monetário no período em causa. De entre tais circunstâncias, poderão destacar-se o rigor orçamental ainda insuficiente, as distorções no funcionamento da economia acentuadas pelo reacender da guerra e as inevitáveis repercussões, a curto prazo, de medidas como o ajustamento das tarifas dos combustíveis e da electricidade ou a referida flexibilização do mercado cambial – que se insere no quadro das reformas de profundo alcance levadas a



cabo na área financeira desde o início de 1999 (liberalização das taxas de juro, lançamento dos Títulos do Banco Central, modificação do quadro regulador das transacções com o exterior, fomento do sistema de pagamentos, etc).

A referida expansão anual da liquidez cifrou-se, efectivamente, em 565% para o conjunto dos meios de pagamento (abrandando depois até Abril de 2000) – com aqueles que estão expressos em moeda estrangeira a evidenciarem acréscimos mais dilatados (como é natural, dada a alteração do regime cambial) mas mesmo no caso da parcela restante a registar-se uma variação anual de 310%. Com o aumento da base monetária a não ir além de 409%, daí se retira que o multiplicador monetário conheceu um acréscimo significativo (de 2.35 para 3.07), ao mesmo tempo que a preferência por liquidez se reduzia de forma



substantial (tendo o peso das notas e moedas em circulação face ao total dos meios de pagamentos caído para 15.7% em Dezembro de 1999, contra 26.5% um ano antes) – embora tais fenómenos se devam provavelmente mais ao peso dos depósitos de residentes em moeda estrangeira (isentos de reservas de caixa) do que a efectivos ganhos de eficiência no sistema.

Ao nível dos factores determinantes do pendor assumido pela massa monetária em 1999, destacam-se essencialmente os activos externos, com um acréscimo anual equivalente a 679% do *stock* inicial da referida massa – reflectindo, por um lado, o forte afluxo de capitais (sobretudo no segundo semestre, com o aumento das receitas do petróleo) e, por outro lado, o abandono da âncora cambial, que aliviou a pressão sobre as reservas do banco central. Este alteração do regime cambial

merece ser justamente realçada pela sua importância na redução das distorções que tradicionalmente condicionavam o bom funcionamento da economia angolana – designadamente a persistência de profundos diferenciais entre as taxas de câmbio praticadas no mercado oficial e no mercado paralelo. Tais diferenciais reduziram-se drasticamente na sequência da reforma, aumentando apenas episodicamente em períodos pontuais de maior volatilidade (visto que a banca e as casas de câmbio são agora livres de praticarem as taxas que bem entendam).

Já no tocante aos activos internos, constata-se que foi de pendor contraccionista o respectivo contributo para a variação da liquidez: um decréscimo correspondente a 324% do *stock* inicial da massa monetária, determinado sobretudo pelo comportamento do crédito líquido ao Estado (dado o substancial incremento dos respectivos depósitos, reflectindo a referida entrada de receitas em divisas). Mais do que o impacto global favorável à esterilização das entradas de capitais (que careceu, todavia, de um reforço adequado para minorar o impacto monetário – por exemplo, intensificando a emissão de TBC), importa sublinhar que parece haver ainda uma considerável margem para aumentar a eficiência no relacionamento entre o Tesouro e o banco central – marcado por saltos relativamente bruscos nas necessidades e disponibilidades do primeiro. Assim se possibilitaria uma melhor regulação da liquidez por parte da autoridade monetária, ajudando, em consequência, a minimizar a eventualidade de ocorrerem períodos de instabilidade como os que se vêm verificando.

ANEXO ESTADÍSTICO

ANGOLA - Quadro 1

Principais Indicadores Económicos, 1995 - 2000

	1995	1996	1997	1998	1999	1999	2000	2000
			Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
<i>(variação anual em percentagem)</i>								
PRODUTO E PREÇOS								
PIB real	10.3	10.0	6.2	3.2	1.0	2.7	3.8	
I. P. Consumidor (fim de período)	3783.1	1650.1	147.7	134.8	200.0	329.0	120.0	415.0 Jun
CONTAS EXTERNAS								
Exportações f.o.b. (em USD)	23.4	38.9	-3.1	-29.2	-3.4	50.8	23.5	
Importações f.o.b. (em USD)	27.4	10.2	21.4	-16.1	-8.1	57.1	0.4	
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	1477.3	9383.3	77.8	3.2	394.7	1001.8	238.8	
Despesas totais	1940.8	6079.3	101.9	8.0	272.4	753.1	167.8	
Défice global	2912.9	2451.6	200.1	19.5	17.3	233.8	-321.8	
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito interno total	-95.9	338.9	405.4	156.0	69.5	-451.0	-103.0	-8.3 Abr. ⁵
Sector público administrativo (líq.)	-96.4	31.8	1235.2	300.0	75.6	-801.4	-48.2	-0.2 Abr. ⁵
Economia	-95.1	700.4	244.5	47.8	56.9	261.8	113.1	23.6 Abr. ⁵
Massa monetária (M2)	-98.4	2550.7	90.3	126.0	56.2	564.8	131.1	32.9 Abr. ⁵
<i>(em percentagem do PIB)</i>								
SALDO ORÇAMENTAL GLOBAL	-27.3	-11.5	-16.4	-13.5	-6.4	-7.3	4.6	
INVESTIMENTO INTERNO BRUTO	13.6	26.6	25.3	24.1	--	32.3	--	
SALDO DA BTC	-19.8	-3.8	-11.3	-31.4	-22.4	-32.1	-11.3	
<i>(nas unidades definidas)</i>								
TAXAS DE CÂMBIO (médias)								
Nominal Kzr¹/USD (mercado oficial)	2739	127840	227528	392590	1068282	2790706	7700000	9520250 Jun.
ITCE real (base 100: 1994)²	146.4	130.2	236.4	281.0	--	136.4	--	191.9 Mai.
DÍVIDA EXTERNA (USD milhões)	10001	8488	9590	9778	10101	9591	9012	
Em % das exportações³	279.4	155.5	183.2	266.7	266.7	175.4	134.0	
Em % do PIB	199.8	130.0	124.3	151.5	172.6	171.1	124.4	
Serviço da dívida em % das exportações³		36.3	33.9	55.1	52.4	33.7	28.2	
TAXAS DE JURO								
Passiva a 1 ano	248.0	+1.5 ⁴	45.0	45.0	--	--	--	
Redesconto	152.0	+2.0 ⁴	48.0	58.0	--	120.0	--	120.0 Mai.

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Kwanzas reajustado (com a reforma monetária lançada em Outubro de 1999, foi reintroduzido o Kwanza, Kz, equivalente a 1 milhão de Kwanzas reajustados, Kzr);

² Índice da taxa de câmbio efectiva real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais angolanos no período 1995/99 (desvalorização: -; revalorização: +); ³ Exportações de bens e serviços; ⁴ Para apurar a taxa em causa, aos pontos percentuais indicados aplica-se um índice de correcção monetária igual à variação da taxa de câmbio do mercado primário nos trinta dias precedentes; ⁵ Variação Dezembro-Abril.

ANGOLA - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1995 - 2000

(preços correntes, em biliões de KZR¹ : KZR 10¹²)

	1995	1996	1997	1998	1999	1999	2000
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
Sector primário	9.1	571	1076	1423	3677	12044	--
Agricultura, silvicultura e pesca	1.1	59	158	330	713	1076	--
Indústria extractiva	8.0	512	918	1093	2964	10968	--
Petróleo e gás	7.7	484	842	956	2645	9603	--
Outros	0.4	28	76	137	319	1365	--
Sector secundário	1.0	55	149	318	657	1089	--
Indústria transformadora	0.5	29	77	160	338	554	--
Electricidade e água	0.0	0	1	2	6	6	--
Construção	0.5	26	71	156	313	529	--
Sector terciário	3.4	194	489	756	1807	2472	--
Serviços mercantis	2.4	125	283	489	1050	1370	--
Serviços não-mercantis	1.0	69	206	267	757	1102	--
PRODUTO INTERNO BRUTO (custo de factores)	13.5	820	1714	2497	6140	15605	--
Impostos indirectos	0.2	16	41	35	113	37	--
PRODUTO INTERNO BRUTO (preços de mercado)	13.7	835	1755	2533	6253	15644	55800
Consumo	11.9	640	1037	1710	--	7301	--
Público	6.1	342	734	808	--	6179	--
Privado	5.8	298	303	902	--	1122	--
Investimento	1.9	222	444	610	--	5059	--
Público	0.3	41	80	35	--	650	--
Privado	1.5	181	364	575	--	4409	--
Procura interna	13.8	862	1481	2320	--	12360	--
Exportações de bens e serviços	9.8	698	1195	1440	--	15258	--
Procura global	23.6	1560	2676	3760	--	27618	--
Importações de bens e serviços	9.9	455	920	1226	--	11973	--
<i>Pro memoria:</i>							
Poupança interna bruta	1.8	195	718	823	--	8343	--
PIB_{pm} nominal (milhões de USD) ²	5006	6532	7713	6452	5853	5606	7247
PIB_{pm} nominal (milhões de USD) ³	2243	5059	5836	4133	--	4956	--
Deflador do PIB_{pm} (variação anual em %)	1904.7	5434.9	97.9	39.9	144.4	501.4	759.8
PIB_{pm} nominal (variação anual em %)	2111.2	5988.4	110.2	44.3	146.8	517.6	792.4
PIB_{pm} real (variação anual em %)	10.3	10.0	6.2	3.2	1.0	2.7	3.8

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Kwanzas reajustado (com a reforma monetária lançada em Outubro de 1999, foi reintroduzido o Kwanza, Kz, equivalente a 1 milhão de Kzr).

² Conversão à taxa de câmbio oficial; ³ Conversão à taxa de câmbio paralela;

ANGOLA - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1991 - 2000 (*)

(em percentagem)

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		(1)	(2)	(3)	(4)
1991	Dezembro	--	175.72	175.72	2103.18
1992	Dezembro	--	495.80	495.80	299.10
1993	Dezembro	--	1837.71	1837.71	1379.34
1994	Dezembro	--	971.87	971.87	949.73
1995	Dezembro	--	3783.13	3783.13	2671.56
1996	Dezembro	--	1650.11	1650.11	4145.11
1997	Janeiro	64.17	64.17	2012.57	3455.10
	Fevereiro	1.47	66.58	1649.90	2936.77
	Março	-3.52	60.72	1151.24	2429.22
	Abril	3.17	65.81	750.06	1909.00
	Maio	0.92	67.34	366.01	1329.39
	Junho	0.55	68.26	189.58	877.61
	Julho	1.35	70.53	112.60	587.93
	Agosto	6.47	81.56	106.77	432.52
	Setembro	6.02	92.49	108.70	340.17
	Outubro	7.42	106.77	119.59	282.29
	Novembro	6.15	119.49	131.54	244.77
	Dezembro	12.87	147.74	147.74	219.18
1998	Janeiro	5.40	5.40	59.06	171.81
	Fevereiro	3.08	8.65	61.59	139.59
	Março	2.85	11.75	72.26	118.95
	Abril	5.00	17.34	75.32	103.92
	Maio	6.17	24.58	84.44	95.07
	Junho	3.70	29.19	90.22	90.98
	Julho	10.57	42.85	107.52	91.65
	Agosto	26.08	80.10	145.75	96.57
	Setembro	4.35	87.93	141.87	100.73
	Outubro	4.71	96.79	135.77	103.55
	Novembro	7.23	111.01	138.17	105.95
	Dezembro	11.25	134.75	134.75	107.29
1999	Janeiro	10.57	10.57	146.28	115.13
	Fevereiro	12.13	23.99	167.89	124.72
	Março	6.48	32.02	177.34	133.82
	Abril	7.79	42.31	184.70	143.05
	Maio	10.28	56.93	195.72	152.38
	Junho	11.23	74.56	217.19	162.98
	Julho	13.27	97.72	224.94	173.01
	Agosto	16.80	130.94	201.02	178.15
	Setembro	28.85	197.57	271.69	191.93
	Outubro	20.24	257.79	326.82	211.54
	Novembro	9.36	291.28	335.30	230.55
	Dezembro	9.64	329.00	329.00	248.22
2000	Janeiro	13.49	13.49	340.31	265.50
	Fevereiro	10.25	25.12	332.93	279.33
	Março	12.23	40.43	356.31	294.11
	Abril	8.74	52.70	360.33	307.55
	Maio	28.58	96.34	436.72	329.17
	Junho	6.72	109.53	414.96	345.04

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do BP.

(*) Índice total (reflete a variação das tarifas dos serviços públicos).

(¹) mês n / mês n-1; (²) mês n / Dez. anterior; (³) mês n / mês n do ano anterior; (⁴) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

ANGOLA - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1995 - 2000

(em milhões de USD)

	1995	1996	1997	1998	1999 Prog.	1999 Est.	2000 Prog.
1. CONTA CORRENTE	-994	-249	-869	-2024	-1311	-1797	-816
Mercadorias	1870	3129	2530	1464	1512	2077	3321
Exportações (f.o.b.)	3722	5169	5007	3543	3424	5344	6602
das quais: Sector petrolífero	3522	4854	4630	3091	3030	4694	5795
Importações (f.o.b.)	-1852	-2040	-2477	-2079	-1912	-3267	-3281
Serviços e rendimentos	-3020	-4402	-3505	-3647	--	-4031	-4342
Créditos ¹	129	311	251	158	--	160	162
Débitos	-3149	-4713	-3756	-3804	--	-4191	-4504
Juros da dívida pública programados	--	-767	-442	-454	-697	-326	-469
Dividendos e lucros	--	-536	-559	-378	--	-560	-505
Fretes e viagens	--	-380	-470	-385	--	-465	-445
Outros	--	-3030	-2285	-2588	--	-2841	-3086
Transferências unilaterais ²	156	1024	106	160	--	157	205
Donativos	--	334	176	238	--	250	300
Perdão da dívida vincenda	--	799	11	8	--	0	0
Outros	--	-109	-82	-87	--	-93	-95
2. CONTA DE CAPITAL E FINANCEIRA	-258	25	91	-22	488	1552	399
Endividamento a médio e longo prazo	-730	-306	267	-965	-276	-705	-786
Desembolsos	429	907	1601	603	1013	812	640
dos quais: Financ. não-concessionais	--	626	1314	269	--	620	435
Amortizações programadas	-1159	-1213	-1334	-1568	-1289	-1517	-1426
Investimento directo estrangeiro (líq.) ¹	472	588	492	1115	928	2520	1495
Endividamento a curto prazo (líq.)		-257	-668	-172	-164	-263	-310
3. ERROS E OMISSÕES	407	-122	-32	673	--	5	--
4. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2) + (3)	-845	-346	-810	-1372	-823	-240	-417
5. FINANCIAMENTO	845	346	810	1372	-12	240	417
Variação das DLX (aumento: -)	-31	-1520	184	317	-12	-534	-76
Variação de atrasados (redução: -)	430	-3871	596	988	0	774	493
Alívio da dívida	446	5737	30	67	0	0	0
6. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO ³: (4) + (5)	0	0	0	0	-835	0	0

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Os "bónus" do petróleo (pagamentos de contrapartida pelos direitos de exploração) estão contabilizados como Investimento Directo Estrangeiro;

² A separação entre transferências correntes e de capital não está ainda consolidada; ³ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

ANGOLA - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 1999

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1990 a 1999
China ¹	--	--	--	--	--	3.8	5.0	13.2	4.0	8.2	4.1
Espanha	1.4	1.3	2.8	2.7	4.6	3.3	4.2	1.9	0.8	0.6	2.3
E.U.A.	51.0	56.5	62.8	71.3	70.3	65.9	58.0	64.9	63.8	59.5	61.9
França	12.7	10.6	6.7	4.3	3.9	2.4	2.9	3.9	2.9	2.1	5.0
Portugal	2.1	3.4	3.0	0.2	0.2	0.4	0.3	1.0	0.6	0.5	1.1
Outros	32.8	28.2	24.7	21.5	21.0	24.2	29.6	15.1	27.9	29.1	25.5
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Os valores relativos ao período 1990-94 estão diluídos na rubrica Outros (a China registou uma quota média de 7.2% entre 1995 e 1999).

ANGOLA - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 1999

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1990 a 1999
África do Sul ¹	--	--	5.3	6.2	6.7	8.0	18.7	9.2	9.7	11.9	8.4
Alemanha	5.3	4.3	3.9	2.3	1.8	1.7	1.7	2.3	2.4	1.7	2.6
Brasil	5.3	4.1	2.6	2.9	11.9	1.2	1.9	4.0	6.0	5.1	4.4
China ¹	--	--	--	--	--	1.3	1.5	1.4	1.8	1.3	0.9
Espanha	6.7	3.9	14.6	10.0	2.4	3.5	5.0	8.5	4.9	5.9	6.7
E.U.A.	9.6	11.2	6.5	12.9	15.6	15.4	14.5	13.6	17.6	14.6	13.3
França	9.8	10.5	6.6	7.3	10.5	22.7	8.3	5.8	5.8	8.2	9.3
Holanda	6.2	4.0	3.3	4.8	4.2	3.6	3.4	4.6	5.1	3.6	4.2
Itália	5.0	3.6	2.4	4.7	2.5	2.5	3.1	2.7	3.7	4.5	3.5
Portugal	26.1	31.8	34.1	26.6	22.5	20.4	21.5	22.4	20.3	18.8	23.7
Reino Unido	3.4	3.7	4.7	3.2	2.8	2.9	3.9	6.4	3.4	6.2	4.3
Outros	22.6	22.9	16.0	19.1	19.1	16.8	16.5	19.1	19.3	18.2	18.7
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Os valores não assinalados estão diluídos na rubrica Outros (a África do Sul registou uma quota média de 9.9% entre 1992 e 1999, enquanto a China contabilizou 1.4% entre 1995 e 1999).

ANGOLA - Quadro 7

Dívida Externa, 1995 - 2000

(em milhões de USD)

	1995	1996	1997	1998	1999	1999	2000
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
Dívida de médio e longo prazo	10001	8072	8990	8756		8782	
<i>da qual: Juros atrasados</i>	<i>1104</i>	<i>491</i>	<i>717</i>	<i>829</i>		<i>791</i>	
Credores multilaterais	208	254	268	210		258	
<i>da qual: Juros atrasados</i>	<i>19</i>	<i>22</i>	<i>26</i>	<i>29</i>		<i>15</i>	
Credores bilaterais	9793	7818	8722	8546		8524	
<i>da qual: Juros atrasados</i>	<i>1085</i>	<i>469</i>	<i>691</i>	<i>800</i>		<i>776</i>	
Países do ex-COMECON	5399	2510	2501	2573		2549	
<i>da qual: Juros atrasados</i>	<i>788</i>	<i>97</i>	<i>112</i>	<i>115</i>		<i>115</i>	
Restantes países	4394	5308	6221	5973		5975	
<i>da qual: Juros atrasados</i>	<i>297</i>	<i>372</i>	<i>579</i>	<i>685</i>		<i>661</i>	
Dívida de curto prazo		416	600	1022		809	
<i>da qual: Juros atrasados</i>		<i>4</i>	<i>15</i>	<i>18</i>			
Credores bilaterais		416	600	1022			
<i>da qual: Juros atrasados</i>		<i>4</i>	<i>15</i>	<i>18</i>			
Países do ex-COMECON		0	3	44			
<i>da qual: Juros atrasados</i>		<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>			
Restantes países		416	597	978			
<i>da qual: Juros atrasados</i>		<i>4</i>	<i>15</i>	<i>17</i>			
DÍVIDA EXTERNA TOTAL	10001	8488	9590	9778	10101	9591	9012
<i>da qual: Atrasados</i>	<i>5922</i>	<i>2051</i>	<i>2647</i>	<i>3635</i>		<i>4440</i>	<i>4933</i>
<i>da qual: Juros atrasados</i>	<i>1104</i>	<i>495</i>	<i>732</i>	<i>847</i>		<i>791</i>	
Serviço da dívida de m/l prazo programado		1980	1776	2022	1986	1843	1895
Capital	1159	1213	1334	1568	1289	1517	1426
Juros		767	442	454	697	326	469
		<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>					
Dívida externa total	279.4	155.5	183.2	266.7	266.7	175.4	134.0
Serviço da dívida de m/l prazo programado		36.3	33.9	55.1	52.4	33.7	28.2
		<i>(em % do PIB)</i>					
Dívida externa total	199.8	130.0	124.3	151.5	172.6	171.1	124.4

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

ANGOLA - Quadro 8

Operações Financeiras do Estado, 1995 - 2000

(em biliões de KZR¹ : KZR 10¹²)

	1995	1996	1997	1998	1999	1999	g.e. ²	2000	2000	2000 (FMI) Prog.
				Est.	Orç. Rev.	Est.		1º trim. Est.	g.e. ²	
1. RECEITAS TOTAIS	4.1	390.3	694.0	716.0	3542	7889	222.7	5550	20.8	26730
1.1. Receitas correntes	4.1	376.3	680.0	685.0	3345	7540	225.4	5550	22.0	25190
Receitas não-tributárias	0.0	1.9	9.0	11.0	221	45	20.3	--	--	1120
Receitas tributárias	4.1	374.4	671.0	674.0	3124	7495	239.9	5550	23.1	24070
Sector petrolífero	3.6	335.6	565.0	477.0	2618	6630	253.3	4790	22.1	21720
Outras receitas	0.5	38.8	106.0	197.0	506	865	170.9	760	32.3	2350
1.2. Receitas de capital					3					
1.3. Donativos	0.0	14.0	14.0	31.0	194	349	180.1	0	0.0	1540
2. DESPESAS TOTAIS	7.9	485.9	981.0	1059.0	3944	9034	229.1	2300	9.5	24190
2.1. Despesas correntes	6.9	445.0	901.0	1024.0	2721	8384	308.1	2110	11.1	19000
Despesas com o pessoal	1.0	74.2	172.0	269.0	1116	960	86.0	490	9.3	5250
Bens e serviços	3.4	245.0	550.0	532.0	829	4668	563.4	900	10.0	9020
Juros da dívida programados	1.5	97.4	101.0	178.0	252	959	379.9	470	12.2	3860
Transferências	0.7	28.3	78.0	45.0	506	1797	355.3	250	28.7	870
Outras despesas	0.3	0.0	0.0	0.0	18	0	0.0	0	--	0
2.2. Despesas de capital	1.0	40.9	80.0	35.0	1223	650	53.2	190	3.7	5190
3. SALDO CORRENTE: (1.1) - (2.1)	-2.8	-68.7	-221.0	-339.0	624	-844	--	3440	--	6190
4. SALDO GLOBAL S/ DONATIVOS: (1) - (2) - (1.2)	-3.7	-109.6	-301.0	-374.0	-596	-1494	--	3250	--	1000
5. SALDO GLOBAL, BASE COMPROMISSOS: (1) - (2)	-3.7	-95.6	-287.0	-343.0	-402	-1145	--	3250	--	2540
6. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	1.3	117.4	70.0	190.0	0	2216	--	250	--	1730
6.1. Internos	0.2	53.4	13.0	85.0	0	1606	--	-20	2.4	-840
6.2. Juros externos	1.2	64.0	57.0	105.0	0	610	--	270	10.5	2570
7. VALORES EM TRÂNSITO, ERROS E OMISSÕES	-1.4	-22.8	-12.0	-8.0	0	-551	--	-1800	--	0
8. SALDO GLOBAL, BASE CAIXA: (5) + (6) + (7)	-3.8	-1.0	-229.0	-161.0	-402	520	--	1700	--	4270
9. FINANCIAMENTO	3.8	1.0	229.0	161.0	599	-520	-86.8	-1700	39.8	-4270
9.1. Interno (líq.)	4.2	1.0	70.0	226.0	190	-2382	-1253.7	900	58.8	1530
do qual: Banco central ³	4.2	1.0	70.0	226.0	190	-2031	-1068.9		0.0	781
9.2. Externo (líq.)⁴	-0.4	0.0	159.0	-65.0	409	1862	455.5	-2600	44.8	-5800
do qual: Desembolsos de empréstimos a m.l.p.	0.4	0.0	300.0	107.0	1514	1808	119.4	0	0.0	3410
Empréstimos de c.p. (líq.)			14.0	96.0		-569		-310	19.1	-1620
Variação de atrasados de capital (ext.)			60.0	159.0		1104		200	9.6	2090
Alívio da dívida			7.0	26.0						
Bónus do petróleo						2512				1004
10. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO⁵: (8) + (9)	0.0	0.0	0.0	0.0	197	0	--	0	--	0

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Kwanza reajustado (com a reforma monetária lançada em Outubro de 1999, foi reintroduzido o Kwanza, Kz, equivalente a 1 milhão de Kwanzas reajustados, Kzr).

² Grau de execução face ao orçamentado (em %); ³ Excluindo assunção de ganhos/perdas cambiais; ⁴ Incluindo alívio da dívida, variação dos atrasados de capital e os chamados "bónus" do petróleo (pagamentos de contrapartida pelos direitos de exploração); ⁵ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento;

ANGOLA - Quadro 8b

Operações Financeiras do Estado, 1995 - 2000

(em percentagem do PIBpm)

	1995	1996	1997	1998	1999	1999	2000
				Est.	Orç. Rev.	Est.	(FMI) Prog.
1. RECEITAS TOTAIS	30.01	46.74	39.55	28.27	33.07	50.43	47.90
1.1. Receitas correntes	30.01	45.06	38.75	27.04	31.26	48.20	45.14
Receitas não-tributárias	0.31	0.22	0.51	0.43	2.07	0.29	2.01
Receitas tributárias	29.70	44.84	38.23	26.61	29.20	47.91	43.14
Sector petrolífero	26.20	40.19	32.19	18.83	24.47	42.38	38.92
Outras receitas	3.50	4.65	6.04	7.78	4.73	5.53	4.21
1.2. Receitas de capital	0.00	0.00	0.00	0.00	0.03	0.00	0.00
1.3. Donativos	0.00	1.68	0.80	1.22	1.81	2.23	2.76
2. DESPESAS TOTAIS	57.34	58.19	55.90	41.81	36.86	57.75	43.35
2.1. Despesas correntes	50.40	53.29	51.34	40.43	25.43	53.59	34.05
Salários e ordenados	7.55	8.89	9.80	10.62	10.43	6.14	9.41
Bens e serviços	25.02	29.34	31.34	21.00	7.74	29.84	16.16
Juros da dívida programados	10.81	11.66	5.75	7.03	2.36	6.13	6.92
Transferências	5.10	3.39	4.44	1.78	4.73	11.49	1.56
Outras despesas	1.91	0.00	0.00	0.00	0.17	0.00	0.00
2.2. Despesas de investimento	6.94	4.90	4.56	1.38	11.43	4.15	9.30
3. SALDO CORRENTE: (1.1) - (2.1)	-20.39	-8.23	-12.59	-13.38	5.83	-5.40	11.09
4. SALDO GLOBAL S/ DONATIVOS: (1) - (2) - (1.2)	-27.33	-13.13	-17.15	-14.77	-5.57	-9.55	1.79
5. SALDO GLOBAL, BASE COMPROMISSOS: (1) - (2)	-27.33	-11.45	-16.35	-13.54	-3.76	-7.32	4.55
6. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	9.70	14.06	3.99	7.50	0.00	14.17	3.10
6.1. Internos	1.13	6.40	0.74	3.36	0.00	10.27	-1.51
6.2. Juros externos	8.57	7.66	3.25	4.15	0.00	3.90	4.61
7. VALORES EM TRÂNSITO, ERROS E OMISSÕES	-10.00	-2.73	-0.69	-0.32	0.00	-3.52	0.00
8. SALDO GLOBAL, BASE CAIXA: (5) + (6) + (7)	-27.63	-0.12	-13.05	-6.36	-3.76	3.32	7.65
9. FINANCIAMENTO	27.63	0.12	13.05	6.36	5.60	-3.32	-7.65
9.1. Interno (líq.)	30.32	0.12	3.99	8.92	1.78	-15.23	2.74
do qual: Banco central	30.32	0.12	3.99	8.92	1.78	-12.98	1.40
9.2. Externo (líq.)¹	-2.69	0.00	9.06	-2.57	3.82	11.90	-10.39
do qual: Desembolsos	2.99	0.00	17.09	4.22	14.15	11.56	6.11
10. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO³: (8) + (9)	0.00	0.00	0.00	0.00	1.84	0.00	0.00

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Inclui alívio da dívida, variação dos atrasados de capital e, com impacto em 1999 e 2000, os chamados "bónus" do petróleo (pagamentos de contrapartida pelos direitos de exploração); ² Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento;

ANGOLA - Quadro 9

Síntese Monetária, 1995 - 2000

(em bilhões de KZR³ : KZR 10¹²)

	1995	1996	1997	1998	1999	1999	1999/1998 (%)		Abr 2000	Jun 2000	2000
					Prog.	Est.	(1)	(2)	Est.	Prog. (FMI)	Prog. (FMI)
POSIÇÃO EXTERNA	-7.6	95.9	80.2	167.7	71	4406	2527.4	678.6	5535	6027	10500
Disponibilidades líquidas sobre o exterior	-6.0	108.5	86.2	175.2	110	4422	2423.7	679.9	5553	6035	10513
Banco Nacional de Angola	-7.1	55.1	23.5	-161.1	-365	1691	1150.1	296.6	1877	1823	4188
Disponibilidades	2.1	112.8	104.0	141.6	266	2767	1854.4	420.4	2950	3331	5926
Responsabilidades	-9.2	-57.7	-80.5	-302.6	-631	-1076	255.6	-123.8	-1074	-1508	-1738
Bancos comerciais	1.1	53.4	62.7	336.3	475	2731	712.1	383.4	3676	4212	6325
Responsabilidades externas de médio/longo prazo	-1.6	-12.6	-6.0	-7.5	-39	-16	114.2	-1.4	-18	-8	-13
CRÉDITO INTERNO TOTAL	7.9	34.7	175.4	449.0	761	-1576	-451.0	-324.2	-1446	-133	47
Crédito líquido ao S.P.A.	4.3	5.6	75.3	301.1	529	-2111	-801.4	-386.3	-2107	-921	-1094
Crédito concedido	4.6	37.3	82.3	330.2	548	613	85.6	45.3	624		
Depósitos	-0.4	-31.6	-7.1	-29.1	-19	-2724	9253.2	-431.5	-2731		
Crédito à economia	3.6	29.1	100.1	148.0	232	535	261.8	62.0	662	788	1141
Empresas públicas não-financeiras	2.7	1.0	1.3	0.5	--	1	--	--	1		
Sector privado	0.9	28.0	98.9	147.5	--	535	--	--	661		
TOTAL DO ACTIVO	0.3	130.6	255.6	616.7	832	2830	358.8	--	4090	5894	10547
MASSA MONETÁRIA (M₂)	5.5	145.2	276.3	624.6	976	4152	564.8	564.8	5516	6454	9596
Circulação monetária	1.2	42.2	101.6	165.7	215	650	292.6	--	775	1082	1583
Depósitos à ordem	3.6	92.8	165.5	395.3	697	2571	550.5	--	3679	4041	5932
dos quais: Depósitos em moeda estrangeira				171.6	--	1675	876.3	--	2316	2419	3809
Quase-moeda	0.6	10.3	9.2	63.6	64	930	1362.9	--	1062	1331	2081
da qual: Depósitos em moeda estrangeira	--	8.2	5.2	55.2	37	872	1479.4	--	934	1213	1927
OUTRAS RUBRICAS (líq.)	-5.2	-14.7	-20.7	-7.8	-143	-1322	-16757.5	-210.5	-1426	-560	951
das quais: Contrapartida de flutuações cambiais	-5.7	-80.3	-82.8	--	-369	--	--	--	--	--	--
TOTAL DO PASSIVO	0.3	130.6	255.6	616.7	832	2830	358.8	--	4089	5894	10547

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(¹) Variação face a 1998; (²) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final de 1998 (factores de expansão/contractão da liquidez); (³) Kwanzas reajustado (com a reforma monetária lançada em Outubro de 1999, foi reintroduzido o Kwanza, Kz, equivalente a 1 milhão de Kwanzas reajustados, Kzr).

ANGOLA - Quadro 10

Taxas de Juro, 1995 - 2000

	1995	1996	1997	1998	1999 ⁵	1999	2000
	Dez.	Dez. ⁴	Dez.	Dez.	Jun.	Dez.	Mai.
Depósitos (limite mínimo)							
Depósitos à ordem			10	10	10	10	10
Depósitos a prazo							
Até 90 dias	240	+1.0	35	37.5	37.5	36	
91-180 dias	244	+1.5	40	40	39	55	
181-365 dias	248		45	45	39		
Mais de 1 ano	253		45	47.5	39.0		
Crédito (limite máximo)							
Até 90 dias	380						
91-180 dias	385		45	50			
181-365 dias	390		55	55			
1-3 anos	395		55	57.5			
Mais de 3 anos	400						
Operações do BNA							
Redesconto		+2.0					
Faixa A ¹	152		48	58	120	120	120
Faixa B ²	156		50		122	122	122
Faixa C ³	160		52		124	124	124
Crédito caucionado	152		48		120	120	120
Títulos do Banco Central (TBC), tx. média							
a 28 dias					60.0	80.5	82.5
a 63 dias						83.5	84.8
<i>Pro memoria:</i>							
Inflação (t.v. homóloga no mês)	3783.1	1650.1	147.7	134.8	217.2	329.0	436.7

Fonte: Banco Nacional de Angola.

¹ Montante até ao equivalente a 5% dos depósitos à ordem e a prazo; ² Montante até ao equivalente a 10% dos depósitos à ordem e a prazo;

³ A critério do CA do BNA (montante superior aos 10% anteriores); ⁴ Para apurar as taxas em causa, aos pontos percentuais abaixo indicados aplica-se um índice de correcção monetária igual à variação da taxa de câmbio do mercado primário nos trinta dias precedentes;

⁵ As taxas de juro activas e passivas foram liberalizadas em 21/5/99, pelo Aviso 7/99 do BNA (o seu acompanhamento posterior não tem sido assegurado).

ANGOLA - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1990 - 2000

(médias)

	KZR/USD						ITCE ²	
	Merc. primário ³	Merc. paralelo	Merc. secundário ³	Diferenciais (%)		(base 100: 1994)		
	(M.P.)	(M.p.)	(M.S.)	M.p./M.P.	M.S./M.P.	Nominal	Real	
1990	0.03	--	--	--	--	493953.1288	503.93	
1991	0.06	--	--	--	--	250892.8653	447.35	
1992	0.45	2.60	2.27	479.09	404.42	32541.4569	223.08	
1993	4.90	39.73	23.24	710.05	373.95	3100.5595	304.05	
1994	152.79	320.22	162.23	109.59	6.18	100.0000	100.00	
1995	2739.47	6114.18	2766.88	123.19	1.00	5.4407	146.43	
1996	127840.48	165044.22	128615.60	29.10	0.61	0.1173	130.24	
1997	227528.05	300694.67	229246.70	32.16	0.76	0.0682	236.45	
1998	392590.32	612853.52	396983.35	56.11	1.12	0.0397	280.99	
1999	2790706.17	3156892.44	--	13.12	--	0.0057	136.38	
1997								
Janeiro	201994	266452	203009	31.91	0.50	0.0752	234.20	
Fevereiro	201994	239063	203009	18.35	0.50	0.0761	239.90	
Março	201994	204577	203009	1.28	0.50	0.0764	231.77	
Abril	201994	216375	203009	7.12	0.50	0.0765	239.17	
Maiο	201994	241976	203009	19.79	0.50	0.0764	241.11	
Junho	201994	255354	203009	26.42	0.50	0.0768	243.29	
Julho	214956	278911	216457	29.75	0.70	0.0728	233.63	
Agosto	253912	348645	256451	37.31	1.00	0.0621	211.66	
Setembro	262376	410667	265000	56.52	1.00	0.0597	215.11	
Outubro	262376	391895	265000	49.36	1.00	0.0594	229.61	
Novembro	262376	364000	265000	38.73	1.00	0.0592	242.82	
Dezembro	262376	390422	265000	48.80	1.00	0.0596	276.03	
1998								
Janeiro	262376	446169	265000	70.05	1.00	0.0599	292.23	
Fevereiro	262376	461786	265000	76.00	1.00	0.0599	300.80	
Março	262376	467823	265000	78.30	1.00	0.0600	309.29	
Abril	262376	475000	265000	81.04	1.00	0.0599	323.48	
Maiο	262376	500403	265000	90.72	1.00	0.0596	340.74	
Junho	286692	569333	289777	98.59	1.08	0.0547	323.72	
Julho	347642	571935	352115	64.52	1.29	0.0451	295.11	
Agosto	423090	572903	426335	35.41	0.77	0.0370	305.01	
Setembro	512682	619458	519036	20.83	1.24	0.0302	259.22	
Outubro	600098	741653	607539	23.59	1.24	0.0255	229.11	
Novembro	614500	911833	622000	48.39	1.22	0.0251	241.41	
Dezembro	614500	1015944	622000	65.33	1.22	0.0250	267.97	
1999								
Janeiro	696500	1300161	700000	86.67	0.50	0.0222	261.73	
Fevereiro	696500	1344881	700000	93.09	0.50	0.0224	295.77	
Março	696500	1411075	700000	102.60	0.50	0.0225	316.36	
Abril	696500	1621278	700000	132.77	0.50	0.0226	340.19	
Maiο	1014978	1940288	--	91.17	--	0.0156	257.88	
Junho	2120571	2165042	--	2.10	--	0.0075	138.10	
Julho	2521128	2724274	--	8.06	--	0.0063	131.36	
Agosto	3252815	3527312	--	8.44	--	0.0049	117.95	
Setembro	5356949	5319944	--	-0.69	--	0.0030	92.18	
Outubro	5553320	5293414	--	-4.68	--	0.0028	106.19	
Novembro	5373773	5611250	--	4.42	--	0.0030	121.01	
Dezembro ⁴	5508940	5623790	--	2.08	--	0.0029	130.03	
2000⁴								
Janeiro	5773040	5985350	--	3.68	--	0.0028	140.45	
Fevereiro	5897930	5904890	--	0.12	--	0.0027	152.06	
Março	5906940	5908330	--	0.02	--	0.0027	170.10	
Abril	6353270	6472220	--	1.87	--	0.0026	172.50	
Maiο	7412319	7905430	--	6.65	--	0.0022	191.94	
Junho	9520250	9856250	--	3.53	--	0.0017	--	

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do BP.

¹ Kwanza reajustado (com a reforma monetária lançada em Outubro de 1999, foi reintroduzido o Kwanza, Kz, equivalente a 1 milhão de Kwanzas reajustados, Kzr);

² ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1995/99 (desvalorização: -; revalorização: +);

³ A partir de 24/5/99, com a liberalização cambial, passou a ser divulgada uma "taxa de referência", correspondente à média ponderada das taxas praticadas pela banca e pelas casas de câmbio; ⁴ O Kwanza, nova moeda angolana, foi oficialmente lançado em 12 de Novembro, substituindo o Kwanza Reajustado (à razão de um para um milhão).

CABO VERDE

Área: 4 033 Km²
Capital: Praia
População: 417 000 hab
Moeda: Escudo CV



1. SÍNTESE

A economia cabo-verdiana conheceu em 1999 e princípios de 2000 um período de consolidação do novo enquadramento macroeconómico que tem vindo a ser progressivamente introduzido ao longo dos últimos anos, enquadramento esse – de cariz liberalizante e modernizador – para o qual concorrem reformas qualitativas tão relevantes como a mudança de regime cambial ou o programa de privatizações. Em boa medida como consequência dos efeitos induzidos por esse processo, foi também um período marcado pela manutenção do crescimento económico a ritmo acelerado (cerca de 8% no biénio 1998/99 e outro tanto previsto para o ano em curso), pelo abrandamento da inflação (cuja taxa de variação homóloga caiu de 8.3% no final de 1998 para -2.6% em Maio de 2000) e pelo reforço da posição externa (com as reservas cambiais a atingirem um nível equivalente a 2.2 meses de importações em finais de 1999, contra 1.4 meses um ano antes).

Este último fenómeno ficou essencialmente a dever-se ao considerável volume de receitas das privatizações que deu entrada no final do ano, contribuindo assim – juntamente com factores como o aumento das remessas de emigrantes e das receitas do turismo – para a melhoria global da balança de pagamentos, que a deterioração do saldo comercial condicionava. As exportações de mercadorias tendem, entretanto, a recuperar em 2000, favorecidas também pelo ganho de competitividade resultante do abrandamento da cadência inflacionária (ganho esse bem patente na depreciação efectiva real do escudo cabo-verdiano: 7.1% entre Dezembro de 1998 e Maio de 2000).

Principais Indicadores Económicos

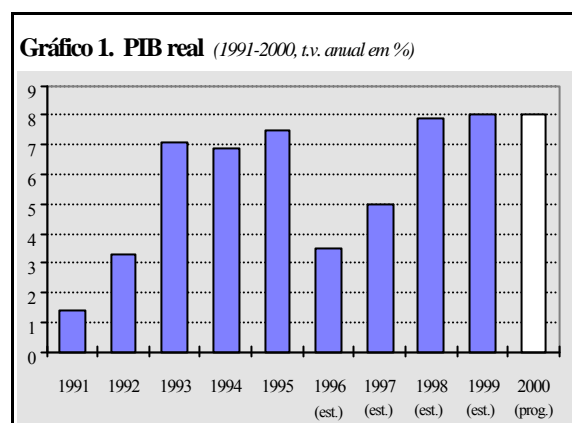
	1998	1999	2000
	(est.)	(est.)	(pro.)
PIB real (t.v. anual)	7.9	8.0	8.0
Inflação (t.v. média)	4.4	4.4	2.0
Massa monetária (t.v.a.)	2.7	15.2	10.1
Saldo da BTC (% PIB)	-11.7	-14.1	-7.4
Saldo orçamental (% PIB)	-4.3	-8.3	-5.9
Dívida externa (% PIB)	46.2	54.4	--

O referido encaixe das privatizações assume ainda particular importância por se tratar de uma das fontes que suportam financeiramente outra reforma crucial para a economia cabo-verdiana: a conversão da dívida interna, concretizada já a mais de metade, com o respectivo ónus a cair de um valor equivalente a 3.2% do PIB em 1998 para 1.2% em 1999. Este foi, aliás, um dos elementos determinantes para o apuramento do primeiro superavit corrente dos últimos cinco anos na esfera das finanças públicas – embora globalmente a situação orçamental se tenha deteriorado, em consequência das despesas extraordinárias feitas para acudir ao impacto da seca de 1998.

Tal deterioração veio a reflectir-se na ultrapassagem do valor estipulado no programa monetário de 1999 para o crédito líquido ao SPA (que continuou, entretanto, a aumentar em 2000, devido ao atraso conjuntural do financiamento externo), mas não impediu que o crédito à economia continuasse a crescer de maneira adequada para apoiar o desenvolvimento da actividade económica (e em linha com o programado), nem que o FMI tenha avaliado de forma bastante favorável a execução do Acordo de *stand by* que manteve até Dezembro findo com as autoridades cabo-verdianas.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

O desempenho da economia cabo-verdiana no decurso de 1999 continuou a pautar-se por um apreciável dinamismo, dando assim mostras de estar a reagir positivamente ao estímulo provocado pelas reformas de pendor liberalizante levadas a cabo nos últimos anos – desde a alteração do regime cambial ao progressivo saneamento das finanças públicas, passando pelas privatizações ou pela abertura do sistema financeiro, entre outras. Além dos aspectos de natureza qualitativa, cuja apreensão é menos evidente (refira-se, por exemplo, que o número de empresas privadas em actividade é seis vezes superior ao registado no início da década), tal dinamismo encontra tradução quantitativa no acelerado ritmo de expansão da economia que voltou a verificar-se no ano em análise: uma taxa de crescimento real do PIB estimada em 8.0%, ou seja praticamente o mesmo que o apurado em 1998 e tanto quanto se prevê para 2000,



prolongando assim uma tendência favorável quase ímpar à escala do continente.

Parece, por conseguinte, ultrapassado o refluxo a que se assistiu em 1996/97 (apesar de tudo correspondente a uma desaceleração do crescimento para níveis ainda confortáveis: 3.5% e 5.0%, em termos reais), quando uma má campanha agrícola veio conjugar-se com a necessidade de corrigir o laxismo antes predominante na esfera das contas públicas. Assim se apuram, para o conjunto da década – de acordo com as contas nacionais revistas pelo INE de Cabo Verde, recorrendo à metodologia internacionalmente consagrada – valores que terão correspondido a uma elevação global do rendimento *per capita* cifrada em cerca de 35%.

Esse desempenho terá permitido uma melhoria sensível dos indicadores de bem-estar social mais significativos (embora não se reflecta de forma suficiente na redução da taxa de desemprego, rigidamente fixada em cerca de 1/4 da população activa) e assentou principalmente em factores como a expansão da actividade turística (captada de forma imperfeita na desagregação sectorial), o afluxo de investimento directo estrangeiro (transversal à generalidade dos ramos que compõem os sectores secundário e terciário, sobretudo com o avanço das privatizações) e o incremento das

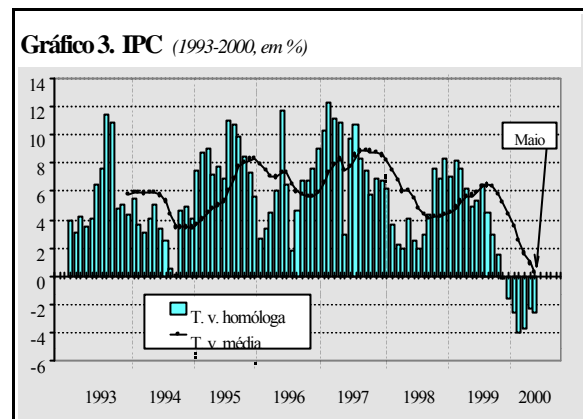
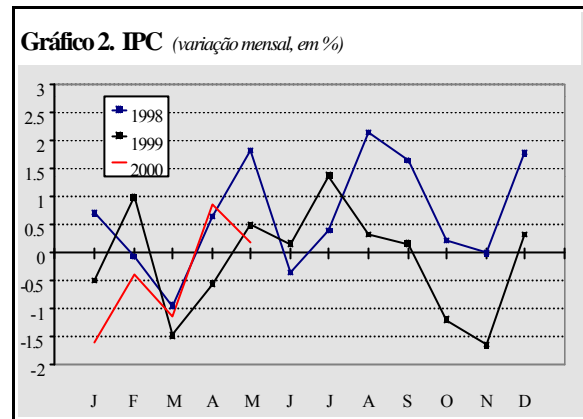
Decomposição do PIBpm			
(em percentagem)			
	1996	1997	1998
	(est.)	(est.)	(est.)
Agric., pecuária, silvic.	11.2	11.4	10.7
Pescas	1.8	1.6	1.5
Construção	9.4	8.7	8.8
Hotéis e restaurantes	1.5	3.2	3.4
Banca e seguros	4.4	5.4	5.4
Administração pública	13.5	13.9	13.5
PIBpm	100.0	100.0	100.0
Consumo	94.0	91.6	91.8
Privado	62.2	66.3	68.5
Público	31.8	25.3	23.3
Investimento	38.8	39.1	40.2
Exportações⁽¹⁾	22.7	27.2	24.9
Importações⁽¹⁾	55.5	57.9	56.9

⁽¹⁾ Bens e serviços.

remessas de emigrantes (estimulando, em particular, a construção) – factores esses que estiveram todos em particular evidência no ano de 1999 e dão sinais de continuarem em bom plano nos próximos tempos.

A robustez do crescimento económico que se vem observando em Cabo Verde é ainda mais notável por se verificar em simultâneo com um substancial abrandamento da cadência de aumento dos preços, processo que se desenrolou de forma sustentada ao longo de 1999, conduzindo a inflação para níveis historicamente baixos. Consta-se, de facto, que as oscilações mensais do IPC foram negativas em oito dos dezassete meses decorridos até Maio de 2000; que a inflação acumulada ao longo de 1999 foi negativa em -1.5% (ou seja, a inflação homóloga anual caiu para este valor em Dezembro do ano em causa, quando ascendia ainda a 8.3% no final de 1998 – tendo, aliás, continuado a cair até aos -2.6% apurados em Maio último); que, finalmente, a inflação média recuou ao longo de nove meses consecutivos, para se fixar em 0.3% no último mês disponível (Maio do corrente), depois de ter estado cifrada em 4.4% no final de 1998.

Para a consolidação desta tendência, que conduziu a inflação ao patamar mínimo registado na década em curso – devendo mesmo, em rigor, falar-se de deflação – contribuiu de forma determinante a boa campanha agrícola de 1999, graças à qual foi possível assegurar o abastecimento dos mercados a nível adequado, pressionando os preços à baixa pelo lado da oferta (note-se que a classe de Bens Alimentares assume no cabaz do IPC uma ponderação de 54%). Apesar desse decisivo contributo conjuntural – bem patente no facto de se registar em Abril uma

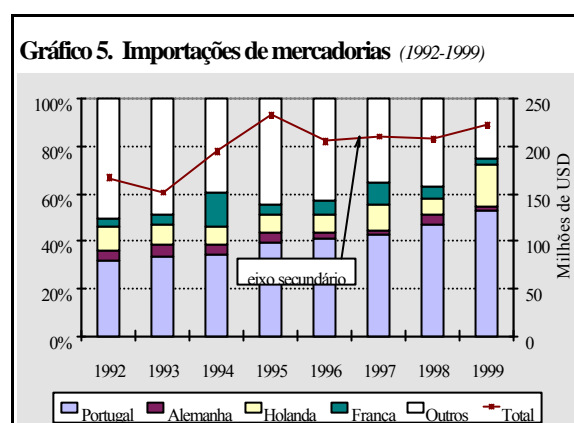
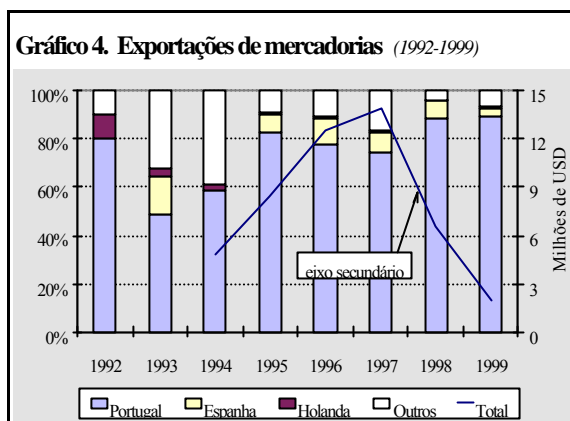


variação de -4.5%, face ao mês homólogo de 1999, no índice de preços dos Bens Alimentares – devem, todavia, ser igualmente referidos dois outros factores de primordial importância: o aumento das importações (consequência do processo de abertura ao exterior e, em particular, da intensificação do investimento estrangeiro e das remessas de emigrantes), cujo peso na estrutura económica cabo-verdiana justifica que se fale de “desinflação importada”, e o abrandamento das pressões inflacionistas pelo lado da procura que resultou do acréscimo de rigor na esfera das finanças públicas em 1998 – tendência que será crucial manter para se consolidar a estabilidade dos preços.

3. CONTAS EXTERNAS

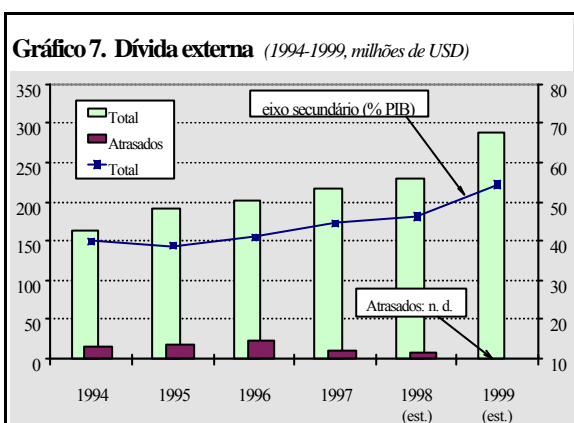
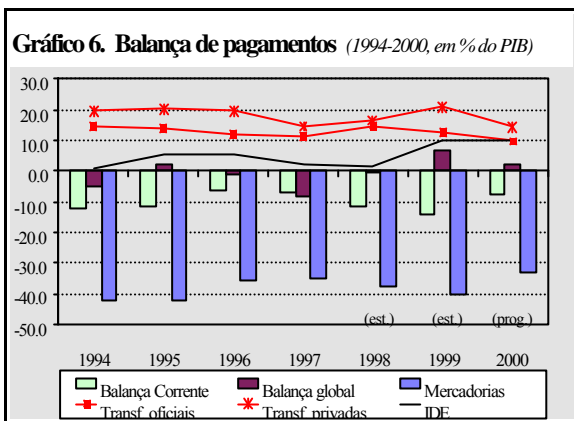
A alteração do padrão de especialização internacional da economia cabo-verdiana é uma das principais tónicas do programa de reformas adoptado pelas respectivas autoridades nos últimos anos – que a encaram como via para um melhor aproveitamento das potencialidades do país, reduzindo assim a dependência face ao exterior (e, em especial, à ajuda pública). Esse processo acarreta a mudança do perfil tradicional da balança de pagamentos – caracterizado por aspectos como um rácio exportações/importações de mercadorias raramente superior a 10% ou um volume de donativos externos que oscila anualmente entre 12 e 15% do PIB – e tem encontrado tradução no tendencial aumento (e diversificação) das exportações de bens e serviços, patente a partir de meados da década, com a aceleração do investimento estrangeiro como suporte principal.

Este último fenómeno foi, aliás, um dos elementos mais marcantes da evolução observada em 1999 ao nível das contas externas, com o IDE a alcançar o seu nível anual mais elevado de sempre (CVE 5.4 mil milhões, ou seja cerca de 10% do PIB), funcionando assim como o factor decisivo para a melhoria da posição externa que nessa altura se regista. Tal melhoria levou a que a balança global se apresentasse positiva (CVE 3.8 mil milhões) pela primeira vez nos últimos quatro anos e está sinteticamente reflectida na elevação do nível de reservas cambiais para um patamar equivalente a 2.2 meses de importações no final de 1999 (contra 1.4 meses em 1998) – ajudando assim a conferir maior solidez ao regime de câmbios fixos adoptado



pelas autoridades em Março de 1998 (pelo qual a moeda cabo-verdiana ficou ligada, primeiro ao escudo português e, a partir de 1999, ao euro e foi assinado o Acordo de Cooperação Cambial com Portugal).

Além do acréscimo de confiança que o referido Acordo parece ter acarretado – conforme sugere o comportamento do investimento estrangeiro e das remessas de emigrantes – a facilidade de crédito que lhe está associada (disponibilizada, a curto prazo, pelo Tesouro português, em caso de insuficiência pontual das reservas cambiais cabo-verdianas) foi sacada por três vezes ao longo de 1999, envolvendo um desembolso total equivalente a CVE 1.7 mil milhões (reposto em Dezembro), particularmente útil para a eliminação definitiva dos “atrasados cambiais”. Estes – pagamentos ao exterior em atraso, por insuficiência de divisas no sistema –



surgiram em 1995 e funcionavam como um dos principais obstáculos ao bom funcionamento do novo enquadramento externo, tendo sido drasticamente reduzidos até meados de 1999 e definitivamente eliminados no início de 2000.

A melhoria da balança global em 1999 foi, contudo, acompanhada por novo agravamento do défice corrente, para o equivalente a 14.1% do PIB – contra 11.7% em 1998 e 7.3% em 1997 – de acordo com as estimativas disponíveis (devendo, aliás, referir-se que o apuramento estatístico da balança de pagamentos se vem revelando mais difícil no novo contexto institucional, com as transações correntes e algumas das operações de capitais já liberalizadas). Para esse resultado foi determinante o acréscimo simultâneo das importações de mercadorias e dos débitos de serviços (mais 12.2% e 35.1% face a 1998, respectivamente), em linha com a aceleração

do crescimento económico – sobretudo de sectores como o turismo ou a construção – e com factores como a abolição das restrições quantitativas à importação (substituídas por tarifas no início de 1999) ou as sequelas do conflito na Guiné-Bissau (que provocou o desvio das rotas marítimas e, por conseguinte, o aumento do custo dos fretes).

A esse acréscimo dos débitos de bens e serviços veio juntar-se nova queda das exportações de mercadorias – afectadas por diversos fenómenos, como a redução das reexportações de combustíveis (resultante do referido desvio do tráfego marítimo e da cessação dos voos para o Sal por parte de uma transportadora). Tais factores negativos foram, porém, parcialmente compensados pelo desempenho das transferências privadas (que ascenderam a 20.8% do PIB em 1999, recuperando assim da perda de confiança que as afectou até meados de 1998 – ano em que não foram além de 14.6% do PIB) e dos créditos de serviços, sobretudo ligados ao turismo (com o volume de visitantes entrados no país em 2000 a corresponder já a cerca do triplo daqueles que entraram em 1992).

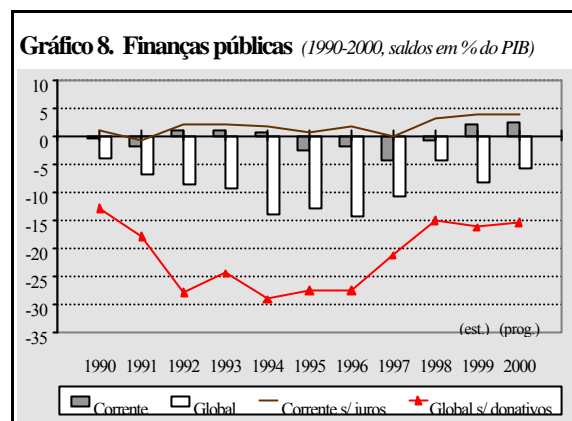
Refira-se, enfim, que os elementos disponíveis para o primeiro trimestre de 2000 (incompletos, sobretudo no tocante aos serviços e aos capitais) parecem apontar para o prolongamento de algumas das tendências anteriores – nomeadamente quanto às importações, às remessas de emigrantes e ao IDE – com a inversão mais notável na esfera das exportações de mercadorias, cujo valor trimestral é já equivalente ao total de 1999.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

A estratégia de desenvolvimento defendida pelas autoridades cabo-verdianas assenta, em larga medida, no abandono do modelo predominante até há cerca de dez anos (estatista, centralizado e relativamente fechado ao exterior), em favor da abertura e da liberalização, com a redução do peso assumido pelo Estado na economia (e, por conseguinte, o fomento da actividade privada) como aspecto fulcral. Tal propósito traduziu-se em iniciativas reformistas promovidas a diversos níveis, de entre as quais merecem destaque as privatizações, o alívio da dívida interna e a redução dos desequilíbrios orçamentais – todos eles domínios em que se registaram avanços importantes no decurso de 1999.

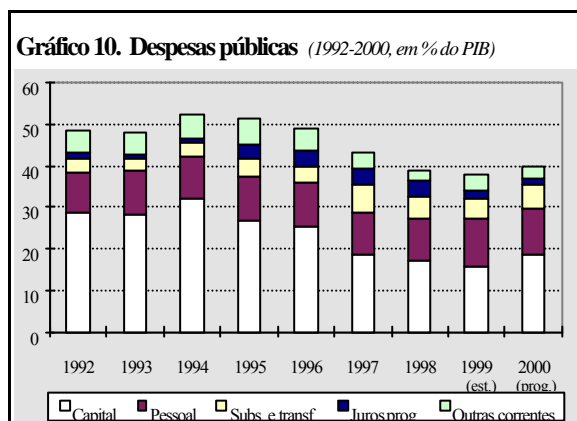
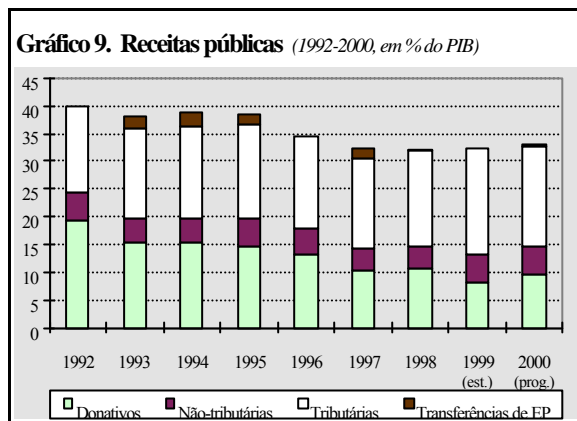
Lançado em 1998, com duração prevista de cinco anos (período ao longo do qual se pretende arrecadar um montante situado entre 20 e 25% do PIB), o programa

Operações financeiras do Estado (em % do PIB)			
	1998 (est.)	1999 (est.)	2000 (orç.)
Donativos	10.8	8.1	9.6
Transferências de EP	0.1	0.0	0.2
Receitas orçamentais	23.9	25.2	24.0
Reembolsos de capital	2.7	1.0	0.8
Receitas correntes	21.2	24.2	23.2
Receitas tributárias	17.2	18.9	18.3
Receitas não-tributárias	4.0	5.3	4.9
Despesas sociais extraord.	--	3.7	--
Despesas de investimento	17.1	15.7	18.8
Despesas correntes	22.0	22.2	20.9
Despesas com o pessoal	10.1	11.7	10.9
Subsídios e transfer.	5.5	4.9	5.7
Juros programados	3.9	1.7	1.7
Saldo corrente	-0.8	2.1	2.3
Saldo global (compromissos)	-4.3	-8.3	-5.9



de privatizações envolve 27 empresas – ou seja quase todo o sector empresarial do Estado, exceptuando-se apenas entidades como os correios ou o instituto de segurança social e eventuais participações minoritárias na banca e na Electra (empresa fornecedora de água e electricidade). Depois de um certo atraso inicial, o programa avançou rapidamente a partir do segundo semestre de 1999, daí resultando um encaixe cifrado em cerca de USD 70 milhões até meados de 2000 (aproximadamente 1/3 acima da previsão indicativa inicial).

Essa receita deu, por outro lado, um impulso importante ao programa de alívio da dívida interna, que vinha também decorrendo com algum atraso. Tal dívida representa um dos principais problemas de gestão macroeconómica para as autoridades, devido ao ónus que lhe está associado – superior a 3% do PIB no triénio 1996/98, contra 0.2% ainda em 1994 (quando se começou a recorrer à emissão de títulos do Tesouro para fazer face aos consideráveis défices públicos então verificados, levando a dívida interna de um nível insignificante até perto de 40% do PIB em 1999 – contra 54% para a dívida externa, cujos juros representaram, porém, apenas 0.6% do PIB, dado ser essencialmente concessional).



Foi, assim, concebido em 1997 um inovador programa de alívio da dívida interna, assente no estabelecimento de um *Trust Fund* (TF) gerido *off-shore* por uma entidade independente (o Banco de Portugal) e alimentado – por contribuições externas e receitas das privatizações – até um valor equivalente ao da dívida interna (salvo um montante residual de Bilhetes do Tesouro, necessários para a condução da política monetária). À medida que o TF vá sendo aprovisionado, procede-se à emissão de novos títulos de dívida, cujo rendimento fica associado ao rendimento do próprio TF, eliminando assim os encargos para o Estado. Em meados de 2000, cerca de 55% da dívida interna havia já sido convertida em novos títulos deste tipo – dados os quase USD 84 milhões encaminhados para o TF até essa altura – facto que permitiu (juntamente com a substituição da carteira do banco central por novas

Obrigações, menos onerosas para o Tesouro) contabilizar encargos muito inferiores com a dívida interna na execução orçamental de 1999: apenas 1.2% do PIB.

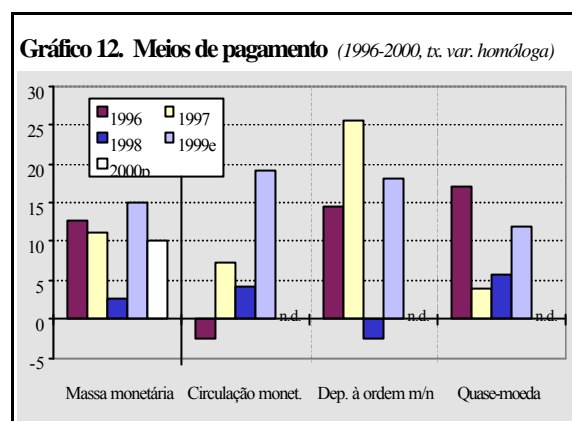
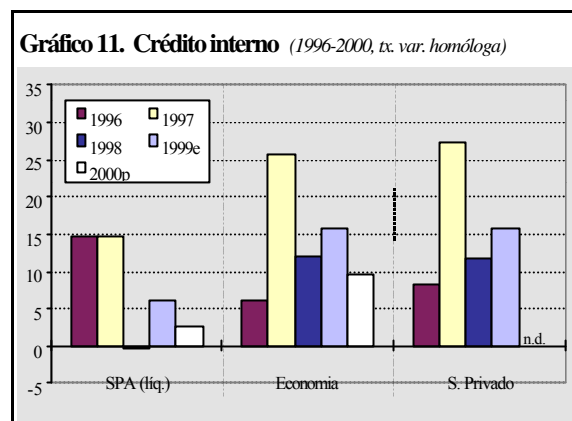
Este foi, aliás, um dos aspectos positivos mais relevantes da referida execução, que se destaca pelo apuramento de um saldo corrente positivo (2.1% do PIB), pela primeira vez nos últimos cinco anos. Tal resultado reflecte os progressos verificados quer ao nível da arrecadação de receitas correntes (que ascenderam a 24.2% do PIB, contra 21.2% em 1998 – com destaque para as receitas não-tributárias e para os impostos aduaneiros, favorecidos pelo aumento das importações) quer da contenção de despesas correntes (que se cifraram no equivalente a 22.2% do PIB, ligeiramente mais que em 1998 mas bastante menos que os 24.4% de 1997 – não tendo a queda sido maior devido ao aumento das despesas com o pessoal, decorrente da contratação excepcional de funcionários para os sectores sociais da saúde e da educação).

O desempenho global acabou todavia por se revelar menos satisfatório – um défice equivalente a 8.3% do PIB, em retrocesso face aos 4.3% de 1998 – pois as autoridades entenderam que a gravidade da seca deste último ano exigia o lançamento de um programa de emergência (3.7% do PIB) para acudir às consequências. Importa, todavia, sublinhar ainda que esse défice continuou a não ser financiado junto do sistema bancário interno, mas sim por empréstimos externos concessionais e receitas de privatizações – conforme se prevê também para 2000, cujo orçamento estipula nova redução do défice (5.9% do PIB), com base sobretudo na contenção das despesas correntes.

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

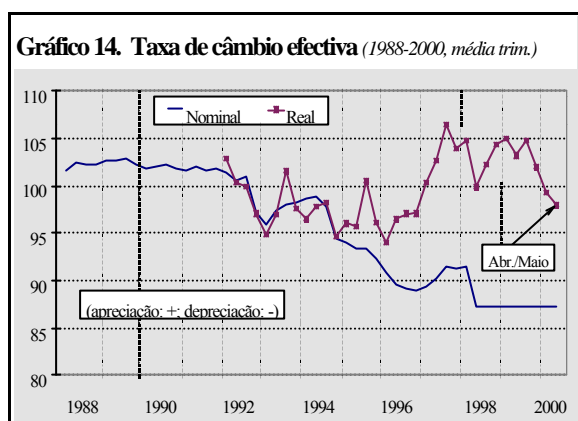
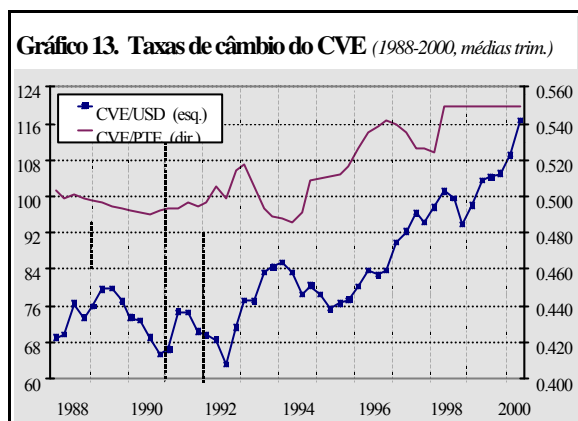
A condução da política monetária em Cabo Verde, pequena economia aberta, pauta-se tradicionalmente pelo objectivo intermédio de manutenção das reservas cambiais a um nível adequado para conferir solidez ao regime de câmbios fixos – característica que ganhou mais relevo ainda com a entrada em vigor do Acordo Cambial luso-cabo-verdiano (dada a superior clareza do *peg* fixo à moeda portuguesa, em comparação com o anterior mecanismo de *peg* a um cabaz de dez moedas). Depois das dificuldades enfrentadas, durante o primeiro ano de vigência do Acordo, para se assegurar o reforço das reservas (devido essencialmente à necessidade de combater os “atrasados cambiais”), constata-se que se deram passos importantes nesse sentido em finais de 1999 – sobretudo graças à entrada simultânea de receitas das privatizações e financiamentos destinados a projectos.

A posição externa registou, de facto, uma variação anual cifrada em 43.6%, induzindo assim uma expansão da liquidez de montante equivalente a 7.7% do *stock* inicial da massa monetária – cujo acréscimo anual ascenderia a 15.2%, ligeiramente acima do programado mas em linha com o ritmo de crescimento económico superior ao previsto (quanto a eventuais tensões inflacionistas, terão sido contrabalançadas pelas pressões de sinal contrário exercidas do lado da oferta). O referido impacto sobre a liquidez acabou, pois, por ser até um pouco superior ao provocado pela variação anual dos activos internos (9.0%), no contexto dos quais o crédito líquido ao SPA ultrapassou substancialmente o



estipulado, reflectindo a relativa deterioração das contas públicas em 1999.

Já a variação do crédito à economia ficou praticamente ao nível preconizado no programa monetário para 1999, o que se traduziu por um aumento do respectivo *stock* em 15.7% – deixando assim evidente que continua considerável o volume de recursos disponibilizado pelo sector financeiro para apoiar a expansão da actividade económica. O comportamento desta componente dos activos internos justificou, todavia, alguma preocupação até meados de 1999, pois superava, de forma já algo significativa, o nível programado para o primeiro semestre – tanto mais que a autoridade monetária havia abandonado, no início desse ano, a imposição de limites de crédito aos bancos comerciais, no quadro da transição para o controlo da liquidez por via indirecta.



O banco central decidiu então contrariar esse enviesamento, procedendo a um aperto da política monetária que se traduziu pela elevação do coeficiente de reservas obrigatórias, de 15% para 18%, e pela alteração da respectiva base de incidência. Daí resultaria o abrandamento no ritmo de expansão do crédito à economia – igualmente favorecido pela prática de taxas de juro cada vez mais onerosas em termos reais, dada a rigidez das taxas nominais face à descida da inflação – mas também uma importante secagem de liquidez, então globalmente excedentária no sistema, criando condições para um funcionamento eficaz dos mercados interbancários.

O desenvolvimento destes últimos insere-se, aliás, no contexto da modernização geral do sector financeiro que se encontra em curso – e passa por factores como a reforma

do sistema de pagamentos (onde se inclui a expansão das ligações electrónicas intra e inter-bancos), o reforço da supervisão (expresso já na redução do crédito mal-parado) ou as privatizações (factor de potencial dinamização da concorrência e da rentabilidade, até pela captação de novas tecnologias e métodos que decorre da abertura ao capital estrangeiro). Essa evolução do sector financeiro encontra, aliás, expressão quantitativa em aspectos como as tendências para o aumento do multiplicador monetário e, em paralelo, para a redução da preferência por liquidez (neste caso justificada igualmente pelo elevado nível real das taxas de juro), as quais ficaram bem patentes ao longo dos últimos anos de reformas (embora os valores de final de ano possam não traduzir fielmente tais tendências, dada a influência de fenómenos sazonais).

O panorama monetário conheceu, entretanto, alterações significativas nos primeiros meses do ano em curso, marcados por dificuldades de tesouraria do Estado (devido a atrasos no desembolso de financiamentos externos já contratados, fenómeno relativamente habitual mas que terá atingido agora dimensão excepcional). Daí resultou um aumento do crédito líquido ao SPA bastante superior ao programado (7.7% acima, em Março último), que o banco central inicialmente acomodou mas depois travou, sem todavia evitar que se registassem duas consequências principais: uma considerável deterioração da posição externa (-29.2% entre Dezembro e Maio) e a elevação das taxas praticadas para os Bilhetes do Tesouro, reflectindo a intensificação imposta na respectiva cadência de emissão/renovação.

ANEXO ESTADÍSTICO

CABO VERDE - Quadro 1

Principais Indicadores Económicos, 1995 - 2000

	1995	1996	1997	1998	1999	1999	2000	2000
				Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
PRODUTO E PREÇOS	<i>(variação anual em percentagem)</i>							
PIB real	7.5	3.5	5.0	7.9	6.0	8.0	8.0	
I. P. Consumidor (tx. var. homóloga)	5.6	9.1	6.7	8.3	3.0	-1.5	--	-2.6 Maio
CONTAS EXTERNAS								
Exportações f.o.b. (em USD)	24.1	17.7	35.9	-43.7	53.3	-65.3	378.6	
Importações f.o.b. (em USD)	19.7	-11.9	2.6	-1.3	4.7	7.1	4.4	
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais (s/ donativos)	14.7	-4.2	14.4	18.2	10.4	17.5	5.7	
Donativos	9.4	-3.4	-12.2	10.3	10.9	-15.7	30.5	
Despesas totais	10.2	1.7	-1.8	-2.4	17.2	19.0	5.1	
Défice global (base compromissos)	3.7	18.7	-16.0	-56.6	70.6	113.4	-21.8	
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito interno total	29.1	10.3	20.3	6.1	8.5	11.4	6.7	7.5 Abr. ³
Sector público administrativo (líq.)	24.0	14.7	14.7	-0.4	0.1	6.0	2.5	13.1 Abr. ³
Economia	34.2	6.2	25.8	11.9	15.3	15.7	9.7	3.3 Abr. ³
Massa monetária	20.2	12.6	11.2	2.7	12.0	15.2	10.1	2.5 Abr. ³
SALDO ORÇAMENTAL GLOBAL	<i>(em percentagem do PIB)</i>							
Excluindo donativos	-27.7	-27.6	-21.3	-15.1	-17.9	-16.4	-15.5	
Incluindo donativos	-12.9	-14.2	-10.8	-4.3	-6.8	-8.3	-5.9	
INVESTIMENTO INTERNO BRUTO	38.5	38.8	39.1	40.2	42.6			
SALDO DA BTC								
Excluindo transferências oficiais	-25.6	-18.3	-18.8	-26.5	-18.7	-26.6	-17.1	
Incluindo transferências oficiais	-11.6	-6.5	-7.3	-11.7	-7.9	-14.1	-7.4	
TAXAS DE CÂMBIO (médias)	<i>(nas unidades definidas)</i>							
Nominal CVE/USD	76.9	82.6	93.2	98.0		102.7		116.3 Jun.
Nominal CVE/PTE	0.512	0.535	0.532	0.544		0.550		0.550 Jun.
ITCE real (base 100: 1992) ¹	97.1	95.9	103.4	103.9		104.7		97.8 Mai.
DÍVIDA EXTERNA (USD milhões)	190.8	201.8	215.8	229.4		288.8		
Em % das exportações de bens e serviços	202.8	180.7	163.9	180.2		253.4		
Em % do PIB	38.7	41.0	44.6	46.2	46.4	54.4		
Serviço da dívida em % das exportações ²	15.5	13.6	13.9	15.6		18.6		
TAXA DE JURO (passiva > 1 ano, em %)	8.3	8.3	8.0	7.9		7.4		7.4 Abr.

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 1995/99 (apreciação: +; depreciação: -); ² Exportações de bens e serviços;

³ Variação face a Dezembro anterior.

CABO VERDE - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1995 - 2000

(preços correntes, em milhões de CVE)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
		Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.
Sector primário	5150	5283	5863	5937		
Agricultura, pecuária e silvicultura	4468	4551	5142	5207		
Pesca	682	731	722	730		
Sector secundário	7346	8209	8659	9295		
Indústria e energia	3597	4186	4465	4721		
Construção	3559	3820	3924	4283		
Novas indústrias	189	203	271	292		
Sector terciário	25369	27146	30578	33434		
Comércio	6058	6380	6991	7592		
Hotéis e restaurantes	454	610	1443	1655		
Transportes e comunicações	6361	6827	7577	8565		
Banca e seguros	1401	1788	2435	2628		
Habitação	2423	2520	2886	3115		
Administração pública	5415	5486	6269	6570		
Outros serviços	3256	3536	2977	3309		
PRODUTO INTERNO BRUTO (preços de mercado)	37864	40638	45101	48667	54507	59957
Consumo	38356	38200	41313	44676		
Público	13442	12923	11411	11339		
Privado	24915	25277	29902	33337		
Investimento bruto	14578	15768	17634	19564		
Procura interna	52934	53967	58947	64240		
Exportações de bens e serviços	7232	9225	12267	12118		
Procura global	60166	63192	71214	76359		
Importações de bens e serviços	22302	22554	26113	27692		
<i>Pro memoria:</i>						
Poupança interna bruta	-492	2438	3788	3991		
PIBpm nominal (milhões de USD)	492.7	492.1	484.0	496.6	530.7	
Deflator do PIB (variação anual em %)	4.7	3.7	5.7	0.0	3.7	1.9
PIB nominal (variação anual em %)	12.6	7.3	11.0	7.9	12.0	10.0
PIB real (variação anual em %)	7.5	3.5	5.0	7.9	8.0	8.0

CABO VERDE - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1993 - 2000 (em percentagem)

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		(1)	(2)	(3)	(4)
1993	Dezembro	--	4.37	4.37	5.81
1994	Dezembro	--	4.10	4.10	3.44
1995	Dezembro	--	5.62	5.62	8.37
1996	Dezembro	--	9.06	9.06	5.96
1997	Janeiro	1.20	1.20	10.37	6.59
	Fevereiro	2.38	3.61	12.30	7.33
	Março	0.49	4.12	11.17	7.88
	Abril	0.91	5.07	10.91	8.28
	Maio	-0.30	4.76	2.93	7.52
	Junho	1.15	5.96	9.79	7.80
	Julho	1.02	7.04	10.76	8.55
	Agosto	1.18	8.31	8.31	8.86
	Setembro	0.29	8.62	7.53	8.91
	Outubro	-2.92	5.45	5.86	8.82
	Novembro	0.78	6.28	6.96	8.75
	Dezembro	0.42	6.72	6.72	8.56
1998	Janeiro	0.71	0.71	6.20	8.21
	Fevereiro	-0.06	0.65	3.67	7.50
	Março	-0.94	-0.30	2.19	6.75
	Abril	0.66	0.36	1.93	6.01
	Maio	1.84	2.20	4.12	6.10
	Junho	-0.35	1.84	2.57	5.50
	Julho	0.41	2.26	1.95	4.78
	Agosto	2.15	4.46	2.93	4.34
	Setembro	1.65	6.18	4.32	4.08
	Outubro	0.22	6.42	7.70	4.24
	Novembro	0.00	6.42	6.86	4.25
	Dezembro	1.79	8.32	8.32	4.39
1999	Janeiro	-0.49	-0.49	7.02	4.47
	Fevereiro	0.99	0.49	8.15	4.85
	Março	-1.47	-0.99	7.57	5.29
	Abril	-0.55	-1.54	6.28	5.65
	Maio	0.50	-1.04	4.88	5.71
	Junho	0.17	-0.88	5.43	5.94
	Julho	1.38	0.49	6.45	6.31
	Agosto	0.33	0.82	4.55	6.44
	Setembro	0.16	0.99	3.02	6.32
	Outubro	-1.20	-0.22	1.56	5.80
	Novembro	-1.65	-1.87	-0.11	5.20
	Dezembro	0.34	-1.54	-1.54	4.36
2000	Janeiro	-1.62	-1.62	-2.65	3.54
	Fevereiro	-0.40	-2.01	-3.98	2.52
	Março	-1.14	-3.12	-3.66	1.60
	Abril	0.86	-2.28	-2.28	0.90
	Maio	0.17	-2.12	-2.61	0.28
	Dezembro (prog.)	--	--	--	2.00

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

⁽¹⁾ mês n / mês n-1; ⁽²⁾ mês n / Dez. anterior; ⁽³⁾ mês n / mês n do ano anterior; ⁽⁴⁾ últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

CABO VERDE - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1995 - 2000

(em milhões de CVE)

	1995	1996	1997	1998	1999	1999	2000	2000
				Est.	Prog.	Est.	Iº trim. Est. prel.	Prog.
1. CONTA CORRENTE	-4393	-2636	-3293	-5689	-4140	-7680	-2471	-4452
Balança comercial	-16019	-14545	-15930	-18191	-18837	-22097	-5418	-20038
Exportações (f.o.b.) ¹	1930	2441	3743	2218	3562	807	807	3862
das quais: Bens adq. em portos p/transportadoras	1283	1402	2449	1569	--	607	568	--
Importações (f.o.b.)	-17949	-16986	-19673	-20408	-22399	-22904	-6226	-23900
Balança de serviços (líq.)	477	614	1808	-400	2256	-1082	-660	2731
Créditos	5127	6398	8508	8468	--	10898	--	--
dos quais: Transportes	2612	3677	4983	4411	--	4528	--	--
Viagens	744	927	1399	1988	--	2961	--	--
Débitos	-4650	-5784	-6700	-8869	--	-11980	--	--
dos quais: Transportes	-1937	-3071	-3468	-3897	--	-4681	--	--
Viagens	-1244	-1469	-1607	-2328	--	-4202	--	--
Balança de rendimentos (líq.)	-203	-356	-334	-543	-560	-867	-125	-241
Créditos	263	226	454	246	--	195	73	--
dos quais: Juros extraord. das contribuições p/ TF ³	--	--	--	--	--	105	0	--
Débitos	-465	-582	-788	-789	--	-1062	-198	--
dos quais: Juros programados	-379	-465	-473	-517	-528	-814	-196	-580
Transferências correntes²	11352	11651	11163	13445	13001	16366	3733	13096
Transferências oficiais	3698	3733	4580	5361	4418	5029	560	4486
Transferências privadas	7653	7918	6583	8084	8583	11337	3173	8610
das quais: Remessas de emigrantes	7369	7554	6539	7050	8220	8071	2636	8420
2. CONTA DE CAPITAL E DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	4692	4495	3305	4310	5055	11954	659	5564
2.1. CONTA DE CAPITAL	1605	1060	587	1839	1294	1771	0	1314
Transferências de capital ²	1605	1060	587	1839	1294	1771	0	1314
das quais: Perdão de dívida	--	--	--	0	--	924	0	--
Donativos para o TF ³	--	--	--	1438	--	395	0	--
2.2. CONTA DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3087	3435	2718	2471	3761	10183	659	4250
Investimento directo	1968	2334	1074	860	5060	5432	2437	5800
do qual: Receitas de privatizações para o TF ³	--	--	--	0	3000	1605	2384	3800
Investimento de carteira	--	--	--	0	--	293	0	--
Outras operações	1119	1101	1644	1611	-1299	4458	-1778	-1550
das quais: Desembolsos de empréstimos	1764	1890	2809	4041	7300	5641	--	7300
Desembolsos para o TF ³	0	0	0	1357	4100	1884	244	2500
Alimentação do TF ³	--	--	--	-2794	-7100	-3988	-2628	-6300
3. ERROS E OMISSÕES	449	-2287	-3848	1120	0	-445	261	0
4. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2) + (3)	748	-428	-3836	-259	915	3829	-1550	1112
5. FINANCIAMENTO	-748	428	3836	259	-915	-3829	1550	-1112
Variação das DLX (aumento: -)	-1075	128	286	-816	-915	-4402	1394	-1112
Empréstimos excepcionais	--	--	--	854	--	1182	0	--
Variação de atrasados (redução: -)	326	300	1846	196	-1343	-908	156	0
Alívio da dívida	0	0	1705	26	1343	299	0	0
6. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO⁴: (4) + (5)	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Pro memoria:</i>								
<i>BTC (em percentagem do PIB)</i>	-11.6	-6.5	-7.3	-11.7	-7.9	-14.1	--	-7.4
<i>Reservas oficiais (em meses de importações de bens e serviços)</i>	2.5	2.4	2.0	1.4	1.7	2.2	--	2.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Inclui vendas de combustível a navios e reexportações; ² Não está ainda consolidada a separação entre transferências correntes e de capital;

³ Fundo estabelecido off-shore para suporte à conversão da dívida interna; ⁴ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

CABO VERDE - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 1999

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1990 a 1999
Espanha	0.0	0.0	0.0	15.3	0.0	7.2	11.1	8.7	7.3	2.9	6.6
Holanda	1.1	10.4	10.5	3.4	2.1	0.9	0.5	1.0	0.2	0.8	2.3
Portugal	39.6	66.0	80.0	48.8	58.8	82.9	77.9	74.1	88.9	89.7	72.4
Outros	59.3	23.6	9.5	32.5	39.1	9.0	10.5	16.2	3.7	6.6	18.8
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

CABO VERDE - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 1999

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1990 a 1999
Alemanha	2.4	6.3	3.7	4.9	4.0	4.1	3.1	2.1	4.6	2.0	3.6
Espanha	7.3	5.4	2.1	0.7	0.9	1.7	3.8	2.4	2.4	2.4	2.7
E.U.A.	1.9	1.4	5.6	3.5	2.3	3.3	3.6	9.4	5.6	3.4	4.2
França	3.2	2.1	3.6	4.4	13.8	4.0	5.6	9.2	5.0	2.4	5.5
Holanda	8.9	9.8	10.4	8.5	8.0	7.9	7.6	11.0	6.8	17.8	9.8
Portugal	31.1	34.2	32.2	33.6	34.5	39.8	40.9	42.8	46.9	52.7	39.9
Reino Unido	1.6	1.5	1.9	2.1	1.4	2.1	2.8	2.0	2.7	2.9	2.2
Suécia	1.8	2.6	2.2	2.3	4.2	2.3	1.7	1.1	0.7	0.1	1.8
Outros	41.8	36.7	38.4	40.0	30.9	34.8	30.9	20.0	25.2	16.3	30.3
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

CABO VERDE - Quadro 7

Dívida Externa, 1995 - 1999

(em milhões de CVE)

	1995	1996	1997	1998	1999	1999
				Est.	Prog.	Est.
Dívida de médio ou longo prazo	14665	16667	20110	22482	24389	29660
Credores multilaterais	11424	12868	15764	17589	--	21070
Credores oficiais bilaterais	845	1578	1908	2674	--	5657
Instituições financeiras	2397	2222	2438	2219	--	2933
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	--	--
DÍVIDA EXTERNA TOTAL	14665	16667	20110	22482	24389	29660
da qual:						
Atrasados	1459	1923	889	852	--	--
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	--	--
Dívida de m/l prazo	1459	1923	889	852	--	--
Capital	1129	1399	598	686	--	--
Juros	330	523	291	165	--	--
Serviço da dívida de m/l prazo (prog.)	1120.9	1252.2	1704.8	1946.4	1889.0	2175.0
Capital	741.6	786.8	1231.7	1429.0	1361.0	1361.0
Juros	379.4	465.4	473.1	517.4	528.0	814.0
Dívida externa total	202.8	180.7	163.9	180.2	--	253.4
Serviço da dívida de m/l prazo (prog.)	15.5	13.6	13.9	15.6	--	18.6
Dívida externa total	38.7	41.0	44.6	46.2	46.4	54.4

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

CABO VERDE - Quadro 8

Operações Financeiras do Estado, 1995 - 2000

(em milhões de CVE)

	1995	1996	1997	1998	1999	1999	g.e. ¹	2000	2000
				Est.	Orç.	Est.		1º trim. Est.	Orç.
1. RECEITAS TOTAIS	14630	14059	14640	16928	18712	18149	97.0	2580	20283
1.1. Receitas orçamentais	8405	8648	9085	11623	12801	13733	107.3	2405	14380
1.1.1. Receitas correntes	8304	8648	9085	10331	12281	13214	107.6	2389	13880
Receitas não-tributárias	1896	1817	1759	1955	2216	2896	130.7	281	2935
Receitas tributárias	6408	6831	7326	8376	10065	10318	102.5	2108	10945
Impostos sobre o rendimento	2201	2441	2753	3035	3922	3924	100.1	789	4208
Impostos sobre o comércio internacional	3757	3922	4148	4906	5555	5818	104.7	1172	6137
Outros impostos	450	468	425	435	588	576	98.0	147	600
1.1.2. Reembolsos de capital por parte de EP ²	101	0	0	1292	520	519	99.8	16	500
1.2. Donativos	5602	5411	4750	5241	5811	4416	76.0	175	5765
1.3. Transferências de empresas públicas ³	623	0	805	64	100	0	0.0	0	138
2. DESPESAS TOTAIS	19508	19849	19501	19038	22312	22652	101.5	4039	23803
2.1. Despesas correntes ⁴	9287	9474	10994	10719	11292	12097	107.1	3256	12505
Salários e ordenados	3949	4284	4529	4894	7540	6372	84.5	1651	6544
Bens e serviços	285	284	619	350	1005	590	58.7	81	701
Subsídios e transferências	1667	1535	2893	2672	971	2673	275.3	802	3415
Juros programados	1208	1493	1832	1893	1094	944	86.3	246	1012
Dívida interna	938	1233	1402	1543	695	639	91.9	195	545
Dívida externa	270	260	430	350	399	305	76.4	51	467
Outras despesas	2178	1878	1121	910	682	1518	222.6	476	833
2.2. Despesas de investimento	10221	10375	8507	8319	9919	8561	86.3	783	11298
2.3. Despesas sociais extraordinárias	--	--	--	--	1100	1994	181.3	--	--
3. SALDO CORRENTE: (1.1.1) - (2.1)	-983	-826	-1909	-388	989	1117	--	-867	1375
4. SALDO CORRENTE ALARGADO: (1.1) - (2.1)	-882	-826	-1909	904	1509	1636	--	-851	1875
5. SALDO GLOBAL (SEM DONATIVOS): (1) - (2) - (1.2)	-10480	-11201	-9611	-7351	-9411	-8919	--	-1634	-9285
6. SALDO GLOBAL (BASE COMPROMISSOS): (1) - (2)	-4878	-5790	-4861	-2110	-3600	-4503	--	-1459	-3520
7. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	347	375	-1777	65	0	0	--	0	0
7.1. Capital	279	280	-1231	65	0	0	--	0	0
7.2. Juros	68	95	-546	0	0	0	--	0	0
8. ALÍVIO DA DÍVIDA	0	0	1464	19	0	0	--	0	0
9. SALDO GLOBAL (BASE CAIXA): (6) + (7) + (8)	-4531	-5415	-5174	-2026	-3600	-4503	--	-1459	-3520
10. FINANCIAMENTO	4531	5415	5174	2026	3600	4503	--	1459	3520
10.1. Interno (líq.)	3761	4048	4212	0	900	3708	412.0	1127	206
do qual: Sistema bancário	1975	971	2173	0	0	0		1121	0
Privatizações	1575	2316	1885	0	900	3708	412.0	0	274
10.2. Externo (líq.)	770	1367	962	2026	2700	795	29.4	332	3314
Desembolsos	1350	1890	1844	2991	4061	3345	82.4	399	4588
Amortizações	-580	-523	-882	-965	-1361	-2550	187.4	-67	-1274
11. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO ⁵: (8) + (9)	0	0	0	0	0	0	--	0	0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BF.

¹ Grau de execução face ao orçamentado (em %); ² Correspondentes a financiamentos concedidos na sequência do accionamento de garantias outorgadas pelo Estado a dívidas das empresas em causa (a cuja regularização se procedeu no quadro das respectivas privatizações); ³ Parcela das despesas de investimento que cabe às empresas públicas suportar (trata-se normalmente de financiar infraestruturas ligadas à actividade dessas mesmas empresas); ⁴ Em 1999, uma desagregação diferente não permite comparar, no caso das rubricas assinaladas, despesas orçamentadas e realizadas; ⁵ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

CABO VERDE - Quadro 9

Síntese Monetária, 1995 - 2000

(em milhões de CVE)

	1995	1996	1997	1998	1999	1999				Mar 00			Abr 00	Mai 00				Jun 00	2000
					prog.	est.	e-p (%)	(A)	(B)	prog.	est.	e-p (%)	est.	est.	(A)	(B)	prog.	prog.	
POSIÇÃO EXTERNA	4985	6811	5613	5647	5846	8110	38.7	43.6	7.7	8364	6685	-20.1	6229	5739	-29.2	-6.5	8433	9511	
Activos externos (líq.)	5207	7098	6126	6086	--	8510	--	39.8	7.6	--	7093	--	6611	--	--	--	--	--	
Banco de Cabo Verde	4718	4590	4304	3529	--	6508	--	84.4	9.4	--	5084	--	4655	--	--	--	--	--	
Disponibilidades líq. sobre o exterior	2421	2099	1642	728	--	4590	--	530.5	12.1	--	3177	--	2731	2365	-48.5	-6.1	--	--	
Outros activos (líq.)	2298	2491	2662	2801	--	1918	--	-31.5	-2.8	--	1907	--	1924	--	--	--	--	--	
Bancos comerciais	489	2508	1822	2557	--	2002	--	-21.7	-1.7	--	2009	--	1956	--	--	--	--	--	
Responsabilidades de m/l prazo	-222	-287	-513	-440	--	-400	--	-9.0	0.1	--	-408	--	-382	--	--	--	--	--	
ACTIVOS INTERNOS (líq.)	19763	21055	25362	26159	29777	28519	-4.2	9.0	7.4	29162	30469	4.5	31323	--	--	--	30001	30807	
Crédito interno total	20897	23043	27712	29404	31917	32761	2.6	11.4	10.6	33290	34433	3.4	35213	35738	9.1	8.1	33829	34941	
Crédito líquido ao S.P.A.	9978	11447	13126	13079	13092	13870	5.9	6.0	2.5	13956	15030	7.7	15692	15991	15.3	5.8	14044	14220	
do qual: Créd. líq. ao Governo central	11879	13341	15515	15504	--	8702	--	-43.9	-21.4	--	8928	--	8913	--	--	--	--	--	
Créditos sobre o <i>Trust Fund</i>		0	0	0	--	6803	--	--	21.4	0	7697	--	9377	--	--	--	--	--	
Crédito à economia	10919	11596	14587	16325	18825	18892	0.4	15.7	8.1	19334	19403	0.4	19521	19747	4.5	2.3	19786	20721	
Empresas públicas	617	433	370	440	--	512	--	16.2	0.2	--	444	--	442	501	-2.1	0.0	--	--	
Sector privado	10303	11164	14217	15885	--	18380	--	15.7	7.8	--	18959	--	19080	19246	4.7	2.4	--	--	
Outras rubricas (líq.)	-1134	-1989	-2351	-3244	-2140	-4242	-98.3	-30.8	-3.1	-4128	-3965	4.0	-3890	--	--	--	-3828	-4134	
TOTAL DO ACTIVO	24748	27866	30975	31806	35623	36629	2.8	15.2	--	37526	37154	-1.0	37551	--	--	--	38434	40318	
MASSA MONETÁRIA	24748	27866	30975	31806	35623	36629	2.8	15.2	15.2	37526	37154	-1.0	37552	37482	2.3	2.3	38434	40318	
<i>pro memoria: Base monetária</i>	10655	9983	10035	10971	--	11701	--	6.7	--	12079	12347	2.2	12475	12525	7.0	--	12370	12978	
Circulação monetária	4640	4520	4854	5060	--	6026	--	19.1	--	--	5260	--	5504	--	--	--	--	--	
Depósitos à ordem em m/n	7406	8487	10666	10396	--	12281	--	18.1	--	--	12578	--	12708	--	--	--	--	--	
Quase-moeda	12703	14859	15455	16351	--	18322	--	12.1	--	--	19316	--	19340	--	--	--	--	--	
Depósitos em m/e de residentes	--	138	526	575	--	1075	--	87.1	--	--	1050	--	1061	--	--	--	--	--	
Depósitos a prazo em m/n	6941	6930	6686	6471	--	6411	--	-0.9	--	--	6787	--	6802	--	--	--	--	--	
Depósitos a prazo de emigrantes	5006	6223	6609	7254	--	9005	--	24.1	--	--	9592	--	9701	--	--	--	--	--	
Depósitos de poupança	756	539	670	907	--	936	--	3.3	--	--	936	--	936	--	--	--	--	--	
Cheques e ordens de pagamento	--	362	289	278	--	119	--	-57.3	--	--	147	--	131	--	--	--	--	--	
Depósitos de caução	--	411	309	610	--	146	--	-76.1	--	--	128	--	127	--	--	--	--	--	
Acordos de recompra de BT	--	256	366	256	--	631	--	146.7	--	--	676	--	582	--	--	--	--	--	
TOTAL DO PASSIVO	24748	27866	30975	31806	35623	36629	2.8	15.2	--	37526	37154	-1.0	37552	--	--	--	38434	40318	

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(^A) Variação de cada rubrica face ao respectivo valor no período anterior; (^B) Variação de cada rubrica relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contractão da liquidez).

CABO VERDE - Quadro 10

Taxas de Juro, 1995 - 2000

	Dez 95	Dez 96	Dez 97	Dez 98	Jun 99	Dez 99	Abr 00
Taxas activas							
Até 90 dias	12.00	12.38	12.67	12.50	12.00	11.94	11.94
De 91 a 180 dias	12.00	12.38	12.42	12.44	12.44	12.44	12.45
De 181 dias a 1 ano	12.50	12.50	12.67	12.75	12.75	12.68	12.73
De 1 a 2 anos	13.00	13.38	13.75	13.69	13.69	13.64	13.48
De 2 a 5 anos	13.00	13.38	13.42	13.56	13.56	13.39	13.41
Superior a 5 anos	14.00	14.00	13.50	13.63	13.63	13.60	13.58
Taxas passivas							
Depósitos c/caderneta			2.88	2.88	1.50	1.50	1.50
Depósitos a prazo							
De 30 a 60 dias	4.00	4.00	4.17	4.13	4.00	4.25	4.25
De 61 a 90 dias	5.00	5.00	5.50	5.25	4.50	4.50	4.49
De 91 a 180 dias	7.05	7.05	6.70	6.53	6.25	6.00	6.00
De 181 dias a 1 ano	8.28	8.28	8.00	7.88	7.79	7.36	7.36
Superior a 1 ano	8.28	8.50	7.75	7.75	7.58	7.58	7.58
Poupança-habitação			9.00	9.00	8.50	8.50	8.50
Depósitos de emigrantes							
À ordem			2.44	2.44	1.75	1.75	1.75
De 30 a 60 dias			5.00	5.00	6.00	4.00	4.00
De 61 a 90 dias			5.50	5.50	6.50	5.00	5.00
De 91 a 180 dias	9.53	8.18	7.87	7.87	8.05	8.10	8.10
De 181 dias a 1 ano	11.00	9.63	9.50	9.13	9.25	8.75	8.75
Superior a 1 ano			9.50	9.50	9.50	9.50	9.50
Poupança-habitação							
De 30 a 180 dias			7.10	7.10	7.10	7.10	7.10
De 181 dias a 1 ano			8.25	8.25	8.17	8.17	8.17
Superior a 1 ano			8.33	8.33	8.33	8.33	8.33
Taxas de referência							
Redesconto			10.50	10.50	8.50	8.50	8.50
Bilhetes do Tesouro							
91 dias			7.44	6.87	6.04	5.37	7.48
182 dias				7.23	7.10	6.68	8.27
364 dias			10.33	7.78	8.12	7.59	--
Inflação (t.v. homóloga no mês)	5.62	9.06	6.72	8.32	5.43	-1.54	-2.28

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do BP.

CABO VERDE - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1988 - 2000 (médias)

	CVE/USD	CVE/PTE	CVE/EURO	ITCE ¹	
				(base 100: 1992)	
				Nominal	Real
1988	72.07	0.501	--	102.16	--
1989	77.98	0.496	--	102.60	--
1990	70.03	0.491	--	101.92	--
1991	71.41	0.494	--	101.73	--
1992	68.02	0.504	--	100.00	100.00
1993	80.43	0.501	--	97.35	97.70
1994	81.90	0.494	--	97.41	96.82
1995	76.85	0.512	--	93.31	97.12
1996	82.59	0.535	--	89.39	95.92
1997	93.19	0.532	--	90.56	103.35
1998	97.99	0.544	--	88.30	103.94
1999	102.70	--	110.27	87.26	104.74
1997					
Janeiro	87.05	0.543	--	89.02	98.34
Fevereiro	90.48	0.539	--	89.56	101.07
Março	91.81	0.538	--	89.67	101.51
Abril	92.19	0.537	--	89.84	102.45
Maio	91.80	0.535	--	90.11	101.87
Junho	92.82	0.533	--	90.51	103.80
Julho	95.20	0.528	--	91.38	105.80
Agosto	98.10	0.525	--	91.70	106.95
Setembro	95.83	0.527	--	91.36	106.78
Outubro	94.48	0.527	--	91.21	103.54
Novembro	93.16	0.528	--	91.08	103.83
Dezembro	95.40	0.525	--	91.40	104.51
1998					
Janeiro	97.32	0.524	--	91.61	105.45
Fevereiro	97.39	0.524	--	91.68	105.40
Março	98.19	0.526	--	91.31	103.60
Abril	102.54	0.550	--	87.26	99.08
Maio	99.97	0.550	--	87.27	100.48
Junho	100.77	0.550	--	87.28	100.05
Julho	101.41	0.550	--	87.31	100.33
Agosto	100.78	0.550	--	87.30	102.48
Setembro	96.30	0.550	--	87.27	104.09
Outubro	92.56	0.550	--	87.25	104.04
Novembro	94.40	0.550	--	87.25	103.62
Dezembro	94.26	0.550	--	87.25	105.28
1999					
Janeiro	95.11	--	110.265	87.26	105.00
Fevereiro	98.08	--	110.265	87.26	105.93
Março	100.92	--	110.265	87.26	104.00
Abril	102.49	--	110.265	87.26	102.80
Maio	102.99	--	110.265	87.26	103.31
Junho	105.06	--	110.265	87.26	103.48
Julho	105.33	--	110.265	87.26	104.59
Agosto	103.31	--	110.265	87.26	104.73
Setembro	104.14	--	110.265	87.26	104.89
Outubro	102.42	--	110.265	87.26	103.32
Novembro	105.27	--	110.265	87.26	101.22
Dezembro	107.28	--	110.265	87.26	101.35
2000					
Janeiro	106.87	--	110.265	87.26	99.85
Fevereiro	109.47	--	110.265	87.26	99.62
Março	110.93	--	110.265	87.26	98.31
Abril	112.00	--	110.265	87.26	98.12
Maio	121.65	--	110.265	87.26	97.84
Junho	116.34	--	110.265	87.26	--

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 1995/99 (apreciação: +; depreciação: -).

GUINÉ-BISSAU

Área: 36 125 Km²

Capital: Bissau

População: 1 100 000 hab

Meda: Franco CFA



1. SÍNTESE

A estabilização social e política e a reorganização económica da Guiné-Bissau (vertida num Programa de Reconstrução e Reconciliação Nacional), são os principais vectores condicionantes do desempenho das autoridades locais durante o triénio 1999/2001. A evolução económica de 1999 foi igualmente caracterizada pela recuperação para circuitos formais de actividade que utilizou canais informais durante o conflito. Este efeito acabou por determinar um aumento real do produto interno de 8.7%, alicerçado ainda na boa recuperação do sector da castanha de cajú (cujo nível de produção possibilitou um volume histórico de exportações daquele produto). Para os próximos anos, a expansão (ainda que modesta) das exportações deverá ser acompanhada pelo fomento do investimento (principalmente público, no início) e pela entrada de fundos externos.

Nesse sentido, o governo local tem desenvolvido esforços para preencher o *gap* de financiamento que enfrenta, tendo em conta as reformas que pretende efectuar. De entre as iniciativas promovidas destacam-se os pedidos de reescalonamento, em termos altamente concessionais, de atrasados e de pagamentos devidos em 2000, junto dos credores do Clube de Paris, de outros credores bilaterais e de credores multilaterais. Adicionalmente, esperam obter novos financiamentos através de assistência do Banco Mundial (Crédito para a Recuperação e Reabilitação Económica), do FMI (novo acordo de 3 anos no âmbito da PRGF e acesso à Iniciativa HIPC), da UE, do Banco Africano para o desenvolvimento e de doadores bilaterais.

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	1998	1999 Est.	2000 Prog.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	-28.1	8.7	7.6
Inflação (<i>t.v. média</i>)	8.0	-2.1	3.0
Massa monetária (<i>t.v.a.</i>)	0.4	4.9	9.7
Saldo Bal. Corrente (% PIB)	-14.7	-11.1	-29.8
Saldo orçamental (% PIB)	-16.4	-4.5	-19.3
Dívida externa (% PIB)	460.1	440.0	---

Ao nível das contas externas, 1999 trouxe uma melhoria dos saldos comercial e corrente, com a retoma das exportações e o aumento das transferências públicas. Para 2000, o disparar das importações e a retracção do volume de transferências públicas, conduzirá ao agravamento dos saldos externos, esperando assistência externa como principal fonte de financiamento do défice e da prevista redução de atrasados.

A necessidade de reconstrução de infra-estruturas condicionou o orçamento apresentado, após um ano de recuperação evidente dos saldos orçamentais (melhorias na arrecadação de impostos e contenção das despesas). Em 2000, a pressão sobre as despesas correntes influenciará de forma negativa o respectivo défice, enquanto o saldo global sofrerá ainda o efeito do crescimento do investimento público.

A reabertura das agências bancárias em Maio de 1999, veio restabelecer o funcionamento do sistema bancário. O crescimento da massa monetária ficou a dever-se ao aumento do crédito líquido ao SPA, tendo sido reflectido numa maior necessidade de liquidez. A programação para 2000 inclui um novo incremento da massa monetária, para promover o necessário impulso ao crédito à economia.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

A economia da Guiné-Bissau foi profundamente afectada pelo eclodir do confronto armado de 1998, numa altura onde as principais reformas acordadas com o FMI e o Banco Mundial (acordo ESAF) começavam a mostrar alguns resultados. O produto interno, que vinha em subida gradual desde 1992, registou em 1998 uma forte contracção (-28%), com a produção agrícola a cair 17%, grande parte da indústria parada e os bancos fechados. A repercussão na inflação acabou por ser mitigada em face da suspensão de pagamento da maioria dos salários.

Em 1999 iniciou-se o caminho da estabilização económica e da recuperação da actividade normal, após o grande período de incerteza (o conflito iniciou-se em Junho de 1998, estendeu-se até Maio do ano seguinte, com as eleições legislativas e presidenciais apenas a decorrerem em Novembro de 1999 e ainda com uma segunda volta das presidenciais em Janeiro de 2000). As autoridades prepararam em Maio de 1999 um programa para o triénio 1999/2001 de

Quadro II

Decomposição do PIB (em percentagem)

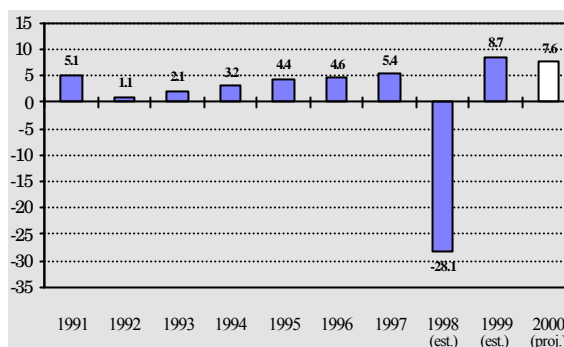
	1998	1999 Est.	2000 Prog.
Sector Primário	61.7	62.6	62.7
Sector Secundário	12.5	12.1	12.1
Sector Terceário	24.7	23.8	23.8
Impostos Indirectos	1.1	1.5	1.4
PIBpm	100.0	100.0	100.0
Consumo	108.9	105.4	103.3
Privado	9.3	9.7	---
Público	99.7	95.7	---
Investimento	11.3	14.0	27.0
Exportações ⁽¹⁾	14.9	23.7	24.2
Importações ⁽¹⁾	35.1	42.8	54.3

⁽¹⁾ Bens e Serviços

Gráfico I

PIB Real

(taxa de variação anual em percentagem)



reconciliação e reconstrução nacional, tendo sido apoiado pelo FMI e pelo BM, com os objectivos da construção da paz, da promoção da recuperação económica e do encorajamento à implementação de reformas.

As últimas estimativas para 1999, apontam para um crescimento real do PIB de 8.7%, alicerçado na retoma das exportações (decorrente não só da canalização por circuitos oficiais de exportações realizadas por sistemas informais durante o conflito, mas, também, da boa colheita agrícola nomeadamente da castanha de cajú, com 64 000 toneladas exportadas, um volume nunca antes atingido) e do consumo privado (para níveis ainda assim inferiores aos de 1997). O investimento, principalmente público, manteve-se baixo como resultado da inexistência de uma administração com plenos poderes até Novembro.

O processo desinflationista voltou a pautar a evolução do índice de preços a partir do final do conflito, apoiado na melhoria substancial da oferta de bens alimentares. Deste modo, a inflação média anual acabou por verificar um decréscimo de 2.1% no final do ano (ou uns esclarecedores -7.9% em termos homólogos).

Gráfico II

IPC - Bissau (1997 - 2000)
(variação mensal em percentagem)

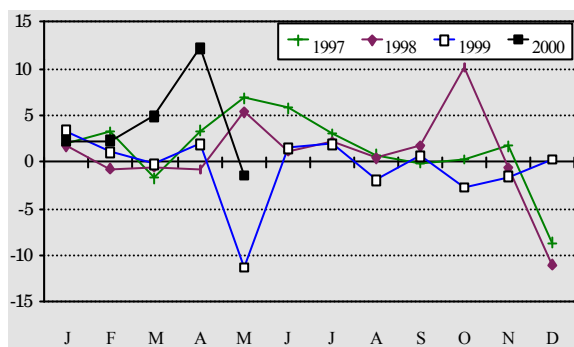


Gráfico III

IPC - Bissau (1992 - 2000)
(variação mensal em percentagem)

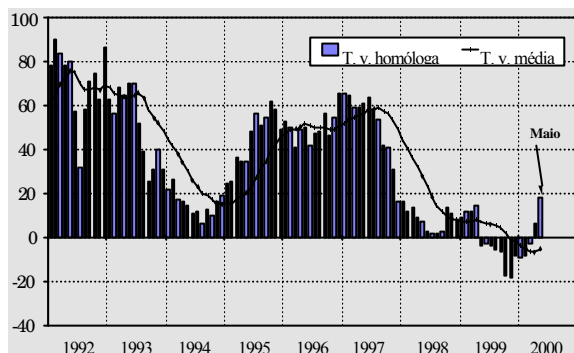
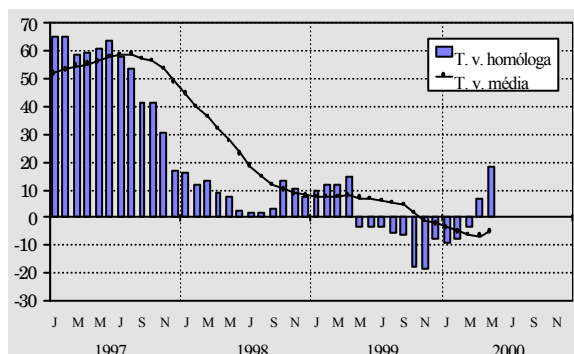


Gráfico IV

IPC - Bissau (1997 - 2000)
(variação mensal em percentagem)



As projecções para 2000, integradas nos objectivos traçados no programa apresentado (taxa de crescimento do PIB superior a 8% em 2001, inflação contida abaixo dos 3% e redução/manutenção dos défices orçamental e externo a níveis financeiramente sustentáveis), apontam para um novo período de crescimento do produto interno guineense, estando previsto um valor de 7.6% em termos reais.

As principais tendências que contribuirão para esta evolução, prendem-se com a recuperação do investimento público (quase duplicando o seu peso no PIB), após a reconstituição e estabilização da máquina administrativa do país, e com a contínua expansão das exportações (embora a ritmos bastante moderados, tendo em conta que serão mais uma vez alicerçadas no sector da castanha de cajú). Outra das condicionantes macro-económicas que irá afectar a Guiné-Bissau nos próximos anos, e que aparecerá já em 2000, é o forte aumento da procura de importações (maioritariamente de mercadorias).

O nível de preços deverá recuperar um pouco durante o ano, sendo o objectivo da política económica apresentada pelo governo a manutenção taxa de inflação abaixo dos 3% em termos médios anuais. Os primeiros quatro meses de 2000 mostraram algum crescimento dos preços, embora a variação de Maio tenha arrefecido um pouco essa tendência.

As autoridades guineenses estão a fazer um levantamento dos dados disponíveis sobre a pobreza no país, com inquéritos às famílias, como base para a elaboração de um *Poverty Reduction Strategy Paper* (PRSP) intercalar, ainda durante o corrente ano (relegando para 2001 a apresentação de um PRSP completo). Esse documento, cujo programa incluirá uma estratégia de redução de pobreza, servirá para requerer apoio junto do FMI através da *Poverty Reduction and Growth Facility* (PRGF). Simultaneamente, esperam atingir o ponto de decisão da Iniciativa HIPC aquando da aprovação deste programa.

3. CONTAS EXTERNAS

A política de estabilização social e económica de 1999 (incluída no programa para o triénio 1999/2001) trouxe uma melhoria generalizada das contas externas. O défice da Balança Comercial registou uma redução substancial (chegando apenas a 5.2% do PIB, contra 12.4% no ano anterior), como resultado da mais que duplicação das exportações de castanha de cajú (ultrapassando mesmo as previsões revistas e, inclusivamente, o valor de 1997), evolução não acompanhada pelo acréscimo de importações (que se limitou apenas a 14.6% em valor).

O esperado agravamento da Balança de Serviços e Rendimentos (5.5 p.p. em relação ao seu peso no PIB) mitigou o efeito no saldo da Balança Corrente do disparar das exportações. O défice corrente reduziu-se ligeiramente, tendo acabado por ficar em 24.6% do PIB (face a 30.3% em 1998), para o que contribuiu ainda um nível de transferências correntes públicas superior ao programado (cujo valor triplicou em relação ao ano anterior, reflectindo nomeadamente o recuperação dos rendimentos provenientes das pescas).

A Balança de Capitais e Financeira evoluiu de acordo com as últimas projecções, apresentando um agravamento (passando inclusivamente a deficitária, de +2.9% do PIB em 1998 para -1.4% no ano seguinte) decorrente da manutenção dos níveis de amortizações programadas, da quebra dos desembolsos e dos capitais de curto prazo, apesar da retoma do investimento directo estrangeiro (embora a níveis ainda bastante reduzidos).

Gráfico V

Exportações de Mercadorias (1992 - 2000)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)

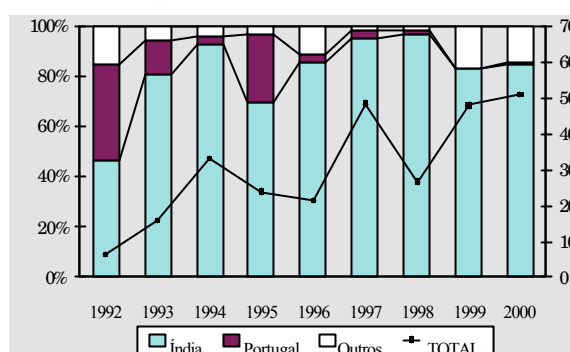
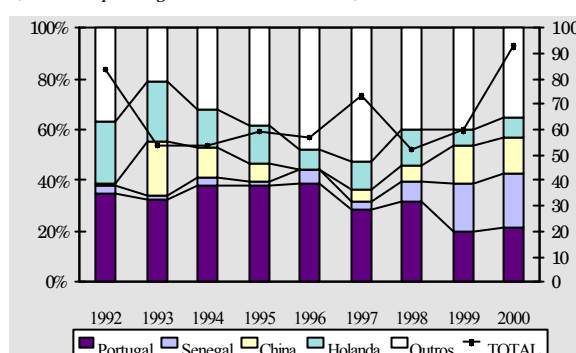


Gráfico VI

Importações de Mercadorias (1992 - 2000)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)



Esta deterioração da Balança de Capitais e Financeira acabou por determinar a evolução do saldo da Balança Global, erodindo completamente a melhoria registada nas contas correntes. O défice global representava no final de 1999 cerca de 12.4% em termos de peso no PIB (traduzindo um acréscimo de 0.5 p.p. face a 1998), constituindo ainda assim um valor inferior ao apresentado no cenário traçado aquando da elaboração das projecções (o qual apontava para um défice de 14.2% do PIB).

O financiamento do défice global (num total de USD 27.7 milhões) foi feito uma vez mais à custa do aumento dos atrasados externos (variável de ajustamento tradicionalmente utilizada), já que nem o pequeno alívio de dívida programado se acabou por verificar.

Gráfico VII

Balança de Pagamentos (1994 - 2000)

(Saldos, em percentagem do PIB)

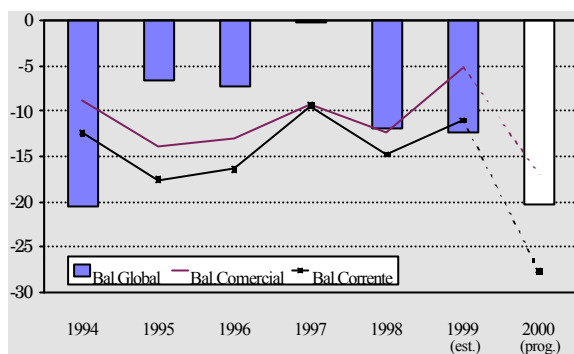
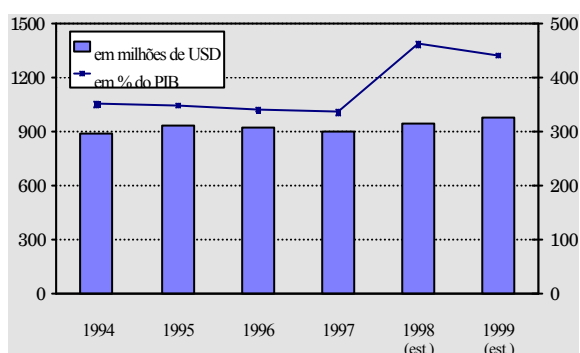


Gráfico VIII

Dívida Externa (1994 - 1999)



O *stock* de dívida externa, que vinha em redução efectiva desde 1995, agravou-se nos últimos dois anos, atingindo no final de 1999 cerca de USD 980.3 milhões (correspondendo a 440% do PIB).

A programação das contas externas para 2000 insere-se no enquadramento macro-económico acordado entre o governo local, o Banco Mundial e o FMI, segundo o qual um dos objectivos consiste na limitação do défice externo a um nível sustentável em termos financeiros. A maior condicionante da evolução das variáveis externas será o elevado crescimento esperado do volume de importações (aumento previsto de 55% em relação a 1999) para reposição de *stocks* de mercadorias e de bens de equipamento. A Balança Comercial sofrerá directamente esse impacto, com o respectivo défice a atingir um valor bastante elevado (USD 41.6 milhões, ou

16.8% em termos de peso no PIB), em face do esperado ligeiro acréscimo das exportações.

Para além deste efeito, a Balança Corrente será ainda negativamente afectada pela redução substancial das transferências correntes públicas (quebra de 51%), devendo também atingir um défice sem paralelo na história recente do país. O saldo externo corrente deverá rondar os USD 68.3 milhões no final de 2000 (cerca de 27.7% do PIB), o que constitui uma quase triplicação do seu valor. Esta deterioração dos saldos externos será menor no caso da Balança Global, uma vez que as melhorias esperadas para a Balança de Capitais e Financeira deverão contribuir para quebrar algum do efeito negativo das contas correntes. O acesso a novos desembolsos (destinados a projectos) e a retoma do investimento directo estrangeiro, tornarão superavitária a Balança de Capitais e Financeira (USD 18.1 milhões), pelo que o saldo global deverá ficar em redor dos -20.4% do PIB.

O estado guineense pretende obter junto da comunidade credora (começando os seus esforço pelos membros do Clube de Paris) reescalamentos, em termos altamente concessionais, dos atrasados até final de 1999 e dos pagamentos devidos em 2000 (alívio estimado em USD 162.5 milhões), para além de novos empréstimos, também de carácter concessional, através de programas com o FMI (através de um novo PRGF) e com o BM (através de um *Economic Rehabilitation and Recovery Credit*). Estes recursos permitirão não só financiar o défice global previsto para 2000 (e 2001) como também a substancial redução de atrasados planeada.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

O conflito armado de 1998 fez parar a máquina fiscal da Guiné-Bissau, interrompendo a arrecadação de impostos e, conseqüentemente, reduzindo o nível de receitas fiscais nesse ano. O saldo corrente ressentiu-se desse efeito, denotando um agravamento substancial, tendo o saldo global beneficiado da redução das despesas de investimento. O ano de 1999, constituiu assim o período de recuperação da cobrança fiscal e da contenção das despesas, com repercussões evidentes nos valores dos défices públicos.

O estado guineense recuperou em 1999 níveis de receitas tributárias e não-tributárias semelhantes aos de antes do conflito, provenientes principalmente dos impostos sobre o comércio internacional (17% acima do previsto) e das licenças de pesca (estas ligeiramente aquém do esperado). O volume de receitas correntes ultrapassou mesmo o valor de 1997, ficando

QUADRO III

Operações Financeiras do Estado

(em percentagem do PIB)

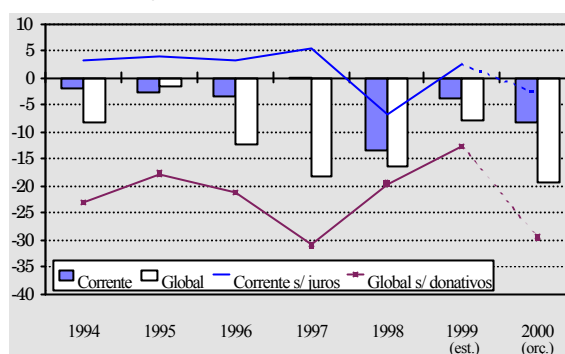
	1998	1999 Est.	2000 Orç.
Donativos	3.2	0.7	10.2
Receitas correntes	5.4	18.5	14.0
Receitas não-tributárias	2.1	8.2	6.2
dq: Sector das Pescas	0.9	5.4	4.9
Receitas tributárias	3.4	10.3	7.8
Imp. s/ comércio intern.	1.8	6.0	3.8
Empréstimos Líquidos	0.0	0.0	0.0
Despesas de capital	6.2	6.2	21.3
Despesas correntes	18.9	17.4	22.2
Com o Pessoal	5.1	5.5	5.6
Bens e Serviços	4.4	7.4	8.3
Transferências	2.6	3.2	3.1
Juros programados	6.8	1.4	5.2
Saldo corrente	-13.4	1.0	-8.2
Saldo global	-16.4	-4.5	-19.3

(compromissos)

Gráfico IX

Finanças Públicas (1994 - 2000)

(Saldos, em percentagem do PIB)



22% acima do orçamentado. A contenção de despesas, objectivo presente no Programa de Reconstrução e Reconciliação Nacional, acabou por ter resultados práticos em 1999, embora à custa do não pagamento dos juros de dívida programados (ficaram a 21.4% do orçamentado). Com efeito, todas as outras despesas correntes suplantaram os valores previstos (e inclusivamente os registados nos anos anteriores), com destaque para os encargos com bens e serviços (a maior das rubricas, tendo ficado quase 60% acima do orçamentado). Ainda assim, o saldo corrente registou o melhor valor dos últimos anos, sendo superavitário em 1% do PIB.

Enquanto ao nível das receitas totais a boa arrecadação de impostos cobriu a falta de donativos, as despesas totais foram ainda afectadas pela dificuldade de investimento público (derivada da inexistência, durante grande parte do ano, de uma administração com plenos poderes), o qual ficou apenas a 70% do programado. Conjugando todos estes efeitos, o saldo global registou uma considerável melhoria em relação aos anos anteriores (de -16.4% do PIB em 1998 para -4.5% no final do ano seguinte), ficando inclusivamente abaixo dos valores avançados aquando das projecções efectuadas (cerca de 57% do nível previsto).

Gráfico X

Receitas Públicas (1994 - 2000)

(em percentagem do PIB)

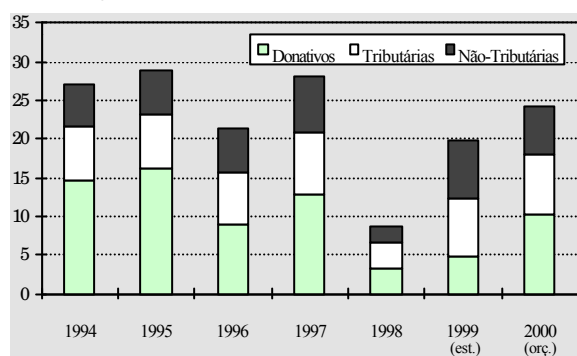
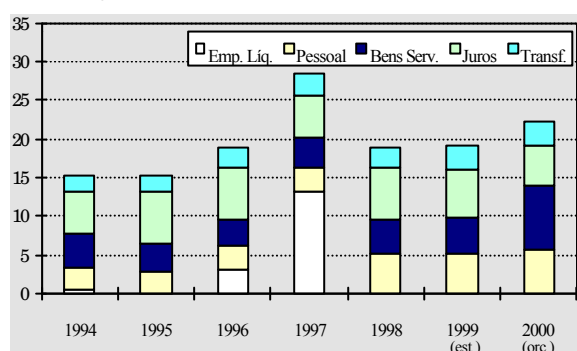


Gráfico XI

Despesas Públicas (1994 - 2000)

(em percentagem do PIB)



A necessidade de recuperação de infra-estruturas críticas, do restabelecimento de serviços sociais básicos e da garantia de segurança da população, condicionarão a acção do governo da Guiné-Bissau nos próximos anos, com reflexos claros nos principais indicadores orçamentais. Para 2000, o orçamento do estado guineense será marcado pelo agravamento da generalidade dos saldos das contas públicas.

Em 2000, as receitas correntes deverão mostrar alguma quebra em face da prevista simplificação e redução das tarifas aduaneiras e da promoção da produção da castanha de cajú, através da redução da carga fiscal sobre o sector. O nível de despesas deverá sofrer um aumento muito elevado, não só em termos correntes como também de capital. O pagamento e actualização de salários e o re-equipamento das instituições públicas

pressionarão fortemente as despesas correntes, conduzindo o saldo corrente novamente a um défice (que deverá atingir 8.2% do PIB).

Simultaneamente, a existência de uma administração com plenos poderes permitirá iniciar os investimentos necessários para a reconstrução dos equipamentos básicos de saúde e educação e para a recuperação das zonas habitacionais destruídas pela guerra. Esta necessidade fará disparar as despesas de capital (para valores bastante elevados, maioritariamente financiadas por capitais externos), contribuindo para duplicar as despesas totais. O saldo global, reflectindo todos estes efeitos negativos, terá um agravamento considerável (chegando a -19.3% do PIB), ainda que beneficiando da prevista retoma dos donativos (que deverão atingir cerca de 10.2% do PIB).

Integrado no plano aprovado pelo FMI e pelo BM, as autoridades da Guiné-Bissau terão de continuar a desenvolver esforços de reformulação da própria máquina fiscal, recuperando por exemplo os postos locais (Bairros Fiscais) e o sistema de identificação dos contribuintes (número de contribuinte) por forma a tornar totalmente operacionais os sistemas de colecta de impostos (nomeadamente sobre as vendas). Os outros objectivos do programa de reformas incluem a melhoria da transparência orçamental e o aumento da eficiência e controlo das despesas públicas. Será igualmente relançado o plano de privatizações (cujo calendário deverá ser apresentado em Setembro de 2000), com preocupações ao nível da transparência de todo o processo.

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

A interrupção da actividade de todo o sistema bancário (tanto os bancos comerciais como a agência nacional do BCEAO se encontraram encerrados, durante o período do conflito militar), produziu reflexos na circulação monetária da Guiné-Bissau durante 1998, conduzindo a uma quase estagnação da massa monetária (crescimento de cerca de 0.4%). A reabertura das agências bancárias, em Maio de 1999, veio repor a normalidade em relação às transacções financeiras, abrindo de novo a possibilidade de aceder a todos os meios de pagamento.

A massa monetária recuperou durante 1999 algum do ritmo de crescimento (4.9%), repercutindo essencialmente um aumento da circulação monetária. Esta evolução, característica de uma situação pós-conflito, decorre da necessidade de liquidez e da apetência por moeda física, ao invés de recorrer ao sistema bancário, pelo que o aumento da circulação monetária foi acompanhado pela redução do montante de depósitos junto do sistema financeiro.

O crédito interno total contribuiu significativamente para o aumento da massa monetária, crescendo 43.6% em valor, com um impacto expansionista sobre a liquidez de 17.4% em relação ao valor no início do ano. Este comportamento reflecte principalmente o fortíssimo crescimento do crédito líquido ao SPA (valor que quase triplicou em relação a 1998), consequência do esforço despendido pelo estado guineense em relação ao financiamento das despesas públicas em que incorreu durante e logo após o conflito armado. O Programa de

Gráfico XII

Crédito Interno Total (1997 - 2000)
(taxas de variação homóloga)

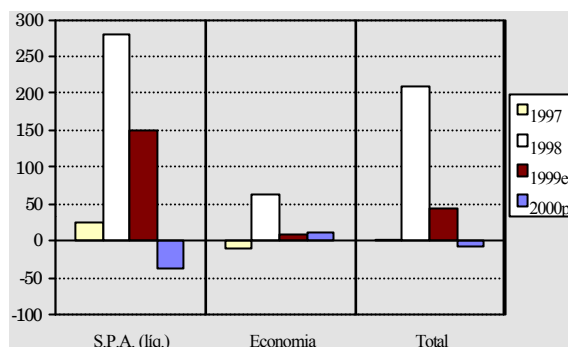
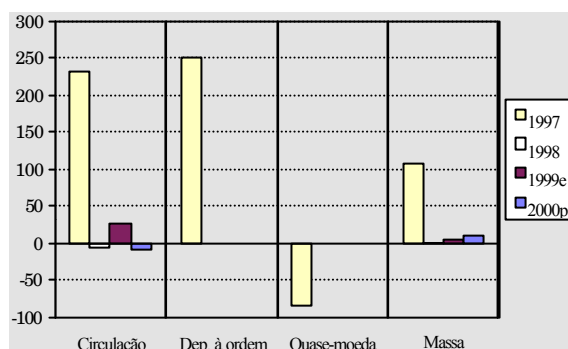


Gráfico XIII

Meios de Pagamento (1997 - 2000)
(taxas de variação homóloga)



Reconstrução e Reconciliação Nacional inclui um plano para o pagamento destas dívidas incorridas pela utilização de procedimentos inadequados em relação à despesa pública, pela não observância das linhas orientadoras da despesa pública durante o conflito e pela falta de recursos para cobrir as despesas públicas entre Janeiro e Junho de 1998. Cerca de 50% destas dívidas foram contraídas junto de residentes privados, incluindo bancos.

A posição externa evidenciou, por seu lado, algum enfraquecimento, com os activos líquidos sobre o exterior a registarem alguma redução durante 1999 (-23.4% em valor), reflectindo a assunção de passivos externos pelos bancos comerciais. Desde o último trimestre de 1998, a taxa de câmbio efectiva real da Guiné-Bissau tem vindo a depreciar-se, em função do fortalecimento

Gráfico XIV

Taxas de Câmbio (1997 - 2000)

(índices base 100: Maio de 1997, médias mensais)

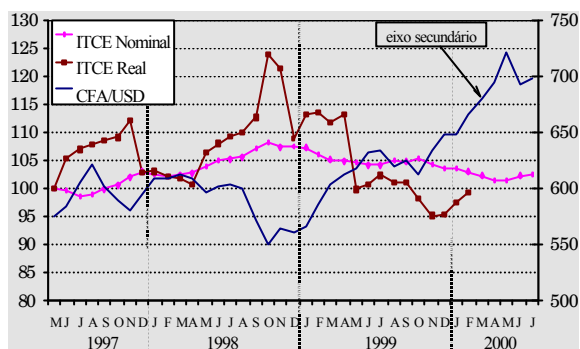
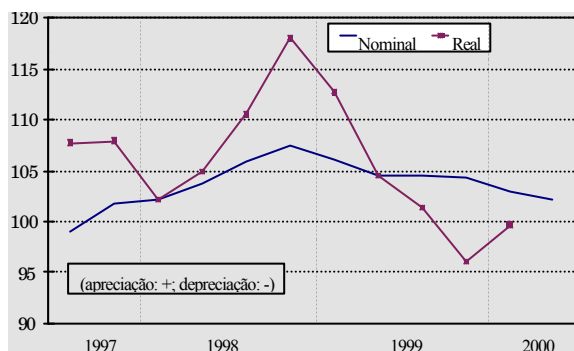


Gráfico XV

Taxa de Câmbio Efectiva (1997 - 2000)

(índices base 100: Maio de 1997, médias trimestrais)



da rupia indiana face ao Euro (a Índia é um dos principais parceiros comerciais do país, sendo responsável por cerca de 85% das exportações). Com o disparar da inflação interna no início de 2000, o ITCE real quebrou a tendência de depreciação no primeiro trimestre do ano.

Neste campo, o programa para a reconstrução do país aponta como tarefa principal da política monetária a contenção da inflação a um nível compatível com manutenção do *peg* cambial com o Euro. Nessa perspectiva, o ritmo de crescimento da massa monetária deverá evoluir de uma forma gradual, prevendo-se para 2000 um aumento de 9.7%. Nestas projecções estão incluídas previsões para o aumento do nível de intermediação financeira, com a redução da circulação

monetária e a maior apetência por instrumentos do sector bancário.

O crédito interno deverá ser contido em termos totais (reduzindo-se 8%), à custa da diminuição do crédito líquido ao SPA (-35.7%), reflectindo a substituição do esforço financeiro interno por donativos e capitais oriundos do exterior. Essa forte redução do crédito líquido ao SPA, permitirá a libertação de fundos para o necessário incremento do crédito à economia (sem pressionar as autoridades no sentido da criação de moeda), contribuindo para a dinamização do sector privado na economia guineense (um dos objectivos das reformas presentes no programa do governo). Em relação à posição externa, as projecções apontam para o reforço dos activos líquidos sobre o exterior, não só por parte do banco central com principalmente pelos bancos comerciais.

Os dados referentes ao final do primeiro trimestre de 2000, indiciam um cenário bastante diferente do projectado no início do ano. A massa monetária denota um crescimento de 16.9%, com o reforço da preferência pela liquidez (aumento bastante forte da circulação monetária) e a continuidade da desintermediação financeira (com o nível de depósitos a decrescer novamente). No que diz respeito ao crédito interno, enquanto o crédito à economia acompanha a evolução prevista (evidenciando um nível já ligeiramente superior ao previsto), registou-se um novo crescimento do crédito líquido ao SPA (+52.7%), denotando algum atraso na entrada de capitais do exterior. Paralelamente, os activos líquidos sobre o exterior mostram um ligeiro incremento, com o reforço da posição externa do banco central a cobrir o aumento de passivos externos incorrido pelos bancos comerciais.

ANEXO ESTADÍSTICO

GUINÉ - BISSAU - Quadro 1

Principais Indicadores Económicos, 1994 - 2000

	1994	1995	1996	1997	1998 Est.	1999 Proj.	1999 Est.	2000 Proj.
<i>(variação anual em percentagem)</i>								
PRODUTO E PREÇOS								
PIB real	3.2	4.4	4.6	5.1	-28.1	7.5	8.7	7.6
I. P. Consumidor (fim de período)	19.3	49.7	65.6	16.8	7.9	6.0	-7.9	
I. P. Consumidor (média anual)	15.2	45.4	50.7	49.1	8.0	6.0	-2.1	3.0
CONTAS EXTERNAS								
Exportações f.o.b. (em USD)	108.0	-28.0	-9.6	124.5	-44.9	81.4	80.1	6.0
Importações f.o.b. (em USD)	-0.1	10.3	-4.2	28.7	-28.7	6.7	14.6	55.1
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais (s/ donativos)	50.7	54.6	53.2	39.1	-72.5	210.6	280.3	-15.9
Donativos	10.6	67.3	-14.5	61.3	-80.4	65.6	-77.1	1 611.1
Despesas totais	11.9	29.4	72.1	55.8	-58.1	24.3	5.6	104.0
Défice global (c/ donativos)	-17.6	-74.0	1 212.7	68.8	-30.4	-45.7	-69.3	375.4
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito interno total	-0.6	-69.5	360.2	0.1	210.0	47.1	43.6	-8.1
Crédito ao SPA (líq.)	-428.5	-196.4	32.6	26.1	280.7	195.9	148.6	-35.7
Crédito à economia	57.2	5.6	48.9	-9.5	62.9	-2.4	8.7	13.0
Massa monetária (M ₂)	48.5	42.9	55.3	106.1	0.4	1.8	4.9	9.7
<i>(em percentagem do PIB)</i>								
SALDO ORÇAMENTAL GLOBAL								
Excluindo donativos	-23.1	-17.7	-21.2	-31.0	-19.6	-12.9	-5.2	-29.5
Incluindo donativos	-8.4	-1.4	-12.2	-18.2	-16.4	-8.1	-4.5	-19.3
INVESTIMENTO INTERNO BRUTO	21.8	22.3	23.0	21.7	11.3	24.3	29.5	27.0
SALDO DA BALANÇA CORRENTE								
Excluindo transferências oficiais	-23.3	-29.5	-27.4	-23.4	-19.3	-38.3	-24.3	-33.4
Incluindo transferências oficiais	-12.4	-17.6	-16.4	-9.4	-14.7	-31.4	-11.1	-27.7
<i>(nas unidades definidas)</i>								
TAXAS DE CÂMBIO (médias)								
ITCE Real (base 100: 1990) ¹	74.2	68.4	71.1	---	---	---	---	---
Nominal XOF / USD (mercado oficial)	555.2	499.2	511.6	583.7	590.0	630.0	615.6	610.1
ITCE Real (base 100: Maio de 1997) ¹	---	---	---	---	108.9	---	103.6	---
DÍVIDA EXTERNA (USD milhões)								
Em % das exportações de bens e serviços	2 725.6	3 815.1	4 268.5	1 595.1	3 091.7	---	1 856.4	---
Em % do PIB	349.8	347.2	339.5	334.8	460.1	---	440.0	---
Serviço da dívida em % das exportações ²	168.7	174.6	170.5	57.8	104.1	---	64.4	---
TAXA DE JURO (passiva a 1 ano, em %)	25.0	38.0	53.0	9.0	3.5	---	3.5	---

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné - Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE Real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96.

² Exportações de bens e serviços.

GUINÉ-BISSAU - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1994 - 2000

(preços correntes, em milhões de CFA)

	1994	1995	1996	1997	1998 Est.	1999 Est.	2000 Proj.
Sector primário							
Agropecuária, silvicultura e pesca	68 365.8	65 667.7	75 050.4	84 094.0	74 831.0	85 078.4	94 441.3
Sector secundário	19 539.5	19 684.3	20 523.0	23 557.0	15 205.0	16 444.9	18 225.5
Indústria ¹	14 214.7	14 550.3	15 091.6	17 250.0	11 134.0	---	---
Construção	5 324.7	5 133.9	5 431.4	6 307.0	4 071.0	---	---
Sector terciário	41 483.2	39 741.5	40 871.4	46 355.0	29 921.0	32 346.1	35 848.5
Comércio, restaurantes e hotéis	32 214.1	30 872.2	32 064.7	36 601.0	23 624.0	---	---
Transportes e comunicações	3 180.3	3 048.4	3 181.3	3 614.0	2 333.0	---	---
Administração pública	5 003.3	4 770.3	4 519.7	4 751.0	3 067.0	---	---
Banca, seguros e outros serviços	1 085.6	1 050.6	1 105.7	1 389.0	897.0	---	---
Produto Interno Bruto (custo de factores)	129 388.5	125 093.5	136 444.8	154 006.0	119 957.0	133 869.4	148 515.4
Impostos indirectos	1 441.7	1 665.7	1 998.0	2 744.0	1 357.0	2 038.6	2 108.7
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	130 830.1	126 759.1	138 442.8	156 750.0	121 314.0	135 908.0	150 624.1
Consumo	125 691.1	128 206.6	135 979.2	152 305.0	132 124.0	143 247.0	155 594.7
Público	9 302.1	8 120.7	9 097.6	14 436.0	11 227.0	13 183.1	---
Privado	116 388.9	120 086.0	126 881.6	137 869.0	120 896.0	130 064.0	---
Investimento	28 480.5	28 273.0	31 909.5	33 977.0	13 757.0	18 979.0	40 615.8
Público	26 684.0	19 215.5	20 445.4	24 455.0	7 500.0	11 959.9	32 836.1
Privado	1 796.6	9 057.5	11 464.2	9 523.0	6 257.0	7 019.1	7 779.7
Procura interna	154 171.6	156 479.7	167 888.8	186 282.0	145 881.0	162 226.0	196 210.5
Exportações	21 575.8	14 805.0	14 587.2	32 946.0	18 054.0	32 210.2	36 451.0
Procura global	175 747.4	171 284.7	182 476.0	219 228.0	163 935.0	194 436.2	232 661.5
Importações	44 917.3	44 525.6	44 033.2	62 478.0	42 621.0	58 168.6	81 788.9
Pro memoria:							
Poupança interna bruta	5 139.0	-1 447.5	2 463.5	4 445.0	-10 810.0	-7 339.0	-4 970.6
PIBpm nominal (milhões de USD)	235.6	254.0	270.6	268.6	205.6	222.8	246.9
Deflador do PIBpm ² (var. anual em %)	23.3	44.7	49.7	37.0	7.6	3.1	3.0
PIBpm nominal ² (variação anual em %)	27.2	51.1	55.5	42.8	-22.6	12.0	10.8
PIBpm real (variação anual em %)	3.2	4.4	4.6	5.4	-28.1	8.7	7.6

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

¹ Inclui electricidade e água ² Em pesos até 1997; em francos CFA a partir de 1998.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1990 - 2000

(em percentagem)

	Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1990 Dezembro	3.33	30.98	30.98	33.00
1991 Dezembro	-7.29	60.10	60.10	57.67
1992 Dezembro	5.93	86.70	86.70	69.37
1993 Dezembro	-1.19	30.70	30.70	48.23
1994 Dezembro	0.79	19.28	19.28	15.18
1995 Dezembro	-4.50	49.70	49.70	45.37
1996 Dezembro	2.40	65.62	65.62	50.73
1997 Dezembro	-8.62	16.77	16.77	49.10
1998 Janeiro	1.68	1.68	16.42	44.66
Fevereiro	-0.70	0.97	11.95	40.00
Março	-0.49	0.47	13.37	36.23
Abril	-0.77	-0.31	8.90	32.16
Mai	5.34	5.02	7.39	27.90
Junho	1.17	6.25	2.75	23.11
Julho	2.09	8.47	1.77	18.72
Agosto	0.42	8.93	1.42	14.78
Setembro	1.67	10.75	3.18	11.86
Outubro	10.10	21.93	13.32	10.07
Novembro	-0.63	21.16	10.72	8.66
Dezembro	-10.97	7.87	7.87	8.01
1999 Janeiro	3.34	3.34	9.63	7.54
Fevereiro	1.03	4.40	11.54	7.55
Março	-0.23	4.16	11.83	7.48
Abril	1.92	6.17	14.87	7.97
Mai	-11.31	-5.84	-3.28	7.07
Junho	1.46	-4.46	-3.01	6.57
Julho	1.88	-2.67	-3.21	6.13
Agosto	-1.97	-4.58	-5.51	5.52
Setembro	0.61	-4.00	-6.50	4.67
Outubro	-2.75	-6.65	-17.41	1.82
Novembro	-1.62	-8.15	-18.23	-0.83
Dezembro	0.25	-7.92	-7.92	-2.09
2000 Janeiro	2.28	2.28	-8.87	-3.59
Fevereiro	2.29	4.62	-7.73	-5.10
Março	4.91	9.75	-2.98	-6.21
Abril	12.16	23.10	6.76	-6.67
Mai	-1.46	21.30	18.62	-5.01

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1994 - 2000

(em milhões de USD)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Proj.Rev	1999 Est.	2000 Proj.
Balança Corrente	-29.3	-44.6	-44.4	-25.2	-30.3	-28.4	-24.6	-68.3
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-55.0</i>	<i>-74.9</i>	<i>-74.1</i>	<i>-62.9</i>	<i>-39.7</i>	<i>-46.4</i>	<i>-53.6</i>	<i>-82.5</i>
Balança comercial	-20.6	-35.4	-35.2	-24.6	-25.4	-7.2	-11.6	-41.6
Exportações (f.o.b.)	33.2	23.9	21.6	48.5	26.7	48.4	48.1	51.0
das quais: Castanha de cajú	31.0	20.5	18.6	45.6	23.0	45.3	47.8	46.2
Importações (f.o.b.)	-53.8	-59.3	-56.8	-73.1	-52.1	-55.6	-59.7	-92.6
Balança de serviços e rendimentos	-35.6	-42.2	-40.9	-40.3	-30.4	-44.6	-45.3	-45.6
dos quais: Juros programados	-14.1	-18.0	-18.6	-14.3	-14.1	-14.3	-14.3	-12.8
Transferências Correntes	26.9	33.0	31.7	39.7	25.5	23.4	32.3	18.9
Públicas	25.7	30.3	29.7	37.7	9.4	18.0	29.0	14.2
das quais: Ajuda à balança de pagamentos	7.0	13.2	3.1	16.0	6.7	0.0	3.3	0.0
das quais: Receitas das pescas	11.7	11.3	13.7	13.8	1.3	13.7	13.6	12.2
Privadas	1.2	2.7	2.0	2.0	16.1	5.4	3.3	4.7
Balança de Capitais e Financeira	-19.0	27.7	24.6	24.8	5.9	-3.2	-3.1	18.1
Endividamento	-18.9	-16.1	-6.5	7.4	-7.3	-16.7	-16.7	-1.4
Desembolsos	18.0	18.7	22.0	25.7	10.5	3.0	3.0	21.5
Apoio à balança de pagamentos	3.1	5.1	5.8	0.0	4.0	0.0	0.0	0.0
Projectos	14.9	13.6	16.2	25.7	6.5	3.0	3.0	21.5
Amortizações programadas	-36.9	-34.8	-28.5	-18.3	-17.8	-19.8	-19.7	-22.9
Transf. de capital e invest. directo estrangeiro	44.4	55.5	40.7	32.2	0.0	9.9	9.8	26.5
Capitais de curto prazo, erros e omissões	-44.5	-11.7	-9.6	-14.8	13.2	3.7	3.8	-7.0
Balança Global	-48.3	-16.9	-19.8	-0.4	-24.4	-31.6	-27.7	-50.2
Financiamento	48.3	16.9	19.8	0.4	24.4	31.6	27.7	-151.2
Variação das reservas oficiais ¹	5.8	1.2	-8.9	-25.0	-1.0	1.9	1.8	-7.7
Variação de atrasados (redução: -)	42.3	-161.5	-18.2	15.9	21.6	27.9	25.9	-143.5
Alívio da dívida	0.2	177.1	46.9	9.5	3.8	1.8	0.0	0.0
Diferencial de Financiamento ²	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-201.4 ³

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Inclui a contrapartida de flutuações cambiais. ² Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento. ³ Desta necessidade de financiamento, USD 162.5 milhões poderão ser cobertos por alívio de dívida.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 2000

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Proj.	1990 a 1999
Cabo Verde	1.9	0.2	2.1	0.7	0.2	0.2	7.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.9
Espanha	5.9	0.8	9.3	0.4	0.0	1.1	2.7	0.2	0.0	1.9	1.3	1.4
França	3.0	1.3	0.0	4.3	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.6
Gâmbia	0.0	4.7	0.4	0.0	0.0	0.9	0.0	0.0	0.0	0.2	0.2	0.5
Holanda	1.9	0.3	0.0	0.4	0.1	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2
Índia	51.3	66.5	46.5	81.3	93.2	69.5	86.0	95.2	97.0	83.5	85.0	82.5
Nigéria	0.0	1.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Portugal	20.4	15.1	38.1	12.8	2.8	27.3	2.9	3.2	1.5	0.1	1.0	8.2
Senegal	0.2	3.5	2.7	0.0	0.0	0.0	0.0	1.0	0.8	0.1	2.0	0.6
Outros	15.5	6.0	0.9	0.0	3.6	0.6	1.3	0.3	0.5	14.3	10.5	4.9
Exportações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 2000

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Proj.	1990 a 1999
Alemanha	3.2	11.7	7.1	3.1	0.9	0.4	0.0	0.5	0.2	1.9	2.0	3.2
China	0.5	5.3	1.2	21.1	12.0	7.0	0.1	5.4	6.3	15.0	14.0	6.9
Costa do Marfim	0.5	0.7	3.4	4.1	2.7	1.8	4.0	0.0	0.5	0.1	0.9	1.7
E.U.A.	2.7	0.3	2.2	2.5	1.0	3.4	4.6	2.3	0.5	0.6	0.5	2.0
França	2.2	3.3	5.6	1.1	4.9	3.6	3.7	1.9	2.5	1.7	1.8	3.1
Holanda	20.3	19.9	24.4	23.4	14.7	14.4	8.2	10.3	14.5	6.1	7.5	15.9
Itália	3.3	2.8	4.3	0.5	1.5	0.8	0.3	0.7	0.5	0.8	1.3	1.7
Portugal	55.7	36.8	35.1	32.3	37.7	37.6	38.4	28.5	32.0	19.7	21.5	35.5
Senegal	5.0	6.5	2.6	2.0	3.0	2.3	5.5	2.9	7.5	19.2	21.5	5.5
Outros	6.6	12.8	14.2	9.8	21.5	28.7	35.1	47.6	35.5	35.0	29.1	24.4
Importações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 7

Dívida Externa, 1994 - 1999

(em milhões de USD)

	1994	1995	1996	1997	1998 Est.	1999 Est.
Dívida de médio ou longo prazo	--	--	--	--	946.1	980.3
Credores multilaterais	--	--	--	--	402.6	409.8
Credores bilaterais	--	--	--	--	543.5	570.4
Clube de Paris	--	--	--	--	270.7	287.6
Outros países	--	--	--	--	272.8	282.8
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	--	--
Dívida Externa Total	888.5	932.6	918.8	899.1	946.1	980.3
Serviço de dívida de m/l prazo programado	51.0	52.8	47.1	32.6	31.9	34.0
Capital	36.9	34.8	28.5	18.3	17.8	19.7
Juros	14.1	18.0	18.6	14.3	14.1	14.3
(em % das exportações de bens e serviços)						
Dívida externa total	2 725.6	3 815.1	4 268.5	1 595.1	3 091.7	1 856.4
Serviço de dívida de m/l prazo programado						
Antes do reescalonamento	156.5	216.0	218.8	57.8	104.1	64.4
Capital	113.2	142.4	132.4	32.5	58.2	37.3
Juros	43.3	73.6	86.4	25.4	46.0	27.1
Depois do reescalonamento	168.7	174.6	170.5	31.6	76.1	40.9
(em % do PIB)						
Dívida externa total	349.8	347.2	339.5	334.8	460.1	440.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 8

Operações Financeiras do Estado, 1994 - 2000

(em mil milhões de CFA)

	1994	1995	1996	1997	1998 Est.	1999 Proj.	1999 Est.	<i>g.e.</i> ¹	2000 Proj.	2000 Trim I
1. Receitas Totais	35.4	36.7	29.7	44.0	10.5	27.0	26.0	96.3	36.5	4.1
1.1. Receitas correntes	16.2	16.0	17.3	24.0	6.6	20.5	25.1	122.4	21.1	4.1
Receitas não-tributárias	7.3	7.3	7.8	11.5	2.5	10.1	11.1	109.9	9.3	1.3
dq: Sector das pescas	6.5	6.1	7.0	9.0	1.1	8.3	7.3	88.0	7.4	1.0
Receitas tributárias	8.9	8.8	9.5	12.5	4.1	10.4	14.0	134.6	11.8	2.8
dq: Imp. s/ comércio intern.	5.8	4.4	5.7	8.8	2.2	6.9	8.1	117.4	5.7	1.0
dq: Imp. s/ consumo	1.2	2.9	---	---	---	---	---	---	---	---
1.2. Donativos	19.3	20.7	12.4	20.0	3.9	6.5	0.9	13.8	15.4	0.0
dq: Projectos	18.3	12.1	10.9	10.9	0.0	6.5	---	---	---	---
dq: Apoio à balança de pagamentos	0.9	7.4	1.5	9.1	3.9	0.0	---	---	---	---
dq: Ajuda alimentar	0.0	1.2	0.0	0.0	0.0	0.0	---	---	---	---
2. Despesas Totais	46.4	38.5	46.6	72.5	30.4	37.8	32.1	84.9	65.5	3.7
2.1. Despesas correntes	19.0	19.4	21.9	24.0	22.9	25.8	23.7	91.9	33.4	3.3
Despesas c/ pessoal	3.5	3.5	4.4	4.9	6.2	6.9	7.5	108.7	8.4	2.0
Bens e serviços	5.8	4.6	4.7	6.1	5.3	6.3	10.0	158.7	12.5	0.7
Transferências	2.6	2.9	3.7	4.4	3.1	3.9	4.3	110.3	4.7	0.4
Juros da dívida programados	7.1	8.4	9.2	8.6	8.3	8.7	1.9	21.8	7.8	0.2
2.2. Despesas de capital	26.7	19.2	20.4	27.9	7.5	12.0	8.4	70.0	32.1	0.4
Financiamento Interno				2.0	3.6	4.5	8.4	186.7	3.6	0.4
Financiamento Externo				25.9	3.9	7.5	0.0	0.0	28.5	0.0
2.3. Empréstimos líquidos ²	0.8	-0.1	4.2	20.6	0.0	0.0	0.0	---	0.0	0.0
dq: Receitas de privatização	0.0	-0.1	-0.1	-1.5	0.0	0.0	0.0	---	0.0	0.0
dq: Operações de reestruturação	0.0	0.0	4.4	22.1	0.0	0.0	0.0	---	0.0	0.0
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-2.8	-3.4	-4.6	0.0	-16.3	-5.3	1.4	-26.4	-12.3	0.8
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-30.3	-22.5	-29.3	-48.5	-23.8	-17.3	-7.0	40.5	-44.4	0.4
5. Saldo Global [base compromissos]: (1.) - (2.)	-11.0	-1.8	-16.9	-28.5	-19.9	-10.8	-6.1	56.5	-29.0	0.4
6. Variação de Atrasados	5.7	-17.2	0.0	-3.8	18.4	3.0	3.0	---	-5.4	0.0
6.1. Internos	-0.1	-0.3	0.2	-3.8	5.6	-2.0	-2.0	---	-4.4	0.0
6.2. Externos	5.9	-17.0	-0.2	0.0	12.8	5.0	5.0	---	-1.0	0.0
7. Alívio de Dívida ³	0.2	93.4	24.7	15.8	0.0	0.0	0.0	---	0.0	0.0
8. Valores em trânsito, Erros e Omissões	-0.8	3.0	-0.1	-0.9	0.0	0.0	0.0	---	0.0	0.0
9. Saldo Global [base caixa]: (5.) + (6.) + (7.) + (8.)	-5.9	77.3	7.6	-17.4	-1.5	-7.8	-3.1	39.7	-34.4	0.4
10. Financiamento	5.9	-77.3	-7.6	17.4	1.5	6.7	6.0	---	4.7	5.5
10.1. Interno (líq.)	-1.0	-5.1	4.4	0.7	3.6	6.1	5.4	88.5	-4.2	4.8
dq: Sistema bancário	---	---	---	0.7	5.1	6.1	5.4	88.5	-4.2	4.8
10.2. Externo (líq.)	6.8	-72.2	-12.0	16.7	-2.1	0.6	0.6	100.0	8.9	0.7
dq: Desembolsos	---	---	---	28.7	6.1	1.8	1.8	100.0	25.1	1.2
dq: Amortizações	---	---	---	-11.2	-10.5	-12.0	-12.0	100.0	-14.2	0.6
11. Diferencial de Financiamento ⁴	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-1.1	2.9	---	-29.7	5.9

Fontes: Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Grau de execução face ao orçamentado em percentagem. ² Correspondem a despesas financiadas através de empréstimos externos para a reestruturação de instituições estatais e empresas públicas. Neste último caso, os montantes arrecadados com as privatizações são deduzidos aos empréstimos. ³ Em 1997 inclui, igualmente, alívio de dívida. ⁴ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 9

Síntese Monetária, 1996 - 1999

(em milhões de CFA)

	1996	1997	1998	1999 Proj.	1999 Est.	1999 / 1998 (em %)		2000 Proj.	2000 Trim. I
						(1)	(2)		
Activos Líquidos s/ Exterior	-5 264.4	20 475.0	17 748.0	14 926.0	13 592.6	-23.4	-11.4	20 100.0	13 849.9
Banco Central	-6 288.9	15 994.0	16 740.7	14 155.0	15 355.5	-8.3	-3.8	16 500.0	16 313.0
Activos	6 073.1	18 159.7	---	19 223.0	---	---	---	---	---
Passivos	-12 362.0	-2 165.3	---	-5 068.0	---	---	---	---	---
Bancos Comerciais	1 024.5	4 481.0	1 007.3	771.0	-1 762.9	-275.0	-7.6	3 600.0	-2 463.1
Crédito Interno Total	4 687.9	4 693.0	14 546.0	21 395.0	20 884.1	43.6	17.4	19 200.0	27 204.2
Crédito líquido ao SPA	-2 716.0	-2 008.0	3 628.6	10 736.0	9 020.7	148.6	14.8	5 800.0	13 774.4
Crédito concedido	6 776.0	---	---	15 182.0	---	---	---	---	---
Depósitos da Administração Central	-9 492.0	---	---	-4 446.0	---	---	---	---	---
Depósitos orçamentais	-4 786.0	---	---	---	---	---	---	---	---
Fundos de contrapartida	-4 706.0	---	---	---	---	---	---	---	---
Crédito à economia	7 403.9	6 701.0	10 917.4	10 659.0	11 863.4	8.7	2.6	13 400.0	13 429.8
Sector privado	8 936.6	9 951.0	---	13 859.0	---	---	---	---	---
Empresas públicas	951.5	0.0	---	0.0	---	---	---	---	---
Contrapartida de créditos incobráveis	-2 484.2	-3 250.0	---	-3 200.0	---	---	---	---	---
Total do Activo	-576.5	25 168.0	32 294.0	36 321.0	34 476.7	6.8	6.0	39 300.0	41 054.1
Massa Monetária (M2)	17 607.0	36 286.0	36 414.9	37 056.0	38 185.1	4.9	4.9	41 900.0	44 632.6
Circulação monetária	6 200.0	20 536.0	19 055.7	---	24 033.1	26.1	13.7	21 900.0	30 764.1
Depósitos à ordem	4 186.0	14 628.0	---	---	---	---	---	---	---
Quase - moeda	7 221.0	1 122.0	---	---	---	---	---	---	---
da qual: Depósitos em moeda estrangeira	6 600.0	0.0*	---	---	---	---	---	---	---
Outras Rubricas (líq.)	-18 183.0	-11 118.0	-4 121.0	-735.0	-3 708.4	-10.0	1.1	-2 600.0	-3 578.5
Total do Passivo	-576.0	25 168.0	32 294.0	36 321.0	34 476.7	6.8	6.0	39 300.0	41 054.1

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação face ao período anterior; (2) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

* Em 2 Maio de 1997 todos os depósitos em moeda estrangeira foram convertidos em francos CFA.

GUINÉ-BISSAU - Quadro 10

Taxas de Juro, 1994 - 1999

(taxas anuais)

	1994	1995	1996	1997	1997	1998	1999	1999	2000
	Dez.	Dez.	Dez.	Jan.	Dez. ¹	Dez.	Jan.	Dez.	Mai
Depósitos									
Depósitos à ordem	3.0	5.0	11.0	6.0					
Depósitos c/ pré-aviso	10.0	15.0	24.0	7.0	3.5	3.5	3.5	3.5	3.5
Depósitos a prazo:									
Até 90 dias ²	21.0	33.0	48.0	7.0		----- (t.m.m. - 2) -----			
91-180 dias ²	23.0	36.0	51.0	9.0		----- (t.m.m. - 2) -----			
181-365 dias ²	25.0	38.0	53.0	9.0		----- (t.m.m. - 2) -----			
Mais de 1 ano ³	28.0	39.0	55.0	9.0
Crédito									
Até 180 dias	28.0	46.0	55.0	23.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0
181-365 dias	35.0	48.0	56.0	24.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0
Mais de 1 ano	37.0	49.0	58.0	25.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0
Operações do Banco Central									
Tesouro									
Depósitos	5.0	5.0	5.0	5.0	5.5	5.8	5.3		
Empréstimos		14.0	14.0	14.0					
Sistema bancário									
Refinanciamento	26.0	39.0	54.0	35.0	6.0	6.3	5.8	5.8	6.3
Insuficiência de reservas⁴									
Até 2 semanas	39.0	51.0	59.0	26.0					
Mais de 2 semanas	39.0	54.0	61.0	28.0					
Pro memoria:									
Inflação (t.v.h. no mês)	19.3	49.7	65.6	65.6	16.8	7.9	9.6	-7.9	18.6

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

¹ Após adesão à UEMOA. ² A partir de Maio de 1997 estas taxas passaram a ser iguais às taxas médias mensais do mercado monetário, subtraídas de 2 pontos percentuais. ³ A partir de Maio de 1997 esta taxa passou a ser fixada livremente. ⁴ A taxa de penalização é calculada com base na mais elevada das taxas activas.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1990 - 2000

(taxas médias)

	XOF/USD (GWP/USD até Abril de 1997)			ITCE ¹	
	Mercado oficial	Mercado livre	Diferencial (%)	(base 100: Maio de 1997)	
	M.O.	M.L.	M.L./M.O.	Nominal	Real
1990	2 191.10	2 702.13	23.32	100.00	100.00
1991	3 561.78	4 345.28	22.00	67.47	96.44
1992	6 921.30	7 464.05	7.84	34.53	77.01
1993	10 081.90	10 506.20	4.21	27.36	85.75
1994	12 892.05	13 136.38	1.90	21.80	74.20
1995	18 072.53	18 432.53	1.99	14.56	68.37
1996	26 373.42	26 908.35	2.03	10.50	71.06
1997	583.67	---	---	100.29	86.60
1998	589.95	---	---	104.82	108.88
1999	615.63	---	---	104.82	103.58
1996					
1º trimestre	22 541.36	22 992.19	2.00	12.17	68.57
2º trimestre	23 195.43	23 659.34	2.00	11.97	73.58
3º trimestre	26 609.63	27 141.98	2.00	10.49	74.53
4º trimestre	33 147.28	33 839.90	2.09	8.42	68.46
1997					
1º trimestre	36 239.39	38 153.66	5.32	8.13	71.23
2º trimestre ²	578.61	---	---	99.81	102.65
3º trimestre	608.78	---	---	99.01	107.73
4º trimestre	588.37	---	---	101.75	107.95
1998					
Janeiro	608.36	---	---	102.37	102.96
Fevereiro	608.43	---	---	101.98	101.96
Março	612.22	---	---	102.25	101.58
Abril	608.34	---	---	102.59	100.52
Maio	595.19	---	---	103.80	106.34
Junho	601.11	---	---	104.90	107.89
Julho	602.27	---	---	105.13	109.24
Agosto	599.50	---	---	105.45	109.89
Setembro	570.68	---	---	106.96	112.61
Outubro	549.50	---	---	108.00	123.80
Novembro	563.82	---	---	107.22	121.37
Dezembro	560.01	---	---	107.46	108.93
1999					
Janeiro	565.10	---	---	107.19	113.14
Fevereiro	585.36	---	---	105.99	113.35
Março	602.77	---	---	105.04	111.72
Abril	612.83	---	---	104.73	113.09
Maio	617.28	---	---	104.52	99.77
Junho	632.11	---	---	104.05	100.69
Julho	633.84	---	---	104.04	102.27
Agosto	618.69	---	---	104.97	100.97
Setembro	624.75	---	---	104.70	101.03
Outubro	612.08	---	---	105.28	98.07
Novembro	634.15	---	---	104.13	95.07
Dezembro	648.58	---	---	103.52	95.16
2000					
Janeiro	647.86	---	---	103.52	97.42
Fevereiro	665.66	---	---	102.90	99.16
Março	679.34	---	---	102.17	102.42
Abril	693.73	---	---	101.38	115.22
Maio	719.99	---	---	101.33	---
Junho	691.52	---	---	102.22	---
Julho	697.52	---	---	102.29	---

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96. ² Em 2 de Maio de 1997 o peso guineense foi substituído pelo franco CFA (Communauté Financière Africaine) à taxa de GWP 65 / XOF. Os valores do ITCE a partir de Maio de 1997 têm esse mês como base.

MOÇAMBIQUE

Área: 799 380 Km²

Capital: Mputo

População: 18 700 000 hab

Moeda: Mtical



1. SÍNTESE

Nos últimos anos, a economia moçambicana demonstrou um vigor assinalável no panorama mundial, com um crescimento médio real do produto de perto de 11% entre 1997 e 1999. A dinâmica será este ano abalada pela ocorrência das piores cheias dos últimos 50 anos, abrandando o ritmo de crescimento e de implementação das reformas, para além de exigir um esforço suplementar na superação das novas dificuldades. Para ajudar o país nessa tarefa, organizações internacionais e alguns países solidarizaram-se com Moçambique através de reduções de dívida, moratórias ao serviço de dívida, novos empréstimos concessionais e ajuda de emergência. Destas iniciativas, destacam-se: o projecto de emergência para a recuperação das cheias, do Banco Mundial; a reavaliação e aumento dos montantes a que o país pode aceder através da PRGF; e, a aprovação do novo Ponto de Decisão da Iniciativa HIPC reforçada. Já em Maio deste ano, Moçambique garantiu o financiamento do Programa de Reconstrução Pós-Catástrofe numa conferência de doadores realizada em Roma.

A evolução do PIB moçambicano (apoiada na construção, energia e turismo) deverá ficar em 2000 pelos 6.1% (em termos reais), conjugando perdas imediatas ao nível da produção com actividade adicional derivada dos esforços de reconstrução e proporcionada pelo alívio da dívida. A inflação manteve-se estável durante 1999, embora a níveis superiores aos do ano anterior. As pressões sobre os preços derivadas da catástrofe natural que assolou o país começaram-se já a fazer sentir devendo conduzir a inflação aos 8.0% em Dezembro de 2000.

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	1998	1999 Est.	2000 Proj.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	12.0	8.8	6.1
Inflação (<i>t.v. média</i>)	0.6	1.8	--
Massa monetária (<i>t.v.a.</i>)	17.6	34.4	12.0
Saldo Bal. Corrente (% PIB)	-12.4	-21.5	-17.6
Saldo orçamental (% PIB)	-2.4	-1.2	-4.6
Dívida externa (% PIB)	157.3	132.7	--

As contas externas, agravadas em 1999 pelo aumento substancial do volume de importações de capital, deverão melhorar em termos correntes com a conclusão de alguns grandes projectos. No entanto, a redução do investimento directo estrangeiro deverá contribuir para o crescimento do défice global. No âmbito da política orçamental observou-se, em 1999, uma redução considerável do défice global, recorrendo principalmente ao forte aumento dos donativos. O orçamento para 2000 reflecte as despesas adicionais inerentes ao acesso à Iniciativa HIPC (com preocupações ao nível das medidas para o combate à pobreza) e as repercussões das cheias, apresentando um aumento do défice global de 1.2% para 4.6% do PIB.

A política monetária, após a contenção da inflação no ano anterior, teve durante 1999 um pendor menos restritivo, deixando a massa monetária crescer 34.4%, procurando acomodar o aumento da procura de crédito bancário por parte do sector privado. A necessidade de conter a expansão monetária, decorrente das pressões inflacionistas do impacto das cheias (imediato e desfasado), levou as autoridades nacionais a aumentar o coeficiente de reservas de caixa em Março de 2000. A programação para o ano aponta para um crescimento de 12% da massa monetária.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

A economia moçambicana voltou a apresentar, em 1999, um bom nível de desempenho económico, garantindo um crescimento do produto interno de 8.8% em termos reais (ligeiramente abaixo das previsões iniciais, 9.7%). Note-se que esta evolução do PIB sucede-se a um período de aumentos reais acima de 10%, durante o qual o país chegou a ser o que mais rapidamente cresceu no mundo inteiro.

Na base deste assinalável comportamento está a forte dinâmica apresentada por sectores como o da construção (ainda reflexo de grandes projectos), do turismo (um dos mais promissores a médio prazo) e da electricidade e água (denotando um aumento real de cerca de 195%, com níveis elevados de exportações para países vizinhos). Do lado da despesa, o investimento assumiu o papel mais importante na dinamização económica do país (quase duplicando em valor), com destaque para a componente privada, a qual se estima ter registado um crescimento de cerca de 151% em relação a 1998. Uma tendência a registar é a redução gradual do peso do consumo no produto interno, evolução que já decorre desde 1996.

Quadro II

Decomposição do PIB

(em percentagem)

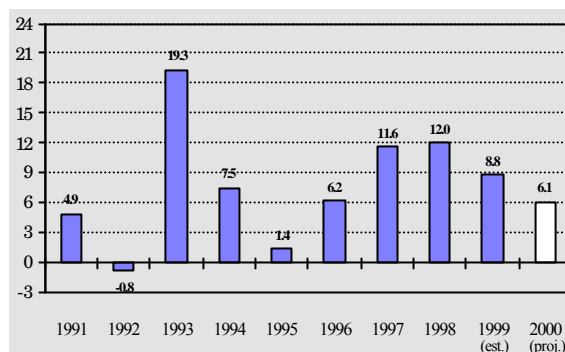
	1998	1999 Est.	2000 Proj.
Consumo	98.3	97.5	95.6
Privado	9.3	--	--
Público	89.0	--	--
Investimento	20.4	35.4	26.6
Exportações ⁽¹⁾	11.7	13.9	10.9
Importações ⁽¹⁾	30.5	46.8	33.1
PIBpm	100.0	100.0	100.0

⁽¹⁾ Bens e Serviços

Gráfico I

PIB Real (1991 - 2000)

(taxa de variação anual em percentagem)



O nível de preços manteve-se bastante estável durante todo o ano de 1999, embora a um patamar superior ao de 1998 (período onde se registaram inclusivamente variações negativas da taxa homóloga). A inflação registada no final de 1999, acabou por se fixar nos 4.8% (em termos homólogos), ainda assim abaixo da projecção efectuada no início do ano (5.5%)¹.

O desempenho macro-económico bastante favorável possibilitou a que, em Junho de 1999, o FMI e o Banco Mundial tenham acordado que Moçambique atingisse o Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC (pouco mais de um ano após o Ponto de Decisão), com um alívio total de USD 1.7 mil milhões em termos de VLA (ou cerca de USD 3.7 mil milhões em alívio do serviço de dívida ao longo do tempo), o que corresponde a uma redução de 63% do VLA da dívida total em Dezembro de 1998. Em Setembro desse ano, as administrações do FMI e do BM acordaram um conjunto de alterações à Iniciativa, com o intuito de a

¹ O Instituto Nacional de Estatística moçambicano começou recentemente a publicação de novos Índices de Preços no Consumidor para as cidades de Maputo, Beira e Nampula. A revisão e actualização dos pesos utilizados no seu cálculo apontam um valor de 6.2% para a inflação no final de 1999 para a cidade de Maputo.

Gráfico II

IPC - Maputo (1998 - 2000)
(variação mensal em percentagem)

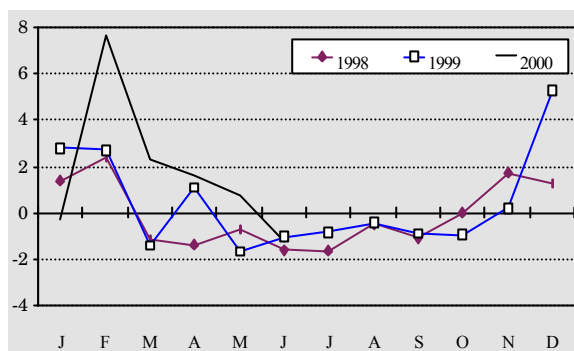


Gráfico III

IPC - Maputo (1992 - 2000)
(variação mensal em percentagem)

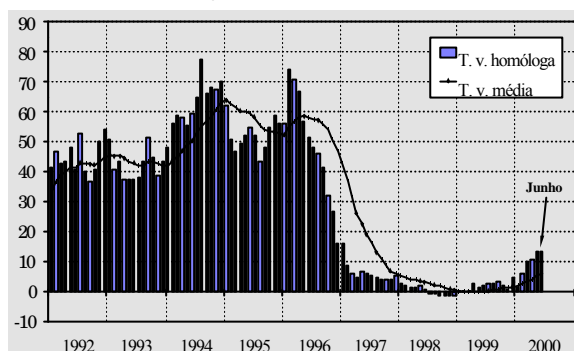
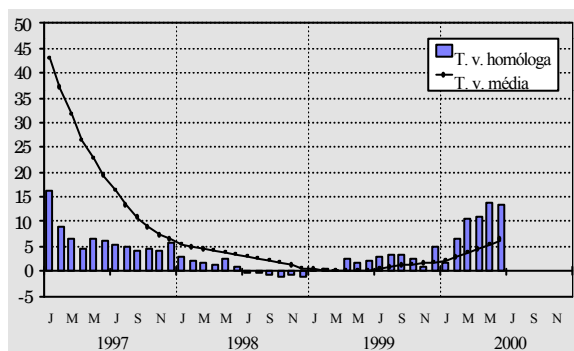


Gráfico IV

IPC - Maputo (1997 - 2000)
(variação mensal em percentagem)



alargar a mais países, de aprofundar o nível de alívio e de acelerar o processo. Dessa forma, e tendo em conta o carácter retroactivo destas modificações, o país foi considerado para o novo Ponto de Decisão (atingido em Março de 2000), para beneficiar de um acréscimo de alívio de USD 254 milhões em termos de VLA. Para esta nova fase, Moçambique teve de apresentar uma estratégia de redução de pobreza.

O ano de 2000, foi e será condicionado pelas cheias que assolaram o país durante Fevereiro e Março, causando extensas devastações e provocando deslocações em massa da população. No sentido de procurar colmatar as dificuldades de recuperação das zonas afectadas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) efectuou uma conferência de doadores em Roma, na qual procurou angariar os fundos necessários não só à reconstrução do país como à melhoria dos mecanismo de previsão de catástrofes. Nessa reunião foi apresentado pelo governo moçambicano um programa de reconstrução pós-emergência, avaliado em USD 450 milhões, verba que acabou por ser ultrapassada no conjunto das doações. Foram ainda alcançados novos acordos para alívio de dívida com alguns países europeus e com alguns credores multilaterais.

As previsões feitas inicialmente para 2000 tiveram então de ser revistas, apontando agora para um crescimento real do produto interno de 6.1% (cerca de 1 p.p. abaixo das projecções antes das cheias). Para este comportamento deverão contribuir sectores como os da construção (seguindo o esforço de recuperação de habitações e infra-estruturas), do sector energético (com predomínio das exportações) e do turismo. O investimento privado deverá registar alguma contracção, devido a alguma quebra de confiança junto dos investidores. O nível de preços esperado foi também revisto em alta, devendo a inflação homóloga atingir cerca de 8% no final do ano (1.5 p.p. acima das previsões iniciais). Os valores registados até Julho, mostram uma aceleração dos preços nos meses da catástrofe, retomando os níveis normais a partir daí.

3. CONTAS EXTERNAS

Ao nível das contas externas, o ano de 1999 caracterizou-se pelo agravamento dos principais saldos. O elevado volume de importações, na sua maior parte bens de equipamento e destinadas à construção da fábrica de alumínio Mozal, acabou por determinar a deterioração do saldo da Balança Comercial (-10.1 p.p. em termos de peso no PIB), com as exportações a ficarem ligeiramente aquém do previsto. A evolução do saldo da Balança Corrente reflectiu também o maior nível de importações, embora tenha beneficiado do aumento das transferências oficiais (+2.2 p.p.), pelo que o défice cresceu 9 p.p. em relação ao peso no PIB (ficando abaixo do esperado).

Outro factor de destaque no ano que findou prende-se com o novo reforço do investimento directo estrangeiro (mais 72% que em 1998) ainda associado a projectos de grande envergadura (como o do alumínio, financiado por capitais privados, principalmente sul-africanos). A Balança de Capitais e Financeira demonstrou uma considerável melhoria (cujo saldo aumentou 8.6 p.p. em relação ao seu peso no PIB), não apenas como reflexo da dinâmica do investimento directo estrangeiro mas também pelo acesso a novos desembolsos. O saldo global registou assim um ligeiro agravamento (-0.4 p.p. em percentagem do PIB), chegando a -5.7% do PIB no final do ano. Este é um valor superior ao défice programado em cerca de 1 p.p. (que se previa chegar apenas a -4.7%), como resultado de algum adiamento de assistência externa programada sob a forma de empréstimos (que ficaram a 80% do inicialmente previsto).

Gráfico V

Exportações de Mercadorias (1992 - 1999)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)

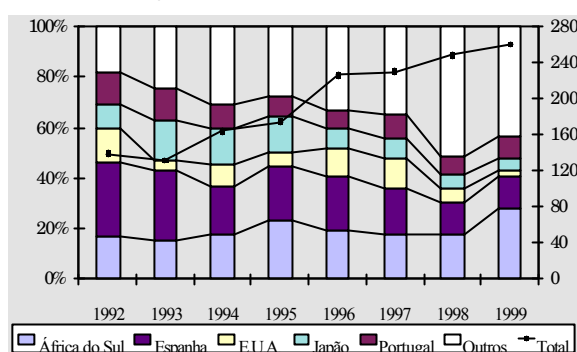
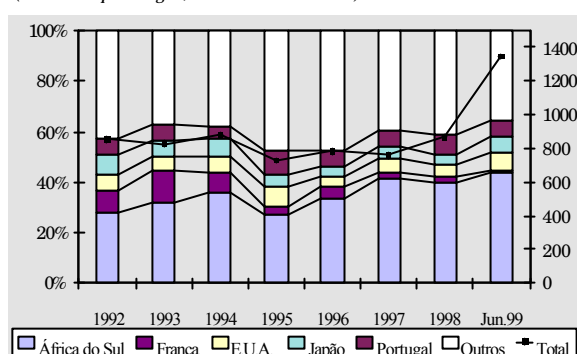


Gráfico VI

Importações de Mercadorias (1992 - Jun.1999)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)



O acesso de Moçambique ao Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC, em Junho de 1999 (que corresponde a um alívio de dívida de USD 1 716 milhões em termos de VLA), e o reforço da Iniciativa em Setembro do mesmo ano (traduzido num novo Ponto de Decisão, em Março de 2000, para um alívio adicional de USD 254 milhões em termos de VLA), deverão reduzir o VLA da dívida externa do país para cerca de USD 761 milhões (o equivalente a 150% das exportações, com referência aos dados do final de 1998, ou seja, cerca de 20% do total da dívida). Se incluirmos o possível cancelamento da dívida relativa à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (de acordo com as recomendações da Cimeira de Colónia) e os acordos bilaterais e voluntários entretanto firmados, a dívida total de Moçambique reduzir-se-á para um valor próximo de USD 500 milhões em termos de VLA.

Gráfico VII

Balança de Pagamentos (1994 - 2000)

(Saldos, em percentagem do PIB)

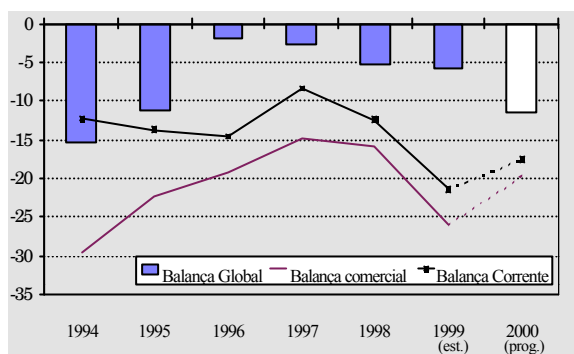
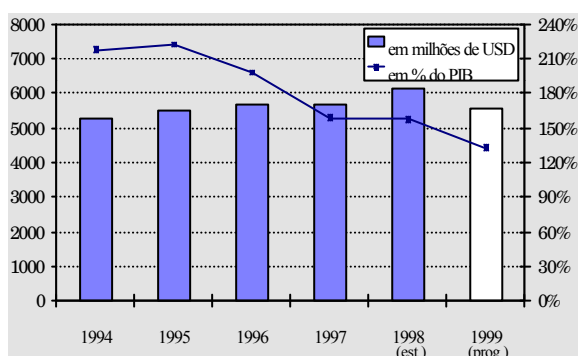


Gráfico VIII

Dívida Externa (1994 - 1999)

Também ao nível das contas externas se farão sentir, para além dos impactos da Iniciativa HIPC, as repercussões da destruição causada pelas cheias e do esforço de reconstrução. Neste sentido, o programa de reconstrução pós-catástrofe, apresentado na reunião de doadores em Roma, acaba por ter um impacto indirecto na balança de pagamentos, através do adiamento de algum investimento directo estrangeiro (substituído por investimento interno financiado por doações, por exemplo) e do alívio de dívida.

Para 2000, a redução prevista do défice comercial (de 6.3 p.p. em relação ao seu peso no PIB) reflecte a redução esperada do volume de importações, decorrente principalmente do decréscimo da necessidade de bens de equipamento mas, também, de algum esforço de substituição por produção interna ao nível de produtos de consumo e de

matérias-primas (um dos objectivos do programa económico para os próximos anos). Estas projecções incluem uma revisão dos valores tendo em conta o impacto das cheias, pelo que o nível de importações apresentado reflecte já um acréscimo de cerca de 27% em relação à previsão inicial (bens de capital destinados à reconstrução e bens de consumo para a satisfação imediata de carências derivada das devastações). Em relação às exportações, o sector do açúcar foi o mais afectado (principalmente a Açucareira da Maragra), pelo que deverão reduzir-se ligeiramente durante 2000.

Apesar do previsto decréscimo das receitas do turismo e das taxas e fretes (contribuindo para o agravamento do défice da Balança de Serviços e Rendimentos), a Balança Corrente deverá apresentar alguma melhoria, com o seu défice a cair para 17.6% do PIB (-3.9 p.p.). Para tal concorrerá ainda a manutenção de valores relativamente elevados para as transferências oficiais. A prevista redução do montante de investimento directo estrangeiro (decorrente de alguma quebra de confiança junto dos investidores privados externos² e da conclusão do projecto Mozal), conduzirá ao agravamento do saldo global (duplicando o valor do défice), o qual deverá atingir cerca de 11.5% do PIB.

² Refira-se a este propósito a apresentação de um indicador de confiança (Índice de Ambiente de Negócios) elaborado em colaboração com a Confederação das Associações Económicas e com a Câmara de Comércio Moçambique/África do Sul, segundo o qual o primeiro trimestre de 2000 revelava uma quebra de 11% em relação ao trimestre anterior. Apontam como causas para essa redução, o impacto das cheias e o clima de incerteza relacionado com as eleições de Dezembro de 1999. Os acontecimentos ocorridos recentemente no Zimbabwe terão também contribuído para o decréscimo de confiança.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

As contas públicas demonstraram durante 1999 alguma melhoria ao nível global, com o respectivo défice a reduzir-se cerca de 41%, fixando-se em 1.2% do PIB. No entanto, o saldo corrente acabou por registar um défice de 0.5% do PIB, após ter sido superavitário entre 1995 e 1998, e o saldo global sem donativos denotou um novo agravamento.

A inversão de sinal do saldo corrente (já esperada e para valores superiores aos verificados) decorreu principalmente do crescimento de 38.5% das despesas com o pessoal (que ficaram ao nível projectado). Do conjunto de despesas correntes é ainda de realçar o comportamento dos juros programados, que foram contidos a 63% do orçamentado no intuito de fazer face ao acréscimo das restantes classes de despesa.

QUADRO III

Operações Financeiras do Estado

(em percentagem do PIB)

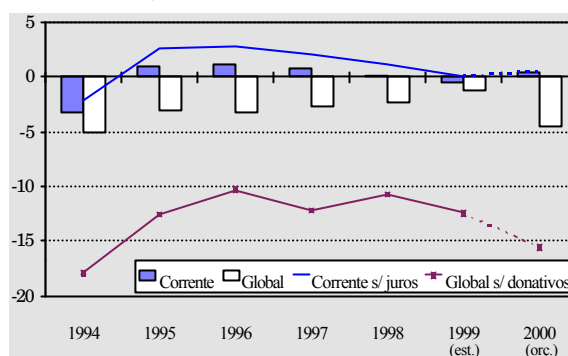
	1998	1999 Est.	2000 Orç.
Donativos	8.3	11.2	11.0
Receitas correntes	11.5	11.9	13.0
Receitas não-tributárias	0.9	0.9	0.9
Receitas tributárias	10.7	11.0	12.2
Imp. s/ rendimento	2.1	1.7	1.9
Imp. s/ consumo	6.2	7.0	8.0
Imp. s/ comércio intern.	2.0	2.0	1.9
Empréstimos Líquidos	0.9	0.9	0.5
Despesas de capital	9.9	11.0	14.9
Despesas correntes	11.4	12.5	12.7
Com o Pessoal	4.5	5.6	6.3
Bens e Serviços	4.0	3.9	3.7
Transferências	1.9	2.3	2.5
Juros programados	1.0	0.7	0.2
Saldo corrente	0.1	-0.5	0.4
Saldo global	-2.4	-1.2	-4.6

(compromissos)

Gráfico IX

Finanças Públicas (1994 - 2000)

(Saldos, em percentagem do PIB)



As receitas correntes ficaram próximo dos valores orçamentados, destacando-se o aumento do montante de impostos sobre o consumo (mais 26% que em 1998).

Com o crescimento das despesas de capital financiadas externamente a ficar aquém do orçamentado em cerca de 10%, deixando as despesas de capital totais a 93.5% do previsto, o aumento do montante de donativos (em 2.9 p.p. em relação ao seu peso no PIB) acabou por ser determinante na redução verificada no saldo global. Note-se que o decréscimo de 1.2 p.p. no saldo global (em termos de peso no PIB), foi acompanhado de um agravamento substancial do saldo global antes de donativos (em 31% relativamente a 1998).

Algumas reformas, relacionadas com o controlo alfandegário e com o sistema de pensões da administração pública, previstas para 1999 foram adiadas em resultado da incerteza gerada nas eleições efectuadas no final do ano. Houve, entretanto, algum incremento do grau de protecção a sectores com peso na economia, com o aumento dos impostos sobre as exportações de castanha de cajú em bruto (reflectindo as preocupações dos transformadores internos)

Gráfico X

Receitas Públicas (1994 - 2000)

(em percentagem do PIB)

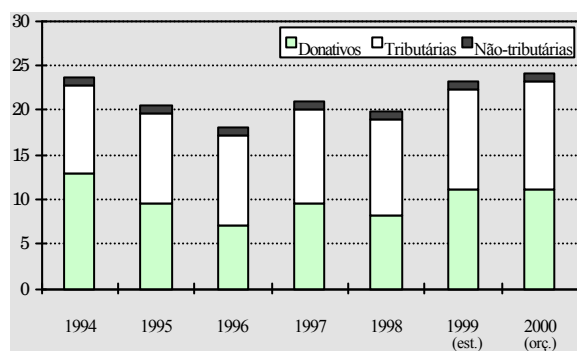
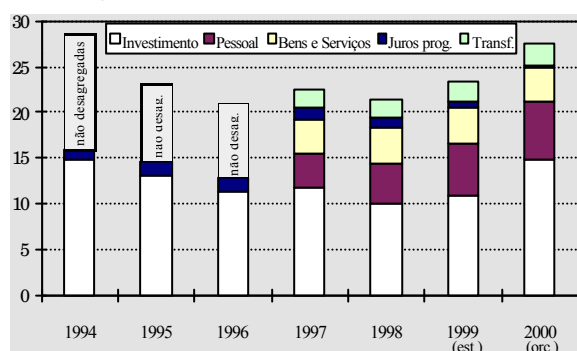


Gráfico XI

Despesas Públicas (1994 - 2000)

(em percentagem do PIB)



e das sobretaxas variáveis sobre as importações de açúcar (procurando promover a produção interna).

Para 2000, as autoridades moçambicanas apresentaram um orçamento condicionado por despesas adicionais inerentes à Iniciativa HIPC (com a tónica introduzida no combate à pobreza e a correspondente estratégia que se comprometeram a implementar), posteriormente revisto à luz do impacto das cheias e do conseqüente esforço de reconstrução (sem esquecer os donativos adicionais para o programa de reconstrução pós-catástrofe). Em termos globais, o impacto das cheias nas contas públicas terá uma repercussão negativa de 2.7 p.p. (em termos de peso no PIB) no saldo global sem donativos, implicando um acréscimo total de despesas de 3.3 p.p. em relação ao seu peso no PIB. O financiamento deste excedente de despesas

ficará naturalmente a cargo da assistência externa conseguida na reunião de doadores realizada em Roma, em Maio de 2000.

As principais tendências do orçamento revisto apontam então para um acréscimo significativo das despesas totais (40% em valor ou 3.7 p.p. em percentagem do PIB), com destaque para as de capital (em virtude do esforço de reconstrução das infra-estruturas danificadas pela catástrofe) e principalmente as financiadas externamente. As receitas correntes deverão igualmente registar um crescimento importante (30% em relação a 1999, ou +1.1 p.p. no peso do PIB), em especial na arrecadação de impostos sobre o consumo. Prevê-se também um reforço dos donativos (17%), ainda que a ritmo inferior ao do PIB, pelo que o seu peso relativo deverá cair 0.2 p.p. No seu conjunto, as receitas totais crescerão apenas 0.9 p.p. em percentagem do PIB, repercutindo-se num agravamento substancial do saldo global, cujo défice deverá chegar aos 4.6% do PIB (+3.4 p.p. que em 1999).

Os grandes desafios da administração pública moçambicana, prendem-se com a modernização das instituições, a simplificação dos processos e a abrangência e eficiência do sistema fiscal (revisão dos impostos directos sobre o rendimento, dos regimes especiais de tributação e dos incentivos fiscais). A promoção do desenvolvimento do sector privado será outro tópico importante no calendário governativo, com a conclusão de um novo código comercial e com a reconstrução das vias de comunicação.

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

Com a contenção da inflação ao longo de 1998, as autoridades moçambicanas puderam relaxar um pouco a sua política monetária em 1999. Em consequência, a expansão da massa monetária acabou por atingir 34.4%³ (significativamente acima do valor programado, 16.5%, e do crescimento do ano anterior, 17.6%). Esta evolução resultou da necessidade de acomodar o forte aumento do crédito à economia (28.8%), integrado no esforço de promoção do sector privado, uma das premissas do programa acordado com o FMI.

Ao contrário do programado, o aumento do crédito à economia não foi parcialmente compensado pela descida do crédito líquido ao sector público, pelo que o crédito interno total acabou por registar uma subida importante (com um impacto expansionista sobre a liquidez de 25.5% em relação ao valor da massa monetária no início do ano). Note-se que a subida do crédito líquido ao SPA, reflecte uma efectiva subida do crédito concedido e não um decréscimo dos depósitos. O esperado crescimento dos activos líquidos sobre o exterior foi mitigado pelo menor reforço dos activos externos por parte do banco central, evidenciando ainda assim um impacto expansionista sobre a liquidez de 7.8% em relação ao valor da massa monetária no início do ano.

³ Segundo o FMI, o Banco de Moçambique reportou USD 23 milhões de depósitos de não-residentes em moeda estrangeira aparentemente mal classificados como responsabilidades internas, pelo que a expansão monetária terá sido de 31% durante 1999.

Gráfico XII

Crédito Interno Total (1994 - 2000)

(taxas de variação homóloga)

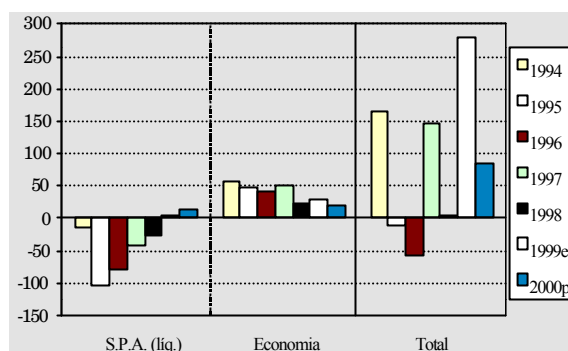
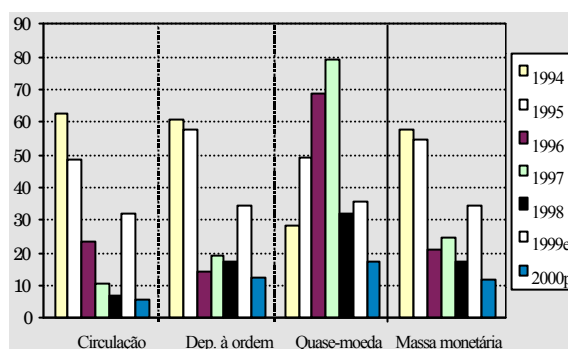


Gráfico XIII

Meios de Pagamento (1994 - 2000)

(taxas de variação homóloga)



Ao nível dos meios de pagamento, o substancial aumento da massa monetária traduziu-se num crescimento generalizado nas suas várias formas. Será no entanto de destacar alguma quebra relativa da circulação monetária (tendência que, embora gradual, se vem revelando desde 1996). Por seu lado, a quase-moeda continua a afirmar-se como instrumento de captação de poupanças (sendo inclusivamente superior ao valor da circulação monetária desde 1998). Estas evoluções são bem características de um processo de intermediação financeira, baseada na credibilização do sector financeiro e resultante do processo de estabilização económica.

O metical demonstrou alguma depreciação efectiva real durante 1999, tendo o banco central efectuado intervenções no

Gráfico XIV

Taxa de Câmbio MZM/USD (1990 - 2000)
(médias trimestrais)

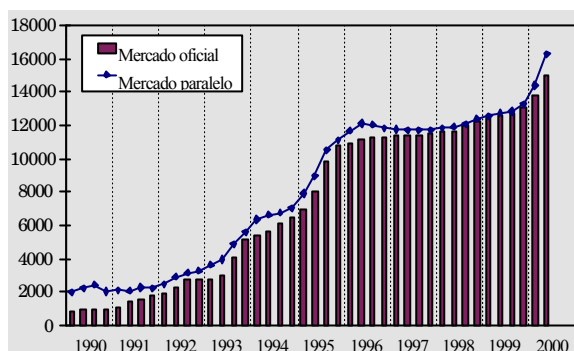
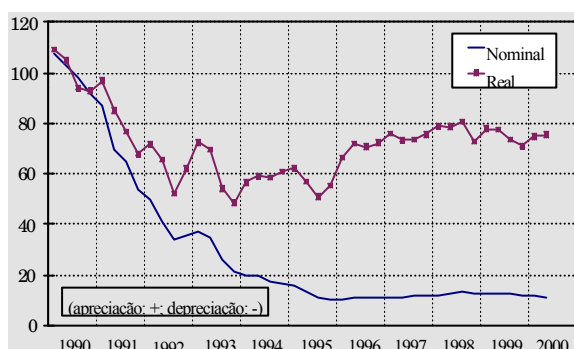


Gráfico XV

Taxa de Câmbio Efectiva (1990 - 2000)
(índices base 100: 1990, médias trimestrais)



mercado cambial como resposta a pressões sobre a moeda nacional.

A política monetária a implementar durante este ano deverá equilibrar a necessidade de controlar o crescimento dos preços (a economia deverá estar sujeita a pressões inflacionistas decorrentes do efeito das cheias, as quais, devido aos desfasamentos no mecanismo de transmissão, se deverão continuar a revelar ao longo de 2000), com a procura de crédito bancário por parte do sector privado (traduzido em novo crescimento do crédito à economia) e a constituição de reservas internacionais (para assegurar os compromissos externos do país). O controlo da massa monetária deverá ser efectuado quer através de operações de *open-market* quer por aumentos do coeficiente de reservas de caixa (medida já tomada em Março deste ano, com o coeficiente a subir de 6.8% para

7.95%). As taxas de juro internas revelaram já alguma adaptação a estas novas condições (e ao disparar da inflação nos meses das cheias), com a taxa média do mercado monetário interbancário a chegar a 15% em Maio, face a 10% no final de 1999.

O programa para 2000 reflecte as preocupações com a necessidade de controlar a massa monetária, limitando o seu crescimento a 12% no final do ano. Grande parte do aumento esperado do crédito à economia (19.2%) deverá ser parcialmente compensado com o aumento dos passivos externos do banco central, em face da prevista subida do crédito líquido ao sector público (15.1%). Espera-se a continuação da tendência de decréscimo do peso da circulação monetária, à medida que são aprofundadas as medidas de modernização do sistema financeiro moçambicano (com a introdução de ATM e o desenvolvimento dos cartões de crédito) e de alargamento da rede de balcões. Refira-se ainda a este propósito a preocupação das instituições financeiras a operar em Moçambique com o melhoramento da capacidade operativa da sua actividade, tendo, por exemplo, criado a Associação Moçambicana de Bancos.

Como objectivos prioritários das autoridades nesta área surgem ainda a dinamização do sector financeiro, com a promoção e incentivo ao aparecimento de instituições de crédito especializadas (nomeadamente para o apoio a actividades rurais) bem como de seguradoras, para além da constituição de um fundo de garantia para a comercialização de produtos rurais.

ANEXO ESTADÍSTICO

MOÇAMBIQUE - Quadro 1

Principais Indicadores Económicos, 1995 - 2000

	1995	1996	1997	1998	1999	1999	2000
				Est.	Prog.	Est.	Prog.
<i>(variação anual em percentagem)</i>							
PRODUTO E PREÇOS							
PIB real ³	1.4	6.2	11.6	12.0	9.7	8.8	6.1
I. P. Consumidor (fim de período)	56.5	16.2	5.9	-1.3	5.5	4.8	8.0
CONTAS EXTERNAS							
Exportações f.o.b. (em USD)	6.3	29.7	1.7	7.9	18.6	4.8	-3.6
Importações f.o.b. (em USD)	-17.5	7.6	-2.9	14.3	60.8	55.0	-18.7
FINANÇAS PÚBLICAS							
Receitas totais (s/ donativos)	58.2	44.2	31.8	16.1	17.6	16.6	30.5
Donativos	12.5	9.6	69.4	-1.6	67.1	52.7	17.4
Despesas totais	25.9	31.3	40.6	7.6	28.4	23.8	40.1
Défice global (c/ donativos)	-8.5	53.4	5.0	4.9	-53.7	-41.5	337.6
MOEDA E CRÉDITO							
Crédito interno total	-11.6	-58.3	148.0	5.9	120.7	279.1	83.5
Sector público administrativo (líq.)	-103.4	-80.2	-43.0	-27.1	-11.0	4.7	15.1
Economia	48.2	40.6	51.9	24.2	24.0	28.8	19.2
Massa monetária (M2)	54.7	21.1	24.4	17.6	16.5	34.4	12.0
<i>(em percentagem do PIB ³)</i>							
SALDO ORÇAMENTAL GLOBAL							
Excluindo donativos	-12.5	-10.3	-12.2	-10.7	-13.3	-12.5	-15.6
Incluindo donativos	-3.0	-3.1	-2.6	-2.4	-1.0	-1.2	-4.6
INVESTIMENTO INTERNO BRUTO	--	19.1	18.7	20.4	35.4	35.4	26.6
SALDO DA BTC							
Excluindo transferências oficiais	-27.5	-22.4	-17.2	-20.5	-33.9	-31.7	-26.2
Incluindo transferências oficiais	-13.7	-14.6	-8.4	-12.4	-22.3	-21.5	-17.6
<i>(nas unidades definidas)</i>							
TAXAS DE CÂMBIO (médias)							
Nominal MZM/USD (mercado oficial)	8 889.8	11 139.7	11 394.6	11 853.4	12 465.1	13 170.0	15 263.0 ⁴
ITCE real (base 100: 1990) ¹	55.8	70.2	74.6	77.4	--	72.9	73.7 ⁴
DÍVIDA EXTERNA (USD milhões)							
Em % das exportações de bens e serviços	1 391.7	1 278.2	1 072.3	1 079.7	--	871.4	--
Em % do PIB	222.3	197.6	158.6	157.3	--	132.7	--
Serviço da dívida em % das exportações ²							
antes do alívio	103.7	74.4	66.2	72.8	--	68.0	--
depois do alívio	74.0	47.4	19.2	20.1	--	15.3	9.1
TAXA DE JURO (passiva a 1 ano, em %)	34.0	35.6	11.1	8.9	--	8.9	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 1992/96 (apreciação: +; depreciação: -); ² Exportações de bens e serviços; ³ As contas nacionais foram revistas (com base nos critérios internacionalmente aceites), daí tendo resultado estimativas superiores para o PIB e uma decomposição diferente do mesmo; ⁴ Taxa apurada em Junho.

MOÇAMBIQUE - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1994 - 2000

(preços correntes, em mil milhões de MZM)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
					Est.	Est.	Proj.
Sector primário			11 104.2	12 774.5	14 618.5		
Agricultura e pecuária			9 403.2	---	---		
Pesca			1 700.9	---	---		
Sector secundário			5 423.7	6 488.6	8 070.1		
Indústria extractiva			64.2	121.7	138.3		
Indústria transformadora			3 048.8	3 731.0	3 919.8		
Electricidade e água			192.6	162.2	507.3		
Construção			2 118.1	2 473.8	3 504.7		
Sector terciário			14 859.1	18 857.6	21 120.7		
Produto Interno Bruto (custo de factores)			31 387.0	38 120.8	43 809.3		
Impostos indirectos			706.0	2 433.2	2 305.8		
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	14 348.5	21 882.3	32 093.0	40 554.0	46 115.0	51 967.0	62 131.0
Consumo			32 594.0	39 902.0	45 350.0	50 667.8	59 397.2
Público			2 318.0	2 949.0	4 296.0		
Privado			30 276.0	36 953.0	41 054.0		
Investimento			6 119.0	7 577.0	9 424.0	18 396.3	16 526.8
Público			3 359.0	4 263.0	4 289.0	5 508.5	6 958.7
Privado			2 760.0	3 314.0	5 135.0	12 887.8	9 568.2
Procura interna			38 713.0	47 479.0	54 774.0	69 064.1	75 924.1
Exportações de bens e serviços			4 828.0	5 056.0	5 398.0	7 246.6	6 769.2
Procura global			43 541.0	52 535.0	60 172.0	76 310.7	82 693.3
Importações de bens e serviços			11 448.0	11 981.0	14 057.0	24 343.7	20 562.3
Pro memoria:							
Poupança interna bruta			-501.0	652.0	765.0	1 299.2	2 733.8
PIBpm nominal (milhões de USD)	2 424.5	2 461.5	2 881.0	3 559.1	3 890.4	4 169.0	4 284.0
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	59.4	50.4	38.1	11.1	1.5	3.6	12.7
PIBpm nominal (variação anual em %)	71.4	52.5	46.7	26.4	13.7	12.7	19.6
PIBpm real (variação anual em %)	7.5	1.4	6.2	11.6	12.0	8.8	6.1

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Nota: as contas nacionais foram revistas (com base nos critérios internacionalmente aceites), daí tendo resultado estimativas superiores para o PIB e uma decomposição diferente do mesmo.

MOÇAMBIQUE - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1990 - 2000

(em percentagem)

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1990	Dezembro	--	47.10	47.10	--
1991	Dezembro	--	35.21	35.21	33.26
1992	Dezembro	--	54.50	54.50	45.08
1993	Dezembro	--	43.64	43.64	42.25
1994	Dezembro	--	70.07	70.07	63.11
1995	Dezembro	--	56.55	56.55	52.67
1996	Dezembro	--	16.24	16.24	46.85
1997	Dezembro	--	5.86	5.86	6.39
1998	Janeiro	1.40	1.40	3.11	5.36
	Fevereiro	2.40	3.83	2.14	4.78
	Março	-1.15	2.64	1.64	4.36
	Abril	-1.36	1.24	1.40	4.09
	Maio	-0.72	0.52	2.37	3.74
	Junho	-1.60	-1.09	1.00	3.32
	Julho	-1.62	-2.69	-0.21	2.87
	Agosto	-0.48	-3.16	-0.43	2.44
	Setembro	-1.07	-4.19	-0.91	2.02
	Outubro	0.00	-4.19	-1.33	1.55
	Novembro	1.73	-2.54	-0.89	1.14
	Dezembro	1.27	-1.29	-1.29	0.56
1999	Janeiro	2.78	2.78	0.05	0.31
	Fevereiro	2.70	5.56	0.35	0.15
	Março	-1.39	4.09	0.10	0.02
	Abril	1.11	5.24	2.61	0.13
	Maio	-1.64	3.51	1.65	0.07
	Junho	-1.01	2.46	2.25	0.17
	Julho	-0.82	1.63	3.09	0.44
	Agosto	-0.41	1.21	3.15	0.73
	Setembro	-0.88	0.31	3.35	1.08
	Outubro	-0.94	-0.63	2.38	1.38
	Novembro	0.21	-0.42	0.85	1.52
	Dezembro	5.27	4.82	4.82	1.77
2000	Janeiro	-0.30	-0.30	1.68	2.17
	Fevereiro	7.60	7.28	6.53	2.71
	Março	2.28	9.73	10.50	3.61
	Abril	1.63	11.52	11.07	4.34
	Maio	0.76	12.36	13.79	5.37
	Junho	-1.26	10.95	13.51	6.32

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do BP.

Nota: a partir de 1997, o Banco de Moçambique passou a divulgar o IPC oficial, compilado pelo Instituto Nacional de Estatística moçambicano. A partir de 2000, foi alterada a base de cálculo do IPC (para 1998) e a sua estrutura (novos produtos e ponderadores).

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

MOÇAMBIQUE - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1994 - 2000

(em milhões de USD)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1999	2000
					Est.	Prog.	Est.	Prog.
Balança Corrente	-299.7	-337.6	-420.5	-297.9	-483.2	-931.0	-894.6	-754.5
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-864.3</i>	<i>-676.8</i>	<i>-645.2</i>	<i>-610.8</i>	<i>-796.4</i>	<i>-1 413.0</i>	<i>-1 322.5</i>	<i>-1 124.1</i>
Balança comercial	-717.0	-552.7	-556.5	-530.0	-620.1	-1 101.6	-1 086.2	-844.2
Exportações (f.o.b.)	164.0	174.3	226.1	230.0	248.2	294.4	260.0	250.7
Importações (f.o.b.)	-881.0	-727.0	-782.6	-760.0	-868.3	-1 396.0	-1 346.2	-1 094.9
das quais: Programas especiais ¹	-189.1	-14.5	-10.0	-15.3	--	--	--	--
Balança de serviços e rendimentos	-147.3	-124.1	-88.7	-80.8	-176.3	-311.4	-236.3	-279.9
Créditos	245.9	291.7	314.2	342.3	332.5	349.3	337.1	355.0
Débitos	-393.2	-415.8	-402.9	-423.1	-508.8	-660.7	-573.4	-634.9
dos quais: Juros programados ²	-152.3	-144.2	-146.4	-147.4	-163.3	-180.2	-180.0	-230.5
Transferências unilaterais ³	564.6	339.2	224.7	312.9	313.2	482.0	427.9	369.6
Transferências oficiais	564.6	339.2	224.7	312.9	313.2	482.0	427.9	369.6
das quais: Programas especiais ¹	189.1	14.5	10.0	15.3	--	--	--	--
Transferências privadas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Balança de Capitais e Financeira	-76.2	58.0	365.3	200.3	278.8	735.3	657.2	262.4
Endividamento	-44.7	18.8	162.5	116.4	57.3	390.9	242.4	142.9
Desembolsos	260.3	282.3	347.4	317.4	306.7	642.3	494.9	505.8
dos quais: Empréstimos privados ⁴	0.0	47.6	76.3	90.0	81.4	495.3	395.3	341.0
Amortizações programadas	-305.0	-263.5	-184.9	-201.0	-249.4	-251.4	-252.5	-362.9
Investimento directo estrangeiro (líq.)	35.0	45.0	72.5	64.4	212.7	344.4	391.7	119.5
Capitais de Curto Prazo, erros e omissões	-66.5	-5.8	130.3	19.5	8.8	0.0	23.1	0.0
Balança Global	-375.9	-279.6	-55.2	-97.6	-204.4	-195.7	-237.4	-492.1
Financiamento	375.9	279.6	55.2	97.6	204.4	195.7	237.4	492.1
Variação das reservas oficiais	25.4	-30.7	-172.4	-148.1	-77.2	-100.0	-55.6	65.0
Variação de atrasados (redução: -)	147.3	189.4	-61.5	-3 932.2	20.4	-761.5	-761.5	0.0
Alívio da dívida	203.2	120.9	289.1	4 177.9	261.2	1 057.2	1 054.5	427.2
Diferencial de Financiamento ⁵	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Desmobilização e reintegração de militares, eleições, realojamento e desminagem; ² Excluindo Cahora Bassa; ³ Não está ainda consolidada a separação entre transferências correntes e de capital (em conformidade com a 5ª edição do manual da balança de pagamentos do FMI), pelo que poderá haver lugar a acertos nos próximos tempos; ⁴ Sem garantia do Estado; ⁵ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

MOÇAMBIQUE - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 1999

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Est.	1990 a 1999
África do Sul ¹			16.5	15.2	17.5	23.6	19.4	17.5	17.6	27.6	16.8
Espanha	17.9	19.2	29.5	28.0	19.3	20.9	21.1	18.5	13.0	12.9	19.1
E.U.A.	11.5	13.2	13.4	3.6	8.4	5.5	11.4	11.5	5.7	2.7	8.4
Japão	10.4	12.1	9.4	15.7	14.7	14.2	7.6	8.4	4.8	4.3	9.4
Portugal	5.6	6.0	13.1	12.7	8.9	8.4	7.7	8.9	7.6	8.7	8.6
Zimbabwe ¹			5.9	3.0	4.5	4.5	4.3	4.1	19.5	15.0	7.2
Outros	54.6	49.5	12.2	21.8	26.7	23.0	28.5	31.0	31.8	28.7	30.5
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Os valores relativos a 1990 e 1991 estão diluídos na rubrica Outros (entre 1992 e 1999, a África do Sul alcançou uma quota média de 19.8%, enquanto o Zimbabwe registava 8.5%).

MOÇAMBIQUE - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 1999

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999 ²	1990 a 1998
África do Sul ¹		24.3	27.6	31.8	35.4	25.9	33.2	40.9	39.5	44.1	28.6
Alemanha	4.9	6.0	4.0	3.4	3.0	3.3	2.6	2.4	1.1	1.0	3.5
Espanha	1.7	1.8	2.4	1.3	1.2	5.0	1.3	1.3	0.8	0.3	1.8
E.U.A.	3.6	10.3	6.5	5.6	6.4	6.9	4.2	5.2	5.3	6.5	6.0
França	12.8	7.3	8.1	12.2	7.7	3.3	4.4	2.7	2.1	0.7	6.9
Itália	6.8	13.3	3.0	3.8	3.0	3.3	4.2	1.8	1.0	2.2	4.6
Japão	5.9	2.9	7.6	6.3	6.7	5.1	4.0	4.5	3.9	6.5	5.2
Portugal	7.3	4.0	6.1	6.1	5.0	9.0	6.3	6.1	7.9	6.3	6.4
Reino Unido	8.2	4.4	9.1	5.6	8.4	3.6	2.3	2.1	2.0	1.9	5.2
Zimbabwe	1.1	1.2	2.6	3.0	3.1	4.2	3.9	2.3	2.3	1.6	2.6
Outros	47.7	24.5	23.0	20.9	20.1	30.4	33.6	30.6	34.0	29.0	29.3
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Os valores relativos a 1990 estão diluídos na rubrica Outros (entre 1991 e 1998, a África do Sul alcançou uma quota média de 32.3%). ² Os valores relativos a 1999 dizem respeito ao primeiro semestre.

MOÇAMBIQUE - Quadro 7

Dívida Externa, 1994 - 2000

(em milhões de USD)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999 ²	2000
					Est.	Prog.	Prog.
Dívida de médio ou longo prazo ¹	5 276.9	5 471.6	5 691.6	5 643.1	6 111.0	--	
Credores multilaterais	1 330.1	1 607.5	1 692.3	1 636.7	2 133.5	--	
Credores bilaterais	3 946.8	3 864.1	3 999.3	4 006.4	3 977.5	--	
Países da OCDE	2 057.5	1 958.6	2 001.3	2 011.5	2 041.4	--	
Países da OPEP	443.2	461.5	454.2	455.3	657.2	--	
Países da Europa de Leste	920.3	982.9	1 044.2	1 046.1	191.1	--	
Outros países	525.8	461.1	499.6	493.5	1 087.8	--	
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	9.7	--	
Dívida Externa Total	5 276.9	5 471.6	5 691.6	5 643.1	6 120.7	5 531.0	
Serviço da dívida de m/l prazo programado	457.3	407.7	331.3	348.4	412.7	431.6	593.4
Capital	305.0	263.5	184.9	201.0	249.4	251.4	362.9
Juros	152.3	144.2	146.4	147.4	163.3	180.2	230.5
(em % das exportações de bens e serviços)							
Dívida externa total	1 519.7	1 391.7	1 278.2	1 072.3	1 079.7	871.4	
Serviço da dívida de m/l prazo programado							
Antes do alívio	131.7	103.7	74.4	66.2	72.8	68.0	
Depois do alívio	74.5	74.0	47.4	19.2	20.1	15.3	9.1
(em % do PIB)							
Dívida externa total	217.6	222.3	197.6	158.6	157.3	132.7	

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Excluindo a dívida para com Portugal relativa a Cahora-Bassa e a dívida militar para com a Rússia.

² Assumindo o alívio previsto no contexto da Iniciativa HIPC (redução do stock).

MOÇAMBIQUE - Quadro 8

Operações Financeiras do Estado, 1994 - 2000

(em mil milhões de MZM)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Orç.	1999 Est.	<i>g.e.</i> ¹	2000 Orç.Rev.	2000 Trim I
1. Receitas Totais	3 382	4 503	5 770	8 468	9 142	12 642	12 038	95.2	14 942	2 313
1.1. Receitas correntes	1 525	2 413	3 479	4 586	5 324	6 261	6 208	99.2	8 100	1 619
Receitas não-tributárias	128	211	286	351	392	499	474	95.0	545	128
Receitas tributárias	1 397	2 202	3 193	4 234	4 932	5 762	5 734	99.5	7 555	1 491
Impostos sobre o rendimento	273	400	633	879	963	806	867	107.6	1 158	174
Impostos sobre o consumo	739	1 153	1 727	2 388	2 882	3 683	3 638	98.8	4 971	999
dq: Produtos petrolíferos	128	195	334	627	750	777	--	--	--	--
Impostos s/ comércio internacional	343	579	693	813	937	1 066	1 046	98.1	1 201	260
Outros impostos	42	70	140	154	150	207	183	88.4	225	58
1.2. Donativos	1 857	2 090	2 291	3 882	3 818	6 381	5 830	91.4	6 842	694
2. Despesas Totais	4 097	5 157	6 773	9 521	10 247	13 154	12 684	96.4	17 769	2 712
2.1. Despesas correntes	1 978	2 188	3 077	4 295	5 268	6 549	6 484	99.0	7 868	1 679
Despesas com o pessoal	--	--	--	1 445	2 097	2 907	2 905	99.9	3 885	708
Bens e serviços	--	--	--	1 547	1 834	1 931	2 019	104.6	2 312	660
Transferências	--	--	--	773	874	1 172	1 220	104.1	1 530	269
Juros da dívida programados	151	344	473	530	463	539	340	63.1	141	42
2.2. Despesas de Capital	2 119	2 863	3 669	4 816	4 575	6 115	5 718	93.5	9 281	871
Financiamento Interno	507	595	778	742	993	1 665	1 711	102.8	2 652	266
Financiamento Externo	1 612	2 268	2 891	4 074	3 582	4 450	4 007	90.0	6 629	605
2.3. Empréstimos Líquidos	0	106	27	410	404	490	482	98.4	319	28
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-453	225	402	290	56	-288	-276	--	232	-60
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-2 572	-2 744	-3 295	-4 936	-4 923	-6 893	-6 476	--	-9 669	-1 093
5. Saldo Global: (1.) - (2.)	-715	-654	-1 004	-1 054	-1 105	-512	-646	--	-2 827	-399
6. Financiamento	715	654	1 004	1 054	1 105	512	646	--	2 827	399
6.1. Interno (líq.) ²	-73	-162	-374	-1 275	-1 067	-909	-118	13.0	-568	129
dq: Sistema bancário	-21	-137	-433	-1 298	-1 067	-969	36	-3.7	-568	129
6.2. Externo (líq.)	788	816	1 377	2 329	2 172	1 421	764	53.8	3 395	270
Desembolsos	935	1 097	1 745	2 752	2 671	1 854	1 305	70.4	2 936	263
Amortizações efectivas	147	281	368	423	499	433	541	124.9	184	74
7. Diferencial de Financiamento ³	0	0	0	0	0	0	0	--	0	0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Grau de execução face ao orçamentado (em %); ² Inclui receitas de privatizações em 1996 e 1997; ³ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

MOÇAMBIQUE - Quadro 9

Síntese Monetária, 1994 - 2000

(em mil milhões de MZM)

	1994	1995	1996	1997	1998 Est.	1999 Prog.	1999 Est.	1999/1998 (em %)		2000 Prog.	2000 Maio
								(1)	(2)		
Activos Líquidos s/ Exterior	-3 146	-3 519	-1 619	-869	-253	1 044	427	268.8	7.8	-473	1 177
Banco Central	-4 316	-5 756	-3 805	-2 653	-1 973	-782	-1 384	-29.9	6.8	-2 429	--
Bancos Comerciais	1 170	2 237	2 186	1 784	1 720	1 826	1 811	5.3	1.0	1 956	--
Crédito Interno Total	821	726	303	751	796	1 756	3 016	279.1	25.5	5 534	3 190
Crédito líquido ao S.P.A.	-890	-1 810	-3 262	-4 664	-5 929	-6 581	-5 648	4.7	3.2	-4 796	-6 584
Crédito concedido	579	665	565	474	93	--	390	318.7	3.4	--	570
Depósitos	-665	-982	--	-1 861	-1 744	--	-1 776	1.9	0.4	--	-2 675
Em moeda nacional	-466	-768	--	-1 540	-1 395	--	-1 381	-1.0	-0.2	--	-2 232
Em moeda estrangeira	-199	-214	--	-322	-349	--	-395	13.3	0.5	--	-443
Fundos consignados	-804	-1 493	-2 514	-3 277	-4 278	--	-4 261	-0.4	-0.2	--	-4 479
Crédito à economia	1 711	2 536	3 565	5 415	6 725	8 337	8 664	28.8	22.2	10 330	9 774
Em moeda nacional	627	2 408	2 925	3 989	4 806	--	5 784	20.3	11.2	--	6 301
Em moeda estrangeira	1 084	128	640	1 426	1 918	--	2 879	50.1	11.0	--	3 473
Total do Activo	-2 325	-2 793	-1 316	-118	543	2 800	3 443	534.5	--	5 061	4 367
Massa Monetária (M2)	3 181	4 920	5 958	7 414	8 720	10 159	11 722	34.4	34.4	13 131	13 114
Circulação monetária	762	1 130	1 394	1 544	1 650	1 870	2 176	31.9	--	2 298	1 918
Depósitos à ordem	2 133	3 363	3 843	4 579	5 370	6 295	7 235	34.7	--	8 124	8 444
Quase-moeda	286	427	721	1 290	1 701	1 994	2 311	35.9	--	2 709	2 752
Outras Rubricas (líq.)	-5 506	-7 713	-7 274	-7 531	-8 177	-7 359	-8 279	-1.2	-1.2	-8 070	-8 747
dq: Contrapartida de flutuações cambiais	-5 631	-8 273	-8 625	-7 090	-7 452	--	-7 625	-2.3	-2.0	--	-8 122
Total do Passivo	-2 325	-2 793	-1 316	-118	543	2 800	3 443	534.1	--	5 061	4 367

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação face ao período anterior; (2) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

MOÇAMBIQUE - Quadro 10

Taxas de Juro, 1994 - 1999

(taxas anuais)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mai
Depósitos							
Depósitos à ordem							
Depósitos a prazo							
Até 90 dias							
91-180 dias	42.0	37.3	20.3	10.0	7.9	7.9	9.3
181-365 dias	43.0	34.0	35.6	11.1	8.9	8.9	10.0
1-2 anos	43.0	36.1	28.2	12.2	9.6	9.6	10.0
Mais de 2 anos		32.5	32.5				
Crédito ¹							
Até 180 dias	43.5	42.5	42.3				
181-365 dias	43.6	43.7	44.3	26.3-32.8	24.1-29.9	22.1-29.1	20.9-28.9
1-2 anos	45.6	43.7	45.1				
Mais de 2 anos	46.0	45.6	41.7				
Taxas de Referência							
Redesconto	69.7	57.8	32.0	15.0	10.0	10.0	10.0
Bilhetes do Tesouro (91 dias)							
MMI sem garantia (Até 7 dias)					9.9	9.8	15.4
<i>Pro memoria:</i>							
Inflação (t.v. homóloga no mês)	70.1	56.5	16.2	5.9	-1.3	4.8	13.8

Fonte: Banco de Moçambique.

¹ O rápido desenvolvimento do sistema financeiro moçambicano vem dificultando uma adequada apreensão das taxas activas praticadas para diferentes prazos, pelo que o Banco de Moçambique optou, desde 1997, por divulgar apenas as taxas observadas para o prazo em causa (das quais acima se apresentam os respectivos níveis mínimo e máximo).

MOÇAMBIQUE - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1990 - 2000

(taxas médias)

	MZM/USD			Diferenciais (%)		ITCE ¹	
	Merc. oficial (M.O.)	Merc. paralelo (M.P.)	Merc. livre (M.L.)	M.P./M.O.	M.L./M.O.	Nominal (base 100: 1990)	Real
1990	929.0	2 154.5	--	131.92	--	100.00	100.00
1991	1 434.5	2 167.3	1 943.5	51.08	35.49	66.71	79.74
1992	2 432.8	2 940.5	2 544.7	20.87	4.60	39.39	62.13
1993	3 722.7	4 500.0	3 866.1	20.88	3.85	28.03	58.71
1994	5 918.1	6 678.5	6 038.6	12.85	2.04	18.37	59.01
1995	8 889.8	9 611.3	9 022.7	8.12	1.50	12.06	55.82
1996	11 139.7	11 909.4	11 293.8	6.91	1.38	10.86	70.23
1997	11 394.6	11 708.3	11 545.6	2.75	1.33	11.48	74.64
1998	11 853.4	12 055.7	11 850.3	1.71	-0.03	12.39	77.41
1999	12 673.3	12 844.4	12 689.4	1.35	0.13	12.19	75.00
1996							
1ºtrimestre	10 875.3	11 654.2	11 026.3	7.16	1.39	10.28	66.61
2ºtrimestre	11 089.7	12 110.0	11 248.3	9.20	1.43	10.97	71.91
3ºtrimestre	11 282.3	12 036.7	11 437.3	6.69	1.37	11.01	70.74
4ºtrimestre	11 311.3	11 836.7	11 463.0	4.64	1.34	11.29	72.32
1997							
1ºtrimestre	11 354.3	11 733.3	11 512.3	3.34	1.39	11.29	76.00
2ºtrimestre	11 382.0	11 700.0	11 529.0	2.79	1.29	11.24	73.33
3ºtrimestre	11 388.0	11 700.0	11 561.3	2.74	1.52	11.57	73.55
4ºtrimestre	11 454.0	11 700.0	11 579.7	2.15	1.10	11.80	75.64
1998							
Janeiro	11 628.0	11 800.0	11 635.0	1.48	0.06	11.93	78.32
Fevereiro	11 694.0	11 850.0	11 684.0	1.33	-0.09	11.81	79.22
Março	11 593.0	11 850.0	11 594.0	2.22	0.01	12.02	79.30
Abril	11 589.0	11 850.0	11 575.0	2.25	-0.12	12.16	78.80
Mai	11 604.0	11 950.0	11 659.0	2.98	0.47	12.21	78.23
Junho	11 747.0	11 950.0	11 760.0	1.73	0.11	12.53	78.90
Julho	11 885.0	12 000.0	11 875.0	0.97	-0.08	13.52	82.59
Agosto	11 940.0	12 100.0	11 934.0	1.34	-0.05	13.62	82.23
Setembro	11 973.0	12 138.0	11 959.0	1.38	-0.12	13.08	77.31
Outubro	12 048.0	12 320.0	12 042.0	2.26	-0.05	12.32	72.50
Novembro	12 188.0	12 400.0	12 180.0	1.74	-0.07	12.07	72.18
Dezembro	12 352.0	12 460.0	12 306.0	0.87	-0.37	12.14	73.59
1999							
Janeiro	12 392.0	12 500.0	12 366.0	0.87	-0.21	12.17	75.51
Fevereiro	12 409.0	12 500.0	12 384.0	0.73	-0.20	12.41	79.14
Março	12 437.0	12 600.0	12 415.0	1.31	-0.18	12.59	79.05
Abril	12 487.0	12 740.0	12 458.0	2.03	-0.23	12.47	78.87
Mai	12 524.0	12 750.0	12 496.0	1.80	-0.22	12.56	78.15
Junho	12 565.0	12 750.0	12 544.0	1.47	-0.17	12.41	76.24
Julho	12 640.0	12 750.0	12 656.0	0.87	0.13	12.36	75.25
Agosto	12 693.0	12 800.0	12 771.9	0.84	0.62	12.20	74.14
Setembro	12 796.0	12 920.0	12 864.4	0.97	0.53	11.94	71.63
Outubro	12 934.0	13 012.5	12 972.0	0.61	0.29	11.81	70.09
Novembro	13 032.0	13 120.0	13 097.0	0.68	0.50	11.79	70.01
Dezembro	13 170.0	13 690.0	13 249.0	3.95	0.60	11.68	72.90
2000							
Janeiro	13 360.0	13 781.5	13 392.0	3.15	0.24	11.53	71.27
Fevereiro	13 739.0	14 198.3	13 739.0	3.34	0.00	11.54	76.87
Março	14 195.0	15 194.0	14 211.0	7.04	0.11	11.31	76.46
Abril	14 779.0	16 248.0	14 835.0	9.94	0.38	11.03	75.09
Mai	15 055.0	16 254.0	15 121.0	7.96	0.44	11.34	77.49
Junho	15 263.0	16 265.6	15 293.0	6.57	0.20	10.96	73.71

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 1992/96 (apreciação: +; depreciação: -).

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Área: 997 Km²
Capital: São Tomé
População: 137 000 hab
Moeda: Dobra



1. SÍNTESE

Desde 1998, a economia de São Tomé e Príncipe tem vindo a demonstrar alguma recuperação e estabilização macro-económica, retirando benefícios do enquadramento de política de 1998 e do programa monitorado pelo FMI em 1999. O crescimento real do produto registou, nesses anos, uma ligeira aceleração (chegando aos 2.5%) e a inflação foi substancialmente reduzida desde o início de 1998 (mostrando alguma estagnação em redor dos 12% desde o segundo semestre de 1999). O esforço de diversificação e flexibilização económica mostrou algum resultado em 1999: a acentuada quebra no sector do cacau (tradicional motor do crescimento) e o aumento do preço das importações (principalmente de produtos petrolíferos), foi compensado pelos progressos registados nos sectores da construção, do comércio e do turismo. O investimento, nomeadamente estrangeiro e destinado ao sector hoteleiro, foi, e espera-se que continue a ser, outro dos impulsionadores da actividade económica.

O sector do cacau acabou ainda por determinar a evolução das contas externas, com os saldos comercial e corrente a sofrerem algum agravamento. O défice global beneficiou do acesso a novos desembolsos e foi parcialmente financiado pelo reescalonamento de dívida multilateral.

Ao nível das contas públicas, a melhoria da gestão e colecta de receitas fiscais acomodou o aumento das despesas correntes, tendo o acréscimo de donativos permitido cobrir as despesas de capital, ficando os principais saldos próximo dos valores de 1998, caindo em percentagem do PIB.

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	1998	1999 Est	2000 Prog
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	2.5	2.5	3.0
Inflação (<i>t.v. média</i>)	20.9	12.6	5.0
Massa monetária (<i>t.v.a.</i>)	24.5	3.6	5.0
Saldo Bal. Corrente (% PIB)	-21.1	-25.3	-25.2
Saldo orçamental (% PIB)	-30.5	-25.8	-21.9
Dívida externa (% PIB)	717.0	627.5	---

A política monetária manteve-se apertada, limitando o crescimento da massa monetária a 3.6% em 1999, para o que contribuiu a redução do crédito líquido ao SPA, através do aumento dos depósitos orçamentais.

O compromisso de prossecução de políticas de estabilização económica garantiu, em Abril de 2000, o acesso de São Tomé e Príncipe a um acordo com o FMI ao abrigo da PRGF, no valor de USD 8.9 milhões, para apoiar o programa apresentado para o triénio 2000/02, o qual compreende: estimativa de crescimento real do PIB em 3% (recuperação do sector do cacau e fomento do investimento); redução da inflação homóloga para 5% (contenção salarial e políticas monetária e orçamental restritivas); contenção do défice externo corrente a 25% do PIB (retoma das exportações de cacau, expansão do turismo e reforço das transferências oficiais); melhoria dos défices orçamentais (contenção de despesas com o pessoal e alargamento da base tributária); e contenção da massa monetária (aumento dos depósitos do sector público). Na sequência do acordo, as autoridades procuram reescalonamentos junto do Clube de Paris e de outros credores bilaterais para financiamento dos défices externo e orçamental, esperando por um bom desempenho na aplicação do acordo para aceder à Iniciativa HIPC.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

O ano de 1999 foi novamente, para a economia santomense, caracterizado por um crescimento moderado, atingindo um aumento real do Produto Interno Bruto de 2.5% pelo segundo ano consecutivo (ainda assim o período mais vigoroso da última década). Com efeito, após uma quebra prolongada e sistemática entre 1994 e 1997, os anos seguintes quebraram a tendência, ainda que assumindo valores modestos. De notar que a decomposição por sectores mostra que esta inversão coincidiu com a recuperação do peso do sector secundário no PIB.

A recuperação, em 1998, da produção de cacau (tradicional motor da economia de São Tomé e Príncipe) em conjugação com o desenvolvimento do comércio e da construção, permitiram aumentar em 1.5 p.p. o crescimento do PIB. Em 1999, a redução de 13% na produção de cacau e a quebra significativa do preço do produto nos mercados mundiais, conjugado com o aumento do preço das importações

Quadro II

Decomposição do PIB (em percentagem)

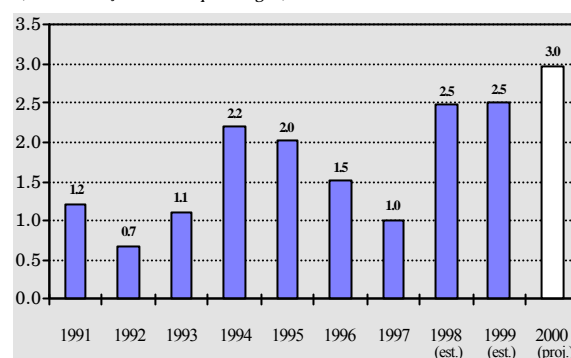
	1998	1999 Est	2000 Prog
Sector Primário	21.3	20.7	---
Sector Secundário	16.7	17.0	---
Sector Terceário	62.0	62.3	---
PIB	100.0	100.0	100.0
Consumo	107.0	108.5	104.9
Privado	25.6	29.8	---
Público	81.4	78.8	---
Investimento	35.8	40.0	49.3
Exportações ⁽¹⁾	29.7	35.0	36.8
Importações ⁽¹⁾	72.5	83.5	91.0

⁽¹⁾ Bens e Serviços

Gráfico I

PIB Real (1991 - 2000)

(taxa de variação anual em percentagem)



dos produtos petrolíferos (dos quais o país é muito dependente), vieram por à prova a flexibilidade introduzida nos últimos anos na economia santomense.

A rápida expansão dos sectores do comércio, da construção e do turismo permitiu ultrapassar o efeito negativo daquelas evoluções externas, contribuindo para a diversificação da produção e, como tal, para a redução da dependência da economia doméstica face ao comportamento de um reduzido número de variáveis com alguma volatilidade.

A decomposição do PIB na óptica da despesa mostra um crescimento acentuado do investimento (+32.8% em termos absolutos ou +4.2 p.p. em relação ao seu peso no PIB), maioritariamente público e destinado nomeadamente à criação de infra-estruturas no sector hoteleiro (esforço complementado com capitais oriundos do exterior). As exportações mostraram também um vigor assinalável (+40.3% ou +5.3 p.p.), essencialmente em relação ao sector dos serviços, enquanto as importações disparavam (+37.0% ou +11.0 p.p.), principalmente decorrente do aumento do preço dos produtos petrolíferos.

Gráfico II

IPC - S. Tomé (1997 - 2000)
(variação mensal em percentagem)

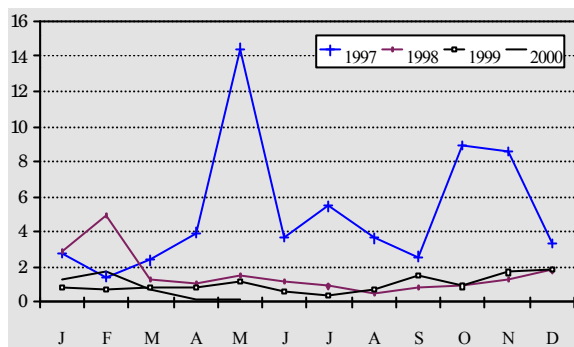


Gráfico III

IPC - S. Tomé (1992 - 2000)
(variação mensal em percentagem)

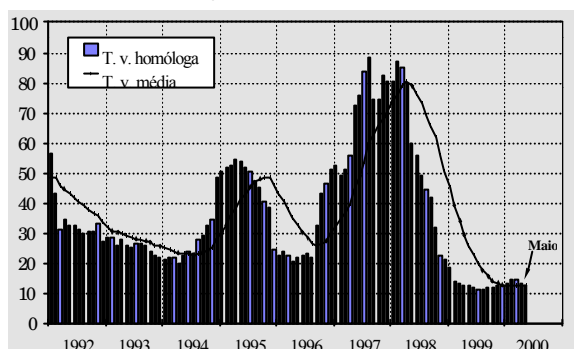
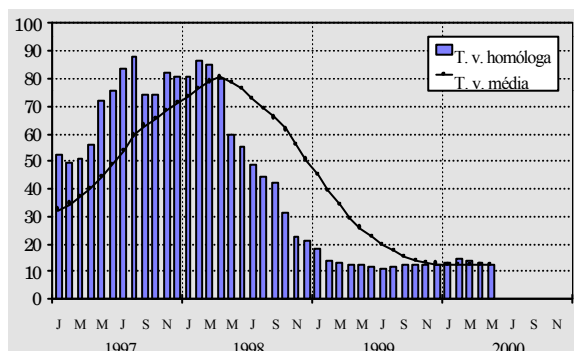


Gráfico IV

IPC - S. Tomé (1997 - 2000)
(variação mensal em percentagem)



Outras das evoluções positivas que a economia de São Tomé e Príncipe tem vindo a registar, prende-se com a redução do nível de inflação operada durante 1998 e até meados de 1999. Com efeito, o conjunto de políticas macro-económicas coordenadas com o FMI/BM, conduziu o a taxa de crescimento do IPC de cerca de 87% em Fevereiro de 1998 (em termos homólogos) para 21% no final desse ano e até 11% em Julho de 1999. Daí

em diante, a inflação tem mantido alguma estabilidade em torno dos 12-13%.

Para 2000, e na sequência do acordo alcançado, em Abril, com o FMI para um programa de 3 anos no âmbito da PRGF (que prevê uma linha de crédito de cerca de USD 8.9 milhões), o produto deverá crescer 3% em termos reais. Para tal concorrerá o nível de investimento (em face da postecipação na aplicação de algum investimento externo), a esperada retoma do sector do cacau e a contínua expansão dos serviços de turismo e viagens (como repercussão do esforço de investimento realizado nos últimos anos). Um dos principais objectivos da política económica acordada com o Fundo (a par da contenção do défice corrente externo a 25% do PIB), reside na redução do IPC para 5% em Dezembro de 2000, em termos homólogos (ou seja, 7.4% em termos médios para o ano). Para este resultado contribuirão, entre outros factores, uma política monetária restritiva (estabelecendo limites ao crescimento da massa monetária), uma política orçamental rigorosa (fomento das receitas e limitação das despesas) e esforços para a contenção salarial (com reflexos ao nível do consumo).

O programa contempla ainda uma série de reformas estruturais destinadas a reduzir ainda mais a dependência económica em relação ao sector do cacau e ao encorajamento do sector privado. As principais áreas de acção destas reformas assentarão na liberalização de preços e do comércio, na reforma do serviço público, na reforma das empresas públicas e no programa de privatizações.

3. CONTAS EXTERNAS

Em relação às contas externas, a economia santomense registou em 1999 o aumento não esperado do défice corrente (atingindo 25.3% do PIB, ou seja, +4.2 p.p. do que em 1998), a melhoria programada do saldo da Balança de Capitais e Financeira (chegando a 20.3% do PIB, reflectindo um aumento de 14.7 p.p.), e a correspondente redução do défice global (registando 4.9% do PIB, o que reflecte um decréscimo de 11.5 p.p.).

O saldo corrente foi negativamente afectado pelo agravamento da balança comercial (em USD 5.6 milhões, ou, 7.9 p.p.). Para tal, contribuiu não só a quebra não prevista das exportações de cacau (em volume e em preços), como também o aumento das importações de bens de investimento (bastante superior ao projectado, em função do esforço de modernização e crescimento da actividade turística) e de produtos petrolíferos (também acima do esperado, como reflexo do aumento do seu preço internacional). Em sentido contrário, o saldo corrente beneficiou do aumento das receitas do turismo (mais do que duplicaram em valor) e do crescimento das transferências oficiais (principalmente das destinadas a projectos de investimento público).

A melhoria da Balança de Capitais e Financeira decorreu de acordo com o previsto: o acesso a novos desembolsos para projectos (USD +4.2 milhões), a diminuição das amortizações (superior ao programado), a redução do investimento directo estrangeiro (actuando em sentido contrário) e do equilíbrio dos capitais de curto-prazo.

Gráfico V

Exportações de Mercadorias (1992 - 1998)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)

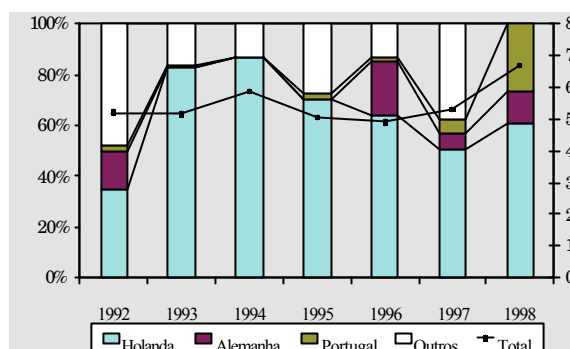
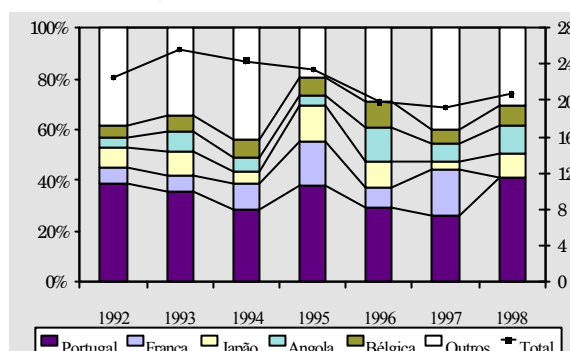


Gráfico VI

Importações de Mercadorias (1992 - 1998)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)



O saldo global registou assim em 1999 uma considerável melhoria, atingindo -4.9% do PIB (contra -15.4% no ano anterior). De notar que a programação apresentava um saldo global positivo, assente numa redução substancial do défice corrente.

O financiamento do défice global esteve a cargo do alívio de dívida concedido pelo Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África, em Fevereiro de 1999, através do reescalonamento, em termos concessionais¹, dos atrasados e pagamentos devidos até ao final de 1999. Este alívio permitiu ainda reduzir o volume de atrasados (o que já não acontecia desde 1995), para além do aumento das reservas oficiais.

¹ Redução de 34% do valor líquido actualizado.

Gráfico VII

Balança de Pagamentos (1994 - 2000)

(Saldos, em percentagem do PIB)

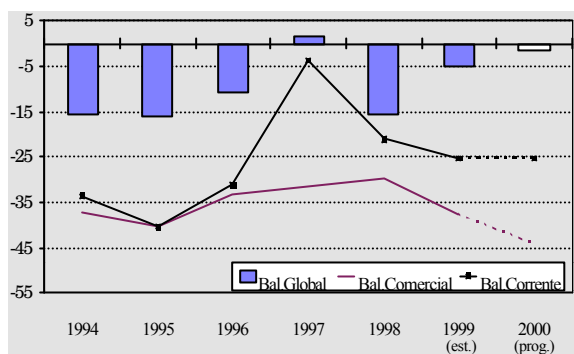
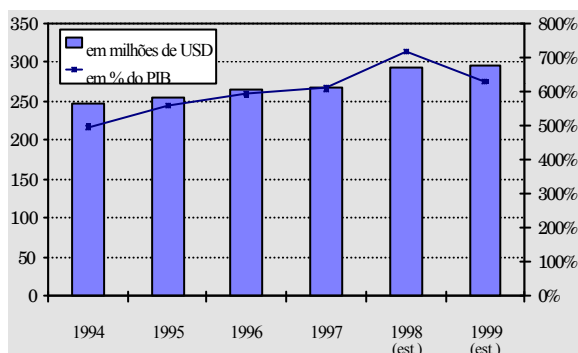


Gráfico VIII

Dívida Externa (1994 - 1999)



O ano de 2000 será condicionado pelo programa acordado com o FMI também ao nível das contas externas, uma vez que um dos seus principais objectivos se prende com a contenção do défice corrente nos 25% do PIB (ou 62% do PIB excluindo transferências oficiais).

O previsto aumento de importações, na sua maioria de capital e destinadas a investimentos relacionados com o sector petrolífero, deverá ser coberto pela retoma da produção e exportação de cacau (ainda assim para valores inferiores aos de 1998), pela contínua expansão dos serviços de turismo e viagens (sector que deverá apresentar o maior dinamismo da economia santomense) e pelo reforço das transferências oficiais (novamente destinadas a projectos de investimento público). Concorrerão ainda para esta melhoria, os esforços de diversificação de

exportações através de produtos agrícolas e das pescas.

O défice global deverá apresentar uma nova redução, atingindo -1.6% do PIB no final de 2000. Esta evolução será fundamentalmente reflexo do acréscimo previsto do investimento directo estrangeiro, com especial incidência na indústria petrolífera, para níveis bastante superiores aos registados nos últimos anos (passando de 6.5% do PIB em 1999, para 13.6% no final do ano).

O financiamento estará novamente apoiado no alívio de dívida previsto para este ano, decorrente ainda da garantia que constitui o acordo alcançado com o FMI. Após a anulação dos atrasados de dívida multilateral (na sequência do alívio de 1999), as autoridades santomenses pretendem este ano obter junto dos credores do Clube de Paris um reescalonamento do serviço de dívida externa segundo os termos de Nápoles (redução de 67% do valor actualizado líquido), procurando também tratamento semelhante por parte dos outros credores bilaterais. Este alívio permitirá acomodar também o nível programado de amortização da dívida, o montante de atrasados externos a regularizar e o fortalecimento da posição do país em termos de reservas internacionais.

Para cobrir os restantes USD 2.4 milhões de necessidades de financiamento, pelo que as autoridades de São Tomé e Príncipe irão procurar financiamento concessional junto do Banco Mundial, do Banco de Desenvolvimento Africano e de outros doadores multilaterais e bilaterais.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

As contas públicas começaram a reflectir, em 1999, o esforço despendido na melhoria da gestão e colecta de receitas fiscais. Medidas como o reforço dos serviços de auditoria e inspecção de impostos, contribuíram para um melhor desempenho da arrecadação de impostos directos e indirectos. Deste modo, e apesar da diminuição das receitas de impostos sobre as exportações (resultante, nomeadamente, da quebra no sector do cacau), as receitas tributárias registaram um aumento de 47.6% em 1999 (+3.2 p.p. em relação ao peso no PIB e cerca de 14% acima do orçamentado). As receitas correntes, embora crescendo 18.7%, acabaram por ficar aquém do esperado (o seu peso no PIB decresceu em 0.1 p.p.) em função do decréscimo das receitas não tributárias, na sequência de atrasos nas negociações de licenças de pesca (o acordo com a UE só foi alcançado a meio do ano).

QUADRO III

Operações Financeiras do Estado

(em percentagem do PIB)

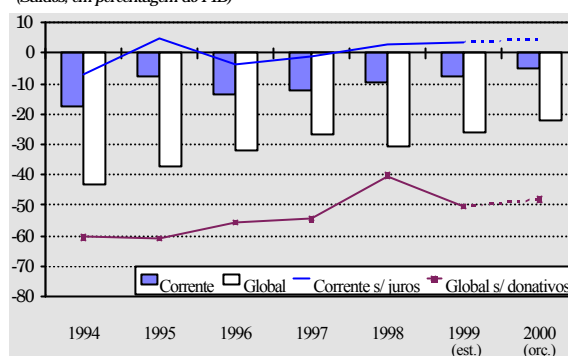
	1998	1999 (est.)	2000 (orç.)
Donativos	9.7	24.6	26.2
Receitas correntes	19.4	19.3	20.4
Receitas não-tributárias	6.4	3.2	4.0
Receitas tributárias	13.0	16.2	16.4
dq: Imp. s/ importações	3.6	5.5	5.6
dq: Imp. s/ exportações	1.1	0.5	0.0
dq: Imp. s/ consumo	3.3	4.4	4.7
Empréstimos Líquidos	-0.2	0.3	0.2
Despesas de capital	31.1	42.3	43.1
Despesas correntes	28.7	27.2	25.1
dq: Com o Pessoal	6.7	7.5	7.3
dq: Bens e Serviços	3.3	3.8	2.9
dq: Transferências	3.0	1.8	2.0
dq: Juros programados	12.4	11.3	9.5
Saldo corrente	-9.3	-7.8	-4.8
Saldo global	-30.7	-25.6	-21.7

(compromissos)

Gráfico IX

Finanças Públicas (1994 - 2000)

(Saldos, em percentagem do PIB)



Este aumento das receitas correntes permitiu acomodar o acréscimo de despesas com o pessoal (33.2%, ou 0.8 p.p.), decorrente da antecipação para o início de 1999 de ajustamentos salariais nos sectores da saúde e da educação e de promoções concedidas aos militares. O saldo corrente acabou por ficar ao nível do ano anterior, decrescendo 1.5 p.p. o seu peso no PIB.

A recuperação do volume de donativos (cujo valor triplicou em 1999, aumentando 14.9 p.p. o seu peso no PIB, após uma quebra substancial no ano anterior) permitiu cobrir parcialmente o crescimento das despesas de capital (destinadas sobretudo a importantes reparações nas vias públicas e a renovações de edifícios governamentais).

O saldo global acabou por ficar muito próximo do valor de 1998 (e ligeiramente abaixo do valor previsto no orçamento), correspondendo a uma redução de 5.1 p.p. do seu peso no PIB. O financiamento deste défice (que atingiu ainda assim 25.6% do PIB) ficou essencialmente a cargo do reescalonamento de atrasados do serviço de dívida ao Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África.

Gráfico X

Receitas Públicas (1994 - 2000)

(em percentagem do PIB)

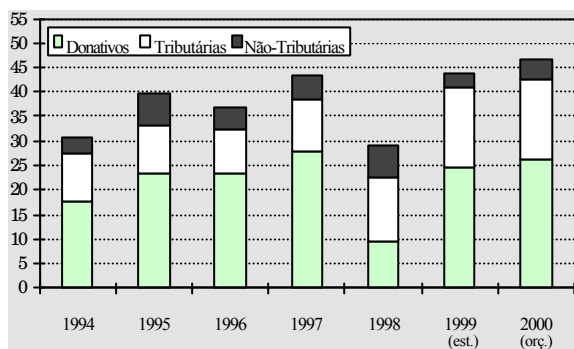
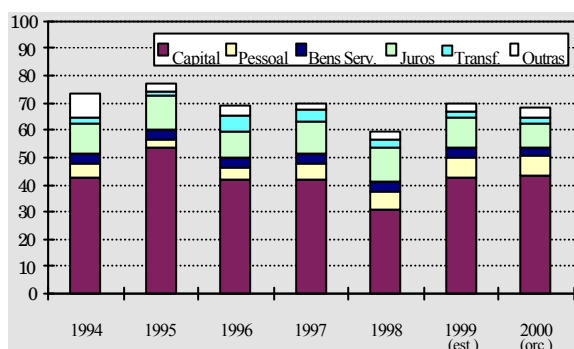


Gráfico XI

Despesas Públicas (1994 - 2000)

(em percentagem do PIB)



O programa que as autoridades locais acordaram com o FMI, estabelece também objectivos quanto à política orçamental de São Tomé e Príncipe, condicionando o défice global a 22% do PIB para 2000. O orçamento corrente reflecte estas directivas, prevendo uma melhoria nos défices corrente (para 4.8% do PIB) e global (para 21.5% do PIB).

Do lado das receitas, a eliminação dos impostos sobre as exportações e a redução, em média, das tarifas aduaneiras levada a cabo em Janeiro de 2000, será compensada com ajustamentos específicos em impostos sobre o consumo de certos produtos (refinados de petróleo, bebidas alcoólicas e tabaco) e com o alargamento da base tributária. No cômputo geral, as receitas correntes deverão aumentar 16.5%, atingindo 20.4% do PIB (+1.1 p.p.). Os donativos deverão crescer ligeiramente

reforçando o seu papel no orçamento (+1.3 p.p.).

Em relação às despesas, o orçamento para 2000 revela um nível de contenção dos gastos correntes, que não juros programados, a 19% do PIB, sem no entanto descurar os serviços básicos de higiene e de educação (embora com preocupações ao nível da eficiência dessas despesas). A massa salarial deverá ficar restringida a 7.3% do PIB (-0.2 p.p.), reflectindo a implementação dos planos de reorganização dos ministérios, que deverão levar à redução do pessoal afecto ao funcionalismo público. As despesas de capital obedecerão ao plano apresentado ao Banco Mundial, tentando coordenar a disponibilidade de ajudas a projectos com o objectivo para o valor do saldo global. As áreas primordiais dos investimentos públicos serão a agricultura, as infra-estruturas e o desenvolvimento de recursos humanos.

O financiamento do défice global, e da redução prevista dos atrasados externos, será novamente parcialmente coberta por reescalamentos de dívida junto dos credores do Clube de Paris e de outros credores privados, na sequência do acordo ao abrigo da PRGF com o FMI. O estado santomense irá implementar, a partir de 2000, um novo programa de reforma e privatização do seu sector empresarial, o qual começará por atingir a empresa de distribuição de electricidade e água. A certificação por auditores externos desta e de outras empresas (petróleo, gestão de portos e de aeroportos) prepara futuras acções de privatização. Também no sector agrícola, o estado prepara-se para passar a privadas grandes explorações que ainda detém.

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

As autoridades mantiveram a política monetária apertada durante 1999, com o coeficiente de reservas de caixa a ficar nos 22%, tendo actualizado (de acordo com a descida verificada na inflação) a sua principal taxa de referência (redesconto). Em virtude da falta de concorrência e a impedimentos estruturais à intermediação financeira (dificuldade de execução de garantias bancárias em créditos malparados, por exemplo), os dois bancos comerciais de São Tomé e Príncipe mantiveram as suas taxas a níveis elevados (passivas a 24% e activas a 40%)². Em consequência, a massa monetária cresceu apenas 3.6%, significativamente abaixo da taxa de inflação no final do ano.

O crédito líquido ao SPA reduziu-se em 1999 (impacto contracionista sobre a liquidez de 14.4% do valor da massa monetária no início do ano), em consequência do aumento dos depósitos orçamentais resultante da mobilização de direitos de concessão de exploração de petróleo. O crédito à economia excedeu o crescimento programado (com um impacto expansionista de 10.5%), enquanto as disponibilidades líquidas sobre o exterior se reforçavam (cerca de 14.2% face ao valor da massa monetária no início do ano), apesar de alguma saída de capitais decorrente da descoberta em Março da fraude com a emissão de obrigações do tesouro.

² Durante o segundo semestre de 1999, a posição de um dos bancos em termos de rácios prudenciais e de solvência deteriorou-se face a crescentes problemas de liquidez, à concentração de créditos num número reduzido de empresas e a empréstimos cruzados. O banco central reforçou a sua supervisão, impôs limitações ao crédito e a exigiu a sua recapitalização.

Gráfico XII

Crédito Interno Total (1996 - 2000)

(taxas de variação homóloga)

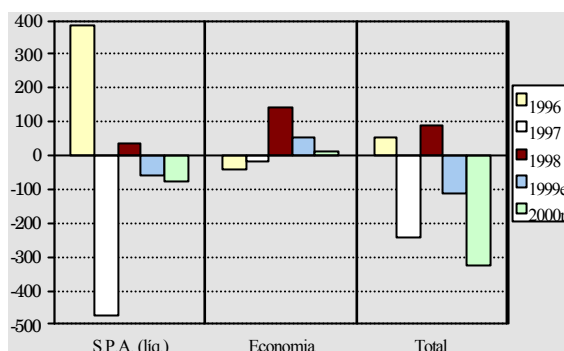
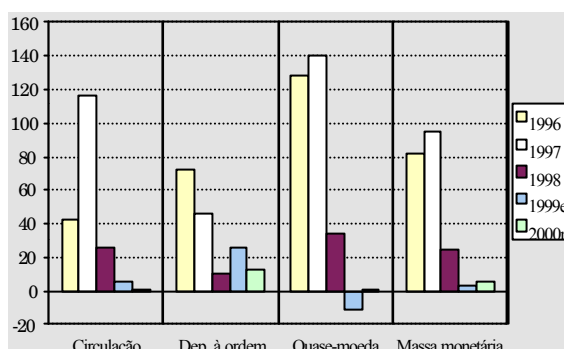


Gráfico XIII

Meios de Pagamento (1996 - 2000)

(taxas de variação homóloga)



Ao incremento da massa monetária corresponde um aumento do multiplicador, uma vez que a base monetária se contraiu durante o ano cerca de 3%, em resultado da contínua diminuição das reservas dos bancos. De notar que, desde 1988, se está a observar alguma apetência para a utilização de moeda nacional, com a transformação de depósitos em moeda estrangeira em depósitos em dobras, principalmente à ordem.

A taxa de câmbio efectiva da Dobra santomense estabilizou em termos nominais desde 1998. Em termos reais, a moeda local vem registando alguma apreciação desde o último trimestre de 1998, em função dos diferenciais de inflação com os seus parceiros comerciais, maioritariamente países da zona EURO.

Gráfico XIV

Taxa de Câmbio STD/USD (1990 - 2000)

(médias trimestrais)

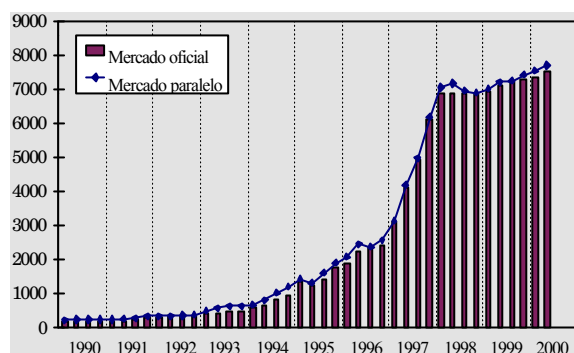
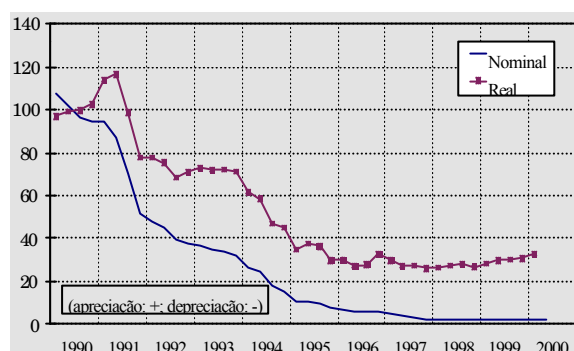


Gráfico XV

Taxa de Câmbio Efectiva (1990 - 2000)

(índices base 100: 1990, médias trimestrais)



Para 2000, as autoridades de São Tomé e Príncipe continuarão a implementar uma política monetária restritiva, limitando o crescimento da massa monetária a 5% (em consonância com o objectivo para a taxa de inflação previsto para o final do ano). Mais uma vez, de entre os meios de pagamento, os depósitos à ordem em moeda nacional são os que mostrarão maior vigor.

A esperada melhoria da situação orçamental do país deverá reflectir-se em nova redução do crédito líquido ao SPA (impacto contraccionista sobre a liquidez de 27.2% do valor da massa monetária no início do ano), através do aumento substancial previsto para os depósitos orçamentais (duplicação de valor), reflectindo novos rendimentos provenientes de concessões de exploração de petróleo. O decréscimo de recursos afectos ao sector público permitirá libertar fundos para o crédito

à economia, reflectindo-se no programado aumento do crédito utilizado pelo sector privado (impacto expansionista de 4.3%), evolução que espelha a esperada diversificação da economia e o crescimento da taxa de intermediação financeira. Em termos agregados, o crédito interno total (líquido) deverá registar uma nova redução (impacto contraccionista de 23%).

As autoridades monetárias deverão manter a taxa de referência do banco central (taxa de redesconto) acima da taxa de inflação, prestando atenção especial à redução do diferencial face às taxas activas praticadas pelos bancos comerciais, através da implementação de medidas conducentes à simplificação de procedimentos quanto ao cumprimento dos contractos e à liquidação dos empréstimos. Ainda este ano, prevê-se que seja criado o mercado monetário, introduzindo títulos do banco central a serem transaccionados livremente nesse mercado. A revisão do coeficiente de reservas de caixa só será objecto de estudo em 2001, sendo levado em conta o desenvolvimento do mercado monetário. As funções de supervisão da situação financeira do sistema bancário continuarão a ser reforçadas, incluindo análise de rendibilidade, de qualidade da carteira e do cumprimento das normas prudenciais.

O governo santomense irá manter o regime cambial de flutuação livre, enquanto o banco central deverá eliminar as suas interferências administrativas nas operações cambiais dos bancos comerciais, permitindo nova redução do diferencial entre as taxas de câmbio oficial e paralela (para valores abaixo de 1%).

ANEXO ESTADÍSTICO

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 1

Principais Indicadores Económicos, 1995 - 2000

	1995	1996	1997	1998 Est.	1999 Prog.	1999 Est.	2000 Prog.
<i>(variação anual em percentagem)</i>							
PRODUTO E PREÇOS							
PIB real	2.0	1.5	1.0	2.5	2.5	2.5	3.0
I. P. Consumidor (fim de período)	24.5	50.8	80.5	20.9	10.0	12.7	5.0
CONTAS EXTERNAS							
Exportações f.o.b. (em USD)	-13.7	-3.2	8.2	-11.3	48.9	-17.0	28.2
Importações f.o.b. (em USD)	-3.9	-15.4	-3.0	-12.5	41.1	28.6	25.5
FINANÇAS PÚBLICAS							
Receitas totais (s/ donativos)	121.8	24.3	135.3	74.4	21.7	18.5	16.5
Donativos	136.9	54.2	138.6	-50.9	174.3	201.6	17.6
Despesas totais	86.5	36.9	105.0	19.5	36.0	39.1	8.5
Défice global (c/ donativos)	55.1	31.6	67.7	60.6	1.1	0.6	-6.3
MOEDA E CRÉDITO							
Crédito interno total	-7.0	55.0	-245.4	88.0	-1 189.9	-112.2	-324.9
Crédito ao SPA (líq.)	34.6	385.8	-472.4	36.0	-205.1	-61.0	-74.1
Crédito à economia	-0.4	-39.4	-16.0	144.8	37.0	52.3	14.4
Massa monetária (M ₂)	47.4	82.2	94.5	24.5	19.5	3.6	5.0
<i>(em percentagem do PIB)</i>							
SALDO ORÇAMENTAL GLOBAL							
Excluindo donativos	-60.8	-55.7	-54.5	-40.2	-48.3	-50.4	-48.0
Incluindo donativos	-37.4	-32.2	-26.7	-30.5	-26.0	-25.8	-21.9
INVESTIMENTO INTERNO BRUTO	68.1	56.2	49.1	35.8	40.0	40.0	49.3
SALDO DA BTC							
Excluindo transferências oficiais	-90.3	-79.3	-74.9	-53.7	-63.3	-57.1	-62.0
Incluindo transferências oficiais	-40.4	-31.2	-3.6	-21.1	-14.0	-25.3	-25.2
<i>(nas unidades definidas)</i>							
TAXAS DE CÂMBIO (médias)							
Nominal STD / USD (mercado oficial)	1 420.3	2 203.2	4 552.5	6 885.7	---	7 125.0	7 684.1 ⁵
ITCE Real (base 100: 1990) ¹	34.2	29.4	27.2	27.3	---	29.8	34.3 ⁵
DÍVIDA EXTERNA (USD milhões)	253.6	265.8	267.3	292.6	---	295.6	---
Em % das exportações ²	2 703.8	2 497.2	2 148.4	2 416.8	---	1 792.5	---
Em % do PIB	557.5	592.1	608.5	717.0	---	627.5	---
Serviço da dívida em % das exportações ³	96.9	25.8	19.2	42.3	---	25.2	---
TAXA DE JURO (passiva a 1 ano, em %) ⁴	---	33.0	43.0	32.0	---	24.0	24.0 ⁵

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE Real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96; (apreciação: +; depreciação: -). ² Exportações de bens e serviços. ³ Exportações de bens e serviços, após reescalamentos. ⁴ Taxa em vigor no final do ano. Os bancos comerciais não divulgaram quaisquer taxas para depósitos a prazo em 1994 e 1995, visto não os terem aceite. ⁵ Valor apurado em Maio.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1994 - 2000

(preços correntes, em milhões de STD)

	1994	1995	1996	1997	1998 Est.	1999 Est.	2000 Proj.
Sector primário	9 249	17 070	24 583	49 537	59 884	69 261	---
Agricultura	8 223	15 210	21 688	43 537	51 270	57 106	---
Pesca	1 026	1 860	2 895	6 000	8 614	12 155	---
Sector secundário	6 947	12 079	17 737	32 961	46 838	56 658	---
Manufatura e energia	1 943	2 648	5 250	10 890	15 630	18 459	---
Construção	5 004	9 431	12 487	22 071	31 208	38 199	---
Sector terciário	20 099	35 464	56 580	117 502	174 278	208 190	---
Comércio e transporte	6 906	12 156	18 754	48 396	69 261	78 638	---
Administração pública	8 088	13 211	21 788	46 000	65 688	76 901	---
Instituições financeiras	2 041	4 591	7 484	17 536	25 041	29 373	---
Outros serviços	3 064	5 506	8 554	5 570	14 288	23 278	---
Produto Interno Bruto	36 295	64 613	98 900	200 000	281 000	334 109	369 533
Consumo	42 635	71 958	112 497	232 962	300 689	362 599	387 640
Público ¹	11 591	17 827	26 879	63 862	72 076	99 415	---
Privado	31 044	54 131	85 618	169 100	228 613	263 184	---
Investimento ¹	15 096	44 004	55 540	98 296	100 587	133 574	182 180
Procura interna	57 731	115 962	168 037	331 258	401 276	496 173	569 820
Exportações de bens e serviços	8 600	13 322	23 449	56 647	83 365	116 954	135 988
Procura global	66 331	129 284	191 486	387 905	484 641	613 127	705 808
Importações de bens e serviços ¹	30 036	64 672	92 586	187 905	203 641	279 018	336 275
Pro memoria:							
Poupança interna bruta	-6 340	-7 345	-13 597	-32 962	-19 689	-28 490	-18 107
PIB nominal (milhões de USD)	49.5	45.5	44.9	43.9	40.8	47.1	50.0
Deflator do PIB (variação anual em %)	73.5	74.5	50.8	100.2	37.1	16.0	7.4
PIB nominal (variação anual em %)	77.3	78.0	53.1	102.2	40.5	18.9	10.6
PIB real (variação anual em %)	2.2	2.0	1.5	1.0	2.5	2.5	3.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ A partir de 1995, o consumo público, o investimento público e as importações passaram a incluir assistência técnica e outras despesas relacionadas com projectos geridos directamente por doadores estrangeiros. O valor destas rubricas não é conhecido para os anos anteriores.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1990 - 2000

(em percentagem)

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1990	Dezembro	3.18	40.47	40.47	42.21
1991	Dezembro	7.44	52.69	52.69	46.47
1992	Dezembro	2.70	27.35	27.35	33.71
1993	Dezembro	2.17	21.79	21.79	25.54
1994	Dezembro	12.90	48.34	48.34	27.61
1995	Dezembro	1.64	24.50	24.50	45.91
1996	Dezembro	4.51	50.77	50.77	29.78
1997	Dezembro	3.33	80.45	80.45	71.12
1998	Janeiro	2.86	2.86	80.60	73.39
	Fevereiro	4.96	7.97	86.83	76.40
	Março	1.29	9.36	84.80	78.92
	Abril	1.11	10.56	79.77	80.50
	Maio	1.54	12.26	59.54	78.72
	Junho	1.16	13.56	55.64	76.39
	Julho	0.91	14.59	48.92	72.95
	Agosto	0.51	15.17	44.39	69.02
	Setembro	0.82	16.11	41.90	65.84
	Outubro	0.93	17.19	31.49	61.55
	Novembro	1.30	18.71	22.66	55.87
	Dezembro	1.81	20.86	20.86	50.49
1999	Janeiro	0.80	0.80	18.43	45.21
	Fevereiro	0.70	1.51	13.63	39.39
	Março	0.80	2.32	13.08	34.09
	Abril	0.80	3.14	12.74	29.38
	Maio	1.20	4.37	12.36	25.85
	Junho	0.60	5.00	11.74	22.65
	Julho	0.40	5.42	11.18	19.91
	Agosto	0.70	6.16	11.40	17.57
	Setembro	1.50	7.75	12.15	15.54
	Outubro	0.90	8.72	12.12	14.15
	Novembro	1.70	10.57	12.57	13.40
	Dezembro	1.90	12.67	12.67	12.78
2000	Janeiro	1.30	1.30	13.23	12.40
	Fevereiro	1.70	3.02	14.35	12.48
	Março	0.70	3.74	14.24	12.59
	Abril	0.10	3.85	13.44	12.65
	Maio	0.10	3.95	12.21	12.63

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e cálculos do BP.

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1994 - 2000

(em milhões de USD)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Proj.	1999 Est.	2000 Proj.
Balança Corrente	-16.6	-18.4	-14.0	-1.6	-8.6	-6.5	-11.9	-12.6
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-31.3</i>	<i>-41.1</i>	<i>-35.6</i>	<i>-32.9</i>	<i>-21.9</i>	<i>-29.4</i>	<i>-26.9</i>	<i>-31.0</i>
Balança comercial	-18.5	-18.3	-14.9	-13.9	-12.1	-16.7	-17.7	-22.1
Exportações (f.o.b.)	5.9	5.1	4.9	5.3	4.7	7.0	3.9	5.0
dq: Cacau	5.0	4.7	4.8	4.6	4.6	5.4	2.9	4.0
Importações (f.o.b.)	-24.3	-23.4	-19.8	-19.2	-16.8	-23.7	-21.6	-27.1
dq: Produtos alimentares	-5.2	-5.9	-4.7	-3.8	-4.3	-7.7	-4.8	-4.8
dq: Bens de investimento	-9.8	-9.9	-5.9	-5.6	-8.2	-6.2	-10.8	-15.5
dq: Produtos petrolíferos	-1.8	-2.1	-3.0	-3.8	-1.9	-2.1	-3.4	-4.1
Balança de serviços e rendimentos	-16.3	-23.3	-21.2	-19.8	-10.3	-13.3	-9.8	-9.6
dq: Turismo	2.7	2.8	3.0	4.0	4.1	5.0	9.2	9.9
dq: Fretes e seguros	-6.1	-5.9	-5.0	-5.1	-4.2	-5.9	-4.5	-6.0
dq: Assistência técnica	-4.6	-10.2	-9.5	-10.0	-2.8	-4.9	-7.4	-6.7
dq: Juros da dívida programados	-5.5	-5.5	-4.7	-4.8	-5.0	-4.8	-4.7	-4.6
Transferências unilaterais ¹	18.1	23.3	22.1	32.1	13.8	23.5	15.6	19.0
Transferências privadas	3.4	0.6	0.5	0.8	0.5	0.6	0.6	0.6
Transferências oficiais	14.7	22.7	21.6	31.3	13.3	22.9	15.0	18.4
dq: Projectos de inv. público	8.3	8.9	9.9	12.0	3.9	8.9	9.3	11.0
dq: Ajuda alimentar	4.0	3.7	0.5	2.8	1.5	1.4	2.4	1.8
Balança de Capitais e Financeira	8.9	11.0	9.2	2.3	2.3	9.1	9.6	11.8
Endividamento								
Desembolsos	11.5	13.5	12.3	6.2	5.4	9.8	9.6	8.2
Projectos	11.4	13.3	8.6	6.2	5.4	9.8	9.6	8.2
Apoio à balança de pagamentos	0.1	0.2	3.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Amortizações programadas	-6.3	-4.6	-2.9	-3.9	-4.1	-3.9	-3.1	-3.2
Investimento directo estrangeiro (líq.)	1.8	1.9	2.4	0.4	4.2	3.3	3.0	6.8
Capitais de curto prazo, erros e omissões	1.9	0.2	-2.6	-0.4	-3.2	0.0	0.0	0.0
Balança Global	-7.8	-7.4	-4.8	0.7	-6.3	2.6	-2.3	-0.8
Financiamento	7.8	7.4	4.8	-0.7	6.3	-71.7	2.3	-1.6
Variação de reservas oficiais ² (aumento: -)	-2.2	-0.6	-0.1	-7.2	1.8	-7.0	-1.9	-3.5
Variação dos atrasados (redução: -)	-1.9	-21.9	5.0	6.5	4.4	-64.7	-3.5	-57.2
Alívio de dívida	11.9	29.9	0.0	0.0	0.0	0.0	7.8	59.1
Diferencial de Financiamento	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-69.1	0.0	-2.4

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Não está ainda consolidada a separação entre transferências correntes e de capital (em conformidade com a 5ª edição do manual da balança de pagamentos do FMI), pelo que poderá haver lugar a acertos no futuro. ² Inclui a contrapartida de flutuações cambiais. ³ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 1998

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997 Est.	1998 Est.	1990 a 1998
Alemanha	44.8	18.8	15.4	0.0	0.0	0.0	20.9	5.7	12.5	12.5
China	8.8	2.1	3.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.5
Holanda	31.1	64.7	34.6	82.7	86.4	70.5	63.9	50.9	60.9	61.5
Portugal	1.6	1.0	1.9	0.7	0.6	1.9	2.0	5.7	26.6	4.4
Outros	13.7	13.4	44.2	16.6	13.0	27.6	13.2	37.7	0.0	20.1
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 1998

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997 Est.	1998 Est.	1990 a 1998
Alemanha	0.5	0.2	0.3	1.2	2.6	2.2	1.2	1.7	2.0	1.3
Angola	12.1	9.8	4.5	7.3	4.8	4.4	13.3	6.7	11.5	8.1
Bélgica	8.3	4.8	4.2	6.5	7.6	6.6	10.1	5.8	7.4	6.7
China	0.8	1.5	1.9	1.6	0.9	0.0	1.2	0.0	1.2	1.0
Espanha	12.3	5.5	6.8	0.5	0.4	0.4	2.0	0.0	4.9	3.6
França	6.2	6.3	6.7	6.3	10.1	16.8	8.1	17.9	0.0	8.8
Gabão	3.4	2.9	3.2	6.4	1.8	0.8	0.4	0.8	2.5	2.6
Holanda	2.0	2.9	3.5	1.0	2.4	2.6	0.8	0.0	4.1	2.1
Itália	0.2	0.3	0.2	5.3	1.7	7.1	2.8	0.4	1.6	2.3
Japão	6.7	6.8	7.2	9.8	5.4	14.2	10.1	3.3	9.0	8.1
Portugal	39.5	35.6	38.7	35.4	28.3	38.2	29.0	26.3	41.4	34.7
Outros	8.0	23.4	22.8	18.7	34.0	6.7	21.0	37.1	14.3	20.7
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 7

Dívida Externa, 1994 - 1999

(em milhões de USD)

	1994	1995	1996	1997	1998 Est.	1999 Est.
Dívida de médio e longo prazo	214.1	226.8	234.0	235.5	244.9	248.0
Credores multilaterais	136.1	155.2	162.2	158.2	167.4	170.3
Credores bilaterais	44.1	71.6	71.7	77.4	77.5	77.7
Instituições financeiras	27.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Créditos de fornecedores	6.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Dívida de curto prazo	31.3	26.8	31.8	31.8	47.7	47.5
Dívida Externa Total	245.4	253.6	265.8	267.3	292.6	295.6
dq: Atrasados	82.5	50.3	61.1	61.4	80.3	75.2
Dívida de m/l prazo	51.2	23.6	29.3	29.6	32.6	27.7
Credores multilaterais	2.4	5.0	5.7	5.2	7.1	0.0
Credores bilaterais	15.9	18.6	23.5	24.4	25.6	27.7
Instituições financeiras	26.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Créditos de fornecedores	6.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Dívida de curto prazo	31.3	26.8	31.8	31.8	47.7	47.5
Serviço da dívida de m/l prazo programado	11.8	10.1	7.6	8.7	9.1	8.7
Capital	6.3	4.6	2.9	3.9	4.1	3.9
Juros	5.5	5.5	4.7	4.8	5.0	4.8
(em % das exportações de bens e serviços)						
Dívida externa total	2 090.5	2 703.8	2 497.2	2 148.4	2 416.8	1 792.5
Serviço da dívida de m/l prazo programado						
Antes do reescalamento	100.2	107.7	71.4	69.9	75.2	53.0
Depois do reescalamento	97.7	96.9	25.8	19.2	42.3	25.2
(em % do PIB)						
Dívida externa total	495.3	557.5	592.1	608.5	717.0	627.5

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 8

Operações Financeiras do Estado, 1995 - 2000

(em milhões de STD)

	1995	1996	1997	1998 Est.	1999 Orç.	1999 Est.	<i>g.e.</i> ¹	2000 Orç.
1. Receitas Totais	25 777	36 548	86 773	81 747	141 038	146 769	104.1	171 934
1.1. Receitas correntes	10 686	13 280	31 245	54 502	66 310	64 606	97.4	75 277
Receitas tributárias	6 329	8 912	21 236	36 635	47 443	54 055	113.9	60 420
dq: Impostos s/ importações	1 954	2 568	4 701	10 114	13 146	18 259	138.9	20 676
dq: Impostos s/ exportações	616	816	1 874	2 956	3 022	1 754	58.0	0
dq: Impostos s/ consumo	1 839	2 179	4 186	9 280	14 292	14 644	102.5	17 424
Receitas não - tributárias	4 357	4 368	10 009	17 867	18 867	10 551	55.9	14 858
dq: Transferências de EP's	668	534	2 058	4 085	6 564	4 844	73.8	5 112
1.2. Donativos	15 091	23 268	55 528	27 245	74 727	82 163	110.0	96 657
2. Despesas Totais	49 972	68 387	140 174	167 518	227 771	233 059	102.3	252 754
2.1. Despesas correntes	15 481	26 796	55 675	80 709	87 738	90 748	103.4	92 856
Despesas com o pessoal	2 163	4 140	11 709	18 930	21 755	25 223	115.9	27 088
Bens e serviços	2 322	3 443	7 004	9 240	10 294	12 722	123.6	10 540
Transferências	1 015	6 018	8 892	8 441	9 412	6 141	65.2	7 376
Juros da dívida pública	7 782	9 747	22 524	34 810	35 678	37 834	106.0	35 078
Outras despesas	2 199	3 448	5 546	9 288	10 599	8 828	83.3	12 774
2.2. Despesas de capital	34 563	41 591	84 499	87 328	138 961	141 430	101.8	159 298
Financiamento interno	3 039	893	2 471	7 177	4 896	7 365	150.4	9 000
Financiamento externo	31 524	40 698	82 028	80 151	134 065	134 065	100.0	150 298
2.3. Empréstimos Líquidos	-72	0	0	-519	1 072	881		600
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-4 795	-13 516	-24 430	-26 207	-21 428	-26 142	122.0	-17 579
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-39 286	-55 107	-108 929	-113 016	-161 461	-168 453	104.3	-177 477
5. Saldo Global [compromissos]: (1.) - (2.)	-24 195	-31 839	-53 401	-85 771	-86 733	-86 290	99.5	-80 820
6. Variação de Atrasados	5 433	4 899	20 979	21 110	0	24 486	---	-72 939
6.1. Externos	4 800	6 981	17 566	24 523	0	24 486	---	-72 939
6.2. Internos	633	-2 083	3 413	-3 413	0	0	---	0
7. Alívio de Dívida	39 064	0	0	0	0	53 690	---	0
8. Valores em trânsito, Erros e Omissões	0	0	0	0	0	0	---	0
9. Saldo Global [caixa]: (5.)+(6.)+(7.)+(8.)	20 302	-26 940	-32 422	-64 661	-86 733	-8 114	9.4	-153 759
10. Financiamento	-20 302	26 940	32 422	64 661	-411 500	8 114	-2.0	-301 752
10.1. Interno (líq.)	146	10 968	-20 935	49 788	-31 342	8 696	-27.7	11 684
dq: Sistema bancário	574	2 896	6 597	6 270	-44 660	-12 796	28.7	-25 276
10.2. Externo (líq.)	-20 448	15 972	53 357	14 873	-380 158	-582	0.2	-313 436
dq: Desembolsos	18 900	18 862	28 544	37 349	70 238	72 238	102.8	60 903
dq: Amortizações	-39 348	-2 890	-5 157	-22 476	-493 565	-72 820	14.8	-374 339
11. Diferencial de Financiamento	0	0	0	0	-498 234	0	0.0	-455 510

Fontes: Banco de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Grau de execução face ao orçamentado, em %. ² Inclui rescalonamento de atrasados no serviço de dívida ao Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África em Fevereiro de 1999. ³ Na sequência do programa acordado ao abrigo da PRGF no início de 2000, este diferencial de financiamento deverá ser parcialmente coberto por rescalonamentos do Clube de Paris e por tratamento similar dos credores bilaterais fora do Clube de Paris.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 9

Síntese Monetária, 1995 - 2000

(em milhões de STD)

	1995	1996	1997	1998	1999 Prog.	1999 Est.	1999 / 1998 (em %)		2000 Prog.
							(1)	(2)	
Activos Líquidos s/ Exterior	9 946	20 929	108 185	113 062	175 311	125 803	11.3	14.2	151 635
Banco Central	81	222	53 093	66 677	117 994	81 926	22.9	17.0	107 976
Disponibilidades	8 655	13 854	86 610	66 687	117 994	81 936	22.9	17.0	127 465
Responsabilidades	-8 573	-13 631	-33 517	-10	0	-10	0.0	0.0	-19 489
Bancos comerciais	9 865	20 707	55 092	46 385	57 317	43 877	-5.4	-2.8	43 660
Crédito Interno Total	11 418	17 699	-25 726	-3 090	-39 859	-6 558	-112.2	-3.9	-27 867
Crédito líquido ao SPA	-3 113	8 896	-33 124	-21 199	-64 669	-34 130	-61.0	-14.4	-59 406
Crédito concedido	10 290	28 743	29 461	34 066	36 338	34 835	2.3	0.9	52 201
Depósitos	-13 403	-19 848	-62 585	-55 265	-101 007	-68 965	24.8	15.3	-111 607
Depósitos orçamentais	-2 462	-8 752	-835	-3 137	-22 248	-35 711	1 038.4	36.3	-77 511
Fundos de contrapartida	-10 941	-9 666	-20 600	-24 271	-24 281	-26 168	7.8	2.1	-26 830
Depósitos em moeda estrangeira *	0	-1 430	-41 150	-27 857	-54 478	-7 086	-74.6	-23.2	-7 265
Crédito à economia	14 531	8 803	7 397	18 109	24 810	27 572	52.3	10.5	31 539
Empresas públicas não financeiras	7 837	0	0	0	0	0	---	---	0
Sector privado	6 694	8 803	7 397	18 109	24 810	27 572	52.3	10.5	31 539
Total do Activo	21 364	38 628	82 459	109 972	135 452	119 245	8.4	---	123 768
Massa Monetária (M2)	20 335	37 043	72 050	89 714	107 240	92 911	3.6	3.6	97 559
Circulação monetária	4 794	6 845	14 823	18 677	21 077	19 669	5.3	---	19 895
Depósitos à ordem	9 486	16 367	23 929	26 436	33 483	33 371	26.2	---	37 543
Quase - moeda	6 055	13 831	33 299	44 602	52 680	39 870	-10.6	---	40 121
dq: Depósitos em moeda estrangeira	5 956	13 086	33 108	41 601	47 525	36 287	-12.8	---	35 893
Outras Rubricas (líq.)	1 029	1 585	10 409	20 258	28 212	26 334	30.0	6.8	26 209
Total do Passivo	21 364	38 628	82 459	109 972	135 452	119 245	8.4	---	123 768

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação face ao período anterior; (2) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contractão da liquidez).

* Inclui depósitos constituídos através de receitas provenientes da prospecção petrolífera, privatizações e alguns donativos.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 10

Taxas de Juro, 1992 - 2000

(taxas anuais)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez. ²	Dez. ²	Dez.	Mai
Depósitos ¹									
Depósitos à ordem	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Depósitos a prazo:									
30-90 dias	30.0	28.5	---	---	30.0	40.0	30.0	26.0	26.0
91-180 dias	35.0	33.2	---	---	31.0	41.0	31.0	25.0	25.0
181-365 dias	39.0	37.1	---	---	33.0	43.0	32.0	24.0	24.0
Mais de 1 ano	---	---	---	---	36.0	46.0	35.0	---	---
Crédito									
Crédito para comércio e indústria									
30-90 dias	37.0	37.0	30.0	52.0	38.0	---	---	---	---
91-180 dias	37.0	37.0	30.0	52.0	38.0	56.0	42.0	39.0	39.0
181-365 dias	40.0	40.0	30.0	52.0	40.0	58.0	45.0	41.0	41.0
Mais de 1 ano	44.0	44.0	30.0	52.0	42.0	60.0	48.0	44.0	44.0
Crédito de campanha	36.0	36.0	30.0	52.0	---	---	---	---	---
Crédito à habitação	40.0	40.0	25.0	52.0	---	---	---	---	---
Redesconto ³	45.0	30.0	32.0	50.0	35.0	55.0	29.5	17.0	17.0
<i>Pro Memoria:</i>									
Inflação (t. v. homóloga no mês)	27.4	21.8	48.3	24.5	50.8	80.5	20.9	12.7	12.2

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe.

¹ Em Novembro de 1994, as taxas de juro foram liberalizadas e estabeleceu-se a nova taxa de redesconto. A banca comercial não divulgou quaisquer taxas para depósitos a prazo (visto não estar a aceitá-los) até Maio de 1996. Nesta data as taxas de juro voltaram a ser fixadas, estipulando-se ainda que para os depósitos em moeda estrangeira a taxa deverá ser equivalente a 40% daquela que os bancos obtêm pelos depósitos junto dos seus correspondentes.

² Taxas referentes ao Banco Internacional de São Tomé e Príncipe.

³ As operações de redesconto foram substituídas, em Julho de 1998, por um mecanismo de assistência extraordinária de muito curto prazo, cuja taxa resulta da taxa da taxa de juro activa mais alta do mercado acrescida de 7.5%.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1990 - 2000

(taxas médias)

	STD/USD			Diferenciais (%)		ITCE ¹	
	Merc. oficial (M.O.)	Merc. paralelo (M.P.)	Merc. livre (M.L.)	M.P./M.O.	M.L./M.O.	(base 100: 1990)	
						Nominal	Real
1990	143.3	207.3	---	44.60	---	100.00	100.00
1991	201.6	256.3	---	27.11	---	71.72	97.93
1992	320.4	329.5	---	2.84	---	42.31	72.98
1993	429.9	554.5	---	29.00	---	34.50	71.95
1994	732.6	903.8	801.0	23.36	9.33	20.19	51.87
1995	1 420.3	1 542.7	1 443.9	8.62	1.66	9.36	34.20
1996	2 203.2	2 346.3	2 315.6	6.50	5.10	6.34	29.36
1997	4 552.5	4 608.6	4 495.8	1.23	-1.24	3.50	27.18
1998	6 885.7	7 013.4	7 030.1	1.85	2.10	2.38	27.27
1999	7 125.0	7 217.2	7 182.5	1.29	0.81	2.34	29.79
1996							
1º trimestre	1 874.7	2 053.7	1 991.7	9.55	6.24	7.33	29.94
2º trimestre	2 219.6	2 439.1	2 427.6	9.89	9.37	6.37	27.20
3º trimestre	2 309.1	2 346.3	2 349.1	1.61	1.73	6.03	27.71
4º trimestre	2 409.2	2 546.3	2 494.2	5.69	3.53	5.89	32.73
1997							
1º trimestre	3 090.0	3 118.7	3 034.6	0.93	-1.79	4.94	29.85
2º trimestre	4 091.4	4 178.6	3 970.0	2.13	-2.97	3.87	27.12
3º trimestre	4 937.3	4 959.7	4 819.9	0.45	-2.38	3.35	27.43
4º trimestre	6 091.3	6 177.6	6 158.9	1.42	1.11	2.69	26.19
1998							
Janeiro	6 904.0	7 050.0	6 936.4	2.11	0.47	2.43	25.65
Fevereiro	6 893.0	7 050.0	7 054.2	2.28	2.34	2.43	26.82
Março	6 883.0	7 040.9	7 043.8	2.29	2.34	2.45	27.33
Abril	6 885.3	7 050.0	7 051.1	2.39	2.41	2.45	27.44
Mai	6 899.1	7 200.0	7 190.0	4.36	4.22	2.40	27.26
Junho	6 904.6	7 250.0	7 251.4	5.00	5.02	2.43	27.93
Julho	6 886.0	7 107.6	7 119.6	3.22	3.39	2.45	28.36
Agosto	6 849.0	6 861.9	6 914.1	0.19	0.95	2.46	28.64
Setembro	6 870.5	6 850.0	6 940.0	-0.30	1.01	2.33	27.27
Outubro	6 873.5	6 850.0	6 940.9	-0.34	0.98	2.21	26.12
Novembro	6 890.5	6 900.0	6 970.0	0.14	1.15	2.26	26.95
Dezembro	6 890.0	6 950.0	6 950.0	0.87	0.87	2.24	27.13
1999							
Janeiro	6 885.0	6 950.0	6 950.0	0.94	0.94	2.25	27.55
Fevereiro	6 910.0	6 950.0	7 050.0	0.58	2.03	2.32	28.59
Março	6 923.9	7 092.4	7 069.6	2.43	2.10	2.38	29.45
Abril	7 057.1	7 158.3	7 125.0	1.43	0.96	2.37	29.43
Mai	7 100.0	7 197.6	7 125.0	1.37	0.35	2.38	29.85
Junho	7 200.0	7 279.5	7 184.1	1.10	-0.22	2.39	30.20
Julho	7 200.0	7 260.7	7 108.3	0.84	-1.27	2.39	30.36
Agosto	7 200.0	7 225.0	7 211.9	0.35	0.17	2.33	29.71
Setembro	7 200.0	7 225.0	7 250.0	0.35	0.69	2.33	30.13
Outubro	7 223.8	7 367.9	7 317.9	1.99	1.30	2.28	29.70
Novembro	7 300.0	7 450.0	7 372.7	2.05	1.00	2.32	30.69
Dezembro	7 300.2	7 450.0	7 425.0	2.05	1.71	2.36	31.77
2000							
Janeiro	7 345.2	7 540.5	7 425.0	2.66	1.09	2.35	32.06
Fevereiro	7 350.0	7 550.1	7 425.0	2.72	1.02	2.42	33.65
Março	7 381.8	7 550.0	7 461.4	2.28	1.08	2.44	34.05
Abril	7 475.0	7 655.3	7 640.8	2.41	2.22	2.45	33.93
Mai	7 684.1	7 901.1	7 784.1	2.82	1.30	2.48	34.32
Junho	8 176.1	8 169.0	8 063.1	-0.09	-1.38	2.24	---

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96; (apreciação: +; depreciação: -).



Caixa
TIMOR-LESTE

TIMOR-LESTE¹

Área: 16 000 Km²
Capital: Dili
Moeda: USD



Um ano após o referendo onde os timorenses escolheram a sua independência como futuro, a recuperação de Timor-Leste começa a tomar o seu rumo. A reedificação de uma economia arrasada e, principalmente, a reeducação da população para o novo modo de vida são os principais desafios propostos aos seus líderes e à UNAMET. A necessidade de dar passos seguros, aliada também a alguma complexidade de processos, têm sido responsáveis por alguma lentidão nesta fase.

Produto e Preços

Entre 1994 e 1996, o PIB real de Timor Leste cresceu a uma taxa média de 10%, reflectindo elevados investimentos em vias de comunicação e construção, financiados por transferências do orçamento indonésio. A crise asiática produziu efeitos sobre a economia timorense tendo o crescimento real do produto interno abrandado para os 4% em 1997 e decrescendo mais de 2% em 1998. Os projectos de construção e os programas rodoviários foram sendo adiados, repercutindo-se numa quebra de quase 30% do sector da construção em 1998, parcialmente compensado pelo dinamismo de sectores como o financeiro, administração pública, defesa, serviços públicos e hoteleiros. A produção agrícola manteve-se virtualmente inalterada, empregando, em 1998, cerca de 75% da força de trabalho.

Durante 1994-96, o crescimento do IPC manteve-se abaixo dos 10%, disparando para os 80% em 1998. A escassez de bens inicial fez disparar os preços, com um inquérito ao mercado de Dili a mostrar um acréscimo de 200% nos preços entre Agosto e Novembro de 1999. Os preços do fuel reflectiram a quebra dos preços subsidiados por parte da empresa de petróleo indonésia (Pertamina), passando a praticar os preços internacionais nos fornecimentos a Timor Leste.

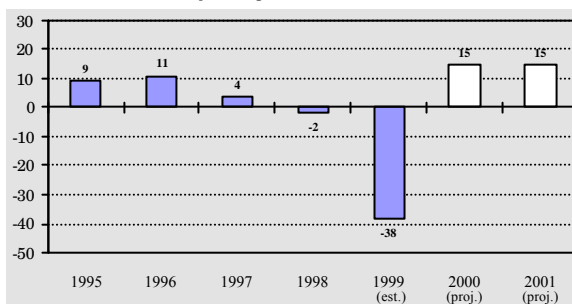
A violência e destruição que assolaram o território após o referendo de Agosto de 1999 atravessaram todos os sectores da economia, estimando-se que o PIB real tenha caído quase 40% em 1999. O choque de oferta foi enorme, combinando a quebra do ciclo agrícola com a destruição das existências de bens básicos manufacturados e de sementes, o fecho da fronteira com Timor Ocidental, a limitação de acesso aos principais portos para permitir a importação e a destruição de cerca de 70% dos edificios públicos.

Durante o primeiro semestre de 2000, a actividade económica foi relançada, impulsionada pelo comércio, pelos serviços básicos e pela reconstrução de edificios públicos e residenciais, com a indústria a recuperar mais lentamente.

Alguns preços de bens de consumo voltaram aos níveis de meados de 1999 (nomeadamente o do arroz). Outros continuaram em alta, como por exemplo nos custos de transporte. A pressão sobre os preços aparece particularmente em Dili, reflectindo o impacto dos níveis de despesas dos expatriados e dos aumentos de salário de certos segmentos do mercado de trabalho (derivados do aumento de actividade dos serviços e da construção, e dos salários pagos pelas NU). Aparecem ainda grandes diferenciais a nível regional associados a disfunções gerais de mercado (deterioração da rede de estradas e falta de informação de mercado).

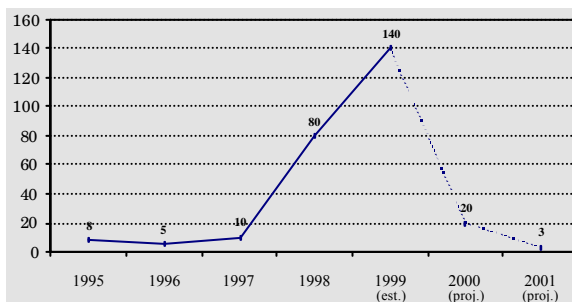
PIB Real (1995 - 2001)

(taxa de variação anual em percentagem)



IPC - Dili (1995 - 2001)

(taxa de variação anual em percentagem)



¹ Baseado em documentos do FMI ("East Timor - Establishing the Foundations of Sound Macroeconomic Management" - SM/00/178 de 20 de Julho de 2000) e do Banco Mundial ("Donors' Meeting on East Timor" - CG/200-27 de 15 de Junho de 2000 e "Trust Fund for East Timor" - SecM2000-515 de 23 de Agosto de 2000):

A recuperação da actividade económica deverá continuar a pautar a evolução do território, com previsões de crescimento real do PIB de pelo menos 15% para 2000 e 2001. Os sectores impulsores deverão ser a agricultura (com boas perspectivas para o café, arroz e milho), o comércio, os serviços básicos e a reconstrução de edifícios públicos e residenciais. A reparação das estradas e a reabilitação de infra-estruturas em geral deverão ser instrumentos para a recuperação de todos os outros sectores. O investimento e as importações deverão, do lado da despesa, ser os principais motores do desenvolvimento à medida que o processo de reconstrução avance.

À medida que os constrangimentos de oferta diminuem, a pressão sobre os preços deverá abrandar. A sua volatilidade deverá também reduzir-se com a melhoria de funcionamento dos mercados e a reabilitação de infra-estruturas (comunicações e estradas, principalmente). A difusão do USD como moeda corrente deverá também contribuir para que a inflação possa convergir para níveis próximos dos seus parceiros comerciais. No entanto, a pressão induzida pelo nível de salários poderá contrariar os benefícios da redução dos constrangimentos de oferta.

Decomposição do PIB

(em percentagem)

	1995	1996	1997	1998	1999 Est.	2000 Proj.	2001 Proj.
Óptica do Produto							
Sector Primário	25.0	25.2	26.1	26.5	22.7		
Sector Secundário	27.2	26.2	26.0	20.0	27.4		
Sector Terciário	47.8	48.6	47.9	53.5	49.9		
Óptica da Despesa							
Consumo	80.7	79.9	70.9	74.7	91.9	104.2	112.7
Privado	56.9	57.8	60.7	59.9	82.4	93.4	98.0
Público	23.8	22.1	10.2	14.8	9.5	10.8	14.7
Investimento	40.8	44.3	52.9	47.0	28.1	33.4	46.8
Privado			10.0	10.0	8.0	5.7	7.3
Público			42.9	37.0	20.1	27.7	39.5
Poupança Externa	-24.2	-24.2	-23.9	-21.6	-20.1	-37.6	-59.4

Sector Externo

Durante 1995-98, o défice corrente externo, excluindo transferências, chegou em média aos 33% do PIB, reflectindo essencialmente o diferencial público entre poupança e investimento, principalmente financiado por transferências do estado indonésio. Baseado em dados muito limitados, os técnicos do FMI apontam para valores de exportações de mercadorias de 13% do PIB, durante este período, e de 36% para as importações, sendo a maioria transacções com outras províncias da Indonésia. As exportações de produtos agrícolas predominaram, com destaque para o café. As importações (subestimadas em função dos preços subsidiados do arroz e dos produtos petrolíferos) incluíram bens de consumo, produtos petrolíferos e produtos para a construção.

A quebra da produção e transporte, fruto da violência e destruição, levaram à forte redução nas exportações e importações (mais pronunciada), com uma contracção importante do défice comercial. A exportação de café foi afectada pela falta de escoamento da produção, em face dos problemas logísticos e de transporte.

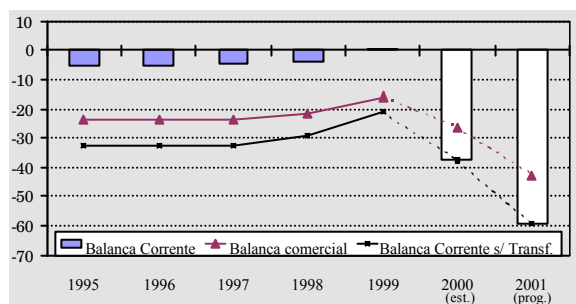
Há indícios recentes de que a actividade comercial externa esteja lentamente a retomar, apesar de ainda não existirem dados fiáveis sobre as importações e exportações. O stock de café poupado durante os conflitos (cerca de 4000 toneladas) já foi em grande parte exportado, e dados dos portos indicam pequenos carregamentos de outros produtos com destino à Austrália e a Surabaya (província indonésia). As importações dispararam com o estabelecimento das NU, primeiro relativas ao auxílio humanitário e a actividades de segurança e ultimamente mais concentradas em produtos comerciais e para a construção. O défice corrente deverá então atingir os 38% do PIB em 2000.

O esforço e empenhamento de Timor Leste em recuperar e reconstruir a economia tem sido apoiado pelo financiamento externo da comunidade internacional em geral. Esta assistência assumiu a forma de donativos, para evitar a criação de responsabilidades externas, e utiliza vários canais: o Trust Fund das NU (para financiar os custos operacionais da administração de Timor Leste, incluindo a construção de instituições de serviços básicos, o funcionamento desses serviços, os salários dos funcionários públicos e despesas de capital nas áreas jurídica e de administração civil); o Trust Fund para Timor Leste (gerido pela IDA, nas áreas da saúde, educação, agricultura, apoio às PME e criação de capacidade económica, e pelo Banco Asiático para o Desenvolvimento, nas áreas de reabilitação de infra-estruturas e micro-finança); acordos bilaterais (têm incluído o pagamento de salários dos funcionários públicos, despesas operacionais do fornecimento de energia, reconstrução de escolas e formação de professores, serviços de saúde, recuperação de infra-estruturas, etc.); o orçamento da UNTAET (para o qual foram feitas contribuições, financiando despesas relativas ao pessoal civil e militar, custos operacionais da administração da UNTAET, programas de informação pública, etc.); e, o Processo Consolidado de Ajuda (assistência humanitária).

A primeira reunião de doadores, realizada em Tóquio em Dezembro de 1999, saldou-se pela angariação de um total de USD 523 milhões: USD 32 milhões para o Trust Fund das NU, USD 147 milhões para o Trust Fund para Timor Leste, USD 37 milhões para os dois Trust Funds em conjunto, USD 150 milhões para o Processo Consolidado de Ajuda e USD 157 milhões em acordos bilaterais. Em Junho de 2000, nova reunião realizada em Lisboa produziu

Balança de Pagamentos (1995 - 2001)

(Saldos, em percentagem do PIB)



fundos adicionais para o Trust Fund para Timor Leste (USD 8 milhões), estando prevista nova reunião para Dezembro em Bruxelas.

Finanças Públicas

O défice global diminuiu abruptamente entre os anos fiscais de 1997/98 e 1998/99, passando de 67% do PIB para 30%, como resultado do corte das despesas de capital que se seguiu à redução das transferências do orçamento geral indonésio após a crise asiática. Note-se que quase 90% das receitas fiscais de Timor Leste revertiam directamente ao orçamento geral indonésio, 2/3 de impostos directos (sobre o rendimento e a propriedade) e o resto de impostos sobre o consumo (IVA/transacções). As receitas que ficavam para o orçamento timorense diziam essencialmente respeito a impostos sobre veículos. Grande parte dos bens transaccionados com o exterior entravam ou saíam através de portos da Indonésia, pelo que as receitas fiscais relacionadas com esses produtos não entravam directamente no orçamento timorense (com excepção dos impostos distritais e provinciais sobre os grãos de café, coco e óleo de palma). Também as receitas relacionadas com a exploração do petróleo e gás nas águas de Timor Leste (resultantes do acordo Timor Gap entre a Indonésia e a Austrália) eram directamente canalizadas para a Indonésia (entre USD 3.5 e 4 milhões anuais).

O total de despesas ascendia a 75% do PIB em 1997/98, sobretudo despesas de capital destinadas a projectos de construção, tendo decaído no ano fiscal seguinte. Os dados sobre as despesas de capital devem ser interpretados com alguma cautela porque existem indicações de que incluíam despesas de natureza corrente, como por exemplo manutenções e mesmo salários. As despesas com o pessoal representavam cerca de 75% das despesas correntes, indiciando um sobredimensionamento do pessoal afecto à função pública. O orçamento sobre administração indonésia para 1999/2000, antecipava um pequeno aumento do défice, conjugando um ligeiro acréscimo das despesas de capital e uma projectada redução das receitas fiscais em face da continua deterioração da actividade económica e da tensão social crescente.

Durante o período de violência, as estruturas e sistemas governamentais deixaram de funcionar, tendo os sistemas alfandegários e fiscais sido desmantelados e o pessoal responsável saído do território. As transferências da Indonésia pararam em Setembro de 1999, assim como todos os serviços públicos.

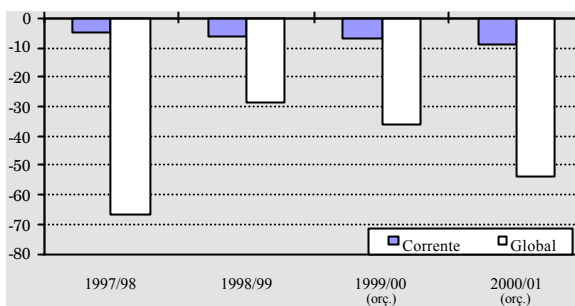
Para obviar o vácuo deixado pela retirada das autoridades indonésias, foi criada a Autoridade Fiscal Central com o objectivo de desenhar a estratégia fiscal global, formular a política fiscal e administrar a arrecadação de impostos e coordenar a execução orçamental. Face ao tempo necessário para que esta unidade entrasse em funcionamento, foi desenvolvido pela UNTAET um regime fiscal transitório e elaborado um orçamento para 2000, assente num sistema de impostos muito simples (a maioria das taxas de imposto é de 5%) e na garantia de provisão de serviços públicos básicos. Outras preocupações prenderam-se com o dimensionamento das despesas, tendo em conta o número de pessoas a afectar à administração pública e a capacidade de absorção da economia (sem causar pressões exageradas).

O orçamento apresentado chega a valores de USD 15 milhões para as receitas (2/3 de impostos e taxas e o restante do aluguer de edifícios públicos) e de USD 107 milhões para as despesas (USD 30 milhões de encargos correntes e o resto de investimento).

A execução deste orçamento prosseguiu de forma lenta no primeiro semestre do ano (a menos de 50%), reflectindo a complexidade dos procedimentos administrativos para o uso dos fundos do Trust Fund das NU, a falta de mecanismos para assegurar a eficiência das despesas e aos longos períodos de estudo dos projectos de investimento. O total de receitas cobradas deve ficar um pouco abaixo do projectado em face dos atrasos no início das operações alfandegárias. A composição das despesas será substancialmente diferente do projectado, com os salários a duplicarem o valor previsto e as restantes despesas

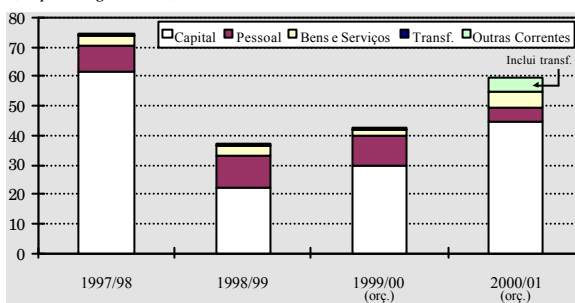
Finanças Públicas (1997 - 2001)

(Saldos, em percentagem do PIB)



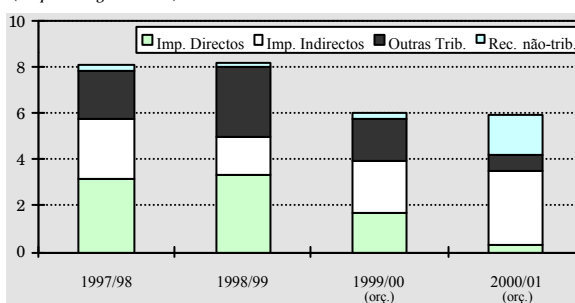
Despesas Públicas (1997 - 2001)

(em percentagem do PIB)



Receitas Públicas (1997 - 2001)

(em percentagem do PIB)



correntes a ficarem bastante abaixo dos valores programados. As despesas de capital deverão ficar a 1/3 do previsto em face do longo período de estudo dos projectos de investimento e de algum atraso na obtenção de financiamento externo.

Sector Financeiro

O impacto adverso da crise asiática repercutiu-se essencialmente no aumento da velocidade de circulação da moeda e da desintermediação entre Dezembro de 1997 e Setembro de 1999. A massa monetária e o volume de crédito diminuíram nesse período, estando o crédito bancário concentrado em empréstimos ao consumo e aos sectores da construção e comércio. Em Maio de 1999, os créditos mal-parados representavam cerca de 30% do total do crédito.

A rupia era a única moeda em circulação no território, sendo o montante em circulação desconhecido (estimativas apontam para um valor entre 450 e 900 mil milhões de rupias em Setembro de 1999). Desde 1975, apenas os bancos indonésios podiam operar em Timor. Em meados de 1999, o sector bancário era constituído pela delegação do banco central da Indonésia e 8 bancos comerciais, num total de 31 agências. As instituições não-bancárias resumiam-se a 6 companhias de seguros, uma casa de penhores e uma agência de câmbios.

Durante o período de violência, os sistemas bancário e de pagamentos deixaram de funcionar, tendo sido destruídos todos os edifícios e equipamentos dos bancos comerciais. No entanto, já antes teria começado o levantamento em massa de fundos depositados nesses bancos, não estando disponível qualquer estimativa do montante. Apesar dos bancos indonésios estarem cobertos por garantias a 100% sobre os fundos depositados, não foi ainda feita qualquer devolução desses depósitos.

Com o fecho da actividade bancária, todas as transacções passaram a ser feitas por dinheiro à vista, maioritariamente em rupias mas, também em USD, AUD e outras moedas de países asiáticos que entretanto entraram no território. Estima-se em 50% da circulação o montante de rupias que saiu do território levado por ex-residentes. A utilização de várias moedas numa situação de incerteza e ausência de canais adequados de informação criou distorções nos preços relativos em Timor Leste, através de desajustamentos nas taxas de câmbio cruzadas.

Em Janeiro de 2000, foi adoptado o USD como moeda de circulação legal em Timor Leste. O facto das despesas públicas estarem bastante abaixo do projectado e dos pagamentos de impostos estarem a ser feitos em USD (embora possam ser feitos em rupias) tem restringido a distribuição da nova moeda. O uso do USD foi também afectado pela escassez de notas de denominações menores e da ausência de moedas, reflectindo problemas logísticos e falta de familiaridade com ela.

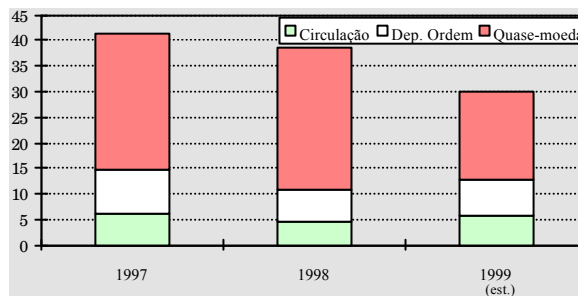
O restabelecimento das operações bancárias deverá ser feito de uma forma gradual, com duas instituições estrangeiras a providenciarem essencialmente serviços de câmbios (embora uma delas seja responsável pelos empréstimos ao abrigo do Projecto de Pequenas Empresas do Trust Fund para Timor Leste).

O mercado cambial de Dili tem sido caracterizado por um diferencial elevado (mas estável) entre os valores de compra e venda da rupia face ao USD e por um diferencial volátil do ponto médio face ao mercado de Jakarta. A falta de concorrência neste mercado tem resultado na criação de um mercado paralelo, com pessoas não autorizadas a transaccionarem moeda, reduzindo aí os diferenciais entre a compra e a venda e entre os pontos médios de Dili e Jakarta.

A rupia deverá continuar a circular durante algum tempo em Timor, em especial para os pagamentos de baixo valor. No entanto, a dolarização da economia depende ainda da efectiva execução das despesas orçamentais, dos esforços adicionais de educação da população na utilização da moeda e da disponibilização de notas de baixa denominação e de moedas. A adopção de um enquadramento operacional e legal coerente e de adequada supervisão bancária deverá ser o desafio das autoridades para o bom funcionamento do sistema de pagamentos. Para tal, espera-se que o Gabinete Central de Pagamentos (entretanto criado) adopte em breve regulamentação prudencial consistente com os princípios de Basileia.

Massa Monetária (1997 - 1999)

(em percentagem do PIB)



CAPÍTULO III

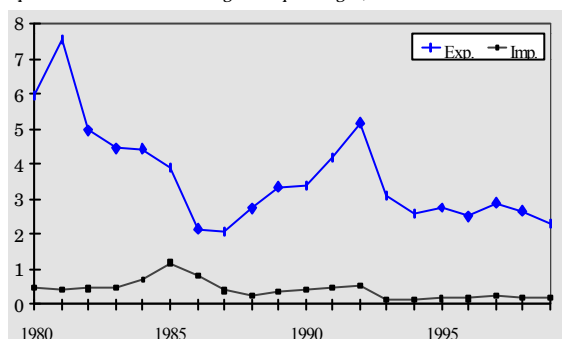
RELAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS ENTRE PORTUGAL E OS PALOP

1. RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP

As trocas comerciais entre Portugal e os PALOP¹ registaram fracos resultados no ano de 1999, expressos nos valores da exportação e da importação de mercadorias, respectivamente 104 e 13 mil milhões de PTE, que reflectem, em relação aos valores nominais do ano anterior, uma quebra de 11% nas primeiras e um aumento sem significado das últimas.

Comércio com os PALOP

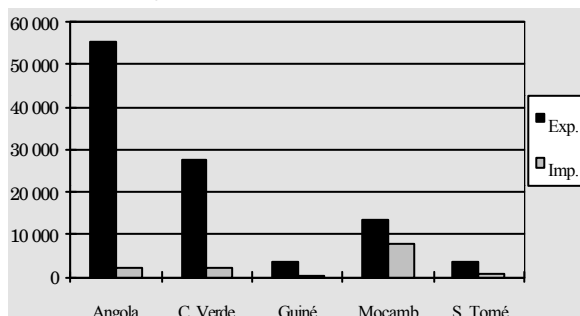
(peso no Comércio Externo Português, em percentagem)



A evolução registada nestes fluxos nos últimos anos tem vindo a enfraquecer o seu peso nos valores globais das exportações e importações portuguesas, nas quais, no ano de 1999, representaram, respectivamente, 2.3 e 0.2%.

Comércio com os PALOP

(Exp. e Imp. de Portugal em 1999, em milhões de PTE)



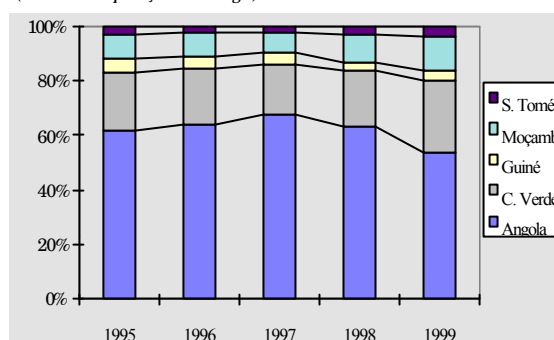
A balança comercial de Portugal com os Cinco foi excedentária com todos os países. O respectivo saldo contraiu-se 12% e a taxa de

cobertura global caiu para 812% (de 929% no ano anterior), com o menor valor registado com Moçambique (171%) e o maior com a Guiné-Bissau (4 537%).

A quebra registada nas exportações foi originada pela redução havida no valor do fluxo com Angola (25%), que não foi contrabalançada pelos aumentos registados em relação aos restantes países: Cabo Verde (17%); Guiné-Bissau (9%); Moçambique (9%); S. Tomé e Príncipe (13%).

Comércio com os PALOP

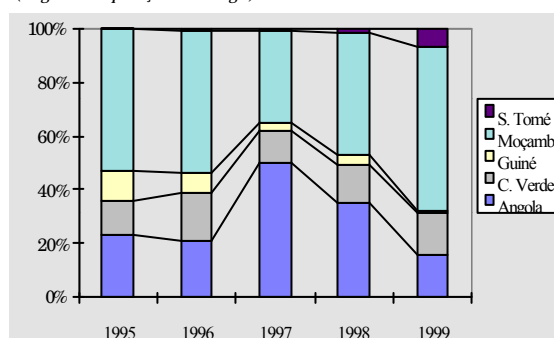
(Destino das exportações de Portugal)



As importações, registaram um aumento muito ténue do respectivo valor global (0.2%), que teve origem nos aumentos dos fluxos relativos a Cabo Verde (9%), Moçambique (38%) e S. Tomé e Príncipe (268%), os quais cobriram também as reduções registadas em relação a Angola (54%) e à Guiné-Bissau (82%). Moçambique reforçou a sua posição de principal fornecedor de Portugal, entre os Cinco, aumentando a sua fatia de fornecimentos de 46% para 62%.

Comércio com os PALOP

(Origem das exportações de Portugal)



¹ Ver anexo PORTUGAL/PALOP: Importação e Exportação de Mercadorias (ótica de Portugal).

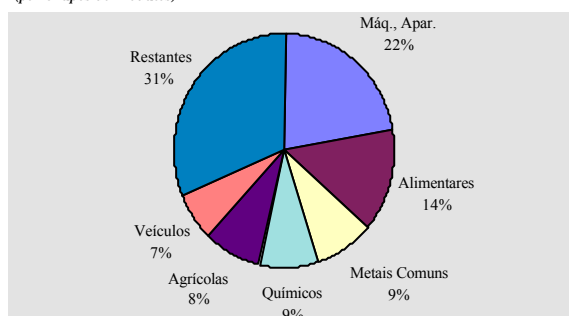
O comércio com Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe prosseguiu, por conseguinte, os crescimentos a bom ritmo já observados nos anos anteriores.

Os principais grupos de produtos² que constituíram as exportações efectuadas por Portugal para os PALOP no ano de 1999 foram *Máquinas e Aparelhos*, e *Alimentares*, com fatias de, respectivamente, 22 e 14 %. A estes, juntaram-se *Metais Comuns*, *Químicos* e *Agrícolas*, com quotas que andam na casa dos 8%.

Os grupos *Máquinas e Aparelhos*, e *Alimentares* foram também os principais grupos de produtos de exportação para todos os países, apenas se tendo registado, em relação a Cabo Verde, a intromissão de *Combustíveis Minerais* entre aqueles dois e no caso de Moçambique situação idêntica, mas neste caso com *Metais Comuns*.

Exportações para os PALOP em 1999

(por Grupos de Produtos)



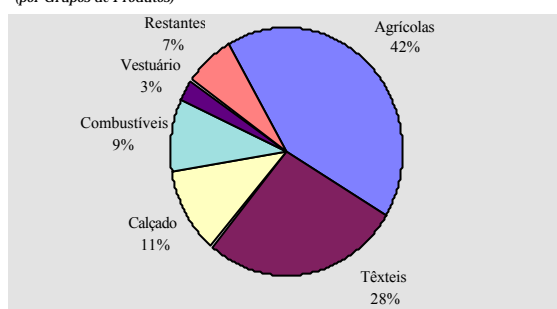
Anotem-se as situações de Moçambique e Guiné-Bissau dum ponto de vista de concentração em certos grupos de produtos, uma vez que em relação ao primeiro país o grupo *Máquinas e Aparelhos* teve uma quota de 45% e relativamente ao segundo a quota dos produtos *Alimentares* foi de 31%.

Nas importações provenientes dos PALOP no ano de 1999, os grupos tradicionais: *Agrícolas*; *Matérias Têxteis*; *Calçado*; *Combustíveis* representaram, conjuntamente, 90% do valor daquelas.

A situação é, porém, distinta de país para país. Com efeito, as importações provenientes de Moçambique foram na sua quase totalidade constituídas por produtos *Agrícolas* (50%) e *Matérias Têxteis* (45%); de Angola foram principalmente importados *Combustíveis Minerais* (56%) e produtos *Agrícolas* (24%); de Cabo Verde, *Calçado* (63%) e *Vestuário* (20%); de S. Tomé e Príncipe, quase exclusivamente produtos *Agrícolas* (99%); da Guiné-Bissau, produtos incluídos nos grupo *Madeira* (53%).

Importações dos PALOP em 1999

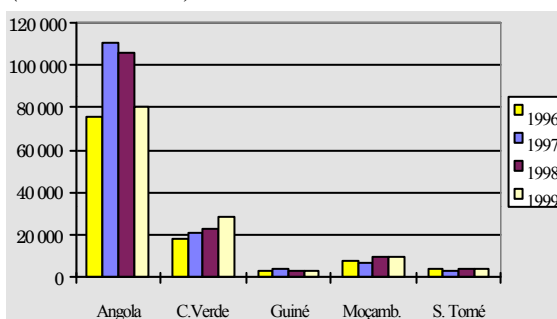
(por Grupos de Produtos)



O resultado global das balanças de pagamentos bilaterais³ foi favorável a Portugal em 116 mil milhões de PTE, no ano em análise, para o que a balança corrente contribuiu com +126 mil milhões, a balança financeira com -10 mil milhões e a balança de capital com um saldo também negativo, mas de muito reduzida expressão.

Balanças Correntes com os PALOP

(saldo em milhões de PTE)



O resultado da balança de pagamentos com cada um dos países foi igualmente favorável a Portugal, devido ao resultado da

² Ver anexo PORTUGAL/PALOP: Comércio Bilateral por Grupos de Produtos (óptica de Portugal).

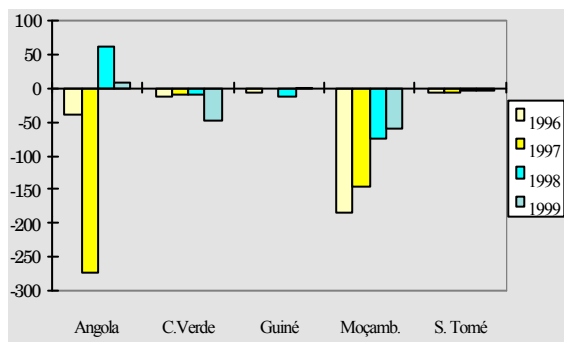
³ Ver anexo BALANÇAS DE PAGAMENTOS COM OS PALOP (óptica de Portugal).

balança corrente, em cujo apuramento o saldo da rubrica *Mercadorias* foi determinante. A rubrica *Serviços*, se bem que tenha dado importante contribuição em relação a Angola (25%) e a Moçambique (26%), teve muito menor expressão tanto para Cabo Verde como para S. Tomé e apresentou saldo negativo em relação à Guiné-Bissau.

Os saldos da rubrica *Rendimentos* foram favoráveis a Portugal com todos os países, ao contrário do que aconteceu com a rubrica *Transferências Correntes*, cujo saldo global foi favorável aos PALOP, para o que concorreram Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

Balanças de Capital com os PALOP

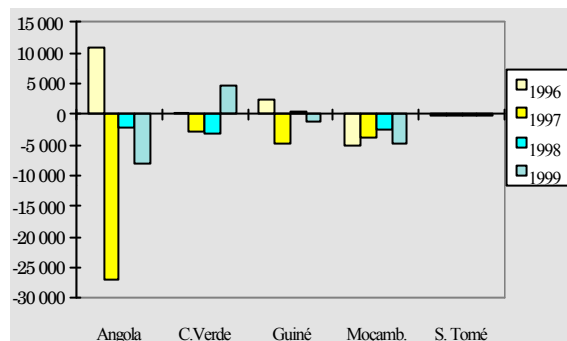
(saldos em milhões de PTE)



Nas balanças financeiras foi apurado um défice global de 10 mil milhões de PTE, resultante do saldo negativo/saídas de 22 mil milhões de PTE da rubrica *Investimento Directo* e do saldo positivo/entradas de 12 mil milhões de PTE de *Outro Investimento*. Angola e Cabo Verde foram os principais receptores do *Investimento Directo*, com respectivamente 52% e 32% do total, ao passo Cabo Verde influenciou fortemente o comportamento da rubrica *Outro Investimento*.

Balanças Financeiras com os PALOP

(saldos em milhões de PTE)



As balanças de capital registaram valores pouco significativos se comparadas quer com as outras balanças, quer mesmo com as diversas rubricas da balança de pagamentos do respectivo país. Constituíram um défice para Portugal em relação a todos os países excepto a Angola.

ANEXO ESTADÍSTICO

RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP - Quadro 1
PORTUGAL/PALOP: Importação e Exportação de Mercadorias (óptica de Portugal)

(em milhões de PTE, preços correntes)

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		PALOP	
	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X
1975	3 081	1 741	19	564	147	322	1 483	1 261	104	156	4 834	4 044
	1 261	880	25	515	146	364	1 493	820	77	120	3 002	2 699
	923	2 431	37	590	282	410	844	1 377	86	219	2 172	5 027
	322	2 899	43	711	153	469	893	1 527	103	373	1 514	5 979
	778	5 873	39	1 007	205	737	2 029	1 129	151	283	3 202	9 029
1980	769	8 904	74	1 618	169	796	1 101	1 860	74	633	2 187	13 811
	942	13 839	215	1 795	190	894	1 132	2 086	126	785	2 605	19 399
	1 812	6 743	47	1 874	273	2 135	1 177	5 374	81	339	3 390	16 465
	1 506	11 058	50	2 938	651	1 396	1 726	7 013	185	262	4 118	22 667
	5 550	22 722	131	2 683	1 068	1 987	1 478	5 919	195	465	8 422	33 776
1985	14 000	26 720	246	4 692	329	1 914	1 029	3 743	165	842	15 769	37 911
	11 196	13 785	205	4 679	264	1 188	389	3 073	51	580	12 105	23 305
	5 614	14 612	502	5 330	375	1 879	1 361	4 486	42	759	7 894	27 066
	4 499	29 660	250	5 380	264	2 634	1 029	4 719	75	889	6 117	43 282
	8 131	50 420	320	5 677	367	4 100	1 803	5 962	62	1 394	10 683	67 553
1990	12 521	58 522	339	7 355	454	5 887	2 211	6 130	31	1 546	15 556	79 440
	14 457	79 066	441	7 452	662	4 882	2 463	5 561	40	1 585	18 063	98 546
	15 654	110 581	387	7 734	640	3 555	4 752	4 563	66	1 670	21 499	128 103
	959	55 685	272	9 459	658	3 657	3 151	6 000	49	2 078	5 089	76 879
	951	48 580	531	13 918	814	5 103	4 144	7 176	30	2 104	6 470	76 881
1995	1 973	52 018	1 110	17 934	985	4 558	4 529	7 368	33	2 592	8 630	84 470
	1 940	61 116	1 569	19 374	735	4 315	4 818	8 077	46	2 595	9 108	95 477
	7 881	78 901	1 828	21 917	484	4 935	5 486	8 705	93	2 655	15 772	117 113
	4 390	73 843	1 796	23 658	407	3 134	5 706	12 326	229	3 390	12 528	116 351
	2 033	55 231	1 952	27 754	75	3 403	7 874	13 487	842	3 819	12 776	103 694

Fonte: INE

RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP - Quadro 2
PORTUGAL/PALOP: Peso do Comércio com os PALOP no Comércio Português

(em percentagem)

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		PALOP	
	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X
1975	3.097	3.529	0.019	1.143	0.148	0.653	1.491	2.556	0.105	0.316	4.860	8.198
	0.964	1.597	0.019	0.935	0.112	0.661	1.141	1.489	0.059	0.218	2.294	4.899
	0.484	3.129	0.019	0.759	0.148	0.528	0.443	1.773	0.045	0.282	1.139	6.471
	0.140	2.723	0.019	0.668	0.066	0.441	0.388	1.434	0.045	0.350	0.658	5.617
	0.234	3.336	0.012	0.572	0.062	0.419	0.611	0.641	0.045	0.161	0.965	5.129
1980	0.162	3.844	0.016	0.699	0.036	0.344	0.232	0.803	0.016	0.273	0.460	5.963
	0.155	5.387	0.035	0.699	0.031	0.348	0.186	0.812	0.021	0.306	0.428	7.551
	0.240	2.033	0.006	0.565	0.036	0.644	0.156	1.620	0.011	0.102	0.450	4.963
	0.170	2.174	0.006	0.578	0.073	0.274	0.194	1.379	0.021	0.052	0.464	4.456
	0.478	2.987	0.011	0.353	0.092	0.261	0.127	0.778	0.017	0.061	0.726	4.441
1985	1.055	2.750	0.019	0.483	0.025	0.197	0.078	0.385	0.012	0.087	1.189	3.901
	0.776	1.274	0.014	0.432	0.018	0.110	0.027	0.284	0.004	0.054	0.839	2.153
	0.286	1.115	0.026	0.407	0.019	0.143	0.069	0.342	0.002	0.058	0.402	2.065
	0.175	1.875	0.010	0.340	0.010	0.167	0.040	0.298	0.003	0.056	0.238	2.736
	0.271	2.501	0.011	0.282	0.012	0.203	0.060	0.296	0.002	0.069	0.356	3.351
1990	0.349	2.505	0.009	0.315	0.013	0.252	0.062	0.262	0.001	0.066	0.433	3.401
	0.379	3.359	0.012	0.317	0.017	0.207	0.065	0.236	0.001	0.067	0.474	4.186
	0.383	4.468	0.009	0.312	0.016	0.144	0.116	0.184	0.002	0.067	0.526	5.175
	0.025	2.250	0.007	0.382	0.017	0.148	0.081	0.242	0.001	0.084	0.131	3.107
	0.021	1.633	0.012	0.468	0.018	0.171	0.092	0.241	0.001	0.071	0.144	2.584
1995	0.039	1.701	0.022	0.586	0.020	0.149	0.090	0.241	0.001	0.085	0.172	2.762
	0.036	1.610	0.029	0.510	0.014	0.114	0.089	0.213	0.001	0.068	0.168	2.515
	0.134	1.945	0.031	0.540	0.008	0.122	0.093	0.215	0.002	0.065	0.268	2.887
	0.066	1.696	0.027	0.543	0.006	0.072	0.086	0.283	0.005	0.078	0.188	2.672
	0.028	1.228	0.027	0.617	0.001	0.076	0.108	0.300	0.019	0.085	0.176	2.306

Fonte: INE. Cálculos do Banco de Portugal

RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP - Quadro 3
PORTUGAL/PALOP: Comércio Bilateral por Grupos de Produtos (óptica de Portugal)

(em milhões de PTE, preços correntes)

GRUPOS DE PRODUTOS	EXPORTAÇÃO																	
	1997						1998						1999					
	Angola	C. Verde	Guiné	Moçamb.	S. Tomé	Total	Angola	C. Verde	Guiné	Moçamb.	S. Tomé	Total	Angola	C. Verde	Guiné	Moçamb.	S. Tomé	Total
Agrícolas	8 741	2 114	493	214	258	11 819	7 474	2 247	333	270	366	10 690	5 138	2 337	375	230	378	8 457
Alimentares	14 300	2 121	1 211	677	693	19 002	13 836	2 636	588	975	1 085	19 119	8 464	3 128	1 058	1 006	1 102	14 758
Combustíveis Minerais	336	5 991	40	7	59	6 434	915	3 945	41	8	37	4 947	702	3 923	32	40	20	4 717
Químicos	6 325	1 406	236	511	186	8 665	5 675	1 796	129	929	221	8 751	5 902	1 764	185	993	260	9 103
Plásticos, Borracha	2 716	747	328	379	113	4 283	2 723	975	137	476	111	4 423	1 909	1 115	110	507	145	3 785
Peles, Couros	155	341	3	21	3	522	154	519	0	57	3	733	128	883	9	126	1	1 147
Madeira, Cortiça	488	441	20	25	11	985	576	392	14	46	14	1 043	669	587	4	63	5	1 328
Pastas Celulósicas, Papel	4 566	650	73	258	94	5 640	2 417	691	56	384	93	3 641	2 336	730	88	378	112	3 644
Matérias Têxteis	2 396	602	77	570	72	3 716	1 836	715	24	341	168	3 084	842	760	29	222	96	1 949
Vestuário	1 803	109	43	108	9	2 072	1 655	77	29	163	26	1 951	1 292	121	210	249	39	1 912
Calçado	1 408	133	42	126	25	1 734	1 376	115	18	164	46	1 719	1 007	136	46	137	47	1 373
Minerais, Minérios	2 161	1 232	340	422	214	4 369	2 447	1 365	135	531	166	4 644	2 114	1 702	76	603	212	4 708
Metais Comuns	5 655	1 323	328	936	158	8 400	6 513	1 782	251	831	238	9 615	5 204	2 339	87	1 238	276	9 145
Máquinas, Aparelhos	14 321	3 205	850	3 189	462	22 027	14 423	4 054	639	5 587	465	25 168	10 801	4 965	487	6 190	525	22 967
Veículos e Outro Mat. de Transp.	3 843	535	592	370	185	5 525	4 538	952	567	513	223	6 793	4 038	1 623	430	559	428	7 078
Aparelhos de Óptica e Precisão	3 232	239	37	364	29	3 901	2 092	286	23	181	51	2 633	999	423	26	209	20	1 678
Outros Produtos	6 457	727	222	528	86	8 020	5 192	1 110	149	869	77	7 397	3 686	1 218	151	737	154	5 945
Total	78 901	21 917	4 935	8 705	2 655	117 112	73 843	23 658	3 134	12 326	3 390	116 352	55 231	27 754	3 403	13 487	3 819	103 694

Fonte: INE.

GRUPOS DE PRODUTOS	IMPORTAÇÃO																	
	1997						1998						1999					
	Angola	C. Verde	Guiné	Moçamb.	S. Tomé	Total	Angola	C. Verde	Guiné	Moçamb.	S. Tomé	Total	Angola	C. Verde	Guiné	Moçamb.	S. Tomé	Total
Agrícolas	597	120	187	1 650	76	2 630	713	134	129	1 886	167	3 029	493	99	3	3 903	833	5 331
Alimentares					1	1	7	0	11	1	0	19		1	0		0	1
Combustíveis Minerais	1 965					1 965	2 845		13			2 858	1 142	46				1 188
Químicos		1				1	1	6	1			8	0	4		2		6
Plásticos, Borracha	0	0				1	0	1	1	0		3	11	0		4		16
Peles, Couros	5	7	5	0		17		6	5	0		11	8	20		4		32
Madeira, Cortiça	4	1	270	37		312	0	1	159	32	0	192	88	0	40	116		245
Pastas Celulósicas, Papel	0	0		0		1	1	1	0	0	0	3	1	1		4		6
Matérias Têxteis	16	16		3 638	1	3 672	1	1	1	3 657	1	3 661	1	4		3 572	1	3 578
Vestuário		275		3		278	0	336	0	0		336	1	384		0		386
Calçado		1 340		22		1 362		1 191	0	61		1 252	3	1 227		193		1 423
Minerais, Minérios	46	3		19		68	141	2	3	11		157	193	0		5		198
Metais Comuns	2	5	0	1	0	8	6	5	7	4	2	24	5	3	0	4	1	14
Máquinas, Aparelhos	6	50	10	5	1	72	40	85	47	14	15	201	26	145	6	55	4	235
Veículos e Outro Mat. de Transp.	162	5	13	20	13	213	61	11	28	30	37	166	54	11	25	8	3	101
Aparelhos de Óptica e Precisão	3	1	0	2		7	7	11	0	2	7	28	4	6		1	1	11
Outros Produtos	5 073	4		86	0	5 164	568	5	1	6	1	581	1	1		4		6
Total	7 881	1 828	484	5 486	93	15 772	4 390	1 796	407	5 706	229	12 528	2 033	1 952	75	7 874	842	12 776

Fonte: INE.

RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP - Quadro 4

Balanças de Pagamentos com os PALOP (óptica de Portugal)

(em milhões de PTE)

Rubrica	Angola				Cabo Verde				Guiné-Bissau				Moçambique				S. Tomé e Príncipe				Total dos PALOP			
	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999
Balança Corrente	75 990	110 200	105 833	80 290	17 763	21 163	22 375	28 783	3 350	4 238	3 113	3 254	7 406	6 736	9 964	9 752	3 491	3 182	3 937	3 765	108 001	145 520	145 223	125 844
Mercadorias	61 219	73 891	71 971	56 842	18 349	20 708	22 496	27 556	3 736	4 624	2 837	3 576	3 735	3 536	7 166	6 364	2 620	2 671	3 314	3 198	89 659	105 430	107 785	97 535
Serviços	13 991	27 263	26 025	20 312	882	1 670	1 243	2 435	-335	-259	187	-396	1 289	191	-887	2 540	670	376	530	480	16 496	29 240	27 099	25 372
Rendimentos	22	6 859	5 230	1 358	58	516	304	546	-63	-112	29	20	2 040	2 495	3 382	2 394	154	125	77	98	2 211	9 882	9 022	4 416
Transferências Correntes	759	2 188	2 607	1 779	-1 526	-1 731	-1 669	-1 753	12	-15	59	53	342	515	304	-1 546	48	10	17	-11	-366	968	1 318	-1 479
Balança de Capital	-39	-273	62	8	-11	-11	-8	-48	-5	0	-12	-1	-185	-146	-75	-61	-5	-7	-3	-3	-246	-437	-37	-106
Balança Financeira	10 802	-27 115	-2 293	-8 104	105	-2 912	-3 109	4 637	2 464	-4 672	296	-1 189	-5 220	-3 840	-2 668	-4 827	-122	-203	-224	-307	8 030	-38 742	-7 998	-9 779
Investimento Directo	-1 955	-4 280	-4 940	-11 268	-139	-2 410	-1 112	-7 011	-62	-1 774	-226	-43	-3 211	-3 682	-3 917	-3 338	-172	-175	-146	-147	-5 539	-12 321	-10 340	-21 806
Investimento de Carteira	32	36	30	2					0	0			29	358	10	3	0	0	1		62	395	41	5
Outro Investimento	12 726	-22 871	2 617	3 162	244	-503	-1 997	11 648	2 526	-2 898	522	-1 147	-2 038	-516	1 239	-1 480	50	-29	-79	-161	13 507	-26 815	2 302	12 022
Balanças agregadas	86 754	82 813	103 602	72 194	17 856	18 240	19 258	33 372	5 809	-433	3 397	2 063	2 001	2 750	7 221	4 864	3 364	2 972	3 710	3 454	115 785	106 341	137 188	115 959

Fonte: Banco de Portugal.

As balanças aqui apresentadas estão em harmonia com as alterações introduzidas, a partir de Janeiro de 1999, nas estatísticas da balança de pagamentos elaboradas e divulgadas pelo Banco de Portugal. Estas alterações envolveram revisão de conceitos e de metodologias de apuramento de agregados, o que concorre para a não coincidência dos saldos das rubricas mercadorias com os mesmos indicadores implícitos nos dados do INE dos quadros precedentes.

2. INVESTIMENTO DIRECTO BILATERAL

Dada a apetência que é susceptível de gerar no investimento português, importa referir que o programa de privatizações de cada um dos países teve, no ano de 1999, ritmo de realização muito distinto, ditado pelo maior ou menor avanço do seu estágio de execução e pelo ambiente social existente.

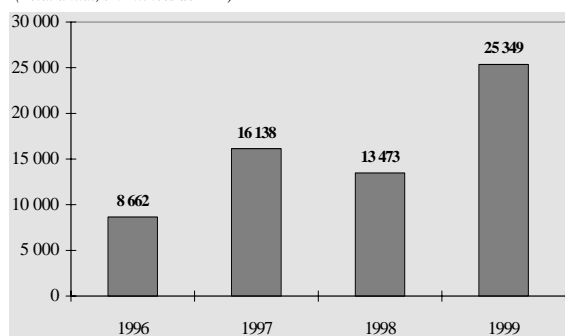
Em Cabo Verde, esse programa teve execução alargada, que abrangeu a privatização, designadamente, das empresas do sector financeiro. Prevê-se que fique concluído em 2001, após incidir sobre empresas do sector dos transportes.

Em S. Tomé e Príncipe, o programa incidiu no sector agrícola, com a cessão da exploração de plantações e a entrega de terras para exploração familiar. Em Moçambique, já em fase de conclusão, prosseguiu com o processo de privatização de grandes empresas.

A execução de tais programas quer em Angola quer na Guiné-Bissau foi condicionada por climas sociais emergentes de situações de conflito, pelo que estiveram paralisados nestes países no ano em análise.

Investimento Português nos PALOP

(Total anual, em milhões de PTE)



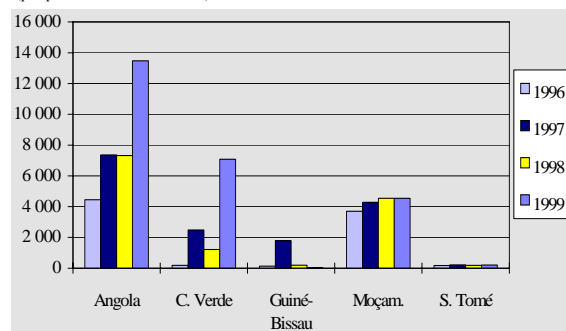
O investimento português nos PALOP foi de PTE 25 349 milhões no ano de 1999. Se considerado que no mesmo período foram efectuados desinvestimentos de PTE 3 461 milhões, resulta um fluxo

líquido para este grupo de países no montante de PTE 21 888 milhões¹.

Do investimento realizado, Angola recebeu uma fatia de 53%, Cabo Verde 28%, Moçambique 18%, S. Tomé e Príncipe 1% e a Guiné-Bissau um montante inferior a 0.2%.

Investimento Português nos PALOP

(por país, em milhões de PTE)



O valor nominal deste investimento cresceu 88% relativamente ao ano de 1998, para o que concorreram, principalmente, Angola e Cabo Verde e, mais moderadamente, S. Tomé e Príncipe. O fluxo de investimento para Moçambique teve uma redução muito ligeira, ao passo que para a Guiné-Bissau registou uma quebra significativa em termos relativos, o que, aliás, já tinha acontecido naquele ano.

O investimento foi efectuado principalmente em actividades integradas nos sectores: *Indústrias transformadoras* 37%; *Electricidade, gás e água* 22%; *Actividades financeiras* 18%; *Construção* 12%; *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* 7%.

No que respeita ao desinvestimento, S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola registaram os níveis mais elevados em termos relativos, tendo aí atingido, respectivamente, 27%, 26% e 16% do valor do investimento. Tanto em S. Tomé como em Moçambique, o sector *Actividades*

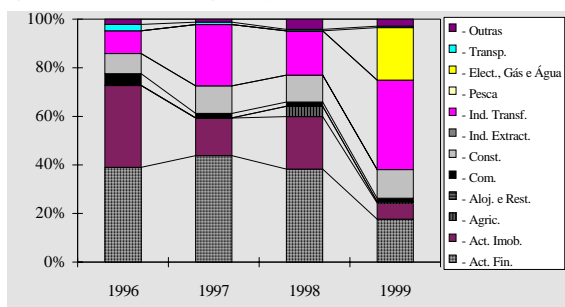
¹ Ver anexo INVESTIMENTO DIRECTO PORTUGUÊS NOS PALOP.

imobiliárias foi o de desinvestimento mais acentuado. Em Angola essa posição foi ocupada por *Indústrias extractivas*, o que também já tinha acontecido nos anos anteriores.

O investimento directo realizado em **Angola** no ano de 1999, embora não ligado às privatizações, no montante de PTE 13 478 milhões, assentou o seu crescimento na evolução havida nas *Indústrias transformadoras* e, com menor intensidade, na *Construção*. As *Actividades financeiras*, após crescimento sucessivo nos anos anteriores, registaram uma quebra de 24%.

Investimento Português nos PALOP

(por sectores de actividade, em percentagem)



Para **Cabo Verde** foi canalizado investimento no valor de PTE 7 078 milhões, o que representa praticamente o sêxtuplo do valor do ano anterior. Se bem que quase todos os sectores tenham registado aumento do investimento, foi a *Produção e distribuição de electricidade, gás e água* que determinou esta evolução tão acentuada.

O investimento em **Moçambique** diminuiu ligeiramente em relação ao ano anterior, tendo-se situado em PTE 4 545 milhões. Esta evolução foi devida, fundamentalmente, à forte queda do valor da rubrica *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*, atenuada pelo aumento significativo do investimento efectuado nas *Indústrias transformadoras*.

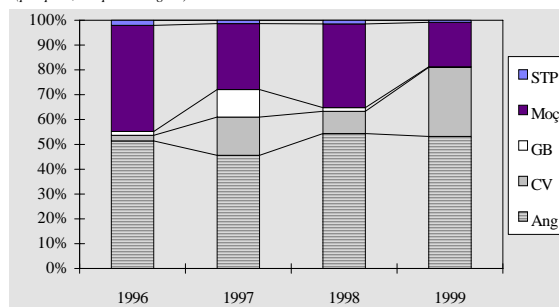
Os dois sectores referidos foram os principais destinatários do investimento

dirigido a este país, tendo recebido, conjuntamente, 48% do total. Seguiu-se *Actividades Financeiras*, com 20%.

O investimento efectuado em **S. Tomé e Príncipe**, no montante de PTE 203 milhões, cresceu cerca de 5% em relação ao ano anterior, em resultado dos aumentos havidos em *Actividades financeiras* e *Outras actividades*. Os sectores *Actividades financeiras* e *Transportes e comunicações* foram os destinatários de fatias significativas do fluxo encaminhado para este país, respectivamente com 69% e 22% do total.

Investimento Português nos PALOP

(por país, em percentagem)



O investimento na **Guiné-Bissau** caiu 77%, de PTE 198 milhões para PTE 45 milhões, influenciado por quedas nas *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, Alojamento e restauração, Comércio e Indústrias transformadoras*.

O investimento dirigido a este país concentrou-se em *Actividades financeiras, Indústrias transformadoras* e *Transportes, armazen. e comunicações*.

O investimento directo dos PALOP em Portugal² caiu 84%, a que corresponde a redução de PTE 699 milhões no ano anterior para PTE 111 milhões no ano de 1999.

Esta evolução tem origem no

² Ver anexo INVESTIMENTO DIRECTO DOS PALOP EM PORTUGAL.

investimento proveniente de **Angola**, que no ano em análise registou uma redução de 87%. Para tal concorreram as diminuições no investimento canalizado para *Transportes, armazenagem e comunicações e Outras actividades*. Apenas os sectores *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e Indústrias extractivas* registaram crescimento, ainda que fraco

Moçambique foi, entre os Cinco, o segundo investidor em Portugal, com 24% do total. Os investimentos destinaram-se quase exclusivamente às *Actividades financeiras*.

Os investimentos provenientes de **Cabo Verde**, no valor de PTE 9 milhões, correspondente a 8% do total, foram aplicados em *Outras actividades*.

S. Tomé e Príncipe dirigiu investimentos para o sector *Comércio por grosso e a retalho*, no montante de PTE 2 milhões, equivalente a 2% do total. Em relação à **Guiné-Bissau** não foi registado qualquer investimento em Portugal.

De referir que, no âmbito do enquadramento institucional de apoio ao investimento português no estrangeiro foi criada, no ano de 1999, a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD). Este novo instituto público, que substituiu o Fundo para a Cooperação Económica, “tem por objecto promover a realização de projectos, designadamente sob a forma de investimento directo de agentes económicos portugueses, que contribuam para o desenvolvimento dos países receptores de ajuda pública e para o fortalecimento das relações de cooperação, em especial com os países africanos de língua oficial portuguesa”.

BANCOS PORTUGUESES REPRESENTADOS NOS PALOP

(Situação em 30 de Julho de 2000)

PAÍS/BANCO	FORMA DA REPRESENT.
<u>ANGOLA</u>	
Banco BPI	Sucursal em Luanda e nove agências
Banco Espírito Santo	Escritório em Luanda
Banco Pinto e S. Mayor	Banco Africano de Investimento
Banco Port. do Atlântico	Sucursal em Luanda
Banco Totta & Açores	Sucursal em Luanda e seis agências
Caixa Central	Banco Africano de Investimento
<u>CABO VERDE</u>	
Banco Mello	Escritório em Praia
Banco Nac. Ultramarino	Escritório em Praia
Banco Totta & Açores	Sucursal em Praia e duas agências
Caixa Geral de Depósitos	Banco Interatlântico
<u>GUINÉ-BISSAU</u>	
Banco Totta & Açores	Sucursal em Bissau
Crédito Predial Português	Banco Intern. da Guiné-Bissau
<u>MOÇAMBIQUE</u>	
Banco BPI	Banco de Fomento, SARL
Banco Com. Português	Banco Intern. de Moçambique
Banco EFISA	Escritório em Maputo
Banco Mello	Banco Comerc. de Moçambique
Banco Totta & Açores	Banco Standard Totta de Moçambique
Caixa Geral de Depósitos	Banco Com. e de Investimentos
<u>S. TOMÉ E PRÍNCIPE</u>	
Banco Nac. Ultramarino	Banco Int. de S. T. e Príncipe.
Banco Totta & Açores	Banco Int. de S. T. e Príncipe

ANEXO ESTADÍSTICO

INVESTIMENTO DIRECTO BILATERAL - Quadro 1
Investimento Directo de Portugal nos PALOP
(por sectores de actividade, em milhões de PTE)

	1996		1997		1998		1999		
	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	
ANGOLA	- Actividades Financeiras	2181	0	2678	0	3349	0	2551	0
	- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	1132	5	1422	52	458	55	268	29
	- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura								
	- Alojamento e Restauração					4			
	- Comércio por Grosso e a Retalho. Reparação de Veículos Automóveis	372	30	269	8	208	4	207	4
	- Construção	479	20	1510		1215	5	2392	
	- Indústrias Extractivas		2131	0	2066	0	2069	1	1996
	- Indústrias Transformadoras	267	103	1430	47	2008	47	8026	46
	- Pesca	1		2		2		2	
	- Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	2							
	- Transportes, Armazenagem e Comunicações		11	4		4		4	
- Outras Actividades	19		46	361	73	119	27	89	
Total	4 454	2 301	7 361	2 535	7 319	2 299	13 478	2 163	
CABO VERDE	- Actividades Financeiras	7	36	74	33	724	34	854	36
	- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	24		198	10	206	16	228	11
	- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura								
	- Alojamento e Restauração								
	- Comércio por Grosso e a Retalho. Reparação de Veículos Automóveis		0	0		9		1	
	- Construção		17	15		16		158	
	- Indústrias Extractivas								
	- Indústrias Transformadoras	106	0	2197	10	246	11	285	11
	- Pesca								
	- Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água							5480	
	- Transportes, Armazenagem e Comunicações	43	0	1	0	1	0	1	0
- Outras Actividades	14		1		10		72		
Total	193	54	2486	54	1213	61	7078	58	
GUINÉ-BISSAU	- Actividades Financeiras	10		1765		16		17	
	- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	16	2		1	27			
	- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura								
	- Alojamento e Restauração					7			
	- Comércio por Grosso e a Retalho. Reparação de Veículos Automóveis		9			8			
	- Construção								
	- Indústrias Extractivas								
	- Indústrias Transformadoras	8	22	15	2	35	3	17	3
	- Pesca	0		0		0		0	
	- Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água								
	- Transportes, Armazenagem e Comunicações	97	21	11				12	
- Outras Actividades		5	0		104				
Total	131	59	1 791	3	198	3	45	3	
MOÇAMBIQUE	- Actividades Financeiras	1 046		2 418	10	935	10	919	11
	- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	1 733	368	838	352	2 206	377	1 169	783
	- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	7	59	9	99	565	106	151	112
	- Alojamento e Restauração							11	
	- Comércio por Grosso e a Retalho. Reparação de Veículos Automóveis	42		36		8		138	
	- Construção	238		297		262		429	10
	- Indústrias Extractivas								
	- Indústrias Transformadoras	432	26	440	62	159	67	1 006	129
	- Pesca								
	- Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água					5			
	- Transportes, Armazenagem e Comunicações	55	59	94	83	33	88	88	94
- Outras Actividades	153	3	153	9	377	0	633	43	
Total	3 706	514	4 285	615	4 550	649	4 545	1 183	
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	- Actividades Financeiras	139	0	135	0	138	0	141	0
	- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	8	2	37	28	12	43	12	52
	- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura			0	7				
	- Alojamento e Restauração								
	- Comércio por Grosso e a Retalho. Reparação de Veículos Automóveis		2		3		3		3
	- Construção								
	- Indústrias Extractivas								
	- Indústrias Transformadoras								
	- Pesca								
	- Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água								
	- Transportes, Armazenagem e Comunicações	32		42		43		44	
- Outras Actividades			1		1		7		
Total	178	4	214	37	194	46	203	55	
Total PALOP	8 662	2 932	16 138	3 244	13 473	3 057	25 349	3 461	

INVESTIMENTO DIRECTO BILATERAL - Quadro 2
Investimento Directo dos PALOP em Portugal

(por sectores de actividade, em milhões de PTE)

		1996		1997		1998		1999	
		Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
ANGOLA	- Actividades Financeiras		0	14			10		
	- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	3		240	0	3	0	12	0
	- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura						398		
	- Alojamento e Restauração								
	- Comércio por Grosso e a Retalho. Reparação de Veículos Automóveis	161	27	27	110	8	70	8	6
	- Construção	2	4	14		38		18	1
	- Indústrias Extractivas							4	
	- Indústrias Transformadoras				7				
	- Pesca								
	- Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água								
	- Transportes, Armazenagem e Comunicações			310		378			
- Outras Actividades	66	2	60	0	133		32	19	
Total	232	34	664	118	559	479	73	26	
CABO VERDE	- Actividades Financeiras								
	- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas								
	- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura								
	- Alojamento e Restauração								
	- Comércio por Grosso e a Retalho. Reparação de Veículos Automóveis						24		
	- Construção					6			
	- Indústrias Extractivas								
	- Indústrias Transformadoras								
	- Pesca								
	- Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água								
	- Transportes, Armazenagem e Comunicações			14		63			
- Outras Actividades			8			5	9		
Total	0	0	23	0	69	29	9	0	
GUINÉ-BISSAU	- Actividades Financeiras								
	- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	4							
	- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura								
	- Alojamento e Restauração								
	- Comércio por Grosso e a Retalho. Reparação de Veículos Automóveis								
	- Construção	6		10					
	- Indústrias Extractivas								
	- Indústrias Transformadoras						36		
	- Pesca								
	- Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água								
	- Transportes, Armazenagem e Comunicações								
- Outras Actividades	1		4		5				
Total	10	0	14	0	5	36	0	0	
MOÇAMBIQUE	- Actividades Financeiras			0			20	24	0
	- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas				30		40		2
	- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura								
	- Alojamento e Restauração								
	- Comércio por Grosso e a Retalho. Reparação de Veículos Automóveis						20		
	- Construção			7	56			1	
	- Indústrias Extractivas								
	- Indústrias Transformadoras		16		7				
	- Pesca								
	- Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água								
	- Transportes, Armazenagem e Comunicações	2		2		2		2	
- Outras Actividades	3	8	72		62			1	
Total	5	24	81	93	64	80	27	2	
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	- Actividades Financeiras								
	- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas								
	- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura								
	- Alojamento e Restauração								
	- Comércio por Grosso e a Retalho. Reparação de Veículos Automóveis	2		2		2		2	
	- Construção								
	- Indústrias Extractivas								
	- Indústrias Transformadoras								
	- Pesca								
	- Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água								
	- Transportes, Armazenagem e Comunicações								
- Outras Actividades									
Total	2	0	2	0	2	0	2	0	
Total PALOP	249	57	784	211	699	624	111	29	

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento Directo do Exterior em Portugal.

3. DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL

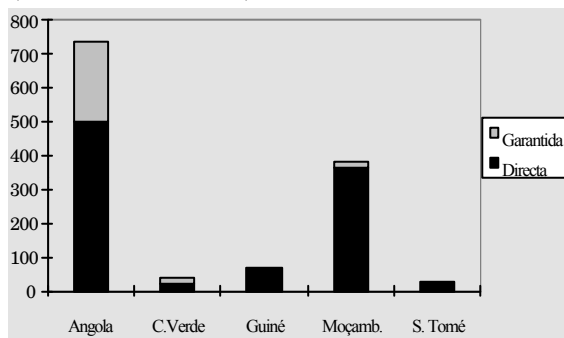
A dívida oficial dos PALOP a Portugal - dívida **directa** ao Estado e por este **garantida** - totalizava 1 257 milhões de USD em 31 de Dezembro de 1999, excluindo a dívida da Hidroeléctrica de Cahora-Bassa, no montante de 2 109 milhões de USD, e tinha a seguinte distribuição por país:

	(USD Milhões)	%
Angola	739	59
Moçambique	381	30
Guiné-Bissau	69	5
Cabo Verde	38	3
S. Tomé e Príncipe	29	2

Em relação ao ano de 1998, esta dívida teve uma redução de 3 milhões de USD, que resultou da conjugação da diminuição da dívida directa em 31 milhões de USD, com o aumento da dívida garantida em 28 milhões de USD¹.

Dívida Oficial dos PALOP a Portugal

(em 31-12-1999, em milhões de USD)



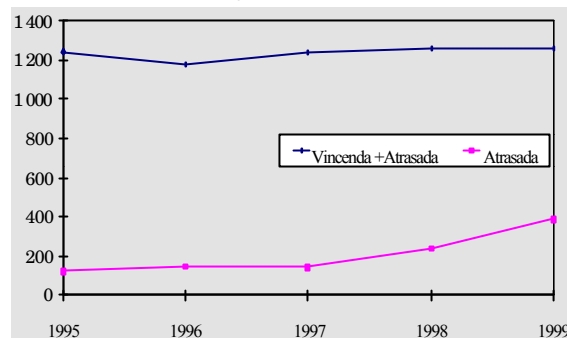
Esta redução coexiste com a permanência e acumulação de atrasos na liquidação de créditos vencidos, cujo valor passou de 239 para 385 milhões de USD (+146 milhões) e com a redução da dívida vincenda, de 1021 para 872 milhões de USD (-149 milhões).

A referida diminuição de 3 milhões de USD no valor da dívida global foi determinado

por reduções registadas nas dívidas da Guiné-Bissau e de Moçambique, respectivamente, de 8 e 63 milhões, contrabalançadas por evoluções de sinal contrário em relação a Angola e Cabo Verde.

PALOP

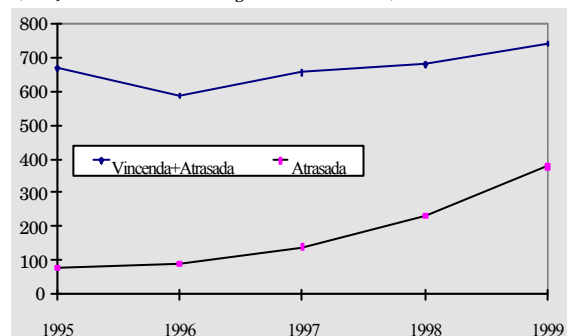
(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



O agravamento da dívida oficial de **Angola** no ano de 1999, no montante de 60 milhões de USD, representou 9% do seu valor global e resultou do aumento quer da sua componente directa quer da garantida, respectivamente nos montantes de 27 e 33 milhões de USD. No mesmo sentido evoluiu a dívida em atraso de liquidação, que passou de 233 milhões de USD para 377 milhões, isto é mais 62% que no ano anterior.

Angola

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



A evolução registada na dívida deste país, caracterizada por uma redução da dívida vincenda e um aumento significativo da dívida em atraso de liquidação, tem como causa a cessação do pagamento do respectivo serviço, originado pela não afectação de fundos, a partir de Maio de 1998, que era suposto terem sido disponibilizados no âmbito da Convenção Relativa ao Controlo dos Fluxos Cambiais

¹ Ver anexo: DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL

Resultantes do *Evergreen Crude Petroleum Sales Contract*.

Aliás, os problemas da dívida de Angola, que se têm vindo a agravar desde 1997, têm sido objecto de análise entre os dois países, sem resultados práticos por enquanto.

De facto, aquando da realização da V Reunião da Comissão Mista de Cooperação Portugal/Angola, no ano de 1996, os dois países manifestaram a intenção de promover a conversão de dívida em capital (*debt-equity swap*).

Outra iniciativa, que teve lugar no final de 1997, no decurso da visita do primeiro-ministro português a Angola, consistiu na assinatura de um Memorando de Entendimento que prevê a constituição de um Grupo de Trabalho Conjunto, que analisaria a situação e proporia um programa de acções numa base de partilha de esforços e responsabilidades entre os dois Estados, até ao fim do mês de Junho de 1998. O Memorando reafirma também o princípio da troca de dívida por activos.

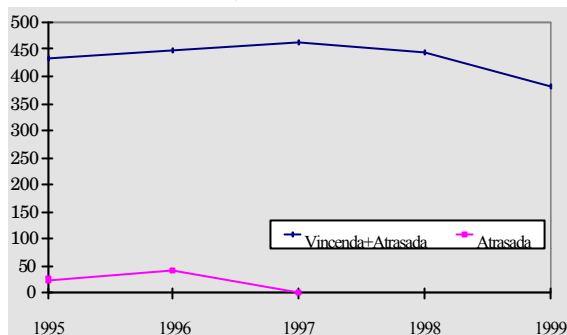
O Grupo de Trabalho teve a sua primeira reunião em Abril de 1999, não tendo podido progredir o suficiente para apresentar propostas.

A dívida oficial de **Moçambique** a Portugal registou uma redução de 60 milhões de USD no ano de 1999, o que corresponde a cerca de 14% do seu valor no ano anterior. Para esta diminuição terá concorrido a conversão de 74 milhões de USD em investimento.

A dívida deste país foi reestruturada em 1987, 1991, 1992, 1993 e 1996, no âmbito do Clube de Paris. Negociado neste fórum, foi celebrado um acordo de reescalonamento com prazo de consolidação até Junho de 1999.

Moçambique

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



Neste acordo foram aplicados os *Termos de Nápoles*, que previam a possibilidade de levar a efeito reescalonamentos que poderiam resultar em reduções de 67% do valor actualizado líquido da dívida.

Entretanto, em Junho de 1999, Moçambique foi declarado beneficiário de assistência excepcional no âmbito da “Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados” (HIPC), do FMI e do Banco Mundial, pelo que beneficiou da aplicação dos *Termos de Colónia*, que prevêem a possibilidade de redução do valor da dívida externa, até 90% do respectivo valor actualizado líquido.

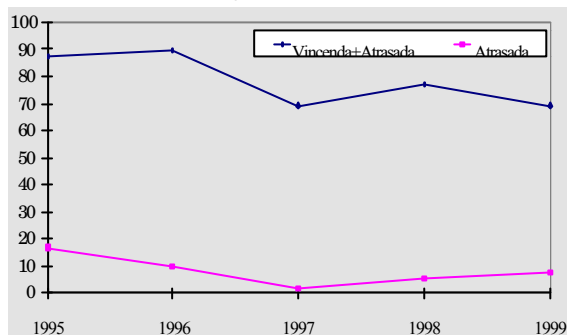
Portugal participou com 15 milhões de USD no *Trust Fund* associado à Iniciativa da Dívida.

Já em Março do ano em curso e logo que conhecidos os efeitos desastrosos das cheias que assolaram o país, o Governo português decidiu perdoar 30 milhões de contos (cerca de 150 milhões de USD) do valor da dívida.

A dívida oficial da **Guiné-Bissau** surgiu de forma organizada em 1985, com a concessão de dois empréstimos, no valor global de USD 24 milhões, para regularização de atrasados.

Guiné-Bissau

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



Depois de ter sido reestruturada em 1987, numa operação de 79 milhões de USD, foi acordada outra reestruturação, em 1995, no âmbito do Clube de Paris, que abrangiu dívida vencida e vincenda no período compreendido entre 1995 e 1997, posteriormente alargado para o fim de Julho de 1998, à qual são aplicáveis os *Termos de Nápoles*.

Após uma redução registada no ano de 1997, que esteve predominantemente ligada a negociações bilaterais prévias à adesão do país à UEMOA, a dívida oficial da Guiné-Bissau aumentou 8 milhões de USD no ano de 1998 (12%), voltando a diminuir em igual montante no ano de 1999, para se situar em 69 milhões de USD.

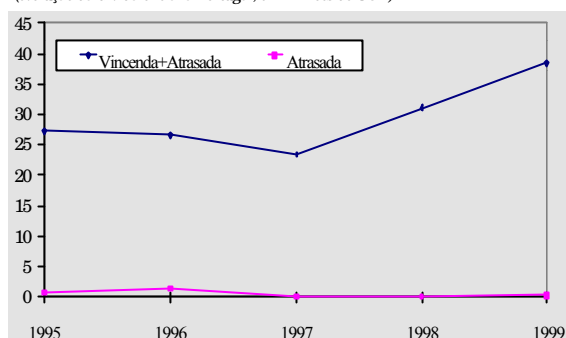
A Guiné-Bissau está incluída no conjunto dos países altamente endividados com dívida insustentável, sendo, por isso, país candidato a beneficiar da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres e Altamente Endividados, havendo expectativas de que brevemente seja declarado atingido o Ponto de Decisão.

A dívida oficial de **Cabo Verde** a Portugal aumentou de 31 para 38 milhões de USD (23%) no ano de 1999, o que resultou da variação havida na dívida directa ao Estado e em cuja origem está um financiamento intercalar, no montante de 15 milhões de USD,

concedido pelo Estado português para conversão de dívida interna em externa.

Cabo Verde

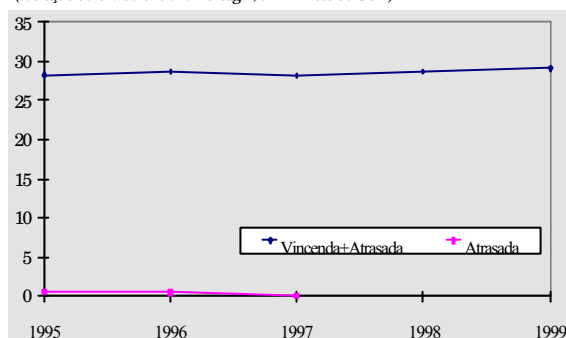
(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



A dívida de Cabo Verde é exclusivamente constituída por dívida vincenda, não registando, por conseguinte, situações de atraso.

S. Tomé e Príncipe

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



A dívida de **S. Tomé e Príncipe** foi reestruturada em 1995, abrangendo créditos no valor de USD 28 milhões. Os reembolsos serão aplicados na aquisição de activos financeiros em S. Tomé, o saldo em dívida vence juro a pagar semestralmente à taxa de 3% e as duas primeiras prestações foram capitalizadas. Decorrido o prazo de 6 anos e 11 meses, a dívida não convertida será reembolsada em 15 anos.

No final de 1998, ao valor da dívida reestruturada acrescia 0.43 milhões de USD de juros em atraso de liquidação.

ANEXO ESTADÍSTICO

Dívida Oficial dos PALOP a Portugal

(em milhões de USD)

NATUREZA DA DíVIDA	ANGOLA					CABO VERDE					GUINÉ-BISSAU					MOÇAMBIQUE					S. TOMÉ E PRÍNCIPE					TOTAL DOS PALOP				
	1995	1996	1997	1998	1999	1995	1996	1997	1998	1999	1995	1996	1997	1998	1999	1995	1996	1997	1998	1999	1995	1996	1997	1998	1999	1995	1996	1997	1998	
DíVIDA DIRECTA AO ESTADO (1)	454	486	467	475	502	3	3	2	11	21	84	89	69	77	69	369	385	433	422	362	28	29	28	29	29	937	991	998	1 014	
Vincenda	391 (a)	404 (c)	338 (e)	276 (e)	211	2	2	2	11	21	71	80	68	72	61	360	372	433	422	362	28	28	28	28	29	852	886	868	809	
Em atraso	62 (b)	82 (d)	129 (f)	199 (f)	291 (g)	1	1	0	0	0	13	9	2	5	8	9	13				0	0		0	0	85	105	130	205	
DíVIDA A MLP GARANTIDA PELO ESTADO (2)	213	99	188	204	237	24	24	22	20	17						65	63	30	22	19						303	186	240	246	
Vincenda	198	92	178	170	151	24	23	22	20	17						50	34	30	22	19						272	150	229	212	
Em atraso	16	7	11	34	86			1								16	29									31	37	11	34	
DíVIDA A CP GARANTIDA PELO ESTADO (3)											4	1															4	1		
Vincenda											4	1															4	1		
Em atraso											4	1															4	1		
DíVIDA OFICIAL (1)+(2)+(3)	667	585	655	679	739	27	27	24	31	38	88	89	69	77	69	434	448	462	444	381	28	29	28	29	29	1 244	1 178	1 238	1 260	
Da qual em atraso	78	89	139	233	377	1	1	0	0	0	17	10	2	5	8	24	42				0	0		0	0	120	142	141	239	
											(h)	(h)	(h)	(h)	(h)	(h)	(h)	(h)	(h)	(h)										

Fonte: Ministério das Finanças - DGAERI

(a) Inclui créditos adquiridos às OGMA, no valor de 7 milhões de USD.

(b) Inclui créditos adquiridos à SPE e às OGMA, no valor de 52 milhões de USD.

(c) Inclui créditos adquiridos às OGMA, no valor de 8 milhões de USD.

(d) Inclui créditos adquiridos à SPE e às OGMA, no valor de 57 milhões de USD.

(e) Inclui créditos adquiridos, à SPE e às OGMA, no valor de 3 milhões de USD.

(f) Inclui créditos adquiridos, à SPE e às OGMA, no valor de 59 milhões de USD.

(g) Inclui créditos adquiridos, à SPE e às OGMA, no valor de 62 milhões de USD.

(h) Não inclui a dívida da HCB, que em 31/12/99 totalizava 2 109 milhões de USD.

